

PUCRS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES, DESIGN – FAMECOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

EDUARDO DE CARVALHO BORBA

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL COMUNICADA:
UM OLHAR SOBRE AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS**

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

EDUARDO DE CARVALHO BORBA

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL COMUNICADA:
UM OLHAR SOBRE AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS**

Porto Alegre

2019

EDUARDO DE CARVALHO BORBA

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL COMUNICADA:
UM OLHAR SOBRE AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Peixoto de Moura

Porto Alegre
2019

Ficha Catalográfica

B726m Borba, Eduardo de Carvalho

Memória Institucional Comunicada : um olhar sobre as
Universidades Comunitárias / Eduardo de Carvalho Borba . –
2019.

235 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Comunicação Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Peixoto de Moura.

1. Universidades Comunitárias. 2. Memória Institucional. 3.
Comunicação Organizacional. 4. COMUNG. 5. Análise Textual
Discursiva. I. Moura, Cláudia Peixoto de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

EDUARDO DE CARVALHO BORBA

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL COMUNICADA:
UM OLHAR SOBRE AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Cláudia Peixoto de Moura – PUCRS

Prof^a. Dr^a. Cleusa Maria Andrade Scroferneker – PUCRS

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PUCRS

Porto Alegre

2019

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde, pelas oportunidades, pelas pessoas com as quais interagi ao longo dessa jornada e que possibilitaram construir novos conhecimentos.

À minha esposa Marjo, por iluminar a minha vida. Pelo incentivo à qualificação, pela parceria constante, pela paciência nos meus momentos de imersão na pesquisa, pela compreensão de quem já passou por essa fase e valoriza o significado de cada etapa, o esforço requerido, os aprendizados decorrentes e as possibilidades futuras.

Aos meus pais Georgina e Adão, pelo apoio permanente e por sempre reconhecerem a dedicação que um trabalho como esse exige, mas, especialmente, por se manterem em contínuo estado de aprendizagem e ensinamento, servindo de modelo para mim e minha irmã Isabel, que também me inspira com seu desprendimento e apetite por descobertas.

À minha orientadora, professora doutora Cláudia Peixoto de Moura, por acreditar no projeto, por sinalizar os melhores caminhos, por partilhar generosamente seu conhecimento e experiência. Por mostrar a sua grandeza, de forma respeitosa e assertiva, nos detalhes que compõem a pesquisa.

Aos membros da minha banca, os quais admiro e respeito, professora doutora Cleusa Maria Andrade Scrofernecker e professor doutor Luciano Aronne de Abreu, pela relação sempre afetuosa e pelo olhar crítico e construtivo, com valiosos aconselhamentos antes, durante e após a qualificação.

Aos colegas do Grupo de Estudos em Comunicação Organizacional (GECOR), pelas amizades construídas para a vida, pelas parcerias acadêmicas, pela riqueza dos debates, os eventos promovidos, suporte aos trabalhos científicos e pelo convívio e aprendizado mútuo. Nominalmente, à Renata Andreoni, à Luciana Gomes, ao Fernando Lemos e à Daniela Cidade.

Aos colegas mestrandos e doutorandos do PPGCom PUCRS, especialmente os ingressantes em 2017, pela integração, solidariedade e aprendizados em conjunto, que ajudaram a desconstruir a ideia de isolamento nas produções científicas.

Aos colegas da ASCOM, atuais e antigos, e à querida amiga Bianca Garrido Dias, pelo incentivo, compreensão, profissionalismo e apoio nos meus períodos de ausência em razão dos compromissos do mestrado.

À PUCRS, por meio das gestoras da Assessoria Comunicação e Marketing (ASCOM) que endossaram meu ingresso no mestrado, professora doutora Stefânia Ordovás de Almeida e professora doutora Lidiane Amorim, por oportunizar condições de formação e aprimoramento profissional e pessoal com pessoas especiais, estrutura, incentivos e múltiplos recursos acadêmicos.

Ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), por meio da assistente Viviane Born, pela disponibilidade e apoio com informações precisas e atualizadas sobre as instituições comunitárias de educação superior.

Aos profissionais e gestores de Comunicação e Marketing e de projetos, programas e lugares de memória das Instituições Comunitárias de Educação Superior pesquisadas, que tão gentilmente acolheram nossa pesquisa e abriram as portas das universidades, museus, arquivos e memoriais: Silvia Brugnera (UPF), Sônia (Memorial UPF), Sandra Benvegnú (Arquivo Histórico Regional – UPF), Giancarlo Bottega (Unijuí), Stela Oliveira (Museu Antropológico Diretor Pestana), Solange Corrêa (Feevale), Ida Thön (Museu Nacional do Calçado – Feevale), Everson Bello (Unisc), João Antonio M. do Nascimento (Centro de Documentação – Unisc), Melissa Porto (Urcamp), Carmen Barros (Museu Dom Diogo de Souza – Urcamp), Dimas Felippi (UCS) e Anthony Tessari (Instituto de Memória Histórica e Cultural – UCS).

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.

Jacques Le Goff (1996, p. 477)

RESUMO

As universidades passam, na contemporaneidade, por um grande movimento de reflexão e tentativas de redescoberta sobre seu papel na educação superior e na sociedade. A história quase milenar dessas instituições revela que essa é mais uma fase de tantas transformações ocorridas. Atualmente, frente a um contexto competitivo, movido por metas, métricas, rankings e discursos de inovação e empreendedorismo, muitas instituições longevas lançam mão de projetos de Memória Institucional como forma de celebrar sua trajetória e fortalecer sua identidade. As universidades comunitárias, cuja condição tornou-se evidente a partir da Constituição Federal de 1988 e do marco legal conquistado em 2013, têm a missão – especialmente as de característica regional – de criar formas de evidenciar a todos os públicos com os quais se relacionam as suas raízes, as motivações de criação e a integração com os interesses sociais, econômicos e culturais de suas cidades e regiões onde estão seus *campi*. Na presente pesquisa, à luz do interacionismo simbólico (MEAD, 1863-1931) e da comunicação organizacional, pelo ponto de vista da organização comunicada (BALDISSERA, 2014), traçamos um panorama das práticas de memória e refletimos a comunicação entre Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) do Rio Grande do Sul e as comunidades onde estão inseridas. Identificamos e analisamos produtos de memória disponíveis nos portais institucionais na web e, também, nos lugares de memória físicos. Evidenciamos que os aniversários consistem na principal circunstância motivadora das iniciativas de promoção da Memória Institucional, mas museus, memoriais e centros de memória das ICES ou de suas mantenedoras cumprem importante papel na promoção e na disseminação permanente da história e da cultura regional. Com base nas pesquisas e à luz da dimensão da organização comunicada, elaboramos a Memória Institucional Comunicada, a qual reflete o que as universidades consideram ideal tornar de conhecimento público para a construção de sua identidade a partir da comunicação com a comunidade.

Palavras-chave: Universidades Comunitárias. Memória Institucional. Comunicação Organizacional. COMUNG. Análise Textual Discursiva.

ABSTRACT

Universities have been trying to reflect upon their role in higher education and society in an effort to revisit themselves. These institutions have almost 1,000 years of existence and their history shows that this is just one more moment of transformation they are going through. Today, in view of an extremely competitive context, where they are required to achieve goals, numbers, positions in rankings and make efforts in innovation and entrepreneurship, many centuries-old institutions are keen to implement Institutional Memory projects as a means to celebrate their history and strengthen their identity. The mission of private non-profit universities – especially the regional ones – , as stated in the Federal Constitution of 1988, and the laws that they are governed by, sanctioned in 2013, is to create means to share with their audiences their origins, the reasons for their existence and the integration with social, economic and cultural interests of their cities and regions where their campuses are located. In this investigation, in light of symbolic interactionism (MEAD, 1863-1931) and organizational communication, under the perspective of the communicated organization (BALDISSERA, 2014), we will be presenting an overview of the memory practices and reflect upon the forms of interaction between the Private Non-Profit Higher Education Institutions (ICES) of Rio Grande do Sul and the communities where they are located. We have identified and analyzed memory products available in the web portals and in on-site memory centers as well. We have found that anniversaries are still the main reason why institutions promote their Institutional Memory, but museums, memorials and memory centers have a role to play in the promotion and constant dissemination of the regional history and culture. In view of the investigations that have been developed so far and in light of communicated organization, we have designed the Communicated Institutional Memory, which contains the information universities believe should be shared with all audiences to build their identity as they communicate with community.

Keywords: Private Non-Profit Universities. Institutional Memory. Organizational Communication. COMUNG. Discursive Textual Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Produtos de Memória Empresarial	64
Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul com as 15 instituições associadas ao COMUNG	102
Quadro 2 – Cronologia de reconhecimento das universidades comunitárias no RS, portarias junto ao MEC e ano de ingresso no COMUNG	105
Quadro 3 – Universidades Comunitárias conforme regiões geográficas do IBGE.....	108
Quadro 4 – ICES com respectivos anos de criação e número de alunos	109
Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul com as seis universidades comunitárias que integram o <i>corpus</i> da pesquisa e seus respectivos <i>campi</i>	110
Quadro 5 – Grupo de ICES regionais selecionadas para a pesquisa	111
Quadro 6 – Número de notícias veiculadas nos portais das ICES pesquisadas no período de 01/07/2017 a 30/06/2018	117
Quadro 7 – Publicações institucionais com notícias entre 01/07/2017 a 30/06/2018	117
Gráfico 1 – Número de fragmentos por universidade pesquisada	118
Quadro 8 – Categorias iniciais, n. de unidades de análise e categorias finais ...	121
Quadro 9 – Produtos de Memória relacionados à UCS	158
Quadro 10 – Produtos de Memória relacionados à UPF	160
Quadro 11 – Produtos de Memória relacionados à Unijuí	162
Quadro 12 – Produtos de Memória relacionados à Urcamp	164
Quadro 13 – Produtos de Memória relacionados à Unisc	165
Quadro 14 – Produtos de Memória relacionados à Universidade Feevale	166

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 DIMENSÕES DA MEMÓRIA	32
2.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA	32
2.2 HISTÓRIA DA MEMÓRIA	35
2.3 MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE	44
2.4 MEMÓRIA INSTITUCIONAL	50
3 COMUNICAÇÃO E INTERFACES	56
3.1 COMUNICAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	59
3.2 COMUNICAÇÃO, CULTURA E IDENTIDADE	65
3.3 COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL	71
3.4 MEMÓRIA COMUNICADA.....	77
4 PANORAMA DAS UNIVERSIDADES	81
4.1 UNIVERSIDADE NO OCIDENTE.....	81
4.2 UNIVERSIDADE NO BRASIL	89
4.3 UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS.....	96
4.4 UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL	104
4.5 INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS REGIONAIS	107
5 TEMPESTADE DE LUZ.....	112
5.1 IMERSÃO, DESCONSTRUÇÃO E UNITARIZAÇÃO	113
5.2 SELEÇÃO E DELIMITAÇÃO DO <i>CORPUS</i> : APRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS E NOTÍCIAS	114
5.3 CATEGORIZAÇÃO	119
5.4 METATEXTOS	122

5.4.1 Descrição da história da universidade	124
5.4.2 Compromisso comunitário com o desenvolvimento da região	128
5.4.3 Lugares de Memória Institucional e de promoção da cultura regional	131
5.4.4 Comemoração de cinquentenários e outros aniversários	136
5.4.5 Relacionamento e valorização da comunidade acadêmica	139
5.4.6 Identidade comunitária e associativismo	141
6 PARA ALÉM DOS PORTAIS INSTITUCIONAIS.....	145
6.1 VISITAS AOS LUGARES DE MEMÓRIAS DAS UNIVERSIDADES	145
6.2 PRODUTOS DE MEMÓRIA DAS UNIVERSIDADES.....	157
6.2.1 Universidade de Caxias do Sul (UCS).....	158
6.2.2 Universidade de Passo Fundo (UPF).....	160
6.2.3 Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)	162
6.2.4 Universidade da Região da Campanha (Urcamp).....	164
6.2.5 Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).....	165
6.2.6 Universidade Feevale	166
6.3 A CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COMUNICADA.....	167
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS.....	177
APÊNDICE A – INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS VINCULADAS À ABRUC E AO COMUNG	189
APÊNDICE B – FRAGMENTOS, UNIDADES DE ANÁLISE E CATEGORIAS	192
APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE VISITA AOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS	217
APÊNDICE E - BENCHMARKING DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA LIGADOS ÀS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS	225
APÊNDICE F - ANÁLISE DA ÁREA DE NOTÍCIAS DO SITE DO COMUNG.....	226
APÊNDICE G - BENCHMARKING DOS PORTAIS DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS	227
ANEXO A – ABA INSTITUCIONAL (UCS).....	228

ANEXO B – ABA A UNIVERSIDADE (UPF)	229
ANEXO C – ABA INSTITUCIONAL (UNIJUÍ).....	231
ANEXO D – ABA INSTITUCIONAL URCAMP (URCAMP).....	233
ANEXO E – ABA A UNISC (UNISC)	234
ANEXO F – ABA A FEEVALE.....	235

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado *Memória institucional comunicada: um olhar sobre as universidades comunitárias*, analisa as formas adotadas pelas Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) para tornarem públicas sua história e memórias por meio dos portais como canais de comunicação institucionais. Nossa investigação trata de evidenciar as práticas de memória comunicadas por meio dos portais institucionais; em que circunstâncias essas iniciativas são desencadeadas – se têm caráter permanente, como uma política ou programa, ou se têm viés episódico, motivadas por datas especiais; e se – e como – a identidade de instituição comunitária de educação superior está presente na comunicação da Memória Institucional.

O estudo é motivado pelo contexto histórico recente da educação superior no Brasil, no qual, a partir da Constituição Federal de 1988, passou a ser reconhecida a existência de instituições comunitárias – diferenciando-as de estabelecimentos privados de ensino com fins lucrativos – a partir de suas funções de caráter público não estatal, garantindo-lhes benefícios como o direito a recursos do poder público. Apesar disso, somente no ano de 2013 foi estabelecido o marco legal das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), com a aprovação da Lei nº 12.881 no Congresso Nacional. A conquista resulta de muitos anos de reivindicação por parte dos estabelecimentos de ensino superior reconhecidos como comunitários, de suas mantenedoras e de órgãos representativos que se formaram antes e após a promulgação da Carta Magna. No Rio Grande do Sul, onde desenvolvemos nossa investigação, o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), constituído em 1996, é a principal entidade a reunir as maiores ICES no Estado. O presente estudo, então, pretende elucidar se, por meio dos portais de comunicação institucionais, essas universidades tornam explícitas sua história e memórias como forma de fortalecer sua identidade institucional.

A memória é um tema de estudos recorrente no campo científico, sendo abordada pelo viés das Neurociências, da História, da Tecnologia da Informação ou da Comunicação, dentre outras possibilidades. O foco de pesquisas direcionado à temática da memória na contemporaneidade apresenta como importantes referenciais Henri Bergson (1859-1941) e Maurice Halbwachs (1877-1945),

compreendendo o período entre o final do século XIX e meados do século XX. As obras *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*, de Bergson (1999)¹, e *A memória coletiva*, de Halbwachs (2006)², têm forte impacto neste campo de pesquisas.

Jacques Le Goff (1996) reflete que a evolução das sociedades a partir dos anos 1950 clarifica a importância do papel da memória coletiva. A valorização do tema no final do século XX foi observada por alguns autores contemporâneos como o historiador francês Pierre Nora (1993) e o filósofo e historiador alemão Andreas Huyssen (2000). Este pondera que se trata de um fenômeno cultural recente no Ocidente, em contraposição ao período vivido na virada do século XIX para o século XX, quando o olhar futurista predominava. Se formos analisar brevemente esse recorte de tempo mencionado, tanto o ingresso nos anos 1900 quanto nos anos 2000 foi marcado por avanços relevantes envolvendo comunicação e tecnologia. No primeiro caso, as ondas radiofônicas, o cinema, a aviação e o automóvel despertavam como destaques. Já na contemporaneidade, a expansão das comunicações via internet, a miniaturização e ampliação da capacidade de dispositivos eletrônicos, a inteligência artificial e a convergência de recursos tecnológicos são marcas inegáveis dos tempos atuais.

Ao elencar alguns fatores do panorama de emergência da memória no ambiente redemocratizado – uma realidade em países latino-americanos, como o Brasil, nos anos 1980 e 1990 –, Meihy (2013) destaca que muitos passaram a questionar o exclusivismo da história dos historiadores de ofício, havendo, então, a valorização de novos porta-vozes para os acontecimentos históricos, contemplando singularidades antes anuladas. Tal olhar ancora-se na perspectiva da Nova História³, descrita por Burke (1997).

¹ Obra publicada originalmente em francês com o título *Matière et Mémoire* por *Presses Universitaires de France*, em 1939.

² A primeira edição do livro, com quatro capítulos, foi publicada em francês, no ano de 1950, a partir de manuscritos deixados pelo autor. Halbwachs morreu em 1945, em um campo de concentração nazista, após ser preso pela Gestapo no ano anterior.

³ A Nova História teve como referencial o chamado movimento de *Annales*, na França, no final da década de 1920, quando Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944) uniram-se, agregando outros historiadores e intelectuais que questionavam a forma de escrita da história como a simples documentação de fatos políticos e de guerras. A partir do cenário e dos pensamentos da época, lideraram o movimento de valorização de todas as atividades humanas como base para a história, bem como a colaboração interdisciplinar na construção de narrativas a partir de diferentes vozes, incluindo geografia, sociologia, economia, psicologia, antropologia social, entre outros. Febvre e Bloch foram editores da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que em seu

Desde então, o tema da memória tem se manifestado de diversas formas, notadamente nas décadas mais recentes (1980, 1990, 2000, 2010). No Brasil, um dos exemplos é a criação de museus temáticos (Museu da Pessoa, Museu da Língua Portuguesa, Museu do Futebol, estes na cidade de São Paulo, SP). No Rio Grande do Sul, esse movimento de criação de museus teve início um pouco antes, especialmente quando nos referimos ao universo das ICES e suas mantenedoras. Um exemplo é o Museu Antropológico Diretor Pestana, criado em 1961, sediado em Ijuí e mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE).

O fim do período de ditadura civil-militar, ocorrida entre os anos de 1964 e 1985, despertou iniciativas no sentido de desvelar e relembrar os anos de repressão como forma de não repeti-los e expor, por meio de fotos, filmes, livros e outros recursos documentais, os acontecimentos antes omitidos pela falta de liberdade de expressão. A instalação da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, [201-])⁴, cuja existência se deu a partir da Lei nº 12.528/2011, e teve seu relatório final entregue em dezembro de 2014, é uma das formas de evocação dessas memórias. Esse é um recurso para trazer à tona a importância de memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) como forma de contrapor a versão de uma memória oficial, construída por quem foi responsável por silenciar manifestações outrora contrárias, e desenvolver narrativas a partir de apenas uma perspectiva – a de quem está no poder.

É reconhecido por especialistas que as culturas de memórias (HUYSEN, 2000) se fortalecem em ambientes de democratização. No contexto internacional, um assunto amplamente explorado e divulgado foi o Holocausto, após a Segunda Guerra Mundial, recebendo tratamento similar aos citados anteriormente e até ampliado em relação ao emprego de diferentes formas de divulgação.

Embora alguns casos remetam a situações traumáticas, outras formas de evocação do passado acabaram por ser despertadas no ambiente organizacional. Nos anos 1990, as empresas brasileiras passaram por grande reestruturação produtiva, implicando em mudanças nos modelos administrativos, nos relacionamentos com os mais distintos públicos e, conseqüentemente, na

comitê editorial contava, entre outros expoentes, com o sociólogo Maurice Halbwachs. Para mais informações, consultar Burke (1997).

⁴ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei nº 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. Tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela Medida Provisória nº 632.

implementação de ações voltadas à história empresarial, como nos apresenta Nassar (2008), em sua maioria visando à celebração de datas e conquistas. Desde então, essa temática apresenta uma curva ascendente em termos de importância, notadamente no contexto da comunicação organizacional. Os reflexos em termos de produção acadêmica, porém, ocorreram mais de uma década depois, como demonstram levantamentos neste campo.

Dentro do contexto histórico durante o século XX, temos, no Brasil, o surgimento das universidades, as quais não existiam no período colonial. De acordo com Teixeira (1988), somente com a transmigração da Família Real Portuguesa, em 1808, as terras brasileiras passaram a contar com cursos de Ensino Superior – desconsiderando o colégio dos jesuítas, na Bahia. A partir dali, foram criadas as duas primeiras escolas de Medicina e de Engenharia, com a Academia Militar. A primeira instituição de ensino superior do Brasil a se efetivar como universidade – a Universidade do Rio de Janeiro – foi criada no ano de 1920, durante o Regime Republicano, “[...] com a paternidade do governo federal” (CUNHA, 1980, p. 189).

Nossa escolha para análise está direcionada às universidades gaúchas que nasceram do seio da comunidade, resultando da necessidade de criar alternativas no Ensino Superior quando o governo federal, nas décadas de 1950 e 1960, não atendia às expectativas de interiorização do ensino universitário. Um exemplo é a Universidade de Caxias do Sul (UCS), instituída no ano de 1967, por meio do Decreto Presidencial nº 60.200. Sua criação resultou da articulação entre poder público municipal, igreja católica e um representante da doutrina espírita. Os três, antes, isoladamente, mantinham faculdades e escolas superiores. A união de esforços resultou na UCS, atualmente uma referência em Educação Superior para toda a região da Serra Gaúcha. Histórias semelhantes, de integração em torno do mesmo ideal, mobilizaram comunidades que deram origem à Universidade de Passo Fundo (UPF), à Universidade da Região da Campanha (Urcamp) e à Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), para citarmos alguns exemplos. Schmidt (2017) classifica estas instituições como “Universidades Comunitárias Regionais”, destacando que refletem uma experiência marcante dos estados do RS e do SC, embora existam em outras unidades federativas. O autor sustenta que “sua origem deve-se à capacidade das organizações da sociedade civil e do poder público local de associar-se no esforço de suprir a lacuna da educação superior nas regiões interioranas” (SCHMIDT, 2017).

No país, de acordo com o Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2018), existem duas categorias administrativas de instituições de ensino superior (IES): as públicas e as privadas. As instituições públicas de ensino são aquelas mantidas pelo Poder Público (federais, estaduais ou municipais), sendo financiadas pelo Estado e sem cobrança de matrícula ou mensalidade. As IES privadas, por sua vez, são administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem finalidade de lucro. As instituições privadas sem finalidade de lucro compreendem o grupo das comunitárias, as quais têm as seguintes características – que podem ou não estarem associadas: ter entidade mantenedora com representantes da comunidade; atender a determinada orientação confessional e ideológica (vínculo à Igreja Católica, como as congregações maristas, jesuítas e lassalistas, por exemplo); e gozar da certificação de filantropia, por prestar serviços à população, em caráter complementar às atividades do Estado (BRASIL, 1996).

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior 2017 (INEP, 2018), divulgados em setembro de 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil conta com 296 Instituições de Educação Superior (IES) públicas e 2.152 privadas, o que representa 87,9% da rede. Das públicas, 41,9% são estaduais; 36,8%, federais e 21,3%, municipais. Quase três quintos das IES federais são universidades e 36,7% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). O documento, porém, não apresenta uma segmentação que contemple as Instituições Comunitárias de Educação Superior e, tampouco, os sites da Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC) ou do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) dispõem dessa informação.

Os estabelecimentos de ensino comunitários, conforme o artigo 213 da Constituição Brasileira de 1988, são reconhecidos como instituições públicas não estatais, tendo acesso a recursos públicos desde que comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação. Estes também devem assegurar que a destinação de seu patrimônio será feita a outra instituição comunitária ou ao poder público, no caso de encerramento das atividades.

Em 2010, a legislação vigente no Brasil era alvo de questionamentos por não contemplar as instituições comunitárias. Para atender ao segmento, Schmidt (2010) apontava a necessidade de um instrumento legal específico, que desse conta das peculiaridades destas instituições. No ano de 2013, esse cenário foi alterado a partir

da aprovação no Congresso Nacional da Lei n. 12.881, sancionada em novembro pela presidenta Dilma Rousseff. A referida lei trouxe a definição e as finalidades das ICES, confirmando o caráter de instituições não lucrativas, pertencentes à sociedade civil, e sua forma de organização em associações ou fundações (BRASIL, 2013).

Um dos elementos característicos das ICES é o relacionamento com a comunidade, ou seja, com a região da qual fazem parte. Esse foi o ponto de partida para a criação desses estabelecimentos que analisaremos pela visão da Comunicação Organizacional e sob o enfoque da Memória Institucional.

O ato de interagir, de comunicar, e a busca pela preservação e compartilhamento da memória por parte das organizações pressupõem abertura a diferentes expressões, que podem repercutir numa construção colaborativa e dialógica. Uma organização envolve o estabelecimento de relações, que são viabilizadas por meio de diferentes formas de comunicação. Toda interação supõe por definição uma possibilidade de comunicação, isto é, “[...] um conjunto de disposições verbais que se encarregam de exprimir traduzir, registrar, em uma palavra, de dizer o que uns desejam comunicar aos outros durante uma relação” (CHANLAT, 1993, p. 37).

A partir da abordagem que adotamos neste trabalho, as universidades são compreendidas prioritariamente como instituições (SROUR, 2012). Porém, ao escolhermos a comunicação organizacional como uma dimensão de nossa pesquisa, estas poderão, também, ser tratadas como organizações, quando houver autores que se utilizam dessa classificação.

No entendimento de Baldissera (2010), pela visão da comunicação organizacional, as organizações são vistas como sistemas vivos, como resultados dinâmicos de relações entre sujeitos que se realizam como forças em diálogo. Os argumentos do autor, assim como os de Margarida Kunsch (2016), estão ancorados no pensamento do filósofo e cientista social Georg H. Mead (1863-1931), que criou o conceito de interacionismo simbólico⁵, e de seu intérprete e seguidor, o sociólogo Herbert Blumer (1900-1987). Nesse sentido, percebemos a comunicação

⁵ De acordo como Blumer (1980, p. 119), os pressupostos do pensamento interacionista estão sistematizados em três premissas: “a primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece. [...] A segunda premissa consiste no fato de os significados de tais elementos serem provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as demais pessoas. A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato”.

organizacional a partir do interacionismo simbólico, considerando que, assim como os seres humanos fazem uso de símbolos em sua comunicação, na qual as respostas vêm atribuídas de significados aos gestos do interagente, processo similar ocorre com as organizações ao se relacionarem com seus públicos. Segundo Littlejohn (1982), “Blumer reiterou o ponto de vista de Mead de que a sociedade nasce das interações individuais. Nenhuma ação humana existe separada de interação.” Sendo assim, considerando as organizações como resultantes das interações entre grupos de pessoas que integram a sociedade, a interação é um processo no qual a comunicação é inerente.

As instituições que ora analisamos integram um sistema regional denominado Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG). No Brasil, as ICES, estão agrupadas em redes temáticas e geográficas. Além da Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC), que atua como uma confederação e reúne 68 ICES (Apêndice A), existem a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) e o COMUNG.

O COMUNG é integrado por 15 ICES, sendo 14 universidades e um centro universitário. O Consórcio atende a 189.224 universitários (dentre 479.858 matriculados no RS) e oferece 1.465 cursos de graduação e de pós-graduação, ministrados por 8.732 professores e com o suporte de 11 mil funcionários (COMUNG, 2018). Esses dados demonstram a importância do mais meridional dos estados brasileiros no âmbito nacional das IES comunitárias, tornando-o foco do presente estudo pelo potencial que as iniciativas desenvolvidas podem representar.

Pesquisar as práticas de comunicação da Memória Institucional desenvolvidas pelas universidades que compõem o COMUNG, por meio de seus portais, sob a ótica da organização comunicada (BALDISSERA, 2014), nos permitirá obter indícios das práticas adotadas por essas ICES. Nesse contexto, a organização comunicada contempla aquilo que, de alguma forma, a organização considera relevante sobre si mesma, que pode ser tornado público, destaca Baldissera (2014). A maneira como expõe (ou omite) suas atividades nos portais institucionais é uma dessas formas de manifestação pública. O autor aponta que a organização comunicada é, de alguma forma, aquela idealizada, o que ela considera ideal para cada público com o qual se relaciona.

A organização comunicante, por sua vez, contempla a ideia de que, em processos de relação/interação – organizações-sujeitos – é difícil não comunicar, como sinaliza Baldissera (2014). Para ele, por mais que não seja a intenção de uma organização manifestar-se, se um indivíduo entender algo como comunicação (seja em espaços físicos ou online), a organização terá comunicado. Independe do desejo da organização, sendo valorizado sobretudo o que o sujeito percebe como um ato de comunicação.

Ao abordar a comunicação da memória e da identidade no contexto das universidades comunitárias, deparamos com os conceitos de Memória Empresarial, Memória Institucional e Memória Organizacional que, embora possam ser vistos como sinônimos, têm suas peculiaridades. Para o presente trabalho, adotamos a análise de Memória Institucional, pela ótica da comunicação, como “[...] uma narrativa individual, social ou organizacional estruturada a partir de memórias individuais, sociais ou organizacionais” (NASSAR, 2008, p. 111). O importante, destaca o autor, é entendermos que essa construção é alicerçada naquilo que foi (ou é) relevante para cada indivíduo, grupo ou organização, sendo memória o que resulta dessa coleta. Percebemos, por essa interpretação, que Nassar (2008) abre um espectro maior sobre a formação de Memória Institucional, indo além da narrativa individual, como forma de construir um resgate com base nas diversas possibilidades existentes.

De certa forma, esse pensamento se coaduna com a ideia de memória social proposta pelo antropólogo James Fentress e pelo historiador Chris Wickham. Ambos defendem que a memória individual se torna social quando se fala sobre ela, e que “as nossas recordações pessoais e até o processo cognitivo de recordar contém na origem muito de social” (FENTRESS; WICKHAM, 1994, p. 8).

A leitura de que o meio em que vivemos tem impacto direto sobre as nossas lembranças encontra em Halbwachs (2006) o principal autor. Para o sociólogo francês, criador da categoria intitulada memória coletiva, “[...] nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Um estudo consideravelmente recente apresentou o estado da arte da pesquisa brasileira em comunicação sobre Memória Organizacional, perfazendo o período de 1980 a 2013. O levantamento evidenciou que no ano de 2004 houve a primeira produção científica do campo da Comunicação que toma como objeto de

pesquisa a Memória Organizacional (CRUZ, 2013). Durante apresentação pública no XI Encontro Nacional de Pesquisadores de História da Mídia – Alcar 2017⁶, a pesquisadora Cláudia Peixoto de Moura expôs os resultados de um levantamento similar ao mencionado, abordando o quadriênio 2013-2016, que demonstrou a continuidade do interesse de comunicadores sobre memória no ambiente das organizações.

Percebemos a memória como possibilidade de fortalecimento da imagem⁷ e da identidade organizacional⁸ e como forma de estabelecer relacionamento com os públicos. O conhecimento da Memória Institucional, no nosso entendimento, é capaz de fornecer alicerces a planejamentos para o futuro (WORCMAN, 2004), tendo em vista o acúmulo de experiências construídas no decorrer do tempo.

Temos como principal motivação da presente pesquisa analisar quais são e de que forma são comunicadas as práticas memoriais desenvolvidas pelas universidades comunitárias do RS vinculadas ao COMUNG. Também pretendemos compreender como essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da identidade de instituição comunitária perante a sociedade e, ainda, elucidar se o elemento da identidade comunitária e suas características inerentes são explorados publicamente, contribuindo para gerar uma Memória Institucional.

Para tanto, escolhemos os portais institucionais como canais de comunicação a serem analisados. De acordo com Santos (2014), disponibilizar a história das organizações através dos sites empresariais – e, no presente caso, das universidades comunitárias – denota uma preocupação relativa à preservação do passado e, também, um desejo de “patrimonialização” (SANTOS, 2014, p. 67). Com base no trabalho de Nicole Pignier (2010), a autora acrescenta que os processos de arquivamento e salvaguarda de informações e dados históricos, possibilitados pelos meios eletrônicos e digitais, atualizam o passado ou o resgatam, permitindo sua eternização devido à disponibilização instantânea (SANTOS, 2014).

Dentre as 15 ICES que integram o COMUNG, optamos por seis universidades comunitárias regionais (SCHMIDT, 2017), critério que exclui as confessionais e foca

⁶ XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, ocorrido no período de 8 a 10 de junho de 2017, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo (SP).

⁷ De acordo com Lasbeck (2007, p. 88), imagem corresponde à “configuração mental e, sobretudo, afetiva que o receptor elabora com base na relação do discurso que recebe e suas próprias idiossincrasias, experiências anteriores, visões de mundo, desejos e necessidades”.

⁸ Lasbeck (2007, p. 90) conceitua identidade como o “resultado da relação produtiva entre discurso e imagem, ou seja, o que surge de afinidade entre as intenções do discurso e as impressões do receptor”.

nas mais longevas em termos de reconhecimento pelo Ministério da Educação. Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Universidade da Região da Campanha (Urcamp), Universidade de Santa Cruz (Unisc) e Universidade Feevale atendem aos requisitos citados. Em seus portais, analisamos as apresentações institucionais e notícias veiculadas. Além disso, vimos como necessária a realização de visitas presenciais a lugares de memória (NORA, 1993) vinculados às ICES e/ou às suas mantenedoras, como forma de compreender melhor as interações estabelecidas entre as Instituições e as comunidades nas quais estão inseridas.

A partir dos dados ora apresentados, as questões de pesquisa que guiam nossa investigação são as seguintes:

- a) que práticas de Memória Institucional são desenvolvidas pelas universidades comunitárias a partir do conteúdo exposto em seus portais institucionais?
- b) em que circunstâncias são desencadeadas essas iniciativas de promoção da memória nestas instituições?
- c) de que forma(s) se faz presente a identificação como Instituição Comunitária de Educação Superior na comunicação (da memória) das universidades?

A partir desse enfoque, nos propomos a alcançar os seguintes objetivos:

- a) evidenciar as práticas de Memória Institucional desenvolvidas pelas universidades comunitárias a partir de seus portais institucionais;
- b) analisar em que circunstâncias são desencadeadas ações de promoção da memória nestas instituições;
- c) destacar de quais formas a identificação de Instituição Comunitária de Educação Superior se faz presente na comunicação (da memória) das universidades;

Para encontrar respostas às questões levantadas e atender aos objetivos propostos para o presente estudo, adotamos como procedimento metodológico a Análise Textual Discursiva (ATD) (MORAES; GALIAZZI, 2007). Esta, por sua vez,

intenciona a compreensão por meio da reconstrução de conhecimentos existentes sobre os temas investigados. A ATD constitui-se basicamente nos seguintes passos: a unitarização, fragmentação ou produção de unidades de análise, que consiste na desconstrução dos textos do *corpus*; o reagrupamento, a partir do ato de estabelecer relações entre os fragmentos, aqui chamado de categorização; e a captação do novo emergente, com a descrição e interpretação dos elementos estudados, conhecida como metatexto. De acordo com Moraes e Galiuzzi (2007, p. 12), esse processo pode ser comparado a uma tempestade de luz, pois cria as condições para que, em meio ao caminho caótico e desordenado, formem-se flashes de luz sobre os fenômenos investigados.

No presente estudo, nosso fenômeno investigado é a Memória Institucional comunicada pelas universidades comunitárias. O *corpus* consiste nos textos disponíveis nos portais institucionais das ICES vinculadas ao COMUNG, capturados e copiados ao longo do mês de outubro de 2018. O conjunto de textos submetidos à análise, é composto por duas formas de apresentação textual: as Apresentações Institucionais (AI) e as notícias veiculadas no período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018, seja na área específica dos portais das seis ICES escolhidas ou nos periódicos institucionais (jornais e revistas), disponíveis nesta mesma ambiência online e com notícias correspondentes ao período citado.

Inspirados na ATD, optamos por estruturar esta pesquisa de forma a permitir que a leitura consista na familiarização e impregnação com a Memória Institucional, a comunicação organizacional e as universidades comunitárias, para, então, fazer a imersão no que resultou das etapas de desconstrução do *corpus*, ou unitarização; de estabelecimento de relações entre as unidades de análise fragmentadas, ou seja, a categorização; e a captação do novo emergente, resultado da análise e interpretação.

Nosso trabalho está disposto ao longo de sete capítulos. Este inicial traça um panorama e propõe interlocuções entre a comunicação, a memória e as universidades. Procuramos evidenciar a emergência do tema da memória no contexto do século XX, percebida como uma forma de valorização de diferentes vozes e personagens, em âmbito internacional e nacional. No Brasil, esse movimento ocorreu especialmente no final do século XX, com a redemocratização, abrangendo o contexto das organizações e auxiliando-as na composição de sua identidade. Acerca das universidades comunitárias, expomos este como um campo

a ser explorado, a fim de analisar as ações de comunicação voltadas à construção e valorização da memória dessas instituições. Apresentamos, ainda, as questões de pesquisa, os objetivos do trabalho e nossa opção metodológica, a Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2007).

No segundo capítulo, ao tratar das dimensões da memória, nos propusemos a percorrer uma linha evolutiva acerca do tema, abrangendo os conceitos básicos apoiados nas definições de referências clássicas da Escola Francesa, com Halbwachs (2006) e Le Goff (1924-2014), além do contemporâneo Candau (2012), e o português Catroga (2001; 2015). No cenário contemporâneo brasileiro, enfocando a Memória Institucional e empresarial, valemo-nos de autores como Nassar (2004; 2008; 2009; 2013) Thiesen (2013), Worcman (2004) e Totini e Gagete (2004) para tratar de aspectos da Memória Institucional e Memória Empresarial.

No terceiro capítulo, trazemos algumas interfaces possíveis da comunicação com áreas complementares, como as que a aproximam da memória e da história; da cultura e identidade; além da evolução da comunicação organizacional, dos anos 1960 até o século XXI. Entre os autores selecionados para a sustentação teórica estão Kunsch (2016), Torquato (2002; 2009; 2017), lasbeck (2007; 2009) e Baldissera (2014).

As universidades ganham espaço no quarto capítulo. Nesta etapa, procuramos valorizar o contexto sócio-histórico, destacando aspectos desde o surgimento destas instituições no Ocidente, em Bolonha, na Itália, até a recente legislação brasileira, atualizada na presente década, contemplando o marco legal das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). A sustentação teórica conta com obras de Teixeira (1900-1971) e Cunha (1980), na trajetória da educação superior nacional, e de Vannucchi (2004) e Schmidt (2010; 2017), no que corresponde às universidades comunitárias. Também neste capítulo apresentamos as Instituições Comunitárias de Educação Superior que compõem o universo de nossa pesquisa e os critérios adotados para o recorte estabelecido.

O quinto capítulo é dedicado à aplicação dos procedimentos metodológicos da Análise Textual Discursiva (ATD). Cada passo proposto por Moraes e Galiazzi (2007) – fragmentação, categorização e produção de metatextos, com interpretação – se faz presente nessa etapa.

As visitas presenciais às ICES correspondem a uma segunda atividade intensiva da pesquisa, após a gama de conteúdo reunido para análise nos portais e

a execução de todos os procedimentos da ATD. Para o conhecimento *in loco* de práticas de Memória Institucional descritas na ambiência online, foram percorridos mais de 2.600 km por seis cidades do Rio Grande do Sul. Além disso, os produtos de memória disponíveis nos portais de cada universidade são descritos e analisados, e também compõem o sexto capítulo. A interpretação dos dados dessa fase completa a etapa de estudos que antecede a conclusão.

As considerações finais a respeito da pesquisa estão no capítulo de conclusão. Nele, discorreremos sobre nossos achados e percepções resultantes de dois anos de investigação contemplando os portais institucionais das universidades comunitárias gaúchas e visitas *in loco*. Um aspecto emergente da pesquisa trata da criação de uma nova proposta, a Memória Institucional Comunicada. Ela parte da dimensão da Organização Comunicada, de Baldissera (2014), que por sua vez tem suas bases no interacionismo simbólico. Acreditamos que a Memória Institucional Comunicada se efetiva como resultado das relações estabelecidas entre Instituição e comunidade, com participação ativa desta última.

2 DIMENSÕES DA MEMÓRIA

A memória é um tema trabalhado há centenas de anos, e os primeiros registros antecedem a escrita como forma de expressão. Para que possamos compreender sua evolução, em paralelo ao desenvolvimento da humanidade, traçaremos um percurso histórico a fim de expor a evolução do conceito, suas aplicações e interpretações a partir de diferentes óticas. Filósofos, religiosos, psicanalistas e historiadores são alguns dos profissionais que se dedicaram a debater, explicar e interpretar as dimensões da memória no campo científico global (LE GOFF, 1996), e recorreremos a eles com o propósito de embasar nossas argumentações.

2.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA

Para tratarmos de um tema que permite diferentes interpretações, como é o caso da memória, é apropriado traçarmos um fio condutor, revendo algumas etapas importantes desse conceito ao longo do tempo, bem como suas imbricações com a história. Temos consciência da relação próxima entre ambas, embora cada uma conte com sua própria definição.

Na obra *Teogonia* (1995), o poeta Hesíodo narra o surgimento da Mnemósine. De acordo com Rosario (2002), o nome da divindade grega prende-se ao verbo *mnéskein*, que significa “[...] lembrar-se de”. Sendo assim, Mnemósine vem a configurar, no universo mitológico grego, a personificação da memória.

Cerqueira e Lyra (1986), ao relatarem o pensamento de Hesíodo, discorrem que Mnemósine não só permite a rememoração como também a capacidade de esquecer os males e dar uma trégua às preocupações. Os autores destacam:

Mnemósine, a divindade que tem seu nome extraído de uma função psicológica, ocupa na *Teogonia* lugar de destaque, perfeitamente compreensível, se lembrarmos o caráter da civilização grega entre os séculos VIII e VII a.C., quando não havia ainda a escrita, e a memória, lembrança do passado, chegou a ser divinizada. O *aedo*, por valer-se sobretudo de sua memória, cria a literatura oral épica que culminará com a épica escrita do *aedo* Homero (CERQUEIRA; LYRA, 1986, p. 18).

Ainda de acordo com as autoras, Hesíodo tratava Mnemósine como mãe das Musas⁹, assinalando sua importância ao servir de referência para a poesia, pelo dom sobrenatural dado aos poetas de estarem num estado de entusiasmo e trazendo-lhes o passado como fonte do presente (CERQUEIRA; LYRA, 1986).

Outro personagem marcante na cultura grega é Heródoto de Halicarnasso, considerado o pai da história (CATROGA, 2015). Para ele, as investigações (*historie, apódexis*) mais credíveis eram as que decorriam da observação direta (*ópsis*), ou seja, do testemunho. Outras fontes e relatos de terceiros eram aceitos como meras notícias a serem registradas pelo historiador-investigador, nas quais este não era obrigado a crer. Catroga (2015) entende que esta atitude metódica provinha da própria semântica da palavra que a designava. Ele acrescenta que, no ponto de vista de Heródoto, era necessário ser testemunha ocular, antes de tudo, para depois investigar e conjecturar. A partir de um olhar contemporâneo, a história é uma ciência na qual atuam os historiadores, profissionais apoiados em documentos, vestígios e evidências de acontecimentos ocorridos no passado. Ela é contingente e empiricamente verificável, a partir do olhar de Lowenthal (1998), mas tem vínculos com a memória.

Memória e história são processos de introspecção (*insight*); uma envolve componentes da outra, e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e história são normalmente, e justificadamente, diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável *prima-facie*; a história é contingente e empiricamente verificável (LOWENTHAL, 1998, p. 66).

Ao utilizar-se de adjetivos como inevitável e indubitável para referir-se à memória, o autor nos remete, de certa forma, a algo da ordem da emoção, do sentimento, que emana do sujeito muitas vezes com vigor, mas sem precisão. Ao apresentar suas definições para esses dois temas, Nora (1993), com o qual dialogaremos mais vezes nesse trabalho, destaca:

⁹ As Musas Olímpicas (HESÍODO, 1986) são as nove filhas da união de Zeus e Mnemósine. Esta, por nove noites, recebeu Zeus em seu leito e, ao final de um ano, gerou Clio, Euterpe, Tália, Melpômene, Terpsícore, Érato, Polímnia, Urânia e Calíope. A cada uma foi atribuída uma arte/saber/habilidade única: à Musa Clio, a História; à Euterpe, a música; à Tália, a comédia; à Melpômene, a tragédia; à Terpsícore, a dança; a Érato, a poesia lírica; à Polímnia, a pantomina; à Urânia, a astronomia; e à Calíope, a épica.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, [...] uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (NORA, 1993, p. 9).

Podemos interpretar que o conceito de memória exposto pelo autor traz elementos de pulsação e latência, visto que “[...] a memória é a vida”, está permanentemente em construção e reconstrução, gozando tanto de liberdade quanto incorrendo em imprecisão e vulnerabilidade. Ele também dissocia a memória de um exercício individual. Ao citar que ela é carregada por grupos vivos, nos remete à proposta de memória coletiva defendida por Halbwachs (2006), o qual compreende que para recorrer ao próprio passado, uma pessoa acaba por valer-se das lembranças de outras, ancorando-se em pontos de referência fora de si, determinados pela sociedade. Para este sociólogo, “[...] é porque podemos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes de recordá-las a qualquer momento e quando o desejamos” (HALBWACHS, 2006, p. 67). Outros dois aspectos destacados por Nora são a afetividade e a magia. Essas conotações dão margem ao descompromisso com a fidedignidade, muito embora não seja um desejo que a memória seja fantasiosa. Ela pode ser coerente, mas também livre de amarras e suscetível a resgates e evocações por motivações afetivas guardadas em nosso espírito, como já destacou Halbwachs (2006), ao mencionar que a algumas lembranças reais se junta uma compacta massa de lembranças fictícias. A história, por sua vez, tem como característica o saber intelectual, a verificação, classificação e comprovação de fontes. Na busca de reconstruir uma representação do passado, sustenta-se em provas documentais.

Ainda na percepção de Nora (1993), memória e história estão longe de ser sinônimos, podendo opor-se uma à outra. “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história está ligada às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas” (NORA, 1993, p. 9).

Com o propósito de ampliar as definições, mas sem a pretensão de esgotar o tema, trazemos a perspectiva antropológica de Candau (2012). Para o autor:

A história busca revelar as formas do passado, enquanto a memória os modela, um pouco como faz a tradição. A primeira tem uma preocupação de ordenar, a segunda é atravessada pela desordem da paixão, das emoções, dos afetos. A história pode vir a legitimar, mas a memória é fundadora (CANDAUI, 2012, p. 131).

É reiterado o fator emocional vinculado à memória, tanto quanto ratificado o perfil técnico da história. Se a busca pela legitimidade é o elemento impulsionador do exercício historiográfico, podemos inferir que ele não teria grande significado sem o ponto de partida representado pela memória. Longe de serem definições estanques, percebemos que existe permeabilidade e ambiguidade entre memória e história. Ainda em seu livro *Memória e Identidade*, Candau (2012) se refere à história como filha da memória no intuito de consolidar a cronologia entre os conceitos.

É importante pontuar, não a título de desfecho do debate, mas como forma de reflexão proposta por Catroga (2015), que tanto a memória quanto a escrita da história estão irmanadas pelo objetivo comum de vencer semioticamente a consciência da fugacidade do tempo, ou seja, não atuam de forma oposta, mas complementar. Ele acrescenta que “[...] a perspectiva problematizadora da historiografia não consegue vencer, por inteiro, os ‘ardis da memória’, o que a impossibilita de ser um ente autotransparente a si mesmo” (CATROGA, 2001, p. 65). Este mesmo autor ressalva que a responsabilidade ética e epistêmica inerente ao ofício do historiador o faz pôr em suspeita a memória e as narrativas frente às provas documentais que consolidam o seu labor.

2.2 HISTÓRIA DA MEMÓRIA

Na contemporaneidade, o termo memória está associado a usos diversos, como mencionamos anteriormente, podendo ser interpretado a partir da perspectiva biológica, quando tratamos de temas como a hereditariedade; das neurociências, ao tratar dos tipos e mecanismos de retenção, evocação e extinção (IZQUIERDO et al., 2013); da psicologia e da psiquiatria, ao adentrarmos os campos da terapia e das perturbações, entre outros; do ponto de vista da história, com suas técnicas de

estudo e documentação; da tecnologia da informação, ao abordarmos a capacidade estendida de armazenamento de informações; ou da comunicação, ao enfocarmos desde as origens do ato mnemônico, na era da oralidade, com uma sociedade ainda ágrafa, até os tempos atuais, em suas múltiplas possibilidades, dentre elas a Memória Institucional.

O psicólogo francês Pierre Janet, citado por Jacques Le Goff (1996, p. 424), considera que o comportamento narrativo é o ato mnemônico fundamental, “[...] que se caracteriza antes de mais nada pela sua *função social*, pois que é comunicação a outrem de uma informação”. Esse argumento está embasado nas origens das abordagens sobre memória, quando se tratava, em sociedades predominantemente orais – antes do surgimento da escrita –, da guarda e transmissão de conhecimentos, visando à unidade de grupos étnicos e ao exercício da memorização. “Nestas sociedades sem escrita há especialistas da memória, homens-memória: ‘genealogistas’, guardiões dos códices reais, historiadores da corte, ‘tradicionalistas’” (LE GOFF, 1996, p. 429). Essas pessoas são consideradas repositórios da memória da sociedade, exercendo uma função de unir os grupos a partir da sua sabedoria e transmissão dos ensinamentos acumulados geração após geração.

Temos, na oralidade, uma forma próxima e agregadora de comunicar. Por longos séculos, essa foi a principal maneira de comunicação entre os seres humanos, até o surgimento da escrita. Quando os relacionamentos eram estabelecidos pela palavra falada, havia uma necessidade da memória para reter as informações e transmiti-las de geração para geração. Essa característica de difusão de conteúdo, aprendido pela experiência ou simplesmente decorado, era suscetível, também, à imprecisão na descrição de fatos e relatos. As sociedades onde predominava a oralidade primária (ONG, 1998) eram reconhecidas como pré-letradas. Além de viverem em ritmo mais lento, a predominância da cultura oral representava também um limitador no que se refere à disseminação do saber para localidades mais distantes. Nesse contexto, podemos verificar a tendência de os velhos ocuparem lugar elevado como bancos de reserva da experiência e entretenimento (RIESMAN, 1974). Com a evolução da humanidade, a escrita veio para servir de novo suporte ao conhecimento, contribuindo para a documentação dos registros a serem lembrados pelas futuras gerações.

Antes da escrita, a forma adotada para perpetuação de mensagens pelas civilizações egípcias e greco-romana, nos séculos XVIII e XVII a.C., eram as estelas¹⁰, monumentos feitos de pedra e mármore, com epígrafes, criadas para celebrações fúnebres, conquistas de territórios e homenagem a personagens. As inscrições acumulavam-se e obrigavam o mundo greco-romano a um esforço de comemoração e de perpetuação da lembrança, de acordo com Le Goff (1996). Pedra e mármore eram verdadeiros repositórios de memória.

O avanço tecnológico¹¹ se deu por etapas e enfrentou resistências. Exemplo de oposição ao desenvolvimento da escrita como suporte mnemônico está presente na mitologia grega em *O julgamento de Thamus*. No primeiro capítulo de *Tecnopólio – a rendição da cultura à tecnologia*, Neil Postman (1994) apresenta a lenda da obra *Fedro*, de Platão. Nela, Sócrates, em diálogo com seu amigo Fedro, comenta que, um dia, Thamus, rei de uma grande cidade do Alto Egito, recebeu o deus Theuth, responsável por inúmeros inventos, como os números, a astronomia e a escrita. Este, por sua vez, fez a seguinte argumentação ao apresentar a escrita, na descrição de Sócrates:

Aqui está uma realização, meu senhor rei, que irá aperfeiçoar tanto a sabedoria como a memória dos egípcios. Eu descobri uma receita segura para a memória e para a sabedoria”. Com isso, Thamus replicou: “Theuth, meu exemplo de inventor, o descobridor de uma arte não é o melhor juiz para avaliar o bem ou dano que ela causará naqueles que a pratiquem. Portanto, você, que é o pai da escrita, por afeição ao seu rebento, atribui-lhe o oposto de sua verdadeira função. Aqueles que a adquirirem vão parar de exercitar a memória e se tornarão esquecidos; confiarão na escrita para trazer coisas à sua lembrança por sinais externos, em vez de fazê-lo por meio de seus próprios recursos internos. O que você descobriu é a receita para a recordação, não para a memória. E quanto à sabedoria, seus discípulos terão a reputação dela sem a realidade, vão perceber uma quantidade de informação sem a instrução adequada, e, como consequência, serão vistos como muito instruídos, quando na maior parte serão bastante ignorantes. E como estarão supridos com o conceito de sabedoria, e não com a sabedoria verdadeira, serão um fardo para a sociedade (POSTMAN, 1994, p. 14).

¹⁰ Estelas são placas em de pedra, madeira ou faiança com inscrições e imagens. As estelas funerárias eram colocadas nos túmulos com preces que garantiriam o bem estar do morto e lembrariam aos vivos seus feitos em vida. Através delas se conhece muito da história do Egito. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/4/estela.htm>. Acesso em: 13 out. 2018.

¹¹ Tomamos por base, no presente estudo, a ideia de tecnologia defendida por Ong (1998), como ferramentas e equipamentos que possibilitaram, ao longo da existência humana, a perpetuação e transmissão de mensagens, desde a escrita até os computadores, e que contribuíram, em nosso entendimento, como recursos de memória.

Nessa conversa entre Thamus e Theuth, percebe-se o valor atribuído à memória, tanto pelo rei como pelo deus, mas sob diferentes pontos de vista. Se para Theuth a solução é oferecer a escrita como um suporte à memória e à sabedoria, possibilitando futuras consultas, seu monarca, em contrapartida, vê no ato da memorização do conhecimento a essência da sabedoria, e, na escrita, a diminuição do valor do saber. O ato de recordar é visto como algo menor. Para Platão, que expressa seu temor à escrita por meio desses personagens, saber de cor, ou, em inglês, *by heart*, teria valor maior, por depender dos próprios recursos internos, ou seja, a capacidade de memorizar.

Ong (1998, p. 97) defende que “[...] a escrita é uma tecnologia, exige o uso de ferramentas e outros equipamentos [...], superfícies cuidadosamente preparadas, peles de animais, tiras de madeira, assim com tintas, e muito mais”. Do ponto de vista do autor, se comparada às inovações decorrentes da impressão e do advento dos computadores, a escrita é a mais drástica das três tecnologias (ONG, 1998), justamente por ter sido a precursora do que essas duas tecnologias mais recentes apenas aprimoraram e adaptaram às novas necessidades.

Tal debate é forte no estudo da ecologia de mídia, a qual trata da forma como as novas tecnologias impactam a vida e o comportamento das pessoas. As contribuições de Harold Innis, com a obra *The Bias of Communication* (1951), de Marshall McLuhan, com *O Meio é a Mensagem* (1967), e de Walter Ong, com *Orality and Literacy* (1982), para citar alguns pensadores, são fundamentais para a compreensão desse tema. No entendimento desses autores, a escrita provocou extremas transformações nas antigas civilizações. Em uma síntese das obras de Innis, Sousa (2009) torna possível acompanhar a expansão e a perpetuação das realizações de impérios a partir dos suportes à escrita. A argila favoreceu as classes eclesiásticas, pela sua longa duração; as bibliotecas fortaleceram a monarquia; o papiro foi essencial ao desenvolvimento do Egito – sem mencionar as pirâmides, existentes até os dias atuais. Para os gregos, a combinação de papiro e alfabeto permitiu a organização da democracia, da literatura e das leis na Grécia.

Os registros escritos datam de épocas antigas, como é o caso da escrita cuneiforme (3.500 a.C), os hieróglifos egípcios (3.000 a.C.), o chinês (1.500 a.C) e, mais recentemente, o maia (50 d.C) e o asteca (1.400 d.C.). O alfabeto, no entanto, é comum às diferentes línguas, como ressalta Ong (1998, p. 104):

O fato mais notável sobre o alfabeto é, sem dúvida, o de que foi inventado apenas uma vez. Ele foi criado por um povo semítico ou por povos semíticos por volta de 1.500 a.C., na mesma área geográfica onde surgiu o primeiro de todos os registros escritos, o cuneiforme, mas 2 mil anos depois dele. [...] Todos os alfabetos do mundo – hebraico, ugarítico, grego, romano, cirílico, árabe, tâmil, malabarese, coreano – derivam, de uma forma ou de outra, do desenvolvimento semítico original, embora, como nos registros ugarítico e coreano, o desenho físico das letras nem sempre possa ser relacionado ao desenho semítico.

O movimento do mundo unicamente falado e auditivo para o também visual – a oralidade é uma característica que não deixa de existir, apesar das tecnologias que surgiram através dos tempos –, com o advento da escrita, motivou mudanças significativas. Além de novos suportes para a documentação de fatos e acordos (pedras, madeiras, ossos, vegetais, peles de animais, etc.), o conhecimento ganhou mobilidade. A cultura de memória, não o ato de aprender e decorar os saberes, mas de recordar os feitos de uma era, se fortaleceu. Os reis, no Ocidente e no Oriente, preocupados com seu legado e ansiosos por serem lembrados, criaram as instituições-memória (LE GOFF, 1996), como arquivos, bibliotecas e museus, valendo-se de escribas para redigirem anais com vitórias militares, benefícios da sua justiça e progressos do Direito, fornecendo exemplos memoráveis aos homens do futuro. Muitos desses registros seriam encontrados séculos mais tarde, tornando-se evidências históricas de uma época.

Retomando a civilização grega e integrando memória, imagem e lugares, temos a criação da mnemotecnica, atribuída ao poeta Simônides de Céos, no século V a.C. Ele é considerado o precursor da distinção entre a forma de memória até então reconhecida – de celebração, elogios e homenagens fúnebres a heróis de guerra – e a memória como uma forma de organização de espaços e lugares. De acordo com Smolka (2000), Simônides contribuiu para a dessacralização da memória, vendo-a não só como uma deusa. O poeta e pintor mostrou a memória também de forma técnica, a partir da memorização do alfabeto, de imagens, de lugares. Ele trabalhou articuladamente os métodos da poesia e da pintura, e compreendia a pintura como poesia silenciosa; e a poesia como a pintura que fala. “Tanto para a poesia como para a pintura, e também para a arte da memória, é dada importância excepcional à visualização intensa” (SMOLKA, 2000, p. 170). Surgem, daí, as formas de aquisição e educação da memória com vistas à aprendizagem.

Avançando para a Idade Média, a religião teve papel importante no campo de estudos da memória, especialmente o cristianismo. Santo Agostinho, no século IV, atribui outro significado às postulações de Simônides, ao tratar de novas dimensões da memória:

Irei também além desta força da minha natureza, ascendendo por degraus até Àquele que me criou, e dirijo-me para as planícies e os vastos palácios da memória, onde estão tesouros de inumeráveis imagens veiculadas por toda a espécie de coisas que se sentiram. Aí está escondido também tudo aquilo que pensamos, quer aumentando, quer diminuindo, quer variando de qualquer modo que seja as coisas que os sentidos atingiram, e ainda tudo aquilo que lhe tenha sido confiado, e nela depositado, e que o esquecimento ainda não absorveu nem sepultou. [...] Outras coisas há que, com facilidade e em sucessão ordenada, se apresentam tal como são chamadas, e as que vêm antes cedem lugar às que vêm depois, e, cedendo-o, escondem-se, para reaparecerem de novo quando eu quiser. Tudo isto acontece quando conto alguma coisa de memória (AGOSTINHO, 2004, p. 453-455, VIII, X).

As sensações do ato de evocar fatos passados são descritas de forma muito transparente, a noção da riqueza do que se pode reter em termos de experiências e conhecimento, a necessidade de concentração, as imprecisões do ato de lembrar e, até mesmo, os riscos de esquecimento. Em *Confissões*, Agostinho reserva diversos capítulos a reflexões sobre o tema, abordando também o esquecimento. Ele revela inquietações, aborda funções da memória, cita capacidades de matemática, memória da memória e lembrança de sentimentos, além da relação com o espírito.

Simônides e Santo Agostinho apresentaram e trouxeram para debate, respectivamente, as distintas possibilidades da memória. Mantendo a perspectiva cronológica, temos, na Igreja Católica, a lembrança dos mortos como um dos elementos disseminados ao longo dos séculos. Desde o século IX são recordados os santos, os mártires e os benfeitores, sendo merecedores de orações. Neste século, teve início a celebração de finados, em 2 de novembro. Nos séculos XII e XIII, França e Itália passam a ter políticas de cuidados com os arquivos urbanos, a partir dos registros notariais, como elucida Le Goff (1996).

No ambiente escolar, durante a Idade Média, embora o advento da escrita estivesse estabelecido há centenas de anos, valorizava-se muito o fato de os alunos saberem as lições e textos sagrados de cor. Para os mestres, inclusive no cenário

do surgimento das universidades¹², no século XII, a fusão entre oralidade e escrita tornava a memorização um exercício indispensável. Nesse contexto, foram difundidas regras mnemônicas atribuídas a Tomás de Aquino (1225-1274) e Alberto Magno (1200-1280), que influenciariam educadores pelos quatro séculos seguintes.

Eram elas:

- a) encontrar simulacros do que se deseja lembrar;
- b) inventar simulacros e imagens;
- c) colocar em ordem o que se deseja lembrar;
- d) meditar no que se deseja lembrar.

A memorização da escrita também era estimulada por um fator prático, pois além de os copistas levarem tempo para reproduzirem cada livro – e ainda assim com riscos quanto à fidedignidade do conteúdo, devido à dependência do domínio cultural desses profissionais –, havia dificuldade em obter os manuscritos novamente¹³.

A imprensa, segunda tecnologia de maior impacto no aprendizado e difusão do conhecimento, surgiu no Ocidente no final da Idade Média, no século XV, pelas mãos de Johannes Gutenberg (1394-1468), na Alemanha. O invento, por sua vez, causou uma redução na importância das mnemotécnicas. Em contrapartida, no século seguinte, a história passou a existir como forma de documentação qualificada dos fatos passados, “no século XVI, em 1552, aparecem os mémoires escritos por um personagem, em geral de qualidade; é o século em que a história nasce e o indivíduo se afirma” (LE GOFF, 1996, p. 460).

O contexto histórico, por sua vez, apresenta uma retração do papel da Igreja e da retórica, contrapondo-se à ascensão do conhecimento científico – permitindo a reprodução com precisão das observações – e das navegações exploratórias por parte das nações europeias ao redor do mundo. A imprensa contribuiu para a documentação desses feitos e sua disseminação por longas distâncias, permitindo aos leitores viajarem pelas páginas dos livros a partir das suas localidades e fortalecendo, também, o ensino, de acordo com Ong (1998).

¹² A Universidade de Bolonha, na Itália, é considerada a pioneira destas instituições no Ocidente (UNIBO, 2018). A data de origem, porém, é questionada, conforme veremos no capítulo dedicado às universidades.

¹³ Conforme Walter Ong (1998, p. 138), havia dificuldades para se encontrar originais manuscritos, fato que tornava a memorização algo fortemente recomendável “pelo fato de que, em culturas manuscritas altamente orais, a verbalização que se encontrava até mesmo em textos escritos conservava a padronização mnemônica que levava à recordação imediata”. Os leitores costumavam ler em voz alta por entenderem que isso auxiliava a reter o conteúdo na memória.

O alargamento da memória coletiva (LE GOFF, 1996) no século XVIII é outro fenômeno decorrente da impressão, quando passam a ser editados os dicionários e as enciclopédias. Ao recuperar esse tópico, Le Goff (1996) destaca o trabalho de Leroi-Gourhan (1911-1986), para o qual a enciclopédia consiste em uma memória alfabética parcelada, reunindo em seus verbetes uma fração da memória total.

A institucionalização das comemorações de datas nacionais, como forma de recordação, teve na Revolução Francesa um importante marco. A manifestação mais conhecida nesse sentido está presente na Constituição Francesa de 1791¹⁴. A partir do século seguinte, outras nações adotariam o procedimento. Em paralelo, multiplicaram-se práticas para fazer da memória um souvenir, aplicando em moedas, selos dos correios e medalhas as marcas de um tempo ou celebração. De certa forma, a sociedade retomou hábitos da época em que eram gravadas epígrafes nas estelas por imperadores e conquistadores. Porém, nesses novos tempos, os suportes eram leves e produzidos em larga escala.

O surgimento de museus, arquivos públicos e galerias com obras de arte, todos abertos à sociedade, começou nos últimos anos do século XVIII e se proliferou pela Europa e diferentes continentes no século XIX. A Grande Galeria do Louvre foi inaugurada em 1793, enquanto os alemães criaram o Museu das Antiguidades Nacionais de Berlim, em 1830, como destaca Le Goff (1996). Nesse período, ocorre a primeira revolução industrial, com o uso do tear mecânico, inicialmente na Inglaterra, e das máquinas a vapor.

Já no século XIX, a invenção da fotografia, por Louis Daguerre (1787-1851), tornou-se um elemento inovador nas possibilidades de armazenamento de imagens em um novo suporte para a memória, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento cronológico da vida e dos acontecimentos. Em período histórico equivalente, novas possibilidades passaram a ser trabalhadas pela ciência, como a memória biológica, quando o tema da hereditariedade passa a ser discutido, bem como a busca por respostas mais esclarecedoras acerca da evolução dos seres vivos, a exemplo da expedição de Charles Darwin (1809-1882), a bordo do HMS Beagle, documentada no livro *Origem das espécies*.

¹⁴Consta na Constituição Francesa de 1791 a instrução pública de estabelecimento de festas nacionais para conservar a lembrança da Revolução Francesa, manter a fraternidade entre os cidadãos e ligá-los à Constituição, à Pátria e à lei (UFMG, [20-?]).

A virada para o século XX trouxe novas luzes ao debate e fortaleceu a polissemia do tema. A memória passou a ser objeto de estudos da filosofia, com Henri Bergson (1859-1941) e, também, da psicanálise, com Sigmund Freud (1856-1939), este especialmente na interpretação dos sonhos. Outra abordagem singular emanou das ciências exatas, com o recurso das máquinas. Se até então o armazenamento de informações estava vinculado à memória coletiva, aos manuscritos, aos impressos e às representações de imagens (monumentos, pinturas, fotografias etc.), a memória eletrônica revolucionou a sociedade.

Desde o período da Segunda Guerra Mundial, com as primeiras máquinas de calcular e decifrar códigos, até os microcomputadores pessoais, as possibilidades se ampliaram espetacularmente. Podemos interpretar que, com esse novo salto tecnológico, passamos a conviver com três possibilidades de memória, no que tange à guarda das informações: a memória humana, sujeita à instabilidade, à imprecisão e altamente maleável, de acordo com as circunstâncias; a memória dos livros e objetos de arte, estável e verificável; e a memória das máquinas, estável e de fácil evocação – basta ligar o dispositivo eletrônico, carregá-lo e usufruir de suas possibilidades.

É oportuno mencionar que no início dos anos 1900, no qual houve a emergência de distintas abordagens de memória – assim como o desenvolvimento de outras disciplinas, como a antropologia, que faz o estudo comparativo da cultura (THOMPSON, 1995) – a humanidade passou pelo seu maior crescimento populacional no mais curto espaço de tempo da história. Se até o início do século passado estimava-se a existência de 1,6 bilhão de habitantes na Terra, no final do período havia mais de 6 bilhões (ONU, 2018). Essa expansão se deu num contexto complexo, no qual a urbanização, motivada pelas revoluções industriais, pelo aprimoramento nos cuidados com a saúde, no desenvolvimento científico e tecnológico e no acesso à educação, permitiu melhores condições de vida e de trabalho, com taxas de natalidade grandes e de mortalidade cada vez menores. Maculado por duas Grandes Guerras – e outras mais setORIZADAS por disputas políticas, econômicas e religiosas –, o século XX se encerrou com um forte movimento de pesquisa da memória, muito possivelmente fruto do esclarecimento e da capacidade intelectual de uma sociedade mais urbana e organizada. Tanto Bergson (2006), em *Matéria e Memória*, como Halbwachs (2006), ao tratar da memória coletiva, e Pierre Nora (1993), mais recentemente, ao problematizar os

lugares de memória, entre outros, reforçaram o debate intelectual e até os dias de hoje representam importantes referenciais teóricos para trabalhar o tema, que ganhou fôlego desde a virada do século XIX para o século XX.

2.3 MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE

Se a memória pode ser vista como um elemento essencial do que costumamos chamar de identidade (LE GOFF, 1996), justifica-se o seu estudo e interpretações na contemporaneidade. Em um mundo no qual aconteceram mudanças significativas nas décadas mais recentes – nas relações sociais, comerciais e políticas, no desenvolvimento de novas tecnologias, no olhar globalizado sobre a economia, no encurtamento dos prazos –, desperta a necessidade de olhar para si, para suas raízes, entender os elementos que compõem a identificação com as pessoas próximas, com o meio social e laboral, e com o próprio tempo em que se vive.

Os reflexos de uma vida líquido-moderna, estudados por Bauman (2007), com aceleração permanente, como tem se caracterizado o século XXI, podem ser percebidos no comportamento e no relacionamento entre as pessoas, em novas formas de produção, nos hábitos de consumo e, inclusive, na produção e difusão do saber. Olhar para trás, nesse contexto, não representa regredir, mas localizar os alicerces da própria existência, das afetividades e dos relacionamentos.

Para Candau (2012, p. 60), “[...] as relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõem um trabalho da memória”. Ou seja, reconhecer-se é um ato de memória. Se não temos essa percepção clara ou se de alguma forma perdemos a memória, conseqüentemente perderemos nossa identidade¹⁵. Candau (2012) considera que na ausência da memória há um esvaziamento do sujeito, algo que o deixa permanentemente no tempo presente, incapacitando-o de reconhecer-se ao perder suas capacidades conceituais e cognitivas.

A relação entre memória e identidade, percebida a partir dos tempos atuais, tem se sustentado em movimentos de questionamento da história oficial, o que, de

¹⁵ Optamos por trabalhar a relação entre memória e identidade a partir da perspectiva dos autores Jacques LeGoff (1996) Jöel Candau (2012).

algum modo, também gera um acúmulo de lembranças, fomentado por atores de fora do círculo dos historiadores. “Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e minorias sociais, sentem a necessidade de encontrar suas origens” (NORA, 1993, p. 17). Para o autor, esse interesse se deve ao fim da história-memória, o que podemos associar ao fenômeno da pós-modernidade¹⁶. É possível que esse movimento de recuperação da identidade tenha principiado com acontecimentos do início do século XX, que abordamos na etapa anterior, com as reflexões filosóficas de Bergson (1859-1941), as interpretações psíquicas de Freud (1856-1939) e a abordagem literária a partir do escritor francês Marcel Proust (1871-1922).

Houve, nas décadas recentes – desde os anos 1970 –, uma pulverização da memória geral em memória privada. O propósito é uma investigação das lembranças, um reencontro, o desejo do pertencimento que, por sua vez, gera engajamento. Nora (1993), porém, critica o que chama de psicologização da memória, pois detecta a diminuição de importância da memória coletiva em relação à individual. Na sua visão, “[...] menos a memória é vivida coletivamente, mas ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória” (NORA, 1993, p. 18). A leitura da individualização da memória ao longo dos séculos até as recentes décadas é partilhada por Fentress e Wickham (1994), os quais identificam um recuo da memória cada vez mais para o plano pessoal, como uma fonte de conhecimento privado, não social.

Connerton (1993), em *Como as sociedades recordam*, destaca a importância do conceito de memória social, ancorando boa parte de seus argumentos no trabalho de Halbwachs (2006) e indo além nas interpretações. O autor reflete a respeito da transmissão e da conservação da memória dos grupos, buscando compreender como se dão esses fenômenos. Para Connerton, as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente, fruto da memória partilhada. “Conservamos as nossas recordações através da referência ao meio material que nos cerca. [...] É para os espaços sociais [...] que devemos voltar nossa

¹⁶ Os estudos sobre o fenômeno da pós-modernidade, termo cunhado por Jean-François Lyotard (1924-1998), em 1979, apresentam provocações, colocam em dúvida crenças e certezas sobre como pensar o mundo até as primeiras décadas do século XXI e promovem um exercício para deslegitimar mitos e verdades até então inquestionáveis. Ao mesmo tempo, problematizam a sociedade pós-moderna e suas características: o consumo, a lógica de mercado globalizada, o excesso de informação, a falta de comunicação, o individualismo, os avanços tecnológicos e a consequente velocidade dos acontecimentos.

atenção, se queremos que as nossas recordações ressurjam” (CONNERTON, 1993, p. 45).

Além dos espaços sociais, a comunicação entre indivíduos de diferentes gerações, no entendimento do antropólogo britânico, é indispensável à coesão de um grupo e à construção de uma memória social. Não basta, então, a memória estar viva e restrita àqueles que a viveram sem que seja partilhada com outras pessoas durante seu tempo de vida. “É necessário também que os membros mais velhos do grupo não negligenciem a transmissão dessas representações aos membros mais jovens” (CONNERTON, 1993, p. 46).

Nessa mesma linha, Fentress e Wickham (1994) compreendem que a memória, embora seja subjetiva, “é estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas ideias coletivamente assumidas e por experiências partilhadas com os outros. Também isso constrói uma memória social” (FENTRESS; WICKHAM, 1994, p. 20).

A partir dos autores que discorrem sobre memória social, podemos compreender a relevância desse conceito para a sustentação e a perpetuação da cultura em uma sociedade. Esse olhar se coaduna com o de Goodenough (1957), que considera a cultura de uma sociedade como resultado de uma aprendizagem coletiva, acumulada ao longo da vida e, porque não, recebida dos mais velhos.

O olhar/desejo privado de memória é refletido por Meihy (2013) como uma reação à anulação de singularidades nas formas adotadas de descrição histórica com base na coletividade. Essa insatisfação pelo silêncio, ao qual alguns grupos foram relegados, acabou por promover a autonomia de novos narradores, que passaram a protagonizar os discursos. Com isso, o autor destaca:

Novos discursos despontaram em substituição a desgastados conceitos convencionais formalizados, em particular, os documentos escritos. Sobretudo, limites identitários foram atingidos por não terem sido contemplados nas possibilidades documentais que, em suas “grandes explicações”, reduziam particularidades (MEIHY, 2013, p. 32).

Apesar da compreensível crítica de Nora (1993) ao excesso de privatização da memória, Meihy (2013) contemporiza, mostrando que a frustração de pessoas que não viram suas vidas, experiências, sofrimentos e testemunhos documentados pela história oficial gerou um movimento de manifestação individual, de mobilização

pela construção de referenciais e de uma busca por (ou reforço da) identidade. Esse aspecto se acentuou nos anos recentes, notadamente no século XXI, com a ampliação de possibilidades narrativas e novos suportes, especialmente os digitais, que facilitam, numa cultura participativa (JENKINS, 2014), a propagabilidade das falas, alcançando públicos antes distantes pela limitação dos recursos impressos, por exemplo.

A disputa pelo reforço da identidade a partir da memória também pode ser interpretada como uma resistência ao esquecimento, ou, ainda, uma disputa com as versões historiadas dos fatos e uma maneira de não se deixar apagar no tempo. O esquecimento, no entanto, é inevitável e, por vezes, desejável.

O conto narrado por Jorge Luis Borges (1899-1986), intitulado *Funes*, o *memorioso*, mostra um homem simples, dedicado às lidas campeiras, capaz de reter em sua mente todos os acontecimentos por ele vividos, sem qualquer perda de detalhes. Essa habilidade foi desenvolvida (ou aguçada) após uma queda de um cavalo, que o deixou paraplégico. Irineo Funes, um jovem de 19 anos, revelou ao menino Borges, que o visitara numa estância do Uruguai (Fray Bentos), onde este passava suas férias, a capacidade infalível de percepção e memória. Isso o tornava capaz de captar e recordar absolutamente tudo, um aparente privilégio que também revelou-se fonte de sofrimento. “Minha memória, senhor, é como um monte de lixo” (BORGES, 2007, p. 105), disse Funes ao garoto Borges, que o escutava atentamente em uma visita ao convalescente. Com uma capacidade única de arquivar informações, Funes aprendeu o inglês, o francês, o português e o latim. Lia muitas obras clássicas. Porém, suspeitava Borges em seu conto, que o peão de estância não era capaz de pensar. “Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair” (BORGES, 2007, p. 108), refletiu o narrador. E, de fato, o pobre Irineo não tinha essa capacidade. Funcionava como um gravador ininterrupto. Funes, de acordo com o conto, morreu aos 21 anos, de congestão pulmonar.

A título de analogia com a memória eletrônica, Funes teria uma capacidade superior às máquinas, tendo em vista que estas somente são capazes de gravar o que está programado para salvar, ou, então, obedecem aos comandos humanos. Ainda numa alegoria aos cérebros eletrônicos, o camponês tinha memória, mas nenhuma necessidade de comunicá-la. Guardava em si e para si os dados armazenados.

Tal como o conto de Borges (2007) ilustra, o esquecimento é importante à nossa sobrevivência. Parece assustador, desnecessário, inútil e funesto ser um arquivo ambulante. Nossa memória exprime a ligação do nosso espírito ao nosso corpo e do nosso corpo com o mundo social e natural que nos rodeia, sustentam Fentress e Wickham (1994). No entanto, destacam os autores, esta continuidade é também fonte de esquecimento normal.

Cabe esclarecer que o esquecimento é refletido por diferentes autores e caracterizado sob variadas formas. Paul Ricoeur (2007), ao discorrer sobre o tema na obra *A memória, a história, o esquecimento*, dedica um capítulo ao tópico. Para ele, o esquecimento continua sendo a inquietante ameaça que se delinea no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história. Se visto como um dano, fraqueza ou uma lacuna temporal, a memória é percebida como uma luta contra o esquecimento. Ao tratar do que chama de apagamento e de persistência dos rastros memoriais, o filósofo francês aprofunda-se no debate das ciências neuronais, discutindo o esquecimento como uma disfunção/distorção da memória, mas também suas contraposições. Nesse aspecto, acredita que o esquecimento é deplorado assim como o envelhecimento ou a morte, por ser uma das faces do irremediável. “A memória passa diariamente pela experiência da erosão” (RICOEUR, 2007, p. 448), associada às limitações cerebrais decorrentes do ato de envelhecer. No entanto, podemos ter acesso a pequenas felicidades por meio de lembranças que nos pareciam perdidas, e isso nos mostra, muitas vezes, que o temor de perdê-las pode ser maior do que as perdas em si.

Num recorte sobre o esquecimento de recordação – usos e abusos da memória –, Ricoeur (2007) reflete sobre o esquecimento e a memória impedida, especialmente relacionada a eventos traumáticos, sob a ótica da psicanálise; o esquecimento e a memória manipulada, com exercício de acomodação dos fatos que convêm serem lembrados/esquecidos; e o esquecimento comandado, que trata da anistia como perdão para evitar condenação e castigo (RICOEUR, 2007). Cabe, aqui, uma atenção especial para a forma como o autor relaciona identidade e esquecimento:

As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. Para quem

atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde da constituição da identidade pessoal e até das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial (RICOEUR, 2007, p. 455).

Vemos aqui mais uma justificativa ao desejo de memória individualizada que move muitas pessoas e que recebe críticas de autores como Nora (1993) e Huyssen (2000). Para escapar das estratégias do esquecimento, torna-se legítimo criar uma narrativa própria.

No que tange à memória das organizações, as práticas que evocam o passado são comumente assentadas em situações positivas, festivas, agradáveis. Já os períodos conflituosos, sob o olhar da gestão, passam despercebidos ou são deliberadamente esquecidos. Pode ser por uma estratégia de autoproteção, visando à perpetuação dos empreendimentos e à manutenção do negócio.

É adequado problematizarmos que nessas lembranças – e esquecimentos – normalmente não são contemplados elementos contraditórios ou de tensão (greves, paralisações, conflitos). Ao fazer uma leitura crítica a esse respeito, Andreoni (2018, p. 92) destaca, no contexto das organizações, que “[...] em um cenário de tantas incertezas e volatilidades, a Memória Organizacional pode se configurar como uma alternativa de (re)construção do real. Um *real arquitetado*” (grifo da autora). O objetivo seria o estreitamento da relação com seus públicos, num processo de identificação, engajamento, pertencimento e empatia.

Convém lembrarmos que no ambiente organizacional a seletividade do que é recordado está atrelada, principalmente, a quem exerce as posições hierárquicas mais altas. A esse respeito, Ravasi (2014) discorre sobre a história organizacional como uma reconstrução seletiva e parcial dos eventos passados, e que, para preservar o discurso dominante, as narrativas memorialísticas estão suscetíveis ao sacrifício da precisão dos fatos.

No caso das universidades comunitárias, apresentamos o questionamento sobre as circunstâncias de evocação das memórias institucionais. No que corresponde à identidade, pretendemos revelar se a identificação como Instituições Comunitárias de Educação Superior é um elemento visível da comunicação da memória.

2.4 MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Após trabalharmos questões relacionadas ao desenvolvimento da memória ao longo do tempo e sua relação com a identidade, direcionamos nosso olhar para a Memória Institucional. Ao lado da comunicação organizacional e das universidades comunitárias, ela forma o alicerce principal dessa discussão.

Ao abordar o tema Memória Institucional, é oportuno frisar que ela tem relação muito próxima com os conceitos de Memória Empresarial e Memória Organizacional. Desenvolveremos uma argumentação sobre os três enquadramentos a fim de proporcionar melhor compreensão – sob a perspectiva de diferentes autores – e justificar nossa escolha pelo termo inicial.

As referências brasileiras sobre o tema da Memória Empresarial e institucional são recorrentes nas pesquisas dessa área. Isso revela a oportunidade crescente de exploração do tema, especialmente no campo da comunicação organizacional. Falamos, pontualmente, de três pesquisadoras, oriundas de universidades dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, os mais industrializados do país e berços dos primeiros trabalhos de construção histórica de empresas.

Em capítulo assinado na obra *Memória de Empresa*, organizada por Paulo Nassar (2004), a historiadora Karen Worcman, fundadora do Museu da Pessoa¹⁷, em São Paulo, define Memória Empresarial como o uso que uma empresa faz de sua história. A profissional complementa:

A história de uma empresa não deve ser pensada apenas como um resgate do passado, mas como marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros. A sistematização da memória de uma empresa é um dos melhores instrumentos à disposição da comunicação empresarial e corporativa. Isto porque as

¹⁷ O Museu da Pessoa, por meio da apresentação disponível em sua página na internet, acredita que valorizar a diversidade cultural e a história de cada pessoa como patrimônio da humanidade é contribuir para a construção de uma cultura de paz. A principal missão é a de ser um museu aberto e colaborativo, que transforme as histórias de vida de toda e qualquer pessoa em fonte de conhecimento, compreensão e conexão entre pessoas e povos. Ao longo de sua trajetória, o Museu da Pessoa realizou cerca de 250 projetos de memória, nas áreas de Memória Empresarial, Educação, Desenvolvimento Comunitário e Cultura. Também inspirou a construção de três museus sobre histórias de vida (Portugal, Canadá e Estados Unidos) e liderou campanhas internacionais para a valorização de histórias de vida (MUSEU DA PESSOA, [20-]).

histórias não são narrativas que acumulam, sem sentido, tudo o que vivemos (WORCMAN, 2004, p. 23).

A experiência de seu trabalho à frente do museu, sediado fisicamente na capital paulista, aliado ao conhecimento acumulado no trabalho de preparação de acervos históricos de organizações, alicerçam a fala de Worcman. Filha de imigrantes judeus vindos da Europa após a Segunda Guerra Mundial, a historiadora teve na família o mais rico ambiente de contato com relatos memoriais, vivência que levou para o meio acadêmico e transformou num empreendimento cultural (ROVANI, 2005). A partir do trabalho que desenvolve com sua equipe no Museu da Pessoa, Worcman (2004) considera a história de uma empresa também a história das pessoas que participaram de sua trajetória, e que transcende a preservação física de documentos e monumentos.

As historiadoras Beth Totini e Élide Gagete¹⁸ (2004), igualmente integrantes da obra referida, defendem que o conceito de Memória Empresarial tem como origem os estudos acadêmicos decorrentes da evolução das organizações norte-americanas, promovidos nos anos 1920. O interesse se materializou na criação da *Business Historical Society*, surgida das *business schools*. Em 1927, revelam que “[...] foi criada a disciplina ‘História Empresarial’, em Harvard, para estudar a biografia de empresários e a evolução das instituições a partir de seus arquivos” (TOTINI; GAGETE, 2004, p. 113). O principal objetivo, porém, consistia em apreender técnicas administrativas dos empresários, e não propriamente a preservação e a sistematização da história das empresas. Esse modelo foi replicado na Europa, mas, nos anos 1940 e 1950, os norte-americanos mudaram sua abordagem, passando a focar os processos internos de mudança, competição, estrutura corporativa e parcerias, entre outros. Ainda assim, predominava o olhar acadêmico, sendo as organizações puramente objetos de análise. Foi nos anos 1970, porém, o início dos trabalhos de profissionais da História no ambiente das empresas, na função de “[...] historiadores – arquivistas”, como apresentam Totini e

¹⁸ Beth Totini é historiadora graduada pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-graduada em Arquivística e Documentação pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP). Foi uma das pioneiras da área de memória empresarial no Brasil ao fundar a empresa Memória & Identidade. Élide Gagete, historiadora graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pós-graduada em Arquivística e Documentação pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), trabalhou por 25 anos na empresa Memória & Identidade (NASSAR, 2004).

Gagete (2004). A proposta, então, passou a ser de exploração das potencialidades desse instrumento para compreensão do passado e projeção do futuro.

Uma reflexão sobre Memória Institucional foi desenvolvida pela pesquisadora Icléia Thiesen em sua tese de doutorado¹⁹, cujo propósito foi oferecer as bases para o melhor entendimento desse conceito. Thiesen (2013, p. 77) sustenta que:

[...] o conceito de Memória Institucional busca identificar os elementos conceituais que atuam no processo de institucionalização das relações sociais. Isto porque, para compreendermos as relações entre memória e instituição é necessária uma articulação com a noção de sociedade/socialização, vista aqui como um processo que indica o conjunto das experiências que formam/conformam a identidade política e social dos indivíduos, bem como a imagem que têm de si mesmos e do outro, em suas relações com as instituições existentes na sociedade. As relações entre indivíduos e instituições são de fundamental importância para o processo de formação/aprendizagem social e política que conduz as ações de cidadania.

Depreendemos das palavras da autora, museóloga de formação, que o entendimento de instituição pressupõe coletividade, identidade e socialização. Para ela, a instituição acontece como resultado de demandas sociais variadas, assim como são variados os tipos de instituição.

Thiesen (2013), ao tratar de Memória Organizacional, defende que haja uma distinção entre organização e instituição, para que esta memória não seja confundida com Memória Institucional. Do seu ponto de vista, a Memória Organizacional está direcionada à informação-memória, ficando condicionada a valorizar sobretudo a eficiência. A Memória Institucional, por sua vez, tem como questão principal a legitimidade. A autora crê, ainda, que a Memória Institucional abrange a Memória Organizacional, mas não se limita a ela.

As universidades comunitárias são consideradas, neste trabalho, como instituições, de acordo com a perspectiva de Srour (2012), citado anteriormente. Para o autor, o termo instituição é aplicado em três circunstâncias que podem ou não ser cumulativas. Primeiro, pressupõe grupamentos sociais que gozam de

¹⁹ De acordo com Thiesen (2013), a pesquisa foi desenvolvida originalmente no ano de 1997, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. “É, portanto, uma pesquisa datada e, como tal, deve ser compreendida” (THIESEN, 2013, p. 21). Cientes da ressalva da autora, vemos como pertinente recorrer a essa fonte, pois permanece como referência de consulta na conceituação do tema da memória institucional.

estabilidade estrutural (como a Escola, ou uma rede de ensino); em segundo lugar, enquadram-se nessa categoria unidades sociais que construíram seu prestígio no decorrer dos anos (como a Cruz Vermelha, a ONU ou grandes universidades); e, como terceiro elemento, Srour vê como instituição o que chama de complexo sagrado de normas, responsáveis pela perpetuação da sociedade. Dentre essas normas estão os institutos do casamento, da herança, da propriedade privada, do usucapião, do *habeas corpus* ou da negociação coletiva, distinguindo dos dois primeiros, vinculados às organizações (SROUR, 2012).

Para Bernardes (1993), a instituição caracteriza-se por ter uma função de atender a certa necessidade social básica, e, também, uma estrutura formada por pessoas que partilham de crenças, valores e comportamentos, bem como relações de acordo com normas e procedimentos. O autor destaca que, conforme o enfoque das ciências sociais, instituição corresponde a um fenômeno que ocorre em uma sociedade, e não determinada associação de pessoas. A interpretação de instituição como algo formado por uma coletividade decorre do olhar do funcionalismo, conforme Bernardes (1993), ou seja, um ente social que surge para suprir necessidades de um grupamento social. Assim surgiram as primeiras ICES gaúchas. Nesse contexto, a instituição familiar foi a primeira, com o intuito de preservação da espécie. Bernardes (1993) exemplifica também com a instituição bancária, resultado da necessidade de as pessoas movimentarem o dinheiro; a religiosa, para lidar com doutrinas, rituais e seitas; a política, organizando e coordenando as ações coletivas; e a educacional, que é foco de nosso interesse.

Bernardes diferencia instituição de organização. Pela ótica do autor, “[...] a instituição é um fenômeno social abstrato e geral, enquanto que a organização é a sua manifestação concreta e particular” (BERNARDES, 1993, p. 15). Com isso, as características da organização são moldadas pelos aspectos inerentes à instituição à qual ela pertence. Portanto, na compreensão do autor, considerar que uma universidade seja instituição é inadequado em relação à definição precípua do termo, visto que ela é uma organização que deriva da instituição educacional. Ainda pelo ponto vista de Bernardes (1993), as universidades comunitárias – as quais estudamos – pertenceriam simultaneamente a outra instituição, neste caso, a econômica, visto que, embora não tenham fins lucrativos, lidam com a cobrança de mensalidades para a manutenção de suas atividades.

Como referimos anteriormente, adotaremos no presente estudo a classificação de instituição para as universidades, a partir de Srour (2012), pela condição de respeitabilidade e função social consolidada ao longo dos séculos. Acreditamos que as universidades, pela diversidade de públicos que as compõem e interagem com suas estruturas, caracterizam-se como espaços dialógicos. Embora sejam percebidas instituições que emanem de um processo de institucionalização maior e histórico, o da instituição educacional, como refere Bernardes (1993), também podem ser vistas em suas relações cotidianas como organizações. Se por um lado as instituições trazem consigo embutidos mecanismos de controle social, com regras e padrões de conduta que garantem o seu funcionamento, visando acima de tudo sua manutenção, como destaca Thiesen (2013) – aqui podemos citar estruturas administrativas como Reitoria, as cerimônias de colação de grau e as concessões de títulos de doutor Honoris Causa, como exemplos –, por outro, as organizações, pela perspectiva da comunicação organizacional, constituem sistemas vivos, formadas por relações e lugares de encontros que potencializam as competências e habilidades individuais, nas quais há exercício de forças, de sujeitos em disputa, e de atualização de estratégias por meio de processos comunicacionais, como ressalta Baldissera (2010).

Dentre as definições apontadas sobre memória neste capítulo, optamos pelo conceito Memória Institucional, por compreendermos como mais alinhado à perspectiva do presente estudo. Nossa escolha, levando em consideração as universidades comunitárias, também se sustenta no pensamento de que “[...] jamais haveria instituição como fenômeno individual, pois é da natureza da instituição ser coletiva” (THIESEN, 2013, p. 79). Acreditamos, assim como a autora, que somos e fazemos as instituições, sendo a memória um reflexo da trajetória que estabelecemos ao longo de um tempo.

Se as universidades comunitárias nasceram, a partir dos anos 1950, da mobilização das comunidades regionais, com o propósito de suprir a carência de educação de nível superior em razão da incapacidade do Estado em prover esse serviço, como nos apresenta Schmidt (2010), cremos que é fundamental a participação da mesma comunidade na construção da memória de tais estabelecimentos. A memória dessas instituições, neste caso, assume um papel que vai além de uma função pública, de ser divulgada por meio de canais de comunicação, como os portais institucionais. Construir a memória das universidades

comunitárias por meio de um diálogo com a comunidade pode constituir uma estratégia de legitimação organizacional (SANTOS, 2014), fortalecendo seus vínculos sociais e garantindo-lhes maior respeito e longevidade. Se “o fio que vai amarrar a memória às instituições é o tempo” (THIESEN, 2013, p. 87), a trama que lhe dará coerência, especialmente no caso da ICES, será a participação efetiva da comunidade.

3 COMUNICAÇÃO E INTERFACES

Nesse capítulo, nosso propósito é apresentar algumas interfaces possíveis da comunicação com áreas que interagem entre si. Primeiro, trataremos dos estudos que aproximam a abordagem da memória e da história. Na sequência, o foco será para a interface comunicação e identidade, procurando embasar um dos elementos-chave do presente trabalho. Por fim, traçaremos um perfil histórico desde as primeiras atividades da comunicação no meio corporativo até a comunicação organizacional na contemporaneidade. Antes, porém, discorreremos sobre nossa compreensão a respeito do fenômeno da comunicação.

Estudada consistentemente desde o início do século XX, a Comunicação passou a ser vista como um objeto de pesquisas a partir dos efeitos gerados pelos meios tecnológicos que foram se desenvolvendo desde o século XVIII. Telégrafo, telefone, rádio, televisão e internet são alguns dos meios que acabaram por justificar o interesse pelo seu estudo por parte de teóricos norte-americanos e europeus, principalmente. No entanto, é importante termos claro que o ato de comunicar vem dos primórdios da humanidade. Abrange desde a relação de consciências, segundo a ótica da Filosofia e das Ciências Humanas e Sociais, conforme destaca Martino (2015); inclui a troca de sentidos entre sujeitos pela visão, escuta, fala, toque e representações; e avança para as fases mais complexas de interação entre os homens a partir do surgimento de novos recursos tecnológicos.

Sob a ótica da Sociologia, as transformações na organização social e nas estruturas coletivas estabelecidas desde o século XVIII – tendo como marcos históricos as revoluções industriais – passaram a impactar a vida das pessoas e a forma como se comunicavam. No contexto da formação da sociedade, em contraposição à ideia de comunidade vigente antes dos avanços tecnológicos, houve movimentos como a urbanização, as crises político-sociais, o crescimento demográfico e a emergência da figura do indivíduo. Este, então, passou a estabelecer aproximações e gerar novos vínculos sociais nos ambientes de trabalho, na escola dos filhos, na vizinhança, entre outros, nos crescentes espaços urbanos. Nesses locais, o sujeito começou a construir a própria identidade com base nas suas interações nesses meios sociais, inexistentes para seus antepassados. Com isso, vemos que o processo comunicativo deixa de ser percebido de forma genérica e “[...]”

passa a ser investido como estratégia racional de inserção do indivíduo na coletividade” (MARTINO, 2015, p. 33).

Com a expansão demográfica e do mercado, as comunicações interpessoais tornaram-se insuficientes para dar conta dos acontecimentos, das informações, das novidades, abrindo-se espaço para novas formas de partilha de informação àqueles que estavam fisicamente distantes. Os meios de comunicação passaram a usufruir de tecnologias cada vez mais sofisticadas para mediar a mensagem entre os produtores de conteúdo e a massa de interessados. Esse fenômeno passou a ser analisado, entre outros, por norte-americanos como Harold Lasswell (1902-1978).

Os estudos se direcionaram para os efeitos da comunicação de massa, concentrando-se na persuasão, no controle social e na produção de notícias, sem investigar os meios. Nesse sentido, foram importantes os estudos dos processos de comunicação em paralelo com os dispositivos tecnológicos. Desse segmento, ocuparam-se autores como Marshall McLuhan (1911-1980), para o qual o meio é a mensagem (MCLUHAN, 2002). No seu entendimento, as consequências sociais e pessoais de qualquer meio resultam do impacto da introdução de uma nova tecnologia mediadora (telefone, rádio, televisão e computador, por exemplo). Para este autor, os recursos tecnológicos são a extensão de nossos corpos. Compreendemos, porém, de acordo com Rüdiger (2011, p. 16), que:

As comunicações não devem ser confundidas sem mais com a comunicação: este termo deve ser reservado à interação humana, à troca de mensagens entre os seres humanos, sejam quais forem os aparatos responsáveis por sua mediação. A comunicação representa um processo social primário, com relação ao qual os chamados meios de comunicação de massa são simplesmente a mediação tecnológica: em suas extremidades estão sempre as pessoas, o mundo da vida em sociedade.

A comunicação, então, tem suas bases na relação entre pessoas. As tecnologias, como vimos anteriormente, desde a escrita à informática, servem como instrumentos, mas somente podem ter valor se houver o fator humano como preponderante para o estabelecimento de uma conexão, para a produção de sentidos.

Acreditamos, de acordo com Wolton (2011), que a questão da comunicação é o outro, e que só faz sentido pelo reconhecimento mútuo. O autor defende a

comunicação como uma necessidade humana fundamental e incontornável, que acontece por três razões principais: o compartilhamento, visto que viver é comunicar e gerar trocas; a sedução, algo inerente a todas as relações humanas e sociais; e a convicção, ligada às lógicas da argumentação para explicar e responder a contestações.

A partir da perspectiva do psicólogo social George Mead (1863-1931), precursor do interacionismo simbólico, existem três elementos que norteiam essa teoria: sociedade, eu e mente. Estes reúnem-se no processo reconhecido como ato social, “uma relação triádica que consiste num gesto inicial de um indivíduo, uma resposta a esse gesto por outro indivíduo [...] e uma resultante do ato, a qual é percebida ou imaginada por ambas as partes da interação” (LITTLEJOHN, 1982, p. 69). Novamente, vemos que a comunicação está no outro, na interação, resultando em atos cooperativos, sustentando a vida em sociedade. Embasado nos pensamentos de Mead, o autor destaca que:

[...] a cooperação consiste em ‘ler’ as ações e intenções da outra pessoa, e em responder de um modo apropriado. Isso é a essência da comunicação interpessoal, e essa noção de resposta mútua com o uso da linguagem faz do Interacionismo Simbólico uma teoria vital da comunicação (LITTLEJOHN, 1982, p. 69).

Além do fato de viver em sociedade, o pensamento interacionista enfatiza a importância de o indivíduo ver-se a si mesmo e como é percebido na relação com o outro, e o ato de refletir e ponderar o futuro, analisando alternativas antes de tomar uma decisão.

Interpretamos que, de certa forma, o interacionismo simbólico dialoga com a proposta de memória coletiva defendida por Halbwachs (2006), na medida em que as nossas memórias são compostas pelas memórias dos outros. Sendo assim, nossas interações, como atos de comunicação, são indispensáveis à formação de memórias coletivas. Como aponta Littlejohn (1982) ao citar Blumer (1900-1987) e Mead, a sociedade nasce das interações individuais e não existe ação humana separada da interação. Num plano mais avançado, ao observarmos as organizações como fruto das relações humanas, chegaremos à ideia de Memória Institucional, por meio da qual se pretende valorizar e preservar, seja com documentos, objetos,

lugares e depoimentos – entre outros recursos –, o resultado das interações estabelecidas ao longo do tempo.

3.1 COMUNICAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA

A interlocução entre Memória Institucional e comunicação organizacional tem se configurado em um objeto permanente de estudos nas últimas décadas. Esse movimento, que repercute por meio de teses, dissertações, livros e anais de congressos, encontros e seminários e comunicação, procura desenvolver pesquisas a fim de interpretar as motivações das organizações em investir nesse tema e compreender as práticas de memória. A Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), por meio do Grupo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional, a Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp) e a Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar) representam alguns dos principais fóruns de debate sobre questões de Memória Institucional e comunicação organizacional no Brasil. Nessas instâncias, visa-se estabelecer um olhar crítico sobre iniciativas promovidas, analisando o tema da memória como uma oportunidade de conhecimento, reflexão, planejamento e relacionamento.

Em organizações com os mais distintos fins, seja produção de bens, serviços ou centradas na construção e desenvolvimento do conhecimento, como o ambiente universitário, iniciativas voltadas à Memória Institucional podem incorporar as ações de comunicação organizacional e contribuir para o estreitamento de relações e a assimilação da cultura pela identificação com seus valores e crenças.

Autor de referência no Brasil na criação de conexões entre comunicação, memória e história no ambiente corporativo, o jornalista Paulo Nassar integra a obra *História e Memória*, organizada por Marchiori (2013). No capítulo assinado em conjunto com Rodrigo Cogo, ambos destacam que:

No âmbito organizacional, a memória que consolida a cultura organizacional é generalista e relacionada diretamente ao ideário – principalmente aos seus valores – de uma empresa ou instituição. Por isso, constitui-se em uma referência discursiva, indutiva e

orientadora sobre a organização para os integrantes da organização e para a sociedade (NASSAR; COGO, 2013, p. 89).

Portanto, em nossa compreensão, trabalhos de recuperação, organização e promoção da memória se coadunam com o processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais, como argumenta Baldissera (2004). A qualidade e a longevidade da interação com os públicos de uma organização estão atreladas à ideia de identificação por meio da cultura. Importa salientar que esses dois elementos – identidade e cultura – são constitutivos da Memória Institucional.

O contexto histórico brasileiro, no que corresponde ao registro da memória das empresas, teve seus primeiros trabalhos na década de 1960. Motivado pelo crescente movimento de industrialização pelo qual passava o país, a exemplo do que ocorrera nos EUA no início do século, começaram a ser escritas biografias de grandes empresários. O livro *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa*, de autoria do sociólogo José de Souza Martins, é citado por Totini e Gagete (2004) como um trabalho marcante dessa época. Nesse mesmo período, em 1967, foi criada a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE, 2015c). Inicialmente chamada de Associação Brasileira de Editores de Revistas e Jornais de Empresa, teve sua fundação durante um encontro de editores de revistas e jornais empresariais, no auditório da empresa Pirelli, na cidade de São Paulo. Esta entidade, veremos à frente, assumiu um papel de protagonismo no campo da Memória Empresarial brasileira na virada para o século XXI.

Na década de 1970, influenciados pelas tendências europeias e norte-americanas, novos autores, essencialmente acadêmicos, ampliaram a publicação de obras dessa natureza. Porém, foi nos anos 1980 e 1990 que a memória passou a ser trabalhada a partir do ambiente interno das organizações, com a contratação de profissionais específicos para essa documentação. Esse movimento decorreu de um cenário político, econômico e social que havia se transformado dentro e fora do Brasil. Abertura política e eleições livres – devido ao fim da ditadura militar, uma nova Constituição Federal, a globalização do mercado, as inovações tecnológicas e a ampliação de empreendimentos estrangeiros em terras nacionais –, além de novos níveis de consciência do público consumidor, alteraram significativamente a relação das empresas com clientes, funcionários e governos. Com isso, muitos

empreendimentos perceberam o desafio de se adaptarem aos novos tempos sem perder suas identidades. “Por consequência, tomavam consciência que sua identidade estava diretamente ligada à sua memória, aos processos que vivenciaram [...], que marcaram sua trajetória histórica” (TOTINI; GAGETE, 2004, p. 119).

No ano de 1999, por iniciativa da Aberje, foi organizado na cidade de São Paulo o 1º Encontro Internacional de Museus Empresariais. Considerado pioneiro no campo da história e da Memória Empresarial brasileira, esse evento realizou-se num período em que ocorria no Brasil uma série de privatizações de grandes estatais, a exemplo da mineradora Companhia Vale do Rio Doce, de empresas paulistas de energia elétrica e da telefonia celular, que passava por um movimento de expansão em diversas regiões do país (NASSAR, 2008). Entre as motivações do encontro estava o olhar para a necessidade de preservar a história (por meio dos acervos) e a memória (a partir das pessoas) de empresas com dezenas de anos de atuação, e que, em um novo contexto socioeconômico, tiveram sua gestão assumida por grupos internacionais.

De acordo com Nassar (2004), o prêmio Aberje, concedido desde a fundação da associação como forma de reconhecer e compartilhar práticas e experiências inspiradoras na comunicação empresarial, criou, no ano 2000, a categoria Memória Empresarial. Tanto a premiação, existente até os dias de hoje, quanto os encontros de museus empresariais, não mais realizados, contribuíram para que empresas como General Motors, os bancos Itaú, Santander, Banco do Brasil, mais o Grupo Pão de Açúcar, entre outros, ampliassem a visibilidade de documentos, arquivos, acervos e narração de histórias por meio dos seus museus e centros culturais. As iniciativas repercutiriam, então, em objeto de pesquisas acadêmicas no campo da Comunicação Social.

No ano de 2004, o lançamento do livro *Memória de Empresa: História e Comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*, organizado por Nassar, apresentou a reflexão de profissionais da comunicação, história, psicologia, pedagogia, filosofia e ciências sociais, todos envolvidos, no mercado ou no ambiente universitário, com projetos de história e Memória Empresarial. Nesse mesmo ano, foi

publicada a primeira monografia de conclusão de curso relacionando Comunicação e Memória²⁰.

Na sua tese de doutorado intitulada *Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da Memória Institucional das organizações*, o jornalista e presidente da Aberje, Nassar (2008, p. 174), descreve este nicho como “[...] um espaço de trabalho qualificado para os pesquisadores e profissionais das áreas de relações públicas, comunicação e história”. Defendido em 2006, o trabalho tornou-se livro dois anos depois, conquistando status de referencial conceitual na área (CRUZ, 2013), em face do ineditismo da abordagem.

Desde então, novas produções acadêmicas despontaram relacionando comunicação, história e memória. Cruz (2013) promoveu um estudo sobre o estado da arte, no qual foram encontrados 71 textos tomando como objeto a relação entre Memória Organizacional e comunicação organizacional. Estes representavam menos de 1% do campo da Comunicação no Brasil até aquele ano. A autora, porém, ressalva que

Longe de significar ser este um assunto de pouca relevância, a baixa incidência de estudos no campo da Comunicação indica que há um grande espaço para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema, que problematizem os usos que as organizações vêm fazendo das práticas memorialistas e avancem no questionamento da produção (CRUZ, 2013, p. 142).

Apesar da sinalização feita pela autora, dados recentes mostram um avanço tímido de publicações relacionando comunicação organizacional desde aquele levantamento. Em pesquisa realizada para sua tese de doutorado, Andreoni (2018) mapeou os Anais da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e da Intercom, abrangendo o GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional e o GT Comunicação no Contexto das Organizações (ANDREONI, 2018, p. 49), no período de 2014 a 2017. Seu propósito era o de localizar artigos que contivessem a palavra “memória” entre o título, resumo e/ou palavra-chave. Como resultado do mapeamento, foram encontrados somente cinco publicações, reforçando a necessidade de ampliação do debate sobre o tema na comunicação. Notamos, porém, que tanto nos levantamentos de Cruz (2013) quanto

²⁰Com data de 2004, elaborada por Celeste Janete Toledo, *A memória empresarial como ferramenta de comunicação: Case Corn Products Brasil* é um estudo de caso sobre o uso da memória organizacional pela empresa, fornecedora de produtos refinados a partir do milho para diversas indústrias (CRUZ, 2013, p. 136).

no de Andreoni (2018) não foram levados em conta trabalhos publicados nos Anais da Associação Brasileira de Pesquisadores da História da Mídia (Alcar). A associação promove encontros nacionais e regionais a respeito da história de processos midiáticos e conta com o GT História da Publicidade e da Comunicação Institucional.

Ao fazermos essa leitura do desenvolvimento das pesquisas relacionando comunicação organizacional e Memória Institucional, é pertinente olharmos que as duas áreas ganharam importância e visibilidade no cenário empresarial nacional de forma paralela no tempo. Essa constatação ficou mais clara a partir do estado da arte organizado por Cruz (2013), quando a pesquisadora refere-se à ascensão da cultura da memória e da comunicação organizacional a partir dos anos 1980, consolidando-a como uma dimensão fundamental e tendo, nos projetos memorialísticos, um recurso estratégico de relacionamento com os públicos de interesse, além de contribuir no processo de tomada de decisão nas organizações. Cabe pontuar, porém, que as universidades, em especial de natureza comunitária, não figuram nos resultados de pesquisas envolvendo comunicação organizacional e Memória Institucional. Essa constatação reforça a pertinência das dimensões abarcadas por nosso estudo como forma de estabelecer um olhar científico sobre as ICES.

Para classificar as práticas de memória adotadas e disponibilizadas nos portais das ICES, usamos como referencial os Produtos de Memória Empresarial apresentados por Totini e Gagate (2004). Mesmo que não estejamos tratando de empresas, mas, sim, de instituições, a categorização atende à necessidade do nosso trabalho. De acordo com as autoras,

As fontes e informações históricas, reunidas e analisadas a partir de pesquisa sistemática, transformam-se em valiosas matérias-primas não apenas para a análise dos caminhos vividos pela empresa como para a elaboração de diferentes produtos, de acordo com as ações estratégicas corporativas de comunicação interna e externa e os públicos-alvo visados (TOTINI; GAGETE, 2004, p. 121).

Dentre estes produtos estão os conteúdos para internet e intranet, que “geralmente se transformam em importante fonte de pesquisa, pela agilidade e rapidez de acesso aos dados e informações retrospectivas consolidadas, incluindo

imagens e documentos digitalizados” (TOTINI; GAGETE, 2004, p. 123). No Quadro 1, que segue, há uma descrição resumida de cada produto elencado pelas autoras.

Quadro 1 – Produtos de Memória Empresarial

Livro histórico-institucional	Publicação de boa qualidade gráfica e ricamente ilustrada, contemplando os mais importantes marcos de inflexão da história da organização e suas inter-relações com o contexto histórico mais amplo. Suas aplicações, conforme públicos-alvo, são: dar suporte a ações de endomarketing (público interno); estabelecer relação de empatia pela narrativa histórica (imprensa, formadores de opinião e universidades); reforçar a imagem institucional (investidores); e valorizar a marca (público geral).
Outras publicações institucionais, vídeos e cd-rom	A partir do conteúdo coletado, podem gerar: biografias e coletâneas de trabalhos; histórico do setor de atuação da empresa; estudos sobre estratégias mercadológicas; campanhas publicitárias; e coletânea de depoimentos.
Relatórios internos / Estudos de caso	Projetos que não se destinam à publicação ou divulgação externa, com o propósito de instrumentalizar gestores, sendo de circulação restrita.
Conteúdos para internet / intranet	Conteúdos mais consistentes sobre a trajetória da empresa do que as tradicionais “linhas do tempo”. Fonte de pesquisa para público interno e externo, com imagens e documentos digitalizados.
Show room histórico / Museu empresarial	Quando desprovidos de caráter meramente de celebração ou de deferência, podem se transformar em importantes interfaces com a comunidade, abrangendo aspectos relevantes da área da atuação, além da tradição do próprio empreendimento.
Exposições e produtos de suporte	Desde exposições temporárias e pequenas publicações até palestras, relatórios anuais e de responsabilidade social, e programas de treinamento e acompanhamento de visitantes externos.
Centros de Documentação e Memória	São os mais completos produtos de Memória Empresarial. Constituem-se em setores responsáveis pela definição e aplicação de uma política sistemática de resgate, avaliação, tratamento técnico e divulgação de acervos.

Fonte: o autor (2019), com base nos produtos de Memória Empresarial de Totini e Gagete (2004, p.121-124).

Os procedimentos acima descritos compreendem parte de nossa pesquisa no ambiente dos portais das ICES selecionadas, a partir dos textos de apresentação

institucional disponíveis nas áreas que estabeleceremos à frente. A explicitação dos produtos e práticas de memória nos auxiliará a esclarecer a imbricação entre a comunicação da memória e as relações com a cultura e identidade institucional.

3.2 COMUNICAÇÃO, CULTURA E IDENTIDADE

Se a Memória Institucional é vista como um elemento de assimilação e disseminação da cultura das organizações e na formação e fortalecimento de suas identidades, consideramos importante dedicar algumas linhas para tratar desse tema. Entre as definições possíveis de cultura, optamos pela proposta pelo antropólogo norte-americano Ward Goodenough (1957), para o qual a cultura de uma sociedade resulta de uma aprendizagem coletiva, de um conhecimento adquirido, acumulado ao longo da vida, excedendo a questão do comportamento, do ambiente de convívio ou das emoções enquanto fenômenos isolados. Desta forma, a cultura compreende a soma desses aprendizados, contribuindo para os indivíduos aceitarem e serem aceitos pelos demais membros do seu círculo e nos relacionamentos estabelecidos. Para Geertz (2012), que tem em Goodenough um de seus suportes teóricos, a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas, cujos comportamentos decorrentes revelam-se um fenômeno psicológico, uma característica da mente, da personalidade dos sujeitos.

Acreditamos que as organizações reproduzem essas estruturas de significado – de maneira espontânea ou não –, e que os aprendizados comuns, partilhados e absorvidos nesses ambientes de convívio laboral, embasam as relações e aproximam o que é vivido nas searas pessoal e profissional. Uma das leituras possíveis no campo organizacional é exposta no trabalho de Carrieri e Silva (2008). Para os autores, a cultura organizacional é contraposta à ideia de culturas (no plural) nas organizações. Após amplo levantamento sobre os teóricos do tema, no qual discorrem sobre a diversidade conceitual, as origens e a evolução no meio organizacional, no Brasil e no exterior, eles apoiam seus argumentos na existência simultânea de três perspectivas: Integração, Diferenciação e Fragmentação, entendendo que não existe uma, mas várias culturas. “Essa abordagem possibilita estudar as culturas como resultado da interação entre os atores organizacionais e sob uma perspectiva histórica de construção das culturas pelas pessoas que

compõem a organização” (CARRIERI; SILVA, 2008, p. 71). Mais recentemente, ambos reforçaram a compreensão sobre o tópico ao publicarem que as pessoas carregam consigo elementos das culturas dos contextos de suas interações sociais (CARRIERI; SILVA, 2014).

A organização, ao constituir-se em “uma fonte de identidade e de reconhecimento para seus membros” (FREITAS, 2000, p. 66), procura unificar comportamentos e condutas, gerando proximidade e sentimento de pertencimento²¹ em relação ao corpo funcional, assim como estabelecendo relações duradouras com vários segmentos da sociedade. Compreendemos que os mais diversos tipos de relação formados no ambiente organizacional ocorrem permeados por uma cultura, por características intrínsecas àquele espaço partilhado.

A cultura em uma organização está além da sua estrutura formal, superando a simples lógica de produção. De acordo como Torquato (2002), existem outros valores que projetam influência sobre o tecido empresarial, como a complexidade da vida grupal, a história da empresa, a localização, o organograma, os produtos fabricados e serviços oferecidos. “A rede informal, aferida, sobretudo, pelas expressões de espontaneidade, descontração e laços informais é a outra ponta do sistema cultural” (TORQUATO, 2002, p. 3).

A cultura não costuma ser algo passível de ser tocado ou ser visto claramente. No entanto, ela pode ser sentida. É perceptível na atmosfera, como uma rede que envolve a quem ingressa nesse ambiente e na qual estão emaranhados os integrantes da organização. A essa metáfora de rede, podemos acrescentar a visão de Geertz (2012), quando este afirma crer, inspirado em Max Weber (1864-1920), que a cultura é formada por teias de significados, tecidas pelo próprio homem, e nas quais ele está amarrado, envolvido, como um animal.

A cultura organizacional forma um universo simbólico (SROUR, 2012), sendo composta por representações imaginárias que uma organização cultiva, identificando equipes, lideranças, setores, padrões de comportamento e códigos, muitas vezes velados, e que exigem cautela e habilidade por parte de quem ingressa nesse meio. Por não estarem em manuais, treinamentos ou outros suportes voltados à capacitação, precisam ser percebidos, sentidos e interpretados pelas

²¹ Nassar (2008, p. 114) conceitua o sentimento de pertencer ou pertencimento como “[...] um turbilhão de lembranças do sujeito, estimulado pelo pesquisador, por um objeto, por uma pergunta e pela possibilidade de uma narrativa desvinculada de um objetivo prático, que traz um reencontro com um passado feliz ou importante, ou com uma comunidade de destino”.

peças. A cultura da organização está presente em cada uma dessas situações, preenchendo todos os detalhes. A partir do entendimento de Scroferneker (2014, p. 128), “[...] a cultura organizacional assemelha-se a uma trama, um tecido, [...] com base em diálogos simultaneamente visíveis e invisíveis, [...] que se ajustam e desajustam, conforme os interesses organizacionais e os entendimentos individuais”. Três dimensões compõem a cultura organizacional na compreensão de Srour (2012): a política, por traçar o espaço em que se articulam as relações de poder; a econômica, demarcando o espaço onde ocorrem as relações de produção; e a simbólica, onde são tecidas as relações de saber. Acreditamos que as dimensões política e simbólica têm ligação intrínseca com a Memória Institucional, com base nos argumentos expostos até o momento.

Embora não seja alvo de nossa investigação, é oportuno discorrer brevemente sobre as relações de poder mencionadas por Srour (2012), pois isso torna possível o entrelaçamento dos postulados do autor com as posições de Mumby (2013), quando este ilustra em suas considerações, que o poder é conectado à habilidade de moldar o significado, as realidades sociais e as identidades dos funcionários (MUMBY, 2013, p. 85). O ato de “moldar” permite interpretar uma capacidade de modelar, adaptar e regular. Ao levarmos essa capacidade à dimensão das identidades dos funcionários, observamos que Freitas (2000) entende a cultura organizacional, “primeiro, como um instrumento de poder institucional e, segundo, como um conjunto de representações imaginárias, construídas e reconstruídas nas relações cotidianas” (FREITAS, 2000, p. 66).

Tanto Freitas (2000) quanto Srour (2012) e Mumby (2013), ao tratarem de cultura organizacional, poder e identidade, transparecem o quanto as organizações são capazes de exercer seu poder, visando à assimilação, à unificação e ao fortalecimento da cultura organizacional a fim de estabelecer uma identidade. Tal perspectiva se estende às iniciativas de história e da Memória Organizacional, levando em conta que lembrar remete à seleção de fatos capazes de fortalecer a posição de quem está na liderança. Como bem destaca Ravasi (2014, p. 44), “a reconstrução costuma tender a refletir ‘projetos de identidade’ atuais dos membros da coalização dominante da organização”. Tal olhar é corroborado pelo pensamento de Connerton (1993), para quem o controle da memória de uma sociedade condiciona largamente a hierarquia do poder, “sendo o controle e a propriedade da informação um problema político decisivo” (CONNERTON, 1993, p. 4).

Em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall (1932-2014) reflete sobre o declínio das velhas identidades, tanto para os indivíduos quanto para as nações, problematizando a fragmentação à qual as pessoas, os países – e, porque não, as organizações – têm sido expostas nas últimas décadas, especialmente na entrada do século XXI. No entendimento do sociólogo, a *crise de identidade* faz parte de um contexto amplo, envolvendo as estruturas e processos centrais das sociedades modernas.

Hall (2006) trabalhou três concepções de identidade: a do sujeito do Iluminismo, caracterizado pelo individualismo e autonomia, tendo especialmente o gênero masculino como o centro essencial; a do sujeito sociológico, que forma sua identidade baseado na interação com outras pessoas, estabilizando os sujeitos e os mundos culturais onde habitam; e a do sujeito pós-moderno, marcada pela fragmentação, incompletude e transformação permanente. Nesse sentido, o autor sentencia que “[...] a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, p. 13).

Entendemos que as organizações são hoje formadas por esse sujeito fragmentado, capaz de assumir os papéis de trabalhador, de consumidor, de líder comunitário, de desportista, de político e de aventureiro, entre outros. De acordo com Hall (2006), a partir do momento em que a identidade sofre alterações conforme o sujeito é interpelado ou representado, a identificação deixa de ser automática. Ela pode ser obtida ou perdida a qualquer momento, conforme a situação vivenciada.

Ao sair do sujeito e ir para as nações, o sociólogo observa que “[...] as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades” (HALL, 2006, p. 51). Podemos traçar um paralelo, neste caso, entre organização e nação. Se para o autor, independentemente das diferenças de classe social, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-las numa identidade cultural, fazendo com que as pessoas se sintam pertencentes à mesma e grande família nacional²², o mesmo pode ser interpretado para uma organização. Consciente da diversidade dos sujeitos que a compõem, a organização tende a unir todos os seus integrantes em uma identidade organizacional, uma forma de registro geral pelo qual será percebida interna e

²² Apesar da relação aqui estabelecida entre nação e organização, a partir de Hall (2006), na condição de pesquisadores, discordamos da metáfora que associa a ideia de família às organizações, presente em muitos discursos organizacionais. Acreditamos, assim com Schirato (2004, p. 127), que “empresa não é família: família não demite filhos”.

externamente. Hall (2006), porém, traz a constatação de que as identidades nacionais não subordinam todas as formas de diferença, o que não as deixa incólumes às disputas de poder, cisões e contradições internas. Compreendemos que o mesmo ocorra nas organizações.

Retomando brevemente a relação entre comunicação, identidade e memória, valemo-nos do escritor e filósofo Ernest Renan (1823-1892), mencionado por Hall, que apresenta a nação como uma alma, um princípio espiritual, constituída por dois elementos, um no passado e outro no presente. O primeiro corresponde à riqueza composta pelo legado de memórias. O segundo, por sua vez, compreende o desejo de viver junto e de perpetuar o legado recebido. As organizações, ao recuperar, divulgar e trabalhar a memória de forma estratégica, para o presente e futuro, estariam, então, preservando o que foi construído até a contemporaneidade, mobilizando os esforços com vistas a uma atuação conjunta para a consecução dos objetivos e, por sua vez, criando legados. O olhar ao passado, como nos apresenta Santos (2014, p. 65), se dá em “busca da identidade, dos valores, da cultura e das raízes da organização”.

Em contraposição ao olhar de Hall (2006), para lasbeck (2007), o conceito de imagem se antecipa ao de identidade. O autor denomina imagem como a configuração mental e afetiva que o receptor elabora com base na relação do discurso que recebe e suas próprias idiossincrasias, experiências anteriores, visões de mundo, desejos e necessidades. A imagem estaria atrelada à construção resultante da bagagem pessoal do sujeito e aos seus referenciais e interpretações que emanam do discurso recebido num ato de comunicação, em especial no contexto do discurso organizacional.

O mesmo pesquisador conceitua identidade como “[...] o resultado da relação produtiva entre discurso e imagem, ou seja, o que surge de afinidade entre as intenções do discurso e as impressões do receptor” (IASBECK, 2007, p. 90). Para ele, tal afinidade se dá pelas congruências e pelas diferenças geradas e esperadas por ambos os lados da relação.

Em outra produção, na qual se dedica especificamente ao tema da identidade organizacional, o autor traça um paralelo entre as categorias de identidade propostas para um indivíduo pelo filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), e as remete às empresas, chegando aos seguintes pressupostos:

- a) a identidade de uma organização está associada a tudo o que é inerente ao seu modo de ser, sua conformação, sua razão de existir;
- b) a identidade de uma organização é formada pelo seu lugar social, sua missão, pelo modo de atuação, pelas respostas que fornece ao meio ambiente e pelos insumos que dele recebe para manter-se integrada, atuante e persistente;
- c) a identidade de uma organização se constrói a cada instante de sua existência, na relação que mantém com os demais sistemas que lhe são afins, permitindo, com isso, que ela seja reconhecida e aceita como integrante de um sistema maior que a contenha (IASBECK, 2009, p. 10).

Considerando os três pressupostos, vemos que a formação da identidade parte desde as origens da organização – sua razão de existir, se fortalece pelos discursos produzidos –, sua missão e respostas ao meio ambiente, mas segue um processo de construção permanente, ou seja, não é fechada, pois se estabelece também pela interação com o sistema maior do qual faz parte, a sociedade.

A questão da identidade, no entendimento de Almeida (2008), interfere na imagem e na reputação quando nos referimos ao ambiente organizacional. A autora acredita ser esse um processo contínuo e cíclico, em que a organização deve buscar um alinhamento entre as perspectivas internas e externas. Ou seja, a harmonização entre a forma como a organização se mostra e é percebida pelos seus públicos de relacionamento é fundamental para a melhor compreensão da sua natureza, cultura e identidade. Isso se deve, especialmente, ao contexto em que vivemos no século XXI, um “[...] tempo de opções; de unicidade e pluralismo; de combinação de tradições e inovações; de deslocamento dos indivíduos em relação aos seus referenciais normativos; de fragmentação e simbolismos” (ALMEIDA, 2008, p. 33). A identidade organizacional, então, é formada por uma coleção de atributos vistos como característicos daquela organização por seus membros, mantidos por grupos específicos, que definem papéis, símbolos, políticas, regras e procedimentos (ALMEIDA, 2008). É algo que a distingue de outras organizações e se fortalece com o passar dos anos.

Observamos, tanto na perspectiva de Almeida (2008) quanto de Iasbeck (2009), que a leitura dos tempos atuais compreende um cenário em movimento, com fragmentações e contrapontos, no qual a imagem corresponde a um processo subjetivo, a uma percepção transitória, relacionada à experiência individual, somando-se às sensações e interações de atores sociais. A identidade, porém,

mantém seu caráter genuíno, original e diferenciador, ponto no qual concordamos com ambos os autores.

Outra vez podemos estabelecer uma proximidade dessas definições com a história e a memória das organizações se entendermos, como sustenta Almeida (2008), que os gestores têm a responsabilidade de compreender e alinhar os atributos da identidade organizacional, consolidando um posicionamento, garantindo a visibilidade adequada aos seus projetos, ações, metas e missão, bem como definindo e sustentando uma história corporativa coerente, consistente e transparente. Entendemos que, no caso das universidades comunitárias, o compromisso estabelecido na gênese dessas instituições junto a agentes sociais como associações, poder público e entidades religiosas, entre outros, amplie a importância da comunicação da identidade e da memória das mesmas.

3.3 COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

No início deste capítulo mencionamos que, devido à expansão demográfica, à urbanização dos grandes centros e ao desenvolvimento do mercado, houve a emergência de novas tecnologias de mediação, originando a comunicação de massa como forma de alcançar, por meio das mensagens, um número maior de pessoas que estivessem fisicamente distantes de seus emissores. Nesse contexto histórico, desde as últimas décadas do século XIX surgem em terras norte-americanas as primeiras manifestações e repercussões da comunicação no ambiente das organizações. Inicialmente, por meio das relações públicas (RRPP) e da assessoria de imprensa, que mediavam conflitos entre grandes industriários e trabalhadores que se submetiam a condições pouco dignas e a cargas horárias pesadas, sem o amparo de leis e apoiados por sindicatos pouco atuantes, como discorre Pinho (2008). Mais tarde, já em meados do século XX, movimentos envolvendo a administração e a psicologia, entre outras áreas do saber, deram início à proposta de comunicação organizacional, como descreve Kunsch (2009).

A comunicação organizacional tem suas raízes nos campos da administração, sociologia e psicologia social e organizacional, antropologia, linguística e retórica, e teoria da comunicação, apresenta Kunsch (2009). Os estudos na área começaram a ser realizados por pesquisadores dos EUA no final dos anos 1940, sob um olhar

humanista, em que psicólogos sociais e organizacionais se posicionavam a favor da comunicação como um elemento central nas empresas e indústrias. O foco, no princípio, estava ainda na comunicação de negócios ou comunicação industrial, visando à instrução de um discurso corporativo (KUNSCH, 2009).

Nas três décadas seguintes, houve a sistematização dos estudos no campo, tendo o norte-americano Charles Redding (1914-1994) como um referencial por suas obras, ampliando a importância da comunicação interna, defendendo a relevância dos receptores e os princípios da comunicação humana para a eficiência das interações e, conseqüentemente, para o clima organizacional. A partir dos anos 1980, como recupera Kunsch (2009), começaram a ser valorizados estudos com enfoque na cultura, nas falas e nas narrativas das pessoas. A organização passa a ser vista como comunicação, e a complexidade das relações ganha maior relevo, indo além do aspecto instrumental, de unicamente informar, para ser compreendida como um processo em desenvolvimento. “Quando se fala em comunicação organizacional, temos que pensar, sobretudo, na comunicação humana e nas múltiplas perspectivas que permeiam o ato comunicativo no interior das organizações”, defende Kunsch (2009, p. 70).

Nos anos 1990, houve convergência dos estudos sobre o tema, tratando de questões como métodos, teorias e das próprias organizações como fenômenos comunicacionais. Foi também quando avançou como disciplina acadêmica. O ingresso no século XXI mostrou que a comunicação organizacional desenvolveu uma identidade multidisciplinar (KUNSCH, 2009), valendo-se de diversos aportes teóricos. Os estudos passaram a considerar novas possibilidades para a compreensão dos fenômenos comunicacionais, com ampla exploração no meio acadêmico e científico.

No Brasil, a primeira ideia de comunicação organizacional emergiu no final da década de 1960, época em que o país vivia sob o regime militar e passava por uma expansão da indústria²³, especialmente na região Sudeste. Em uma recuperação acerca do momento histórico, Gaudêncio Torquato (2009) apresenta elementos que serviram de alicerce para a comunicação organizacional – embora ela não fosse tratada com esse nome à época – como o despertar das empresas para um

²³ Mendonça (1995) relata “a galopante expansão da indústria brasileira” nesse período, especialmente entre os anos de 1968 e 1974, fruto do arrocho salarial, que garantiu o chamado “milagre econômico” (grifos da autora). O país atingiu recordes de crescimento, mas também assumiu grandes dívidas internacionais, que geraram uma crise econômica nos anos 1980.

processo profissional de interlocução com seus públicos, incluindo a percepção de que o ato de compra por um consumidor não se resumia mais à simples aquisição do produto, mas continha em si o conceito, a identidade, o renome, a fama da empresa; que a honestidade do empreendimento tornava-se um valor que ia além da qualidade do item ou serviço oferecido; e, na esfera interna, “[...] no chão de fábrica, as organizações se preocupavam em convencer os empregados de que deveriam se orgulhar do lugar em que trabalhavam” (TORQUATO, 2009, p. 8). Nesse contexto, abre-se um segmento chamado “jornalismo empresarial” (grifo do autor). No ano de 1967, houve a regulamentação da profissão de relações públicas, com a Lei n. 5.377/1967, e a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo introduziu o primeiro curso de bacharelado de relações públicas. A função de assessoria de imprensa, na qual era praticado o jornalismo empresarial, passa a ser disputada entre os relações públicas e os jornalistas. No entendimento de Ficher e Machado Neto (2018), “independentemente do profissional que a exerça, inclusive pessoas sem nenhuma formação, assessoria ‘de imprensa’ é uma atividade de Relações Públicas”.

Os tempos, no entanto, não eram favoráveis à criação de uma nova via de atuação na comunicação. Em meio à ditadura civil-militar, imposta no ano de 1964, havia um acirramento dos ânimos, especialmente entre dirigentes de empresas e empregados, como relata Torquato (2017, p. 28):

As relações capital-trabalho se apresentavam como um jogo de soma zero, com a vitória de um empatando com a morte do outro. *Parceria* e *integração* eram verbetes abolidos das páginas de negociação coletiva. Os manuais de trabalhadores e empresários continham alfabetos opostos.

O cenário descrito exhibe a importância de se iniciar um processo de diálogo qualificado entre empregadores e funcionários, visando ao entendimento entre ambos por meio de uma estrutura de comunicação. O meio acadêmico nacional, especificamente no estado de São Paulo, porém, se mostrava refratário à proposta inovadora do jornalismo empresarial.

Era um desafio inimaginável alguém da área acadêmica optar por um exercício reflexivo na área das “empresas capitalistas”, sobretudo quando a reflexão abarcava o terreno da comunicação, e pior, quando esta ocorria na esfera do maior centro de produção científica

do país, um polo de excelência do pensamento, a USP. [...] Criamos a disciplina de assessoria de imprensa. E, logo depois, a de jornalismo empresarial. Alguém dizer na universidade que trabalhava em jornalismo empresarial era demonstrar que estava “vendido ao capitalismo internacional”. Foi assim que consolidamos na USP o estudo da comunicação organizacional (TORQUATO, 2017, p. 28, grifo do autor).

Essa disputa, porém, resultou positivamente na formação dos novos comunicadores que assumiriam cargos nas assessorias de comunicação e de imprensa, fortalecendo a ideia de uma comunicação empresarial. Paralelamente, no ano de 1967, foi criada a Aberje, presidida inicialmente por Nilo Luchetti, gerente de relações públicas da indústria de pneus Pirelli. A primeira convenção teve a comunicação interna como tema principal, e um importante resultado: “[...] nesse momento, começava a se desenhar o primeiro contorno do profissional de relações públicas, com um perfil bem composto e subordinado diretamente ao presidente da empresa” (TORQUATO, 2009, p. 8).

Estar junto à alta administração da empresa tornou-se fator-chave para o sucesso do planejamento e das ações dos profissionais de comunicação, numa atuação estratégica, percebendo as organizações desde o olhar das lideranças até o funcionário mais operacional, dos departamentos intermediários aos clientes e fornecedores. À época, havia muita improvisação na confecção de peças internas de comunicação, sendo estas feitas por pessoas sem qualquer habilidade ou qualificação para tal. O mercado carecia de profissionais de comunicação para assumir essas responsabilidades. A solução veio com a ampliação dos cursos de relações públicas e o fortalecimento da área. Em 1971, como apresentam Ficher e Machado Neto (2018), foi criado o sistema Conferp-Conrerp²⁴, bem como o curso de Relações Públicas na UERJ.

Até meados dos anos 1980, quando foi restabelecida a democracia no país, houve um período marcado pela formação de pessoal e gradual disseminação da ideia de comunicação empresarial. Nassar (2009) ressalta que, deste período em diante, a Aberje passa a refletir em seus documentos e publicações veiculados nos anos 1980, 1990 e 2000 a ligação do perfil da comunicação organizacional ao movimento de redemocratização do Brasil, em 1985. Movimentos de reestruturação

²⁴ O Sistema Conferp é uma autarquia federal composta pelo Conselho Federal e seis Conselhos Regionais, responsáveis por diferentes estados. Disponível em: <http://conferp.org.br/sistema-conferp/>. Acesso em: 9 mar. 2019.

produtiva e de internacionalização da economia nacional nos anos 1990 e a introdução do tema das práticas de responsabilidade social, ambiental, cultural e história são assinalados pelo autor.

Nos anos 2000, mais precisamente em 2006, o meio se fortaleceu com a criação de outra entidade, a Abrapcorp. Idealizada por um grupo de pesquisadores na área liderados por Margarida Kunsch, a associação organiza publicações, congressos e eventos visando à aproximação de profissionais e à promoção de diversas atividades para a consolidação do espaço de produção científica (ABRAPCORP, 2018).

No presente trabalho, a definição de comunicação organizacional pela qual nos pautamos é a desenvolvida por Kunsch (2016, p. 44), para quem:

A comunicação organizacional deve ser entendida de forma ampla e holística. Pode-se dizer que é uma disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações e todo seu contexto político, econômico e social. Como fenômeno inerente à natureza das organizações e aos agrupamentos de pessoas que a integram, a comunicação organizacional envolve os processos comunicativos e todos os seus elementos constitutivos. Nesse contexto, faz-se necessário ver a comunicação inserida nos processos simbólicos e com foco nos significados dos agentes envolvidos, dos relacionamentos interpessoais e grupais, valorizando as práticas comunicativas cotidianas e as interações nas suas mais diversas formas de manifestação e construção social.

Compreendemos, a partir da exposição de Kunsch (2016), o viés amplo do conceito de comunicação organizacional. Ele valoriza todos os processos comunicativos relacionados às pessoas que constituem uma organização; abrange aquilo que emana dessas interações; percebe a necessidade de um olhar acurado para esse fenômeno, excedendo o ato operacional do fazer comunicação por meio de canais e estratégias; e alcança um nível mais complexo de interações interpessoais e grupais. Ponderamos, no entanto, que muitas organizações no final desta segunda década do século XXI ainda não atingiram maturidade para lidar com esse olhar profissionalizado e estratégico de comunicação.

Outro aspecto considerado pela autora ao tratar do tema em sua abrangência é como se configuram as diferentes modalidades que permeiam sua concepção e as suas práticas. Kunsch (2003) denomina de comunicação organizacional integrada,

que compreende a comunicação institucional, mercadológica, interna e administrativa.

Para explicitar como a comunicação organizacional está configurada e quais são as dinâmicas existentes nas práticas organizacionais, Kunsch (2016) lança mão de quatro dimensões, as quais denomina instrumental, humana, cultural e estratégica. Apontada predominante, a dimensão instrumental “[...] caracteriza-se como instrumental, funcional e técnica e é considerada mais uma transmissão de informações e ‘ferramenta’ para viabilizar processos e permitir o pleno funcionamento de uma organização”, aponta Kunsch (2016, p. 46).

O fator humano, a subjetividade e as relações estabelecidas são considerados elementos indispensáveis na comunicação quando se trata da dimensão humana. Acreditamos que aquilo que a organização comunica, a transmissão de mensagens por iniciativa própria, reflete muito se ela valoriza (ou não) seus públicos de relacionamento, se dá voz e respeita suas singularidades.

A manifestação externa traz, também, características da dimensão cultural, citada pela autora. Esta dimensão contempla a imbricação da cultura do local onde a organização está situada, da cultura construída no ambiente da organização – seja por suas lideranças ou práticas estabelecidas ao longo de um tempo – e da cultura trazida pelas pessoas que atuam e se relacionam com esta organização. Ou seja, é praticamente indissociável de uma comunicação externa da organização por meio de seus canais institucionais.

A quarta dimensão, a estratégica, ajuda a perceber se a apresentação da organização está sustentada em um planejamento, em princípios, missão e valores. Contribui, de certa forma, para entender se o discurso sobre o que a organização acredita, diz ser e projeta sobre si é ou não condizente com seu cotidiano.

A partir da aplicação da metodologia proposta e das análises empreendidas com base nas práticas de memória detectadas no conteúdo dos portais das ICES, teremos mais clareza quanto à presença das dimensões humana, cultural e estratégica expostas por Kunsch (2016), tendo em vista que a instrumental é a mais comum nos ambientes organizacionais.

3.4 MEMÓRIA COMUNICADA

Para alcançarmos nossos objetivos nos propomos a trabalhar com a ideia de Memória Institucional comunicada, que deriva de uma das dimensões apresentadas por Baldissera (2014) sobre a comunicação no âmbito das relações organizacionais. “Trata-se a organização como discurso” (BALDISSERA, 2014, p. 116). O autor entende por discurso organizacional todas as articulações de linguagem, de diferentes semióticas – verbal, imagética, arquitetônica etc. – atualizadas pela organização. Acreditamos que os portais institucionais, como portas de entrada para uma organização no universo digital da web, integram esse conjunto de semióticas ao exporem o discurso organizacional, o qual consiste na visão de mundo da organização e, também, na visão de organização no mundo, com discorre o autor.

Baldissera (2014) considera que, como prática social, o discurso não é uma construção individual. Ele resulta de processo histórico-social, atendendo condições de produção específicas. “No discurso organizacional, estão tensionados o contexto situacional imediato, o contexto institucional e contexto sociocultural mais amplo. É o interior desses contextos que determinado evento comunicacional [...] se realiza” (BALDISSERA, 2014, p. 117). Tomando por base a ambiência dos portais, tanto nos campos institucionais quanto na área de notícias ou publicações periódicas da ICES – objetos de análise desse estudo –, todo conteúdo publicado, explicitado, representa o que a organização é e faz. O autor acrescenta que a organização comunicada contempla no seu discurso aquilo que esta considera relevante sobre si, o que identifica como um ativo capaz de gerar algum retorno e que é merecedor de exposição pública. Sob a nossa ótica, essa interpretação se aplica à Memória Institucional e o que dela é comunicado. Se as práticas de memória existem, se são comunicadas e que espaço ganham para tal, isso denota o nível de intencionalidade das universidades comunitárias em comunicá-las.

Um dos nossos objetivos consiste em destacar de quais formas se faz presente a identificação como ICES na comunicação da memória. Nesse sentido, Baldissera (2014) ressalva que, se a organização comunicada distanciar-se do que ela é por meio de representação por linguagem, ela pode não ser percebida como deseja por seus públicos. Pode haver um distanciamento entre o que ela diz ser e o que é assimilado. No entanto, o autor atribui ao domínio da organização o que

chama de códigos de alteridade (outra força em relação – públicos, sociedade), contribuindo para que a comunicação e seus processos sejam significados positivamente. E complementa:

A ideia de organização comunicada pressupõe algum nível de intensão de instituir a organização, isto é, de comunicar e fazer reconhecer como existência legítima, como necessária à sociedade. [...] A organização comunicada é, de alguma forma, idealizada, ou melhor, aquela que a própria organização acredita ser a ideal para cada público. Em nível estratégico, trata-se de selecionar aspectos da identidade organizacional, elaborando algo como perfis a serem comunicados – (re)apresentados – aos vários públicos, sempre considerando o conhecimento dos códigos desses públicos (BALDISSERA, 2014, p. 118).

Parafraseando o pensamento do autor, acreditamos que a Memória Institucional comunicada demonstra o nível de intenção das universidades comunitárias de serem lembradas pela sociedade, do quanto sua trajetória – pelo olhar institucional ou de diferentes porta-vozes dessa memória – importa para o meio onde estão presentes. Memória – como vimos no capítulo anterior – envolve seleção e esquecimento. Sendo assim, a Memória Institucional comunicada reflete o que as universidades consideram ideal tornar de conhecimento público para a construção de sua identidade a partir da comunicação com a comunidade. Representa sua intenção.

Baldissera (2014) observa que, da complexidade que é a organização, é selecionada apenas uma parte para ser comunicada sobre sua identidade. Para quem lê, assiste ou consome de alguma forma o conteúdo exposto, essa parte ou fragmento representa o todo. Nesse ponto, o autor encaminha o raciocínio para a dimensão da organização comunicante (BALDISSERA, 2014), na qual o público atribui o sentido àquilo que tem acesso.

A noção de organização comunicante contempla a ideia de que, em processos de relação/interação – organização-sujeitos (indivíduos, públicos, outras organizações etc.) – é difícil não comunicar. Observa-se, aqui, o fato de que os públicos que interagem com a organização podem atribuir sentido a tudo o que percebem, independentemente de a organização ter a intensão de comunicar ou não. Isto é, por mais que uma organização não queira dizer nada (se isso, hipoteticamente, fosse possível), se um indivíduo entender algo dela (pintura do prédio, paisagismo, aquisição de novo carro) como

comunicação, a organização terá comunicado. (BALDISSERA, 2014, p. 119).

Por esse prisma, Baldissera (2014) dá valor à competência interpretativa da alteridade – os públicos com os quais a organização se relaciona. Tal visão está alinhada ao interacionismo simbólico, referido anteriormente, no qual os seres humanos fazem uso de símbolos em sua comunicação. De acordo com Littlejohn (1980), uma pessoa deve chegar a entender as intenções do outro comunicador. “As pessoas levam a efeito conscientemente um processo de manipulação mental, demorando a resposta e atribuindo significado aos gestos de outras. O símbolo é interpretado pelo receptor” (LITTLEJOHN, 1980, p. 69).

A dimensão da organização comunicante dialoga com o pensamento de Blumer, citado por Littlejohn (1982) em *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*, quando este trata da interação simbólica. Blumer apresentou como premissas que os seres humanos agem em relação às coisas na base dos significados que as coisas têm para eles; que o significado de tais coisas deriva da interação social de um indivíduo com seus semelhantes; e que esses significados são manipulados através de um processo interpretativo usado pela pessoa no trato com as coisas com que se depara.

Ao falamos de Memória Institucional comunicada, consideramos válidas não só as manifestações oficiais – planejadas ou não – pelas universidades comunitárias ao exporem suas práticas de memória, mas, também, as interpretações possíveis por parte de quem acessa esse conteúdo via portais institucionais. “Diante da organização comunicante, a alteridade experimenta muito de fruição considerando-se que a comunicação se realiza com certa permissividade e autonomia diante dos processos oficiais”, assevera Baldissera (2014, p. 120).

De acordo com Baldissera e Silva (2011) os sites institucionais (e os portais, na nossa compreensão) têm-se constituído em lugar de interação dos públicos com a organização, meio para realização de negócios e fonte de consulta pública e de informações para a imprensa. Por meio desses canais estratégicos, as organizações têm autonomia para manifestar seus discursos, apresentar sua missão, visão e valores, sua história, além de exibir características que compõem sua identidade. Estes portais têm potência para hibridizar o caráter informativo e o promocional da comunicação de modo a gerar efeitos de verdade, como destacam os autores, isto

é, as pessoas que os acessam veem ali uma base fidedigna de consulta, com conteúdos que tendem a diminuir os efeitos de sentido de discurso promocional em prol dos efeitos de tradução da verdade identitária (BALDISSERA; SILVA, 2011). Ou seja: é um local de relacionamento criado para que as pessoas acreditem no que acessam. Se elas interpretarão conforme desejado pela organização já é outra questão.

Nossa análise da Memória Institucional comunicada das ICES selecionadas se dá, a partir do quinto capítulo, com base no conteúdo dos portais, especialmente na área de apresentação institucional, no campo dedicado às notícias e, naquelas universidades que possuem, nas publicações institucionais periódicas (jornais e revistas). Já no sexto capítulo, analisamos os lugares de memória que mantêm vínculos com essas universidades. Com base no discurso apresentado, à luz da ideia de organização comunicada, teremos mais claras as propostas de comunicação adotadas pelas ICES para a explicitação de suas memórias e identidade institucional.

4 PANORAMA DAS UNIVERSIDADES

Para chegarmos até o momento da criação do marco legal das universidades comunitárias, percorreremos o cenário e a evolução histórica das universidades no Ocidente, onde essa instituição se consolidou, ainda na Idade Média, expandindo-se pela Europa e para outros continentes. O enfoque adotado está alicerçado na definição de Charle e Verger (1996), que compreendem universidade enquanto comunidade autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior.

Esse formato de instituição foi consolidado a partir da Itália, França e Inglaterra, entre os séculos XII e XIII. Com o tempo, passou por diversas transformações até chegar a todos os continentes, nos séculos XVIII e XIX (CHARLE; VERGER, 1996, p. 8). No Brasil, porém, se tornariam uma realidade apenas cem anos depois de a Corte portuguesa chegar ao país, em 1808, fugindo da invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte, conforme Gomes (2007, p. 30). O ensino superior, porém, não demorou tanto a principiar em terras brasileiras. No entendimento de Cunha (1980, p. 15), ele teve início em 1572, quando foram criados os cursos de artes e teologia no colégio dos jesuítas da Bahia. Mas será no século XX, porém, que as universidades se solidificarão no Brasil, a partir das fontes aqui selecionadas.

4.1 UNIVERSIDADE NO OCIDENTE

As primeiras universidades, entendidas como associações de estudantes e docentes voltadas à promoção do ensino superior, surgiram na Europa, no início do século XII. As universidades de Bolonha, na Itália, de Paris, na França, e de Oxford, na Inglaterra, são consideradas praticamente contemporâneas. Rüegg (1996) observa que, nas três cidades, a combinação das vantagens econômicas e políticas, e a deferência à erudição dos mestres e das respectivas instituições educacionais atraíram grande número de estudantes e professores. “Tanto por sua estrutura institucional quanto por seu papel social e intelectual, tais universidades não tinham nenhum precedente histórico” (CHARLE; VERGER, 1996, p. 13).

Num primeiro momento, houve a criação de escolas monásticas ou escolas catedrais, instituições controladas de perto pela Igreja, que almejava a formação dos clérigos instruídos dos quais tinha necessidade. Além dessas estruturas, existiam escolas particulares, nas quais mestres transmitiam seus ensinamentos àqueles que se dispusessem a pagar pelo aprendizado. Para o funcionamento regular, esses estabelecimentos necessitavam da *licentia docenti*, forma de autorização de ensino outorgada em cada diocese pela autoridade episcopal, resgatam Charle e Verger (1996). As disciplinas predominantes consistiam nas chamadas Artes Liberais, abarcando Gramática, Retórica, Lógica, Aritmética, Música, Astronomia e Geometria, além da Teologia, conhecida à época como ciência sagrada.

As primeiras escolas de Direito se estabeleceram na Itália, em Bolonha, e os egressos migravam para outras localidades com a finalidade de expandir o conhecimento. O conteúdo tinha como base a codificação do Direito Romano, realizada pelo imperador Justiniano. A Medicina era outra área de interesse. “A preparação intelectual que possibilitava a ascensão da Medicina era proporcionada pelas traduções dos textos gregos e árabes que começaram a proliferar no final do século XI” (SIRAISSI, 1996, p. 361).

A mobilidade foi uma das características desse período, pois havia poucas escolas disponíveis e os interessados tinham de se deslocar de suas regiões ou países para cursar o ensino superior. Num cenário de renovação econômica e crescimento urbano, ampliava-se a necessidade de pessoas instruídas para atuação como gestores e a formação de classes dirigentes. Porém, ainda existiam apenas algumas escolas. A universidade, como instituição, seria estabelecida, de fato, por volta de 1190. E, nesse contexto, Bolonha é considerada pioneira.

O ano de 1088 é amplamente considerado o marco inicial do ensino gratuito em Bolonha, independentemente das escolas eclesiásticas. No final do século XI, mestres de gramática, retórica e lógica começaram a aplicar seus ensinamentos em Bolonha, e o mais antigo estudioso registrado foi um homem chamado Irnerius, cujas atividades catalogando os materiais legais romanos ultrapassaram os limites da cidade italiana (UNIBO, 2018).

Com base no levantamento histórico realizado por Charle e Verger (1996), o imperador italiano Frederico Barba-Ruiva concedeu uma proteção especial às escolas de Direito bolonhesas, chamada constituição *Habita*, devido à relevância destas.

Os estudantes começaram a se reagrupar, de acordo com sua origem geográfica, por “nações” (ingleses, alemães, provençais, lombardos, toscanos, etc.). Enquanto os mestres aceitavam prestar juramento de obediência à Comuna, os estudantes organizavam-se entre eles para se proteger das cobranças da população local, reger seus conflitos internos, assinar contrato com os professores e determinar eles mesmos os ensinamentos de que tivessem necessidade (CHARLE; VERGER, 1996, p. 17).

Essa reunião estudantil, amparada na proteção imperial, seria a gênese da Universidade de Bolonha. Rüegg (1996), porém, questiona a precisão da data. Embora reconheça que do agrupamento dos estudantes estrangeiros no final do século XII resultou a forma organizacional básica própria das universidades europeias medievais, argumenta que, se for considerada a associação de professores e estudantes de várias disciplinas numa corporação como um critério decisivo, o título de mais antiga universidade recairia sobre Paris, em 1208.

Apesar de nosso objetivo não estar associado ao estabelecimento de um debate de versões sobre as origens da universidade, consideramos pertinentes essas abordagens como forma de ilustrar o panorama histórico. Seguindo os exemplos pioneiros citados no início desse capítulo, a partir do século XIII passou a haver a multiplicação de associações de mestres e estudantes com o propósito de constituir novas universidades no continente europeu. Eles estabeleciam estatutos, elegiam seus representantes e determinavam regras de auxílio mútuo.

O ambiente universitário também criou exames e graus de formação como forma de validar a competência intelectual dos estudantes. Conforme apresentam Charlie e Verger (1996), havia três graus sucessivos. O bacharelado, inicialmente, era obtido na escola, após o mestre submeter o estudante a provas, que incluíam a vida pessoal do discente, seus hábitos e a ciência, além de uma disputa (debate público). Aprovado, ele era submetido a novas fases de testes para, então, obter o reconhecimento de mestre e doutor, até estar suficientemente habilitado a estar entre outros membros do corpo docente.

Quanto ao perfil discente, é interessante observar que as universidades eram procuradas por membros de famílias de notários, comerciantes e artesãos abastados, por exemplo. Os diplomas representavam um meio de ascensão social e “[...] serviam para galgarem posições mais seguras e prestigiosas, tanto no alto clero onde se tem, no século XV, na França e na Inglaterra, porcentagens importantes de

graduados, como na prática privada (médicos)” (CHARLE; VERGER, 1996, p. 28). No final da Idade Média, observam estes autores, a prática dos estudos universitários havia se tornado uso corrente em famílias de oficiais reais, de juristas e de médicos.

Foi também nessa época que começaram as primeiras mudanças no ensino superior, que recebia críticas quanto à rigidez do método vigente (escolástica), conduzido pela Igreja. Esta negligenciava a História, as Belas Artes e o estudo dos Clássicos, assim como as Ciências Exatas e as Artes Mecânicas. Na reflexão de Teixeira (1988), no século XIV, as universidades medievais alcançaram seu ápice em termos de desenvolvimento. No entanto, essa instituição entrou, na sequência, em um tempo de solidificação tão rígido que a transformou numa das grandes forças conservadoras do mundo.

Essa rigidez repercutiu em carreiras importantes então negligenciadas nos bancos acadêmicos. Arquitetos e engenheiros, por exemplo, formavam-se fora das universidades, como destacam Charle e Verger (1996, p. 37). Nessa época, recuperam os autores, emerge o Humanismo como forma de pensamento, especialmente na região da Toscana (Itália). Os humanistas passaram a defender a revalorização dos clássicos, das fontes literárias latinas e o ensino de línguas antigas, como o grego e o hebraico. Esse pensamento alinhava-se, naquele momento, ao crescente desnível percebido entre o ensino acadêmico e as expectativas sociais, o que nos permite refletir que a queixa sobre esse tipo de dissonância tem séculos de existência. A universidade estava encapsulada em si, distante das necessidades da sociedade.

A época moderna, classificada entre os séculos XVI e XVIII, mostrou-se como o período de expansão das universidades para novos continentes, mesmo com a relutância em mudar suas estruturas de ensino. Charle e Verger (1996) demonstram que, de 60 universidades ativas em 1500, ano que em os portugueses chegaram ao Brasil, passou-se para 143 no ano de 1790, período da Revolução Francesa. Os autores descrevem os motivos desse avanço:

A multiplicação das universidades explica-se tanto pela emergência dos Estados Nacionais ou, na Alemanha e na Itália, dos principados territoriais, quanto depois de 1520, pelo grande cisma religioso provocado pela Reforma. Certamente, jamais houve mais que um terço das universidades europeias em país protestante, mas a Reforma e as lutas confessionais que a seguiram levaram tanto os

Estados protestantes a dotarem-se de uma rede própria de estabelecimentos de ensino superior, muitas vezes notáveis, quanto a Igreja Católica a multiplicar universidades novas (CHARLE; VERGER, 1996, p. 42-43).

O continente americano foi contemplado nessa ampliação territorial, fruto das navegações empreendidas pelos europeus nos séculos XV e XVI. No ano de 1538, houve a criação da primeira universidade, em São Domingos, hoje República Dominicana. Na sequência, conforme resgata Cunha (1980), em 1553, foi inaugurada no México a segunda universidade americana, seguida de São Marcos, no Peru (UNMSM, 2013c), também em 1553, de São Felipe, no Chile, e de Córdoba (UNC, [20-]), na Argentina, em 1613. Em 1822, quando houve a independência do Brasil, estima-se que havia até 27 universidades na América espanhola. Esses estabelecimentos foram instituídos por decreto real com estatutos inspirados nas universidades de Salamanca e Alcalá (Espanha), normalmente sob o controle de ordens religiosas, como os dominicanos e jesuítas, que preconizavam o ensino da Teologia e do Direito Canônico, conforme Charle e Verger (1996).

O Brasil, porém, embora não tivesse uma universidade nesse período, não deixou de contar com estabelecimentos destinados ao Ensino Superior, se observarmos o ponto de vista de Luiz Antônio Cunha em sua obra *A universidade temporã*. Nela, o autor discorre sobre o desenvolvimento do ensino superior brasileiro da época da Colônia ao século XX, nos governos de Getúlio Vargas.

A Companhia de Jesus, criada em 1540, chegou ao Brasil nove anos mais tarde com a missão de converter os índios e dar apoio aos colonos, mas, para além desses compromissos, notabilizou-se pela criação de estabelecimentos de ensino. Havia os *studia inferiora*, correspondentes ao ensino secundário, e os *studia superiora*, correspondendo ao ensino universitário, de acordo com Cunha (1980). Tal como as instituições europeias, a proposta de ensino superior trazia os cursos de filosofia, de artes e de teologia, inspirados nos ensinamentos humanistas. O de filosofia contou com colégios no Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Recife, Maranhão e Pará. Na Bahia, os estudos oferecidos no curso de artes eram considerados os mesmos do colégio da cidade de Évora, em Portugal. Na Colônia, porém, a formação não tinha o mesmo valor, sendo necessário ir às universidades de Coimbra (de orientação jesuítica) ou de Évora para repetir os cursos, complementá-los ou submeter-se a exames.

O colégio de jesuítas na Bahia chegou, mediante solicitações repetidas, a graduar bacharéis. Seus alunos graduados eram recebidos na Universidade de Coimbra para o último ano do Colégio de Artes, reconhecidos os três primeiros feitos na Bahia. [...] A despeito de não haver universidade, o Brasil considerava os colégios dos jesuítas como vestibulos da universidade, cuja formação em Letras Clássicas lhe parecia a mais perfeita formação do homem (TEIXEIRA, 1988, p. 88).

Havia uma relação deliberada de dependência, como se pode perceber, justamente com o intuito de gerar uma lealdade forçada à Coroa portuguesa. Mesmo assim, “[...] os estudantes brasileiros em Coimbra chegaram a 2.500 entre o ano de 1550 e a transmigração da família real” (TEIXEIRA, 1988, p. 88).

O domínio jesuítico no ensino português e na colônia perdurou por dois séculos, até que, em 1750, houve a nomeação, pelo rei José I, de Portugal, do Marquês de Pombal. Nessa época, o colonizador brasileiro enfrentava sérios problemas econômicos. Pombal, autorizado pelo rei, expulsou os jesuítas de Portugal e tomou para o Estado as escolas e propriedades desses religiosos em terras brasileiras. “A reforma da Universidade de Coimbra, de 1770, é a mais conhecida medida de reforma educacional de Pombal” (CUNHA, 1980, p. 49). O autor observa que essa nova ordem abre espaço a outras disciplinas de cunho capitalista no ambiente acadêmico, incluindo disciplinas voltadas ao comércio e à gestão. Referindo-se a Portugal, aponta que “[...] a burocracia do Estado carecia de canonistas, advogados, médicos, filósofos e teóricos, todos eles necessitando de uma formação prévia em humanidades” (CUNHA, 1980, p. 49). O ensino português, então, possibilitou a ampliação das relações comerciais e passou a preparar pessoas para frequentar a Aula de Comércio, criação de Pombal.

A repercussão no Brasil da intitulada Reforma Pombalina, no que diz respeito ao ensino superior, se deu na adoção de novas disciplinas, enfatizando questões como comércio e economia, e na gestão por parte dos frades franciscanos, autorizados por um alvará régio. A principal mudança, depois disso, ocorreria com a transferência do poder da metrópole portuguesa para o Brasil, na abertura do século XIX.

No contexto europeu, é adequado elucidar que, no final do século XVIII, após sofrer fortes críticas por corporativismo, formação de intelectuais sem proveito, quando “[...] o grau universitário valia como alvará de integração social” (CHARLE;

VERGER, 1996, p. 61), as universidades passaram por uma intensa reforma. Na França, após a Revolução, em 1789, houve o fechamento de universidades. Na Inglaterra, outro polo importante, igualmente ocorreu o enfraquecimento das instituições, assim como na Alemanha. Este país, no entanto, foi o berço da renovação, tendo como inspirador o ministro G. A. von Münchhausen. A Universidade de Göttingen, em Hanover, iniciou esse movimento, como relatam Charle e Verger (1996). O Estado passou a atuar na gestão e na seleção de docentes, exercendo maior controle sobre as instituições. Houve a introdução de disciplinas consideradas extra-acadêmicas, como dança, equitação, desenho e letras, além das chamadas disciplinas modernas, como história, geografia, física, matemática aplicada e ciências administrativas. Ainda, teve a criação do seminário e, também, a emergência dos professores pesquisadores, com dedicação total às atividades acadêmicas devido à melhor remuneração. Esse progresso, interpretado por Teixeira (1988) como o renascimento da universidade, teve como consolidador Wilhem von Humboldt, no século XIX, a partir da Universidade de Berlim. Essa instituição “[...] representa os primórdios da nossa universidade contemporânea” (TEIXEIRA, 1988, p. 85), pois passou a exercer um papel de formação humanista, com viés crítico, autonomia na gestão e no ensino – com independência em relação à Igreja e outras pressões externas –, e preponderantemente voltado à pesquisa.

O meio acadêmico, desde a segunda metade do século XIX até meados do século XX, sofreu a influência de diversas situações. Conflitos étnicos e religiosos, desigualdade no nível de desenvolvimento econômico e a crescente urbanização foram alguns dos tópicos mais conhecidos. No entanto, o ensino superior passou a impactar positivamente na promoção social dos indivíduos, contribuiu para a afirmação nacional, a formação de elites intelectuais, para o progresso científico e econômico dos países e na evolução das relações entre os sexos, com o ingresso das mulheres nas universidades, como apontam Charle e Verger (1996). No período entre as duas Grandes Guerras, a academia também teve papel essencial nos confrontos políticos.

Embora tenham se inspirado nas bases inglesa e alemã até meados do século XIX, as universidades norte-americanas adotaram uma forma própria de expansão depois esse período. Após superar uma severa guerra civil, os investimentos privados de grandes empresários e industriários, em tempos de construção de novas vias e expansão ferroviária, passaram a moldar a universidade

às necessidades prementes. O perfil utilitarista fez com que se desenvolvessem cursos voltados às finanças e aos negócios, aliando formação técnica, profissional e científica, servindo de suporte aos grandes executivos da época. O financiamento privado das pesquisas também ajudava a desvincular os estabelecimentos de uma dependência do Estado. Parte dos recursos era obtida via mecenato, com doações realizadas pelos *alumni* (antigos egressos). Outra originalidade do sistema norte-americano foi a massificação do ingresso na universidade, fruto da ampliação do acesso ao ensino médio. “A corrida ao diploma começa igualmente na primeira metade do século XX, em razão dessa massificação” (CHARLE; VERGER, 1996, p. 96). O sistema, à época, tinha alguns vícios, como situações discriminatórias às minorias étnicas e a desvalorização de professores conforme as instituições, apontam os autores.

Após a Segunda Guerra Mundial, o perfil mais elitista de formação perdeu força com a criação de estabelecimentos públicos de ensino. O Estado começou a investir na educação. Também, nessa época, as universidades passaram a atuar no campo das inovações tecnológicas para dar suporte às empresas, além de serem chamadas a assumir um compromisso maior com o desenvolvimento social.

No final do século XX, um documento intitulado *Declaração de Bolonha* (USP, 1999)²⁵ trouxe novas perspectivas para as universidades de todo o mundo. Ministros da educação de 29 nações europeias subscreveram a carta reconhecendo a importância da educação para o desenvolvimento sustentável das sociedades tolerantes e democráticas. Entre os seis objetivos traçados, estão presentes questões como a adoção de um sistema de graus acadêmicos equivalentes, visando à empregabilidade dos cidadãos europeus e a competitividade do sistema europeu do ensino superior; adoção de sistema de créditos para facilitar a mobilidade acadêmica e o aproveitamento das disciplinas em diferentes países; incentivo ao intercâmbio de conhecimentos, com a mobilidade de professores, pesquisadores e pessoal da área técnica; e cooperação com as áreas governamentais e não-governamentais, visando ao melhor desempenho da educação superior e dos países.

A *Declaração de Bolonha* refletiu um novo momento e cenário internacional da academia, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Nos Estados Unidos,

²⁵ Versão disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo.

inicialmente, nos anos 1950, empresas nascentes de alta tecnologia passaram a concentrar-se no entorno de grandes universidades de pesquisa, numa interação crescente, a exemplo da Universidade de Stanford, como discorrem Audy e Piqué (2016), dando origem aos ambientes de inovação, posteriormente conhecidos como parques científicos e tecnológicos (PCTs). “Os PCTs se espalharam pelos Estados Unidos, nos anos 1970 e 1980, pela Europa, chegando à Ásia ainda nas últimas décadas do século XX e na América Latina no início do século XXI” (AUDY; PIQUÉ, 2016, p. 6). Atrelado a esse movimento, decorreu um novo comportamento do meio acadêmico em relação à sociedade, deixando o isolamento e passando a estabelecer conexões com o sistema produtivo e os órgãos governamentais. Empreendedorismo, inovação, sustentabilidade e mobilidade internacional são alguns dos valores que passaram a vigorar no meio universitário nas décadas mais recentes, consolidando o que trouxe o documento assinado na primeira universidade ocidental.

4.2 UNIVERSIDADE NO BRASIL

No ano de 1808, foi criada, no Rio de Janeiro, a Academia da Marinha, e, em 1810, a Academia Real Militar, como destaca Mendonça (2000). Nessa mesma época, houve a criação dos cursos de anatomia, cirurgia e medicina, todos voltados aos militares. Percebemos um olhar totalmente pragmático e funcionalista para o Ensino Superior nesse momento, que visava, principalmente, suprir as necessidades da recém-chegada Coroa portuguesa, como descreve Cunha (1980, p. 63):

A reestruturação e ampliação do Ensino Superior no Brasil, a partir de 1808, fez com que os estudos de matemática, física, química, biologia e mineralogia se deslocassem dos cursos de filosofia, controlados pela Igreja, para os cursos médicos e para a Academia Militar, e, muito mais tarde, para a Escola Politécnica que dela se separou.

Esse sutil avanço não significou, porém, uma esperança para a constituição de uma universidade. A independência, obtida em 1822 por D. Pedro I, acrescentou apenas os cursos de direito em São Paulo (SP) e Olinda (PE), com o propósito de formar profissionais na medida em que se faziam necessários. O período do Império,

que perdurou até 1889, não trouxe grande evolução para o ensino superior. Enquanto na Europa houve duas reformas universitárias, como apresentam Charle e Verger (1996), no século XVI, sob a influência do Humanismo, e no século XVIII, com a introdução das inovações científicas apresentadas pelo filósofo, físico e matemático francês Descartes, o filósofo inglês John Locke e o físico e matemático britânico Isaac Newton, o Brasil não avançava. Essa estagnação se deveu muito ao pensamento predominante nesse momento histórico, marcado pela forte influência positivista. A doutrina, afirma Cunha (1980, p. 87), foi uma versão ideológica da sociedade capitalista, nascida dela própria, tendo como personagem fundamental o francês Augusto Comte. Pensadores brasileiros adeptos ao positivismo rechaçavam a ideia de criação de uma universidade, considerando a instituição algo ultrapassado. Isso ocorria devido à visão alicerçada na universidade medieval, e não no momento que esses estabelecimentos de ensino vivenciavam na Europa, notadamente na passagem do século XVIII para o XIX, como citamos no exemplo de Humboldt.

O filósofo Miguel Lemos (1854-1917), de orientação positivista, considerava deploráveis as pretensões das famílias mais abastadas em se preocuparem que os filhos abdicassem de ofícios úteis e honrosos para se dedicarem à obtenção de um diploma universitário, como descreve Cunha (1980). A ótica deturpada sobre a instituição universitária também está presente na constatação de Teixeira (1988), quando este menciona que, durante o período monárquico brasileiro, 42 projetos de universidade foram apresentados, sempre enfrentando recusas do Governo e do Parlamento. Exemplo é uma citação feita pelo autor, na qual, em um congresso de educação ocorrido em 1882, um conselheiro do imperador Dom Pedro II alegou que “[...] a universidade é uma coisa obsoleta e o Brasil, como país novo, não pode querer voltar atrás para constituir uma universidade” (TEIXEIRA, 1988, p. 90). O século XIX se encerrou sem nenhuma universidade criada. A resistência partia do próprio Dom Pedro II.

[...] resistiu à ideia de universidade até sua última fala no trono, quando afinal reconheceu, por certo que relutantemente, que seria conveniente uma universidade para o Norte e outra para o Sul do Brasil. Nem por isso criou qualquer universidade. A República continuou a tradição de resistência. Estimulavam-se, no entanto, escolas agrícolas, liceus de Artes e Ofícios e, depois da República, o ensino técnico-profissional (TEIXEIRA, 1988, p. 91).

Ocorre, como é possível observar, a proliferação de escolas isoladas, voltadas ao ensino superior, por todo o país. E o agrupamento destas embasou a primeira ideia de universidade brasileira, no início do século XX, no Rio de Janeiro.

Nas primeiras décadas do novo século, houve três tentativas frustradas de se estabelecer universidades. No ano de 1909, foi criada, em Manaus (AM), a primeira das “[...] universidades passageiras” (CUNHA, 1980, p. 177). A riqueza proporcionada pelo ciclo de exploração da borracha levou muitas pessoas à região da Amazônia, e homens abastados e alguns militares empreenderam na fundação da Universidade de Manaus, privada, que perdurou até 1926. Outra iniciativa da sociedade civil foi a primeira versão – particular – da Universidade de São Paulo, existente entre os anos de 1911 e 1917. A terceira tentativa malograda foi a Universidade do Paraná, em 1912, promovida por um grupo de profissionais liberais e servidores do alto escalão do Governo do Estado do Paraná. Como as anteriores, teve uma vida efêmera, encerrando as atividades em 1915. Nesse histórico traçado por Cunha (1980), três instituições privadas sofreram as consequências das reformas no ensino²⁶, que estabeleciam regras para os exames de admissão e não permitiam a equiparação aos cursos federais se não houvesse um número mínimo de habitantes nas cidades-sede.

Fundada no dia 7 de setembro de 1920, com decreto promulgado pelo presidente da República Epitácio Pessoa, a Universidade do Rio de Janeiro, iniciativa do Governo Federal, reuniu algumas escolas profissionais preexistentes, como destaca Mendonça (2000, p. 14). A instituição, pioneira entre as que se mantêm até os dias atuais, resultou da agregação da Escola Politécnica e da Escola de Medicina, além da Faculdade de Direito, fruto da junção de outras escolas. Apesar desse movimento, não havia uma gestão integrada.

Cunha (1980) descreve que a organização por aglutinação foi seguida na criação da Universidade de Minas Gerais, em 1927, também no dia da Independência do Brasil. Recebeu verbas do governo estadual e dos professores, que abriam mão de parte dos vencimentos para constituir a nova instituição. Sobre esse movimento, reflete:

²⁶ Há mais informações sobre as reformas Rivadávia Correa e Carlos Maximiliano na obra de Cunha (1980).

Se a montagem da Universidade do Rio de Janeiro foi uma tentativa de estabelecer o modelo universitário antes que os Estados multiplicassem fatos consumados, dificultando o controle pelo poder central, é possível que a criação da Universidade de Minas Gerais tenha mostrado que regulamentos eram necessários mais do que paradigmas. Assim, pouco depois [...] o Governo Federal baixou normas regulando a instalação de universidades nos estados. Era uma maneira de lhes impor condições de funcionamento e, por essa via, controlar seu produto (CUNHA, 1980, p. 190).

O contexto histórico, político e social explica a emergência de universidades isoladas em estados e os impedimentos por parte do Governo Federal. Desde a Proclamação da República, em 1889, até 1930, o poder público era fragmentado, concentrado nas Unidades Federativas. Na região Sudeste, por exemplo, predominava a política do café com leite, quando barões do café e produtores de leite revezavam-se no poder central. Com a Revolução de 1930, e a consequente posse de Getúlio Vargas na Presidência da República (CPDOC, 2017a), teria início uma visão de Estado Nacional e a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (CPDOC, 2017b), no ano de 1930. De acordo com Mendonça (2000), o ministro Francisco Campos promoveu a chamada Reforma Campos, de 1931, que se consubstanciou no chamado Estatuto das Universidades Brasileiras. Teve início a fundação das universidades mais longevas, algumas das quais se mantêm ativas.

Em 1934, foram criadas a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Porto Alegre – que futuramente se tornaria a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro. Esta, de vida curta, durou até 1939, sendo incorporada, neste ano, à nova Universidade do Brasil (UB), criada em 1937 pelo ministro da Educação Gustavo Capanema. A UB, como recorda Cunha (1980), era o novo nome dado à Universidade do Rio de Janeiro. Nesse intervalo de tempo, também se mobilizavam instituições de inspiração católica para a formação de suas próprias universidades.

A Igreja Católica, à época, tinha também um projeto de formação das elites que passava pela universidade. Esse projeto foi gestado especialmente no interior do Centro D. Vital, instituição de congregava as principais lideranças católicas leigas, tendo à frente Alceu de Amoroso Lima. Esse projeto viria a encontrar a sua concretização final com a criação da Universidade Católica, em 1946 (MENDONÇA, 2000, p. 140).

Esse foi o ponto de partida para as instituições privadas confessionais de educação superior no Brasil, aberto pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no ano de 1946. Futuramente, lhe seriam atribuídas as classificações de filantrópica e comunitária.

Se até o fim da Era Vargas (CPDOC, 2017c) o crescimento das universidades foi paulatino, após 1945 ocorreu um significativo aumento. Mendonça (2000) recupera que, entre 1945 e 1964 o número de universidades passou de cinco para 37, e as instituições isoladas passaram de 293 para 564. Esses estabelecimentos isolados formaram a base para a constituição de universidades tanto públicas quanto comunitárias.

Paralelamente, outro fator a contribuir para esse cenário foi o fortalecimento da pesquisa como uma função desses estabelecimentos de ensino, repercutindo na organização e crescimento da comunidade científica que, bem articulada, criou no ano de 1948 a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, 2018). Esta foi seguida de duas estruturas públicas de fomento à investigação científica, fundadas em 1951: Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq)²⁷ e Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)²⁸.

A PUC-Rio, no ano de 1946, concretizou-se como a primeira universidade privada do Brasil. A instituição pioneira começou a se estabelecer a partir de associações especializadas, como “[...] o Instituto Católico de Estudos Superiores, em 1932, sendo este o primeiro germe da futura Universidade Católica” (SEGENREICH, 2006, p. 175). Nos anos seguintes, foram empreendidos esforços que resultaram na criação, em 1941, das Faculdades Católicas, representando a mobilização da Igreja para propor uma alternativa ao modelo de universidade vigente no Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931. A autora narra essa fase da seguinte forma:

Em 1940, D. Leme confiou à Companhia de Jesus a direção pedagógica e administrativa da futura Universidade, que, com o nome de Faculdades Católicas e composta do curso de bacharelado da Faculdade de Direito e de sete cursos da Faculdade de Filosofia (Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Neogermânicas, Geografia e História, Ciências Sociais e Pedagogia), começou a funcionar em março de 1941 (SEGENREICH, 2006, p. 175).

²⁷ Nome atual: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

²⁸ Nome atual: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Conforme o Estatuto do Governo Federal, o curso superior de filosofia era um elemento fundamental e aglutinador dos outros cursos superiores dispersos para que se pudesse constituir uma universidade. Outra exigência era que a escolha de dirigentes ocorresse num processo externo à instituição, o que foi contornado com a apresentação de uma lista a partir da qual a autoridade da arquidiocese escolhia o nome do reitor, levando em conta outros elementos necessários à formação deste, conforme estatutos da mantenedora. O título de Pontifícia, reconhecimento obtido junto ao Vaticano, foi conquistado em 1947 (PUC-RIO, 2018).

Também no ano de 1946, foi fundada a PUC-SP (PUC-SP, 2018) a partir da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento e da Faculdade Paulista de Direito, além de outras quatro instituições da Igreja. A missão da nova instituição era formar lideranças católicas e os filhos da elite paulista. Assim como para a PUC-Rio, o Papa Pio XII concedeu o título de Pontifícia no ano seguinte.

Em 1948, a Universidade Católica do Rio Grande do Sul iniciou suas atividades, em Porto Alegre, tornando-se Pontifícia três anos mais tarde. Desde o ano de 1931, os irmãos maristas, congregação religiosa responsável pela PUCRS, acalentavam o desejo de compor uma universidade, quando criaram o curso superior Curso Superior de Administração e Finanças. Desde então, novas instituições de característica confessional passaram a se estabelecer no país.

Na década de 1950, e mais expressivamente nas de 1960 e de 1970, cresceu o número de universidades. Em todo Brasil, o Governo Federal passou a estabelecer universidades federais, e outras particulares também se multiplicaram.

Em 1961, houve a criação do Conselho Federal de Educação (CFE), pela Lei de Diretrizes e Bases. “Seria esse órgão quem viria a assumir a direção da política oficial de ensino superior, estratégia que seria reforçada após 1964” (MENDONÇA, 2000, p. 146). Em dezembro desse ano, ocorreu a fundação da Universidade de Brasília, na nova capital federal, inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Ela resultou de um processo de repensar o ensino superior após a Era Vargas, com a redemocratização. Atendia a necessidades levantadas pelo movimento estudantil, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE), e também era endossada por setores de ponta da comunidade científica. “Seus professores foram recrutados entre o que havia de melhor no país”, observa Mendonça (2000, p. 144).

A década de 1960, em especial, apresentou significativas mudanças para o ensino superior. Além da criação do CFE, em 1961, o governo militar, após o golpe

de 1964, assumiu a frente da reorganização dos modelos vigentes. Houve decretos-lei no ano de 1966 e, principalmente, a Reforma Universitária de 1968, sustentada na Lei nº 5.540/68. A lei fornecia o novo paradigma no qual a universidade brasileira se consolidaria.

A lei 5.540 afirmava explicitamente constituir-se a universidade na forma ideal de organização do ensino superior, na sua tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, enfatizando-se a indissolubilidade entre essas funções, particularmente entre ensino e pesquisa, sendo esta última o próprio distintivo da universidade (MENDONÇA, 2000, 148).

A reforma, que entrou em vigor em dezembro de 1968, ignorava a autonomia da universidade, especialmente pelo fato de o país estar vivendo sob a égide do Ato Institucional nº 5, com a imposição de severas restrições, e porque o governo federal detinha controle total dos recursos materiais. No entanto, pela interpretação de Mendonça (2000), trouxe a consolidação das universidades públicas, pela institucionalização da carreira docente e, especialmente, pela implantação dos cursos de pós-graduação.

Um dos aspectos dessa reforma contribuiu para a ampliação de novos estabelecimentos de ensino privados, por meio do artigo 10 da Lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968). Isso ocorreu devido à ampliação da demanda pelo ensino superior, para a qual os estabelecimentos públicos não se mostravam suficientes.

[...] o governo passou a estimular a o crescimento da oferta privada. Com o aval do CFE, o ensino superior no país sofreu, ao longo dos anos 1970, um incrível processo de massificação, através da multiplicação de instituições isoladas de ensino superior, criadas pela iniciativa privada (MENDONÇA, 2000, p. 148).

Oportuno dizer, acerca do momento econômico no contexto da ditadura civil-militar à época, que houve um crescimento da instalação de indústrias estrangeiras no país, as quais necessitavam de mão-de-obra mais qualificada, demanda que não era suprida suficientemente pelas universidades, como constata Xerri (2012). A solução encontrada pelo governo para resolver a questão dos excedentes foi o Decreto nº 68.908/71, que adotava o vestibular classificatório (BRASIL, 1971).

A leitura do cenário é feita por Cunha (2000, p. 192) da seguinte forma:

A grande expansão do ensino superior no período imediatamente posterior ao golpe militar de 1964 resultou da substituição do regime de cátedras pelo regime departamental nas universidades públicas, e do incentivo governamental à criação de faculdades privadas.

É nesse panorama que despontaram muitas instituições privadas de ensino. O objetivo era suprir carências econômicas e atender a anseios de comunidades não contempladas pelo movimento de proliferação de universidades públicas.

Nos anos 1980, teve início o debate sobre as universidades comunitárias. O período de redemocratização, com o fim do governo militar, em 1985, trouxe a Constituição Federal de 1988 como marco da redemocratização. Na década seguinte, outra Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) implantou novas regras para o ensino superior, além de impulsionar a abertura de estabelecimentos privados de ensino, inclusive os considerados com fins lucrativos.

O século XXI trouxe um novo cenário para as universidades no Brasil. Ampliação da oferta e do acesso, ações afirmativas e ampliação dos créditos elevaram o número de estabelecimentos públicos federais e, principalmente, privados. Grupos internacionais ingressaram e ganharam espaço, e a concorrência por alunos tornou-se mais acirrada na esfera privada (BITTENCOURT et al., 2014). O segmento das universidades comunitárias, após 25 anos da promulgação da Carta Magna, obteve seu marco legal em 2013.

4.3 UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

Ao valer-se de autores clássicos para explicitar os possíveis conceitos de comunidade, Peruzzo (2002) apresenta como interpretação do termo comunidade a “[...] confluência em torno de ações tendo em vista alguns objetivos comuns, constituição de identidades culturais em torno do desenvolvimento de aptidões associativas em prol do interesse público, participação popular ativa e direta” (PERUZZO, 2002, p. 290). Para Vannucchi (2004, p. 20), “[...] uma verdadeira comunidade é a presença e a força de um interesse comum, um causa agregadora, que gera adesão e coesão das pessoas em torno de determinados valores ou normas”. O educador destaca, ainda, sob a perspectiva do ensino superior, que em comunidade “[...] não se instrumentaliza ninguém, todos são tratados como pessoas”

(VANNUCCHI, 2004, p. 20), sendo todos mestres e alunos, partilhando experiências de vida.

Essa contextualização se faz necessária devido à natureza histórica da constituição das universidades comunitárias. Ao citar pesquisas do antropólogo brasileiro Egon Schaden (1913-1991), Bittar (2006) recorda as origens do comunitarismo no Brasil, especialmente a partir dos aspectos históricos e sociológicos da escola teuto-brasileira, que funcionou em Santa Catarina no final do século XIX até a década de 1940. A autora mostra que, na ausência de escolas, os grupos que formaram as colônias abriram seus próprios estabelecimentos de ensino a fim de alfabetizar os filhos. Já em meados do século XX, com uma oferta maior de colégios, o aspecto original daquelas escolas se mantinha: o fato de serem bilíngues, com professores lecionando em português e alemão. No período do Estado Novo, na Era Vargas, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, uma determinação federal banuiu o estudo da língua alemã, enfraquecendo os laços culturais praticados há décadas. Na concepção da autora, porém, o surgimento das universidades comunitárias no Rio Grande do Sul se sucede ao arrefecimento do comunitarismo em Santa Catarina. “Elas foram, por certo, inspiradoras do nome e do modelo de universidade comunitária tomada em seu conjunto” (BITTAR, 2006, p. 223).

Outro autor que atribui à imigração europeia o embrião das universidades comunitárias é Elydo Guareschi (1931-2014). Na obra *Universidade Comunitária – uma experiência inovadora*, o ex-reitor da Universidade de Passo Fundo aponta que as características culturais dos imigrantes descendentes de italianos, alemães e de outras etnias, entre o final do século XIX e o início do século XX, exerceram grande influência no desenvolvimento local e no surgimento do ensino superior de cunho comunitário. “Foram valores da ética comunitária que inspiraram o surgimento das instituições de ensino superior” (GUARESCHI, 2012, p. 13).

Entre as décadas de 1950 e de 1970 houve uma grande expansão das instituições de ensino superior isoladas, como referimos anteriormente. Nessa época, as universidades brasileiras, fundadas pelo Governo Federal, estavam todas localizadas não só em capitais, mas, também, por motivos históricos e geográficos, entre outras regiões, no litoral (BARICHELLO, 2001). As cidades do interior, especialmente no RS e em SC, passaram a criar seus próprios cursos superiores que, com o decorrer dos anos, constituíram novas universidades.

O debate acerca da categorização das universidades comunitárias teve início na primeira metade dos anos 1980, especialmente com a finalidade de diferenciar esses estabelecimentos de ensino superior de outros privados, orientados por critérios predominantemente lucrativos. De acordo com Guareschi (2012), o movimento da Reforma Universitária de 1968 motivou uma discussão ampla sobre o modelo de organização universitária brasileira. “No Sul do Brasil, professores, dirigentes de universidades e de instituições de ensino superior, situadas no interior, passaram a debruçar-se sobre essa definição conceitual: a universidade comunitária, o que é” (GUARESCHI, 2012, p. 31).

Em 1985, um evento realizado na Universidade de Caxias do Sul (UCS) reuniu reitores de universidades gaúchas e catarinenses para debater o tema e apresentar um consenso a respeito. Gestores da UCS, UPF, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e Fundação Educacional de Blumenau formalizaram, ao final do encontro, dois documentos: um sobre o modelo de organização comunitária a partir das experiências das quatro instituições; outro, um protocolo de cooperação entre as quatro universidades, descreve Guareschi (2012).

Nesse mesmo ano foi aprovada uma moção pelo Plenário do Conselho de Reitores, em Goiânia (GO), com o objetivo de estabelecer, para as universidades comunitárias, uma forma regular de concessão de recursos governamentais, como apresentou Moura (1988), então reitor da PUC-Rio, no prefácio da obra *As universidades comunitárias: um modelo alternativo*. A partir de 1986, os documentos do Ministério da Educação passaram a tratar as universidades comunitárias e confessionais como universidades públicas não estatais²⁹.

Cabe destacar que a grave conjuntura econômica da década de 1980, especialmente no Brasil, serviu como fator impulsionador do movimento pela criação do segmento das universidades comunitárias, visando ao conseqüente reconhecimento pelo governo federal e a obtenção de verbas públicas. Algumas comunitárias, à época, tentaram a federalização, tamanha a gravidade da situação. No RS, a UCS foi uma das que acorreu ao MEC em busca de torná-la federal. Xerri (2012) cita uma série de iniciativas protagonizadas, no ano de 1986, por autoridades

²⁹ A esse respeito, Vannucchi (2004) aponta a possibilidade de explicar, no âmbito do sistema do ensino superior do país, que a universidade comunitária representa um modelo alternativo, ou seja, ela não é nem pública, no sentido de estatal, nem privada, no sentido estrito, empresarial. É pública não estatal.

políticas, incluindo o então prefeito, um deputado e o governador do RS. Todos os retornos do MEC foram negativos, conforme a autora expõe em sua tese por meio de textos do jornal *O Pioneiro*, veiculado na Serra Gaúcha. “A Universidade sofreu os efeitos da nova política econômica da época, quando houve a mudança da moeda de Cruzeiro para Cruzado, acompanhada de desvalorização, do congelamento de preços e salários” (XERRI, 2012, p. 195). Caso semelhante viveu a UPF, que tentou a estadualização, encaminhando projeto à Assembleia Legislativa do RS, negado por meio do relatório final da Comissão Especial dedicada ao tema, em 1987, como relata Guareschi (2012). O insucesso se repetiu na esfera federal.

O livro *As universidades comunitárias: um modelo alternativo* aborda que universidades em todo o mundo atravessavam uma crise. Naquele contexto, Tramontin e Braga (1988) citam que James Perkins desdobrou as cinco formas de crise que afetavam o meio acadêmico internacional, dentre estas a crise financeira, considerada a mais imediata. “Da crise financeira nenhuma universidade escapa” (TRAMONTIN; BRAGA, 1988, p. 15). A sentença dos autores se justificava na redução dos recursos às universidades federais e estaduais, desde o ano de 1981, mas ressaltando que mesmo assim estas tinham uma fonte de sustentação garantida por meio das verbas do Tesouro. Quanto às demais, afirmam:

As universidades particulares vivem, no outro extremo, quase que exclusivamente das anuidades escolares. De um modo geral, o equilíbrio econômico é procurado, então, em cima do salário docente contratado no regime hora/aula e da redução de investimentos em biblioteca, laboratórios, equipamentos, material para pesquisa. [...] A crise que vem preocupando sobremaneira as autoridades governamentais se refere às universidades particulares confessionais e comunitárias, dado o seu caráter social praticamente público e o alcance bastante difuso de suas atividades. Quase todas comunitárias nasceram sob a estrela da tutela governamental que, se não tomou a iniciativa de sua criação, subsidiou significativamente seu orçamento e, assim, estruturaram-se como instituições de grande porte para a prática de ensino, da pesquisa e da extensão (TRAMONTIN; BRAGA, 1988, p.17).

Os autores ainda ressaltam que a federalização seria inviável pois, conforme dados levantados por ambos, no ano de 1987 havia, somente no Congresso Nacional, 180 projetos com essa solicitação. De acordo com Moura (1988), no mês de março de 1988, reitores das 20 universidades comunitárias existentes reuniram-se em Porto Alegre e, desse evento, resultou a obra citada acima, elaborada pelo

Instituto de Planejamento Econômico e Social / Coordenadoria de Educação e Cultura. Então, quando houve a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, o Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I – Da Educação, apresentou no Artigo 213:

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público.

Com essas linhas, a mobilização de quase uma década alcançava seu primeiro objetivo: o reconhecimento legal dos estabelecimentos comunitários, o direito à obtenção de recursos públicos e, especialmente, a diferenciação desses estabelecimentos de ensino superior de outros privados, orientados por critérios predominantemente lucrativos. No entanto, o documento ainda não apresentava um marco legal dessas instituições.

As universidades comunitárias, na descrição de Schmidt e Campis (2009), distinguem-se das instituições de ensino superior privadas pela inexistência de fins lucrativos, a gestão democrática – exercida por associações ou fundações –, transparência administrativo-financeira, prestação de contas à sociedade e ao poder público, além de atuarem com ênfase no desenvolvimento regional.

Como forma de reunir esforços em prol do novo segmento, houve, no ano de 1995, a criação da Associação Brasileira de Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC) (SCHMIDT; CAMPIS, 2009, p. 28). A entidade atualmente conta com 68 associadas em todo o país. Em seu site, define:

Tratam-se de instituições sem fins lucrativos, que desenvolvem ações essencialmente educacionais, como ensino, pesquisa e extensão, com notória excelência em suas atividades – elas encontram-se bem colocadas e avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e apresentam conceitos de 3 a 5 no Índice Geral de Cursos – IGC. A esse cenário, soma-se ainda forte vocação social, com expressiva presença de profissionais altamente qualificados na área de saúde (ABRUC, 2018).

Além da ABRUC, duas outras duas entidades representativas das instituições comunitárias de educação superior se destacam no cenário nacional, estando situadas nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A primeira, Associação Catarinense de Fundação Educacionais (ACAFE), foi fundada em 1974. Sociedade civil sem fins lucrativos, congrega as fundações educacionais criadas em Santa Catarina por lei dos poderes públicos estaduais e municipais. Conta, atualmente, com 16 instituições vinculadas. A segunda, e mais recente, é o COMUNG, criado no ano de 1996. De acordo com o site da entidade,

As instituições que formam o Consórcio representam uma verdadeira rede de educação, ciência e tecnologia, que abrange quase todos os municípios do estado. Integrado por 15 instituições de ensino e com 8.735 professores e mais de 11 mil funcionários, o COMUNG contabiliza 189.224 universitários gaúchos e oferece 1.465 cursos de graduação e pós-graduação, constituindo-se como o maior sistema de educação superior em atuação no Rio Grande do Sul (COMUNG, 2018).

O COMUNG reúne 15 instituições, dentre as quais estão aquelas que analisaremos, por meio dos respectivos portais institucionais, as manifestações de Memória Institucional. A Figura 1 permite visualizar, no mapa do estado do Rio Grande do Sul, a localização das 15 ICES.

No ano de 1996, o lançamento da LDB (Lei nº 9.394/96) trouxe novas regulações e definições para as instituições de ensino, abarcando as comunitárias. No entanto, sob o olhar de especialistas, a classificação como instituições privadas era incoerente com os serviços prestados no campo da educação superior. Conforme o artigo 19 da referida lei, as instituições de ensino eram classificadas como públicas ou privadas. No artigo 20 da LDB, é citado que as instituições privadas são enquadradas em quatro categorias:

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul com as 15 instituições associadas ao COMUNG

UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS ASSOCIADAS AO COMUNG



Rio Grande do Sul | Brasil

Fonte: O autor (2019), com base nas informações do site do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG).

I – particulares em sentido restrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV – filantrópicas, na forma da Lei (BRASIL, 1996).

A reação a essa forma de enquadramento gerou manifestações por meio de livros e artigos científicos. Vannucchi (2004) fez um comparativo entre o texto da LDB e do antigo estatuto da ABRUC, que aceitava a definição estabelecida na lei. Na interpretação do autor, o acento comunitário é colocado no poder instituidor e mantenedor, e não na universidade, ou seja, a mantida. Ele afirma que nenhuma das classificações enfocam “[...] traços característicos e essenciais de uma comunidade, como a posse em comum, a colegialidade participativa, o pertencimento, o vínculo orgânico, a coesão interna” (VANNUCCHI, 2004, p. 24).

Para Richter e Leidens (2009), a Constituição Federal de 1988 foi capaz de diferenciar interesse público de interesse estatal, permitindo e estimulando a iniciativa privada a executar serviços públicos. Porém, ressaltam, “[...] impõe-se a criação de um novo marco legal que venha contemplar e fomentar as entidades comunitárias que atuam no âmbito da sociedade civil” (RICHTER; LEIDENS, 2009, p. 53). Também Follmann (2009) entra nesse debate destacando a necessidade de se fazer justiça aos esforços históricos para o reconhecimento da natureza comunitária pública não estatal dessas instituições, como já era sinalizado na década de 1980.

Com base nessas manifestações, vemos que um forte movimento em defesa das universidades comunitárias foi empreendido desde o final dos anos 1990 e durante a primeira década dos anos 2000. Tal esforço pelo reconhecimento da identidade das universidades comunitárias resultou na já mencionada Lei nº 12.881/2013, na qual o Ministério da Educação estabelece o termo Instituições Comunitárias de Educação Superior, com a sigla ICES, e as define da seguinte forma:

São consideradas ICES as organizações da sociedade civil brasileira, que possuem, conforme previsto na Lei nº 12.881/2013, cumulativamente, as seguintes características: (i) estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público; (ii) patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público; (iii) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (iv) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; (v) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; (vi) possuem transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º da Lei nº 12.881/2013; e (vii) preveem a destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênera (BRASIL, 2013).

Estava estabelecida o que se pode considerar a identidade oficial das ICES, algo pela qual lutavam há mais de 30 anos, desde que foram iniciados os encontros e debates sobre a definição do termo universidade comunitária.

No RS, cenário de nossa pesquisa, seis das 15 ICES associadas ao COMUNG têm perfil confessional: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade LaSalle (UniLaSalle), Universidade Franciscana (UFN) e Centro Universitário Metodista IPA. As demais nove ICES tiveram origem a partir dos esforços das comunidades regionais do interior do RS, que inicialmente criaram faculdades por meio da articulação entre agentes como o poder público municipal, congregações religiosas, hospitais, associações profissionais e membros da sociedade civil.

4.4 UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL

O COMUNG conta com 15 associadas. A título de compreensão do cenário, optamos por listar as ICES por ordem cronológica de reconhecimento como universidade ou credenciamento como centro universitário pelo Ministério da Educação, conforme apresentado no Quadro 2. Também informamos o ano de ingresso no COMUNG e a respectiva portaria de qualificação como Instituição Comunitária de Educação Superior, emitida pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, do MEC, com base na Lei nº 12.881/2013.

Importante esclarecer que no RS existem outras ICES em atividade, mas nosso estudo aborda as 15 maiores, que estão vinculadas ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas.

Quadro 2 – Cronologia de reconhecimento das ICES no RS, portarias junto ao MEC e ano de ingresso no COMUNG

	Instituições Comunitárias de Educação Superior	Sede	Reconhecimento como Universidade	Portaria MEC/ano	Ingresso COMUNG
1	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	Porto Alegre	1948	632/2014	2006
2	Universidade Católica de Pelotas (UCPel)	Pelotas	1960	655/2014	1996
3	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Caxias do Sul	1967	736/2014	1996
4	Universidade de Passo Fundo (UPF)	Passo Fundo	1968	220/2015	1996
5	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	São Leopoldo	1969	737/2014	2006
6	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)	Ijuí	1985	675/2014	1996
7	Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)	Cruz Alta	1988	784/2014	1996
8	Universidade da Região da Campanha (Urcamp) ³⁰	Bagé	1989	316/2015	1996
9	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)	Erechim	1992	665/2014	1996
10	Universidade de Santa Cruz (Unisc)	Santa Cruz do Sul	1993	677/2014	1996
11	Centro Universitário Metodista – IPA ³¹	Porto Alegre	2004	342/2015	2010

³⁰ De acordo como a Portaria nº 62, de 14 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, a Urcamp foi recredenciada junto ao MEC como Centro Universitário da Região da Campanha, por alteração da organização acadêmica da Universidade da Região da Campanha. Porém, ela foi mantida entre as ICES pesquisadas pois o conteúdo analisado diz respeito ao período 2017-2018, enquanto esta instituição estava credenciada com o status de universidade.

	Instituições Comunitárias de Educação Superior	Sede	Reconhecimento como Universidade	Portaria MEC/ano	Ingresso COMUNG
12	Universidade Feevale	Novo Hamburgo	2010	661/2014	1996
13	Universidade LaSalle (UniLaSalle)	Canoas	2017	688/2014	2010
14	Universidade do Vale do Taquari (Univates)	Lajeado	2017	667/2014	2004
15	Universidade Franciscana (UFN)	Santa Maria	2018	664/2014	2010

Fonte: O autor (2019), com base nos portais das universidades pesquisadas e no COMUNG.

Com base no quadro, observamos que as universidades comunitárias regionais (SCHMIDT, 2017) predominam entre as sócias-fundadoras do COMUNG, e apenas uma confessional consta com esse status – a UCPel, no ano de 1996. PUCRS e Unisinos ingressaram dez anos mais tarde (2006), e o Centro Universitário Metodista – IPA, a Universidade LaSalle e a UFN passaram a integrar no grupo em 2010.

Dentre as universidades citadas, fizemos um recorte. Abdicamos das ICES confessionais por dois motivos: pelo envolvimento do pesquisador na condição de empregado da PUCRS – especialmente vinculado à área de comunicação institucional da universidade –, e pelo entendimento de que as confessionais tiveram sua origem vinculada a congregações religiosas, diferentemente do movimento embrionário das ICES regionais (SCHMIDT, 2017), de caráter coletivo comunitário. Reconhecemos, porém, que as ICES confessionais atendem à definição, qualificação, prerrogativas e finalidades da Lei nº 12.881/2013, bem como se enquadram no artigo 213 da Constituição Federal de 1988.

Centramos nossa investigação na ICES regionais. Essa distinção decorre do fato de as universidades comunitárias brasileiras não seguirem um padrão homogêneo, como aponta Schmidt (2017). Porém, pondera o autor, ambos segmentos têm traços comuns enunciados por Vannucchi (2004), como o fato de pertencerem à comunidade na qual estão inseridas; terem sua missão concretizada na relação com a comunidade; serem dirigidas por representantes da comunidade à qual pertencem; terem como mantenedoras pessoa jurídica de direito privado sem

³¹ O Centro Universitário Metodista – IPA, como o próprio nome indica, não é reconhecido como universidade, como é o caso das outras 14 ICES que compõem o COMUNG.

fins lucrativos; e executarem um serviço público, apesar de não serem estatais. Nossa opção, então, se dá especialmente pelas características que marcaram o nascimento das ICES regionais, fruto da mobilização de diversos membros e setores da sociedade civil.

4.5 INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS REGIONAIS

Ao estabelecermos a escolha pelas ICES comunitárias regionais, dentro do grupo das associadas ao COMUNG, para estudar as formas de comunicação da memória, nosso universo passa a ser composto por um total de nove instituições. A fim de manter uma representatividade equilibrada para cada uma das regiões geográficas que compõem o estado do RS, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), valemo-nos de critérios de escolha que justificamos a seguir.

Desde o ano de 2017, o Brasil conta com uma nova forma de divisão geográfica, desenvolvida a partir de um estudo intitulado *Divisão Geográfica do Brasil* (BRASIL, 2018), do IBGE. O trabalho explica que, com a revisão das antigas unidades mesorregionais e microrregionais, em todo território nacional a classificação passou a receber, respectivamente, os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias (RGId) e Regiões Geográficas Imediatas (RGIIm)³², seguindo uma metodologia comum a todo o país e integrando análises e expectativas de órgãos de planejamento estaduais por meio de uma parceria mediada pela Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES). De acordo com o IBGE, a divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias apresenta um novo quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos, sucedidos em território nacional desde a última versão da divisão regional do Brasil, publicada na década de 1990.

³² As Regiões Geográficas Imediatas (RGIIm) – sigla adotada para este trabalho – têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação, entre outros. As Regiões Geográficas Intermediárias (RGId) – sigla adotada para este trabalho – correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação (estados e Distrito Federal) e as Regiões Geográficas Imediatas. Há mais informações no livro *Divisão Regional do Brasil*, produzido Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Com base neste estudo do IBGE, o Rio Grande do Sul conta com 43 Regiões Geográficas Imediatas, ou seja, a menor divisão hierárquica antes de considerarmos o território individual dos municípios; e oito Regiões Geográficas Intermediárias, caracterizadas como um grau abaixo daquele das Unidades Federativas e um acima das Regiões Geográficas Imediatas. Nossa análise se dá a partir das Regiões Geográficas Intermediárias (RGId), das quais fazem parte as seguintes universidades, excetuando-se as confessionais:

Quadro 3 – Universidades Comunitárias conforme regiões geográficas do IBGE

Região	Universidade
RGId Caxias do Sul	UCS
RGId Ijuí	Unijuí
RGId Passo Fundo	Unicruz, UPF e URI
RGId Pelotas	Urcamp
RGId Porto Alegre	Feevale
RGId Santa Cruz/Lajeado	Unisc e Univates
RGId Santa Maria	Sem ICES (com base nos critérios desta pesquisa)
RGId Uruguaiana	Sem ICES (com base nos critérios desta pesquisa)

Fonte: O autor (2018).

No intuito de ter uma universidade para cada Região Geográfica Intermediária, quando houve mais de uma representante com seu campus sede/reitoria em uma determinada RGId, estabelecemos os seguintes critérios de seleção, nesta ordem:

- a) Data mais antiga de reconhecimento como universidade;
- b) Maior número de estudantes divulgado publicamente.

A seguir, apresentamos as Regiões Geográficas Intermediárias no RS com mais de uma universidade comunitária vinculada ao COMUNG e as respectivas datas de reconhecimento – critério de longevidade –, bem como o número de alunos matriculados entre 2016 e 2017:

Quadro 4 – ICES com respectivos anos de criação e número de alunos

Região	Universidade	Reconhecimento	Número de Alunos
RGId Passo Fundo	UPF	1968	16.381 ³³
	Unicruz	1988	2.967 ³⁴
	URI	1992	13.877 ³⁵
RGId Santa Cruz/Lajeado	Unisc	1993	10.718 ³⁶
	Univates	2017	15.348 ³⁷

Fonte: O autor (2018), com base nos dados do Ranking Universitário Folha (RUF) e no Balanço Social 2016 Fundação Universidade Federal do Taquari.

A partir dos critérios explicitados, chegamos ao grupo de seis ICES analisadas. A demonstração gráfica, no mapa do Rio Grande do Sul, permite ver o alcance dessas universidades a partir de suas cidades-sede.

³³ Fonte: Ranking Universitário Folha 2018. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2018/perfil/universidade-de-passo-fundo-upf-20.shtml>. Acesso em: 19 out. 2018.

³⁴ Fonte: Ranking Universitário Folha 2018. Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2018/perfil/universidade-de-cruz-alta-unicruz-446.shtml>. Acesso em: 18 out. 2018.

³⁵ Fonte: Ranking Universitário Folha 2018. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2018/perfil/universidade-regional-integrada-do-alto-uruguai-e-das-missoes-uri-423.shtml>. Acesso em: 19 out. 2018.

³⁶ Fonte: Ranking Universitário Folha 2018. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2018/perfil/universidade-de-santa-cruz-do-sul-unisc-295.shtml>. Acesso em: 19 out. 2018.

³⁷ Fonte: Balanço Social 2016 Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social. Disponível em: <https://www.univates.br/balancosocial/media/balanco-social-16.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul com as seis universidades comunitárias que integram o *corpus* da pesquisa e seus respectivos campi

UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS REGIONAIS QUE INTEGRAM O CORPUS DA PESQUISA



Rio Grande do Sul | Brasil

Fonte: O autor (2019), com base nas informações obtidas nos portais institucionais das seis universidades comunitárias que integram o *corpus* da pesquisa.

Quadro 5 – Grupo de ICES regionais selecionadas para a pesquisa

Região Geográfica Intermediária	Universidade	Reconhecimento
Caxias do Sul	UCS	1967
Passo Fundo	UPF	1968
Ijuí	Unijuí	1985
Pelotas	Urcamp	1989
Santa Cruz/Lajeado	Unisc	1993
Porto Alegre	Feevale	2010

Fonte: O autor (2018).

As Instituições foram ordenadas cronologicamente pela data de reconhecimento como universidade (Quadro 5). A representação gráfica (Figura 2) das seis ICES – UCS, UPF, Unijuí, Urcamp, Unisc e Feevale –, com cores diferenciadas, evidenciando seus respectivos campi, contempla o alcance geográfico de cada universidade.

5 TEMPESTADE DE LUZ

Com o propósito de compreender a Memória Institucional comunicada pelas universidades comunitárias, optamos pela utilização da Análise Textual Discursiva (ATD), proposta por Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi (2007) como procedimento metodológico ou abordagem de análise, como também referem os autores. De acordo com a menção feita em nosso primeiro capítulo, a ATD é como uma tempestade de luz, uma abordagem de análise que “pode ser concebida como um processo auto-organizado de produção de novas compreensões em relação aos fenômenos que examina” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 46). A ATD consiste nos seguintes passos:

- 1) Desmontagem dos textos: também denominado processo de unitarização, implica examinar os textos em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados.
- 2) Estabelecimento de relações: este processo denominado de categorização envolve construir relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as, reunindo esses elementos unitários na formação de conjuntos que congregam elementos próximos, resultando daí sistemas de categorias.
- 3) Captando o novo emergente: a intensa impregnação nos materiais de análise desencadeada nos dois focos anteriores possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo. O investimento na comunicação dessa nova compreensão, assim como de sua crítica e validação, constituem o último elemento do ciclo de análise proposto. O metatexto resultante desse processo representa um esforço de explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores [...].
- 4) Um processo *auto-organizado*: o ciclo de análise, ainda que composto de elementos racionalizados e em certa medida planejados, em seu todo pode ser compreendido como um processo auto-organizado do qual emergem novas compreensões. Os resultados finais, criativos e originais, não podem ser previstos. Mesmo assim é essencial o esforço de preparação e impregnação para que a emergência do novo possa concretizar-se (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 12).

A partir da definição do procedimento, apresentamos as etapas aplicadas no desenvolvimento de nossa pesquisa.

5.1 IMERSÃO, DESCONSTRUÇÃO E UNITARIZAÇÃO

De acordo com Moraes e Galiazzi (2007), o primeiro ciclo de análise corresponde à unitarização, que se consuma a partir da desconstrução dos textos, considerados a matéria-prima. Neste momento, as informações são gradativamente transformadas em constituintes elementares, componentes da base vinculados à pesquisa, como apresentam os autores.

O momento da unitarização é um movimento desconstrutivo. Consiste numa explosão de ideias, uma imersão no fenômeno investigado, por meio do recorte e discriminação de elementos de base, tendo sempre como ponto de partida os textos constituintes do “corpus” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p.49).

A análise textual concretiza-se a partir de um conjunto de documentos denominado *corpus*. “Este representa as informações da pesquisa e para a obtenção de resultados válidos e confiáveis requer uma seleção e delimitação rigorosa” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 16). O *corpus* de nossa pesquisa consiste nos portais institucionais na web das seis universidades comunitárias regionais selecionadas (UCS, UPF, Unijuí, Urcamp, Unisc e Feevale), tendo como espaços de análise os textos de apresentação institucional, para os quais usamos a sigla AI; a área de notícias; e os periódicos institucionais (jornais ou revistas) das ICES que dispunham desse recurso no período estabelecido.

O processo de unitarização visa à construção de significados. Os fragmentos iniciais precisam dar origem a unidades de análise ou de significado, que necessitam dialogar com os objetivos da pesquisa e manter relação permanente com os fenômenos investigados. Em nosso caso, ao acessarmos os portais das ICES, a escolha de cada fragmento que originou as unidades de análise teve sempre presentes as questões de pesquisa como foco. Moraes e Galizzi (2007, p. 51) pontuam:

No processo de unitarização é preciso ter sempre presentes os objetivos do estudo que está sendo conduzido, os quais servirão de referência para os recortes dos textos. Cada fragmento produzido deve ter relação com os objetivos e o processo de unitarização como um todo deve refletir as intenções de pesquisa e ajudar a atingi-las.

Por representar um exercício hermenêutico, a desconstrução/fragmentação na ATD contribui diretamente para a etapa seguinte, de categorização, visto que “requer um olhar prospectivo em relação aos passos seguintes do processo da análise”, descrevem Moras e Galiazzi (2007, p. 52). Nesse sentido, embora tenhamos adotado categorias emergentes, ou seja, não previstas de antemão, as unidades de análise, embasadas em nosso referencial bibliográfico, mantiveram uma coerência que repercute nos metatextos.

Em relação à seleção do conteúdo dos portais institucionais das universidades comunitárias na web, temos consciência de que nossas escolhas não são revestidas de neutralidade. Como destacam os principais referenciais da ATD, “todo texto possibilita uma multiplicidade de leituras, leituras essas relacionadas com as intenções dos autores, com os referenciais teóricos dos leitores e com os campos semânticos em que se inserem” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 13). Se toda leitura se apoia em uma perspectiva teórica, consciente ou não, é adequado assumirmos essa condição de subjetividade e entender que isso repercute em nosso exercício de pesquisa.

5.2 SELEÇÃO E DELIMITAÇÃO DO CORPUS: APRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS E NOTÍCIAS

Para estabelecer as unidades de análise que nos encaminharam à fase de categorização, foi necessário fazermos uma seleção e delimitarmos o *corpus* para, inicialmente, realizarmos a unitarização. Os textos de AI foram pesquisados nas seguintes abas, áreas ou links:

- a) Institucional ou equivalente, como ‘A Universidade’;
- b) Pesquisa;
- c) Extensão, compreendendo ações comunitárias ou de responsabilidade social que dialoguem com o tema da pesquisa;
- d) Elementos iconográficos com menção à história ou memória – como selos comemorativos ou logotipos de museus.

O período de coleta dos textos de AI se deu entre 1º de outubro de 2018 e 31 de outubro de 2018. As notícias – na área de notícias dos portais e nos periódicos

institucionais – foram pesquisadas e coletadas compreendendo o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018. O recorte temporal corresponde ao ciclo de um ano dentro do período da realização da dissertação.

Para obter os dados de AI, foram estabelecidos os seguintes passos:

- a) Acesso aos portais institucionais;
- b) Navegação pela capa em busca das abas/áreas/links: i) Institucional ou equivalentes – como A Universidade; ii) Pesquisa; iii) Extensão; e iv) elementos iconográficos com menção à história ou memória – como selos comemorativos ou museus.
- c) Navegação por todos os textos e elementos iconográficos de Apresentação Institucional (AI) disponíveis, incluindo os sites e/ou páginas vinculados às abas/áreas/links citadas acima.
- d) Seleção e captura informações com uso do recurso *print+screen* das telas correspondentes para análise.

Para a seleção das notícias, adotamos um procedimento prévio à ATD como forma de filtragem do conteúdo, frente ao grande volume e diversidade de informações expostas pelas ICES no período compreendido de 365 dias. Com base em nossas fontes bibliográficas e navegação inicial pelo *corpus*, escolhemos palavras-chave para promover as buscas nos portais. Os termos selecionados foram: História, Memória, Comunitária(s), Comunitário(s), COMUNG, Museu e Memorial.

Duas ambiências com notícias integraram nossa pesquisa: a área de notícias propriamente dita e os periódicos – quando existentes para as ICES selecionadas. Na área de notícias dos portais, foram usadas as palavras-chave unicamente para busca nos títulos, devido às 6.087 notícias publicadas no recorte de tempo escolhido (vide quadro 6). Para os jornais e revistas das ICES que contavam com esses recursos de comunicação, disponíveis nos portais ou plataformas³⁸ complementares, a busca incluiu as palavras-chave nos títulos e nos textos. Todo conteúdo pesquisado sobre notícias tem caráter estritamente jornalístico, ou seja, não foram considerados textos de cunho opinativo – como artigos assinados ou editoriais – ou publicitários. Ao final da seleção, foram inseridas na análise somente as notícias que

³⁸ Para efeito da presente pesquisa, consideramos como plataformas complementares dos portais serviços como o www.issuu.com, que permite o armazenamento de publicações citadas por meio de link disponível nos portais das universidades.

traziam elementos relacionados diretamente à pesquisa a partir das palavras-chave pré-determinadas.

Das seis ICES pesquisadas, quatro contam com periódicos: UCS – Revista UCS; UPF – Universo UPF; Unisc – Jornal da Unisc; e Feevale – Jornal da Feevale, que são apresentados a seguir:

- A Revista UCS tem periodicidade trimestral, 20 páginas (exceto edição especial número 26, de fevereiro de 2018, com 28 páginas), está disponível no endereço (www.ucs.br/revista-ucs) e divulga tiragem impressa de 5 mil exemplares.
- A revista Universo UPF é bimestral (com irregularidade, levando em conta que não houve a edição Maio/Junho em 2018), conta com 20 páginas (exceto edição especial número 22, do bimestre Julho/Agosto de 2018), pode ser acessada em (issuu.com/universidadeupf) e dispõe de edições impressas, sem tiragem divulgada.
- O Jornal da Unisc é mensal, tem 16 páginas, divulga a composição de seu conselho editorial no expediente (Reitora, vice-reitor e pró-reitores de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Administração, de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, e de Extensão e Relações Comunitárias), está disponível em (<https://issuu.com/unisc>) e também tem edições impressas, sem informação sobre a tiragem.
- O Jornal da Feevale tem periodicidade trimestral (irregular, pois entre os meses de fevereiro e junho de 2018 não houve edições), 20 páginas, pode ser acessado em (<https://www.feevale.br/acontece/jornal-feevale>) e conta com exemplares impressos, sem dados sobre a tiragem.

As etapas adotadas para a localização das notícias, a partir dos filtros e procedimentos acima citados, foram:

- a) Acesso aos portais institucionais;
- b) Navegação pela área de notícias e dos periódicos institucionais;
- c) Acesso aos textos das notícias e periódicos, por meio das palavras-chave.
- d) Seleção e captura do conteúdo com uso do recurso *print+screen* das telas correspondentes para análise ou download, no caso dos periódicos.

Nos Quadros 6 e 7, expomos o resultado da pesquisa realizada respectivamente na área de notícias dos portais e, nas instituições que dispunham, nas publicações periódicas de cunho institucional.

Quadro 6 – Número de notícias veiculadas nos portais das ICES pesquisadas no período de 01/07/2017 a 30/06/2018

Notícias nos portais da ICES entre 01/07/2017 a 30/06/2018			
Universidade	Total de notícias por portal	Notícias com as palavras-chave	Notícias inseridas na análise
UCS	505	9	6
UPF	2.869	30	7
Unijuí	840	11	2
Urcamp ³⁹	139	5	2
Unisc	595	4	0
Feevale	1.139	6	2
TOTAL GERAL	6.087	65⁴⁰	19

Fonte: o autor (2018), com base na área de notícias dos portais das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) pesquisadas.

Quadro 7 – Publicações institucionais com notícias entre 01/07/2017 a 30/06/2018

Publicações institucionais com notícias entre 01/07/2017 a 30/06/2018			
Universidades e publicações	Edições veiculadas no período	Notícias com palavras-chave	Notícias inseridas na análise
Revista UCS	4	28	8
Universo UPF	5	46	14
Unijuí ⁴¹	\	\	\
Urcamp ⁴²	\	\	\
Jornal da Unisc	10	18	5
Jornal da Feevale	4	2	1
TOTAL	23	94	28

Fonte: o autor (2018), com base nas revistas e jornais disponíveis nos portais das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) pesquisadas.

³⁹ Dados referentes ao período de 2018/1. Durante a coleta, não estava acessível/disponível o período 2017/2.

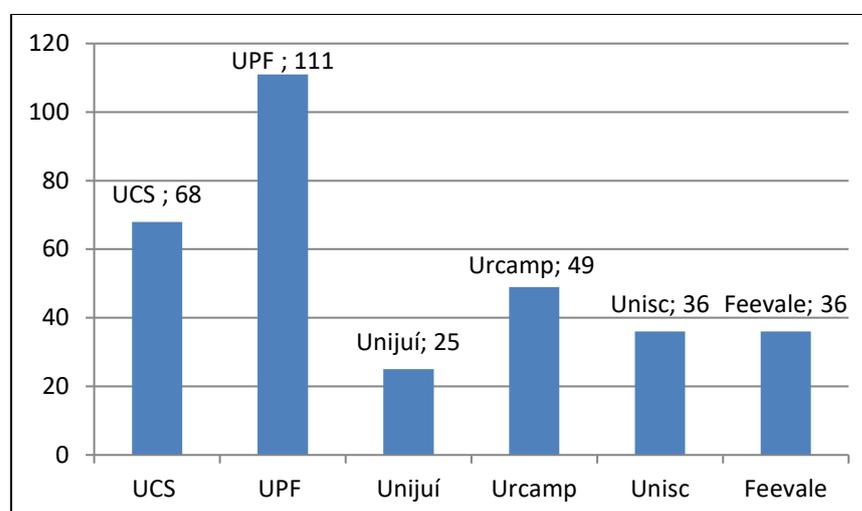
⁴⁰ Frente ao número de 6.087 notícias veiculadas no período estabelecido, o resultado de 65 textos localizados a partir dos critérios estabelecidos com as palavras-chave oferece baixa representatividade estatística (aproximadamente 1%) sobre o tema Memória Institucional nesta área dos portais. Destacamos, porém, que essa etapa da pesquisa mostrou-se essencial para a realização da fase seguinte da investigação, que culminou nas visitas presenciais aos lugares de memória das ICES, muitos deles presentes nas matérias jornalísticas.

⁴¹ Unijuí não conta com publicação institucional periódica.

⁴² Urcamp não conta com publicação institucional periódica.

A desconstrução dos textos de AI e notícias levou-nos à elaboração das unidades de análise, atendendo às proposições da ATD, com a codificação de cada fragmento destacado. O processo de codificação, conforme a instituição e os fragmentos selecionados, alcançou até sete níveis de detalhamento, cujo resultado pode ser observado no apêndice B. Ao todo, obtivemos 325 unidades de análise resultantes da fragmentação das produções textuais disponíveis nos portais institucionais das seis ICES. A distribuição de fragmentos de acordo com as universidades comunitárias pesquisadas pode ser observada no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Número de fragmentos por universidade pesquisada



Fonte: o autor (2019), com base na análise dos fragmentos das ICES.

De acordo com o quadro, vemos que o maior número de unidades de análise (fragmentos) está concentrado na Universidade de Passo Fundo (UPF), com 111 fragmentos, seguida da Universidade de Caxias do Sul (UCS), com 68 unidades de significado. A Universidade da Região da Campanha (Urcamp) tem 49 fragmentos, a Universidade Feevale conta com 36 unidades de análise, a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) apresenta 36 fragmentos e, por fim, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) reúne 25 fragmentos. Tais resultados parciais podem revelar, inicialmente, o espaço que os textos correspondentes à comunicação da história e da Memória Institucional ocupam nos portais institucionais das ICES pesquisadas. Em relação às duas universidades com número mais elevado de unidades de análise – UPF e UCS –, não podemos ignorar o fato de ambas terem celebrado o cinquentenário de existência recentemente, fator

gerador de desequilíbrio em relação aos fragmentos obtidos nas outras quatro ICES. Uma análise mais apurada, no entanto, será possível ao final das etapas que compõem a Análise Textual Discursiva.

5.3 CATEGORIZAÇÃO

Os objetivos de nossa pesquisa consistem em evidenciar as práticas de Memória Institucional desenvolvidas pelas universidades comunitárias a partir de seus portais institucionais; analisar em que circunstâncias são desencadeadas ações de promoção da memória nestas instituições; e destacar de quais formas a identificação de Instituição Comunitária de Ensino Superior se faz presente na comunicação da memória das universidades. Para alcançá-los, partimos para a segunda fase da análise ATD: a categorização. Moraes e Galiuzzi (2007, p. 73) compreendem que

a categorização é uma das etapas do processo analítico de pesquisas qualitativas. Inserindo-se em uma metodologia aberta e em permanente construção, esse movimento de síntese que segue a unitarização desenvolve-se a partir de pressupostos derivados da linguagem com suas características polissômicas e polifônicas, especialmente quando a pesquisa tem um foco temático e semântico.

Como estamos trabalhando com seis universidades comunitárias, as expressões polifonia e polissemia mostram-se muito adequadas, embora seja possível encontrar unidade na diversidade. Como sequência da unitarização, a qual gerou unidades de análise ou de sentido, procuramos nesse momento agrupar esses resultados iniciais de acordo com a similaridade do conteúdo dos fragmentos. As unidades de análise deram origem a 24 categorias iniciais ou subcategorias, que posteriormente agrupamos em seis categorias finais ou macrocategorias.

A categorização revela-se um exercício de classificação de materiais de um 'corpus' textual, conforme Moraes e Galiuzzi. Esclarecem que "um conjunto desorganizado de elementos unitários é ordenado no sentido de expressar novas compreensões atingidas no decorrer da pesquisa" (MORAES E GALIAZZI, 2007, p. 75).

Numa construção ao longo do processo de pesquisa, optamos por estabelecer categorias emergentes, construídas a partir dos dados coletados que possibilitaram a unitarização. Levamos em conta aspectos importantes pontuados pelos autores, como os contextos em que os textos foram produzidos. “As categorias serão válidas se tiverem pontes com os contextos aos quais se referem, representando significados e vozes dos sujeitos envolvidos” (MORAES E GALIAZZI, 2007, p. 82). Também foram observados atributos das categorias como sua validade ou pertinência – considerando os objetivos de pesquisa expostos acima, a homogeneidade, a amplitude e a precisão, com níveis mais amplos e outros mais específicos de categorização. Acerca dos atributos citados, os autores discorrem:

A propriedade mais destacada de um conjunto de categorias é sua validade ou pertinência. Essa característica refere-se às possibilidades de representar os textos analisados, o que depende dos objetivos da pesquisa. Quando as categorias apresentam validade elas são úteis para a pesquisa. [...] A validade é a primeira e mais fundamental característica de um conjunto de categorias. Outra é a homogeneidade. [...] O uso de uma única dimensão na classificação dos materiais conduz a categorias homogêneas, homogeneidade que deve ser aplicada a cada nível de categorização. [...] Uma terceira característica do conjunto de categorias é sua amplitude e precisão. [...] No processo classificatório podem ser importantes tanto categorias de menor amplitude, geralmente mais precisas, quanto categorias mais amplas, de menor precisão. [...] No processo de categorização *a priori* o encaminhamento normalmente vai do geral ao específico. Na categorização emergente o caminho geralmente se dá no sentido inverso, ou seja, de categorias mais finas até aquelas mais amplas e gerais (MORAES; GALIAZZI, 2007, p.84-85).

A partir do Quadro 8 é possível observar as categorias que foram criadas para agrupar as unidades de análise, fruto dos textos disponíveis nos portais institucionais das seis ICES analisadas. Como propõe a ATD no que tange à categorização emergente, as categorias partem da especificidade para a abrangência. Moraes e Galiuzzi (2007, p. 117) sinalizam que, ao optar por categorias emergentes, “o pesquisador assume uma atitude fenomenológica de deixar que os fenômenos se manifestem, construindo categorias a partir das múltiplas vozes emergentes nos textos que analisa”. E foi esse o caminho que adotamos.

A escolha por estabelecer categorias emergentes deu-se a partir de análises indutivas, diferentemente do que ocorre com o processo de categorização *a priori*,

considerado mais rígido e implicando em riscos de perda de dados importantes à pesquisa. De acordo como Moraes e Galiazzi (2007, p. 88)

As categorias emergentes não são previstas de antemão, mas construídas a partir dos dados e informações obtidos das pesquisas. O processo de construção desse tipo de categoria implica organização de estruturas de vários níveis, indo o movimento das categorias mais específicas e de menor amplitude para as mais gerais e amplas.

Embora entendamos que esse procedimento seja considerado mais trabalhoso e suscetível à construção de categorias ao longo da pesquisa, acreditamos que garante mais nitidez e autenticidade quanto à investigação promovida. Seguimos, então, o percurso da unitarização, com a produção de 325 unidades de análise (ou unidades de sentido), o estabelecimento de 24 categorias emergentes (iniciais ou subcategorias), e, como forma de sintetizá-las, a criação de seis categorias finais (ou macrocategorias), conforme apresentado no Quadro 8, a seguir. Esse movimento contribuiu para a composição dos metatextos.

Quadro 8 – Categorias iniciais, n. de unidades de análise e categorias finais

Categorias iniciais e unidades de análise (nº)	Categorias finais e soma dos fragmentos
1. História da universidade desde a sua criação (94) 2. Mantenedora da universidade (35) 3. Transformação das Faculdades em Universidade (17) 4. Igreja católica no histórico da criação das universidades (11) 5. Universidade formou mais de 25 mil profissionais (07)	Descrição da história da universidade (164)
6. Com o apoio da comunidade (53) 7. Preocupação com o desenvolvimento regional (43) 8. Caráter regional multicampi (24) 9. Instituição é homenageada durante sessão solene (15) 10. Responsabilidade Social diante de sua comunidade (07)	Compromisso comunitário com o desenvolvimento da região (142)
11. Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória (40) 12. Resgate e preservação da memória regional e promoção da cultura (39) 13. Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional (32) 14. Centro de documentação e memória (18)	Lugares de Memória Institucional e de promoção da cultura regional (129)
15. Ao longo de seus 50 anos (46) 16. Data em que se comemora o aniversário da Instituição (30) 17. Notícias relacionadas à data (05)	Comemoração de cinquentenários e outros aniversários (81)

Categorias iniciais e unidades de análise (nº)	Categorias finais e soma dos fragmentos
18. Minha história na universidade (24) 19. Na condição de professor e de gestor (18) 20. Relacionamento com a comunidade acadêmica (15) 21. Homenagem a pessoas, empresas e entidades (13)	Relacionamento e valorização da comunidade acadêmica (70)
22. Características do modelo comunitário de universidade (49) 23. Avaliação Institucional (12) 24. Afiliação ao COMUNG e à ABRUC (06)	Identidade comunitária e associativismo (67)

Fonte: o autor (2019).

Nossas categorias foram construídas a partir da leitura aprofundada e da impregnação com os textos dos portais das ICES, tanto de apresentação institucional quanto das notícias. Com base nas unidades de análise, foram realizadas diversas combinações possíveis, visando à adequação de cada um em categorias apropriadas. Consecutivamente, agrupamos as categorias iniciais e geramos as categorias finais.

No processo de elaboração das categorias não adotamos a característica de exclusão mútua, como propõem algumas metodologias de análise textual. Moraes e Galiuzzi (2007) observam que esse critério considera que cada unidade de análise só poderia ser classificada dentro de uma categoria, pertencendo unicamente a essa classe. Em nosso caso, muitas das unidades de análise resultantes da fragmentação foram enquadradas em mais de uma categoria, pois continham mais de um sentido.

O Quadro 8 permite visualizarmos, de forma sintética, as duas etapas de categorização: a primeira, correspondendo às 24 categorias emergentes, resultantes da fragmentação, das unidades de análise e do agrupamento por afinidades; e a segunda, na qual reunimos as subcategorias em seis macrocategorias, respeitando as conexões temáticas da primeira etapa.

5.4 METATEXTOS

Os processos de unitarização e de categorização contribuíram para que evoluíssemos na pesquisa, oferecendo-nos subsídios suficientes para a terceira e importante fase da ATD: a produção dos metatextos. Estes combinam a descrição do conteúdo coletado nos portais das ICES e a decorrente interpretação, visando à

construção de novas compreensões sobre o fenômeno estudado. Moraes e Galiazzi (2007) defendem que a estrutura do metatexto seja organizada a partir das categorias e das subcategorias, que aqui denominamos também de categorias finais (ou macrocategorias) e categorias iniciais (emergentes ou subcategorias), respectivamente. “As partes do texto resultante são definidas a partir das categorias mais amplas de análise” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 122).

Os metatextos a seguir resultam destas seis categorias mais amplas de análise referidas pelos autores, aqui denominadas macrocategorias ou categorias finais, todas construídas de forma indutiva, respeitando a hierarquia do quadro 8, com ordem decrescente quanto ao número de fragmentos (unidades de análise) somados nas subcategorias (categorias iniciais ou emergentes).

A descrição e a interpretação ocorrem de forma paralela, remetendo aos nossos referenciais teóricos diretamente, com citações ou não. Mas isso não se dá como um recurso para omitir autorias e, sim, revelam nossa formação, leituras, vivência no tema da pesquisa. Para Moraes e Galiazzi (2007, p. 35), “nossos exercícios de comunicação carregam junto nossas teorias e visões de mundo. [...] percebemos fenômenos, lemos textos, agimos sempre a partir de referenciais teóricos constitutivos de nossos domínios linguísticos, nossos discursos”. Dessa forma, apontam os autores, estamos sempre interpretando. Consideramos que ambos os processos – descrição e interpretação – são indissociáveis e se constroem conjuntamente.

Para a presente pesquisa, optamos por interpretar com a confrontação de teorias já existentes. Para Moraes e Galiazzi (2007, p. 36)

O pesquisador, quando está interpretando os sentidos de um texto com base em um fundamento teórico escolhido “a priori”, ou mesmo selecionado a partir das análises, exercita um conjunto de interlocuções teóricas com os autores mais representativos de seu referencial. Procura com isso ampliar a compreensão dos fenômenos que investiga, estabelecendo pontes entre os dados empíricos com que trabalha e suas teorias de base. Nesse movimento está também ampliando o campo teórico no qual se baseia.

Se no momento de construção das categorias a escolha foi por um processo de análises indutivas, resultando em categorias emergentes, nessa última etapa descritiva e interpretativa optamos por trabalhar com fundamento teórico escolhido a *priori*.

Nossa interferência na composição do conteúdo do metatexto se dá com o intuito de estabelecer conexões à narrativa, que tem como matéria-prima as unidades de análise. Na composição desse mosaico passamos a redistribuir e a agregar informações que não se faziam presentes na composição original dos portais, embora os dados estivessem disponíveis neles no momento de acesso, em diferentes espaços, abas ou links.

5.4.1 Descrição da história da universidade

O relato histórico compreendendo o desenvolvimento das instituições e de suas mantenedoras, a presença de entidades religiosas nessa construção, assim como a descrição do processo de transformação das primeiras faculdades isoladas em universidade até os números que atualmente representam um elemento comum entre as práticas de comunicação da Memória Institucional promovidas por meio dos portais das universidades na internet. Esses dados mantêm um padrão de localização e foram encontrados nas seis ICES pesquisadas a partir das seguintes abas: Institucional (UCS) (Anexo A), A Universidade (UPF) (Anexo B), Institucional (Unijuí) (Anexo C), A Urcamp (Urcamp) (Anexo D), A Unisc (Unisc) (Anexo E) e A Feevale (Feevale) (Anexo F).

A Universidade de Caxias do Sul foi criada em 1967, precedida pela criação da Associação Universidade de Caxias do Sul, em 1966, pelos idealizadores da UCS. A Igreja Católica se fez presente com o Bispo Diocesano de Caxias do Sul, Dom Benedito Zorzi. Ao lado do Prefeito Municipal Hermes João Webber e do médico Virvi Ramos, Presidente da Associação Cultural e Científica Nossa Senhora de Fátima, Zorzi integrou o trio de pioneiros da Instituição, que em 1973 tornou-se Fundação Universidade de Caxias do Sul (FUCS), mantenedora até os dias atuais, incluindo como mantidos o Centro Tecnológico Universidade de Caxias do Sul (CETEC); o Centro de Teledifusão Educativa de Caxias do Sul (CETEL); e o Hospital Geral de Caxias do Sul (HGCS). A universidade graduou mais de 100 mil pessoas em sua trajetória.

No norte do estado, a criação da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), em 1950, e do Consórcio Universitário Católico (CUC), em 1956, cujo idealizador foi Dom Claudio Colling, permitiu à região iniciar a caminhada rumo ao

ensino superior. A Igreja se fez presente novamente nas bases da educação superior regional. A trajetória da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), porém, teve sua origem em 28 de junho de 1967, quando ocorreu a fusão da SPU, que mantinha a Faculdade de Direito, com o CUC, que havia instituído a Faculdade de Filosofia. A FUPF foi determinante para o surgimento da UPF, o que efetivamente ocorreu no ano de 1968. No ato da assinatura do decreto de reconhecimento da UPF pelo presidente Arthur Costa e Silva e pelo ministro da Educação Tarso Dutra, no Palácio Piratini, Dom Cláudio Colling falou em nome da comunidade regional. Cinco décadas depois, em 2018, o êxito da iniciativa repercute nos mais de 75 mil egressos, 30 mil destes professores, na maioria integrantes da sua região de abrangência. Atualmente, a FUPF é mantenedora da universidade, do Centro de Ensino Médio Integrado e do Centro de Línguas da FUPF, também denominado UPF Idiomas.

A FUPF, mantenedora da UPF, disponibiliza um livro para download sobre sua história que pode ser acessado gratuitamente por meio do portal da universidade. Na apresentação, disponível no site, consta que:

O livro 50 anos da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) foi produzido a partir de um questionamento inicial sobre a identidade e o papel da FUPF. Para seu desenvolvimento, seguiu uma trajetória por livros, arquivos, museus, atas e pessoas que contaram de diferentes formas uma parcela dos 50 anos de história da Fundação (UPF, 2018).

O aspecto que nos chama atenção nessa unidade de análise é o questionamento sobre a identidade e o papel da mantenedora. Como forma de recuperá-las, foi organizada uma publicação que restabelecesse uma ponte com o passado. Essa ação remonta ao que citamos, no capítulo 2, com base em Candau (2012), o qual considera que na ausência de memória há um esvaziamento do sujeito, prendendo-o ao tempo presente. Sendo assim, tratar de memória reforça vínculos e identidade, seja ela pessoal ou institucional.

As instituições religiosas, como a Igreja Católica e outras originárias do movimento da reforma protestante, ocorrido na Europa no século XVIII, estão presentes no processo educacional brasileiro desde o período colonial, com base em Tavares (2009). A criação das ICES, mesmo as não confessionais, fortalece essa característica. No caso da UPF, Dom Cláudio Colling chegou a ser o porta-voz

da comunidade no ato de criação da universidade, tamanha sua influência. Continuaremos vendo essa marca nos casos da Unijuí, da Urcamp e da Feevale. A Unisc também teve a presença de religiosos nas bases de sua mantenedora, Apesc, com o bispado local e os irmãos maristas, do Colégio São Luís. Esse aspecto, embora citado no livro *Unisc – a construção de uma universidade comunitária*, de Kipper, Rizzato e Vogt (2003), não está explicitado no portal.

A história da Unijuí remete aos anos 50, quando a Ordem dos Frades Franciscanos (Capuchinos) do Rio Grande do Sul e a comunidade de Ijuí e região iniciaram uma mobilização em prol da implantação do ensino superior. Desse movimento constitui-se, em 1956, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da região noroeste do estado. Em 1969, o patrimônio da FAFI passa à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE), hoje mantenedora da Unijuí, do Museu Antropológico Diretor Pestana, do Centro de Educação Básica Francisco de Assis e Rádio Educativa Unijuí. Nestes 60 anos de ensino superior, a Unijuí, já formou mais de 40 mil pessoas.

Em 19 de novembro de 1953, a Associação de Cultura Técnica e Econômica (ABCTE) criou a Faculdade de Ciências Econômicas, localizada em Bagé. Em 1955, surgiu a Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé, criada como extensão da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), com o apoio do Bispo Dom Antônio Záttera, que também era o Reitor dessa Universidade. Em 13 de janeiro 1969, foi registrada a Fundação Universidade de Bagé (FunBa), posteriormente transformada em Fundação Attila Taborda (FAT), enquanto instituição mantenedora da instituição de ensino agora denominada de Faculdades Unidas de Bagé, também com a sigla FunBa. O projeto de transformação das Faculdades Unidas de Bagé em Universidade da Região da Campanha (Urcamp) foi oficializado pela Portaria ministerial nº 052, de 16 de fevereiro de 1989. A qualificação do corpo docente e os fatores de maturidade acadêmica renderam à instituição o reconhecimento como universidade⁴³.

⁴³ Entre as ICES pesquisadas, a Urcamp foi a única a trazer, no portal, relatos de crise em seu histórico. Esse tópico se faz relevante pelo conteúdo diferenciado frente às demais ICES. De acordo com a descrição de Schmidt e Campis (2009), com base na Lei nº 12.881/2013, as universidades comunitárias distinguem-se das instituições de ensino superior privadas, entre outros aspectos, pela transparência administrativo-financeira, prestação de contas à sociedade e ao poder público. Expor no principal canal de acesso institucional via internet os problemas administrativos e financeiros enfrentados e que repercutiram no credenciamento da Instituição, que mudou o status

A História da UNISC se confunde com a história da Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul (Apesc), sua mantenedora. A instituição sem fins lucrativos foi fundada em março de 1962, integrada por entidades escolares e religiosas, associações empresariais e profissionais, sindicatos, empresas de comunicação e clubes de serviço. Os esforços da Associação começaram a ser recompensados em 1964, quando foi criada a Faculdade de Ciências Contábeis. Em 1967 tiveram início os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1968, foi a vez da Faculdade de Direito e, dois anos depois, da Escola Superior de Educação Física. Em 1980, a mantenedora obteve a aprovação do MEC para criar as Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, a FISC, unindo as quatro faculdades por ela mantidas. Em 1993, o processo de criação da universidade chegou ao fim com pleno êxito, passando a entidade a denominar-se Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

A união entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade regional possibilitou a criação, em 28 de junho de 1969, da Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (Aspeur), mantenedora da Feevale. No prédio da primeira sede da Instituição – hoje Câmpus I – funcionava a Escola São Jacó, então pertencente à ordem dos Irmãos Maristas. Essa congregação religiosa, cabe recordar, foi responsável pela primeira universidade privada do Rio Grande do Sul, em 1948 – a partir de 1988 reconhecida como comunitária. Em 1999, a Feevale foi credenciada, pelo Ministério da Educação, como centro universitário. Em 2010, tornou-se universidade. Em toda a história da instituição, percebe-se o envolvimento da comunidade, especialmente no impacto positivo gerado pela formação superior de mais de 27 mil profissionais.

Um dos aspectos destacados nos fundamentos do Interacionismo Simbólico, considerado com um dos três conceitos cardeais do pensamento de George Mead, diz respeito à sociedade. No entendimento do idealizador da teoria, elucidada por Littlejohn (1982), a sociedade ou vida em grupo consiste em uma união de comportamentos cooperativos. Porém, para haver cooperação, se faz necessária uma interação inicial, em que uma pessoa compreenda as intenções da outra com a qual ela se comunica para, então, aderir à proposta. Essa adesão não se dá de

de Universidade para Centro Universitário, com base na Portaria nº 63, publicada em 14 de janeiro de 2019 no Diário Oficial da União, confere coerência e transparência à trajetória, bem como comprometimento com a comunidade. Mais informações a respeito podem ser acessadas em <https://www.urcamp.tche.br/a-urcamp/institucional/historico-da-urcamp>.

forma automática. Pressupõe que a parte que recebeu a mensagem reflita e imagine o que seu interlocutor projeta fazer no futuro. Dessa forma, chegamos ao que Mead considerava como ato social, que se traduz em cooperação. Ler as intenções do outro, refletir e responder de forma adequada representa a essência da comunicação interpessoal. Littlejohn (1982) destacou que “essa noção de resposta mútua com o uso da linguagem faz do Interacionismo Simbólico uma teoria vital da comunicação”. Ao trazermos esse pensamento para o discurso produzido pelas ICES na construção histórica ou reconstituição de suas trajetórias, percebemos nitidamente, a partir dos metatextos acima, a ênfase ao processo de crescimento ocorrido de forma cooperativa, por meio do diálogo/interação entre diferentes atores da sociedade – incluindo a significativa presença da Igreja Católica –, para a consecução de um objetivo maior, a criação de uma universidade. Termos como mobilização, esforços para associação, construção, fusão e união entre poder público, iniciativa privada e comunidade regional fortalecem essa percepção. A partir da integração de interesses foi imaginada uma ação a ser empreendida – criação de uma universidade regional –, que, num futuro às vezes próximo – como nos casos da UCS e da UPF – e por outras vezes mais distantes – como nos exemplos da Unisc e da Feevale, que levaram mais tempo para obter o reconhecimento – veio a se concretizar.

5.4.2 Compromisso comunitário com o desenvolvimento da região

Ao destacar o esforço coletivo da comunidade na criação de cada instituição, as universidades procuram evidenciar essa relação ao longo dos anos, inserindo em seu discurso o permanente diálogo com a sociedade. Este se concretiza por meio de representantes do poder público – municipal, estadual e federal – e de entidades da sociedade civil no Conselho Diretor das associações e fundações mantenedoras.

Em 1974, a UCS, por exemplo, passou a ter um Conselho Diretor formado por representantes do Ministério da Educação, das prefeituras da região, da Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, da Mitra Diocesana e da Associação Cultural e Científica Nossa Senhora de Fátima. A UPF, por sua vez, destaca que ser comunitária tem um significado histórico e carrega a noção de identidade, de responsabilidade coletiva e de

cooperação com a comunidade em que está inserida. Na mesma linha, no Sul do RS, a Urcamp enfatiza ser uma Instituição de Ensino Superior que propõe atividades alicerçadas de maneira regional, comunitária e filantrópica. Estes pilares configuram a responsabilidade social diante de sua comunidade, formada pelas regiões da Campanha e Fronteira. Em certo momento, a universidade se apropria do que poderia ser uma manifestação de órgãos externos à instituição ao colocar que “a comunidade de nossa região reconhece na Urcamp uma identidade e um compromisso que se solidificaram na história”.

A APESC, mantenedora da Unisc, insere em seu histórico parte desse relacionamento com seus públicos ao mencionar que, no início dos anos 1980, com o apoio da comunidade, procurava também a ampliação do acervo da biblioteca, a instalação de um Centro de Processamento de Dados e a obtenção de financiamento federal para viabilizar a construção do campus universitário. Para a Universidade de Santa Cruz do Sul, o compromisso com a comunidade e realidade regional se traduz em um perfil institucional definido a partir das características do modelo comunitário de universidade e das demandas e necessidades da região, em políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, bem como na participação do poder público e da sociedade civil organizada nos órgãos colegiados da universidade. Embora possa parecer redundante, pelo fato de as demais ICES exporem sua integração com a sociedade dessa forma, o caso santa-cruzense tem uma peculiaridade. Foi no campus sede da Unisc, em 7 de maio de 2008, que se originou a primeira versão da Lei nº 12.881/2013, à época intitulada *Projeto de Lei das Instituições Públicas Não Estatais*, que, segundo Schmidt (2017), contemplando outras organizações como hospitais, escolas e emissoras. Podemos dizer, então, que, ao reunir lideranças gaúchas e catarinenses no outono de 2008, essa ICES tornou-se o berço da lei que amparou ela e mais 67 universidades em todo o país.

A preocupação com o desenvolvimento regional é outro tema recorrente nos portais das ICES, diretamente atrelado ao caráter regional multicampi dessas instituições. A UCS mantém unidades em oito cidades. Seu campus sede está situado em Caxias do Sul. As demais unidades universitárias estão localizadas nas cidades de Bento Gonçalves, Vacaria, Canela, Farroupilha, Guaporé, Nova Prata e São Sebastião do Caí. No caso específico da UCS, além do relato em seu portal, foi publicada a obra *UCS: 25 anos de regionalização 1993-2018*, na qual é registrado todo o desenvolvimento do trabalho, com extensa descrição, documentação

comprobatória e registros fotográficos. Essa, entre outras formas de registro histórico, pode contribuir para a ideia de pertencimento, abordados tanto por Nassar (2008), sob a ótica da comunicação e da Memória Institucional, quanto por Vannucchi (2004), ao focar a noção de comunidade.

A UPF investe nos campi universitários, uma forma de estar mais próxima da comunidade. Além de Passo Fundo, existem outros seis campi, localizados nos municípios de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Soledade e Sarandi. No caso deste último município, em manifestação pública na Câmara Municipal, o prefeito enfatizou que a UPF é um marco na história de Sarandi, e que muito do progresso alcançado se deve à sua instalação no município.

A área de atuação da Fidene/Unijuí abrange 55 municípios do RS, que integram os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Noroeste Colonial, Celeiro e Fronteira Noroeste, compreendendo uma população de aproximadamente 656 mil pessoas. Seu investimento no desenvolvimento regional se dá por meio da instalação dos campi de Ijuí (sede), Panambi, Santa Rosa e Três Passos, além dos denominados Núcleos Universitários de Santo Augusto e Tenente Portela.

A Urcamp projeta sua ação partindo do campus central, em Bagé, e se estende por municípios como Alegrete, Dom Pedrito, Santana do Livramento e São Gabriel. No entanto, seu processo de expansão após o ano do reconhecimento como universidade, em 1989, a fez chegar às cidades de Caçapava do Sul, Dom Pedrito, São Borja e Itaqui. O crescimento mal planejado em relação ao contexto socioeconômico gerou uma crise e obrigou a um recuo, que é abordado de forma transparente pela instituição. Um metatexto específico, à frente, trata dessa questão.

Atendendo às propostas de parceria de alguns municípios gaúchos, a Unisc estabeleceu campi fora de sede em Sobradinho, em 1998; Capão da Canoa, em 2001; Venâncio Aires, em 2004; e Montenegro, no ano de 2011. O investimento na formação e no patrocínio de atletas é um diferencial da instituição. Os muitos projetos voltados à saúde, à educação, ao esporte, ao meio ambiente, à comunicação e ao desenvolvimento tecnológico reforçam os vínculos de uma universidade comprometida com princípios éticos e com o desenvolvimento sustentável das comunidades onde está inserida.

Já a Feevale tem dois campi na cidade de Novo Hamburgo e um terceiro em Campo Bom. Este, porém, não estava contemplado nos espaços acessados no portal durante a pesquisa. A Política de Responsabilidade Social oficializa e orienta

o compromisso da universidade com o desenvolvimento social da região, com avanços nos quesitos inovação, empreendedorismo e internacionalização. Em 2011, foi inaugurado o Teatro Feevale, que colocou a região no mapa cultural do estado e do país e, em 2015, o Parque Tecnológico do Vale dos Sinos passou a chamar-se Feevale Techpark, assumindo um novo posicionamento e ficando mais conectado à Universidade Feevale e ao sistema produtivo regional. Essas realizações materializam o discurso institucional.

Esse empenho com o desenvolvimento da região repercute em reconhecimentos públicos, especialmente em datas festivas. UCS e UPF receberam homenagens do Poder Legislativo pelos seus cinquentenários. Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e seis câmaras de vereadores da região realizaram sessões solenes em reconhecimento à Universidade de Caxias do Sul como universidade comunitária. A Fundação Universidade de Passo Fundo foi homenageada na Assembleia Legislativa, em que o proponente da homenagem, o deputado Juliano Roso, destacou, em sua fala, a importância da universidade para o desenvolvimento local, regional e do estado.

O ideário do compromisso com o desenvolvimento social e a preocupação com a educação nas regiões onde estão inseridas remete às origens, não somente das ICES, mas do pensamento comunitarista no Brasil. Tanto Guareschi (2012) quanto Bittar (2006) citam a influência da imigração europeia no Sul do Brasil ao criar escolas comunitárias, ainda no século XIX, e, posteriormente, universidades, a fim de suprir necessidades de suas regiões. O resultado da criação das ICES foi o consequente desenvolvimento das localidades onde estão inseridas.

5.4.3 Lugares de Memória Institucional e de promoção da cultura regional

Nas seis ICES, foram identificadas estruturas que atuam no processo de resgate, preservação e divulgação de itens de memória e de história institucional e das regiões onde as universidades estão inseridas. Os metatextos e a análise das informações refletem sobre esses locais como espaços de conhecimento e interação, nos quais se estabelecem formas de comunicação com a comunidade por meio da valorização e do incentivo à cultura e à memória.

Museus e memoriais buscam promover a interação da sociedade com sua história e memória. Passo Fundo, Ijuí, Bagé e Novo Hamburgo, por meio de suas universidades comunitárias regionais e/ou mantenedoras, contam com esses locais. A UPF demonstra sua dedicação com a valorização dos patrimônios da cidade e da região por meio da manutenção do Arquivo Histórico Regional (AHR), o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS), o Museu Histórico Regional (MHR) e o Museu Zoobotânico Augusto Ruschi (Muzar). Abertos à comunidade, proporcionam momentos ricos de aprendizagem e oportunizam a integração entre a universidade e a comunidade, ocorrendo de diferentes formas. Calouros do curso de História visitam o Arquivo Histórico Regional, o Museu Histórico Regional e o Instituto Histórico de Passo Fundo. Doações pessoais também contribuem para ampliar o patrimônio cultural. O Museu Histórico Regional foi criado por meio do Decreto Municipal nº 52/77, pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo, com o nome de Museu Histórico-Cultural. Em 1996, foi reestruturado, passando a ser administrado pela UPF. A exposição é composta por 13 mil itens, tendo sido a maioria doada pela comunidade, além do acervo do MHR e de arquivos fotográficos da UPF. Com mais de 40 anos de existência, o local promove a interação da sociedade com o patrimônio cultural, com ênfase na sua história e memória, por meio da salvaguarda, pesquisa e comunicação dos bens culturais sob sua responsabilidade.

Outro ambiente onde a história e a atualidade da Universidade de Passo Fundo se encontram é o Memorial UPF. Aberto à visitação da comunidade acadêmica e regional desde 2010, foi criado com o objetivo de difundir os principais acontecimentos da história da instituição e de preservar objetos e documentos do acervo da universidade. Como tratamos anteriormente, no capítulo 2, Connerton (1993) defende que as imagens do passado legitimam uma ordem social presente, fruto da memória partilhada. Esse compartilhamento pode ocorrer de diferentes formas, oralmente, pela comunicação entre indivíduos, ou em espaços materiais, neste caso museus ou memoriais.

No Noroeste do estado, o Museu Antropológico Diretor Pestana, mantido pela FIDENE, há 57 anos resgata e preserva a memória regional, promove a cultura, a educação e o lazer. Também contribui no processo identitário visando ao desenvolvimento da região, com a missão de oportunizar conhecimento e reflexão por meio da pesquisa, comunicação, difusão e preservação do acervo constituído por mais de 29 mil peças museais.

O Museu Dom Diogo de Souza⁴⁴ é parte das atividades de extensão da Urcamp. Seu vasto acervo fotográfico resgata parte da história, da identidade e da memória cultural de Bagé, da região e do Rio Grande do Sul. Guarda uma hemeroteca com mais de 30 mil volumes, uma Fototeca com mais de 12 mil fotos tombadas e outras 20 mil pré-tombadas. Sua relação com a cidade é quase tão antiga quanto as primeiras faculdades que vieram a integrar a Urcamp. A inauguração ocorreu em 20 de setembro de 1956, em duas salas da Vila Vicentina, onde permaneceu até 1974. Em 1969, passou a ser mantido e a fazer parte da Fundação Attila Taborda/Urcamp, até os dias atuais. A missão do Museu é promover a interação da sociedade com o patrimônio artístico cultural, contemplando educação, comunicação, memória e identidades, fazendo parte da política cultural da universidade, primando pela responsabilidade sociocultural e o desenvolvimento regional.

O Museu Nacional do Calçado (MNC) conserva a memória da atividade coureiro-calçadista do país. Ele reúne um vasto acervo, com calçados desde o século XII, além de sandálias gregas antigas em sua área de visitação pública. Localizado no Câmpus I da Universidade Feevale, recebe exposições temporárias, como a intitulada *Janelas do Tempo – Publicidade Coureiro-calçadista em Novo Hamburgo*, e mostras temáticas, como *A moda dos anos 20*. Sua particularidade está em estabelecer relação com os moradores do Vale do Rio dos Sinos por meio das lembranças que forjaram a cultura da região. Nora (1993, p. 13) afirma que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações”. No caso destes museus, sua existência como lugares de memória representa a interação universidade-sociedade e, especialmente em relação ao MNC, exerce um papel de preservação de um exercício profissional artesanal, atualmente automatizado. O espaço também se propõe a promover cursos, seminários, palestras, encontros, concursos, lançamentos de moda e visitas dirigidas.

Ao abordarmos a comunicação organizacional e o interacionismo simbólico a partir de Littlejohn (1982), vemos que a sociedade nasce das interações individuais,

⁴⁴ O Museu Dom Diogo de Souza é uma das instituições mantidas pela Fundação Áttila Taborda (FAT), mantenedora também da Urcamp. A FAT, enquanto instituição comunitária, possui como órgão diretivo um Conselho Diretor que atua com representantes dos professores, funcionários, alunos, e representantes da comunidade regional (URCAMP, 2018).

e que não existe ação humana separada da interação. Da mesma forma, essas interações, que fundamentam os relacionamentos, geram ações cooperadas – entre sociedade civil, poder público e iniciativa privada –, são elemento constituinte básico das universidades comunitárias regionais. Ao reforçar, em seus portais, tópicos como a participação no desenvolvimento regional por meio de museus e ações de Memória Institucional e regional, fortalece-se a ideia de criação de uma memória social. Lembramos, a partir de Fentress e Wickham (1994), que a memória, embora seja subjetiva, “é estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas ideias coletivamente assumidas e por experiências compartilhadas com os outros. Também isso constrói uma memória social” (FENTRESS; WICKHAM, 1994, p. 20). No presente estudo, os *outros* correspondem às universidades, e a subjetividade às pessoas que interagem com as ICES.

Todos os processos de relação/interação comunicam de alguma forma, como sustenta Baldissera (2014), e os públicos que interagem com a organização podem atribuir sentido a tudo que percebem. Sendo assim, os processos de relação/interação das universidades comunitárias com a comunidade revelam uma interpretação favorável, desta última, à dimensão da organização comunicada. As ICES se manifestam por meio dos portais ou outros meios (organização comunicada), enquanto os sujeitos (comunidade) atribuem sentido e percebem, nessas instituições, um lugar para a valorização das memórias e da identidade da região onde vivem. A Memória Institucional Comunicada configura-se, então, no que as universidades consideram ideal tornar de conhecimento público para a construção de sua identidade a partir da comunicação com a comunidade.

Os centros de documentação e arquivos complementam o papel exercido pelos museus. Estes, por sua vez, são mais voltados à proposta de Memória Institucional, como o Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC), da Universidade de Caxias do Sul. A estrutura atua em cinco áreas relacionadas com a preservação e o estudo da memória, individual e coletiva, pessoal e institucional, nos diversos campos da cultura. A atuação do IMHC contempla a coleta, organização, processamento e preservação do acervo histórico da Instituição, da cultura regional e outros considerados de importância histórica e cultural. O IMHC compõe-se da seguinte estrutura: o Laboratório de Estudo de Arqueologia (LEPAR), o Programa ECIRS, Programa IRIS, Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC/UCS), e o Centro de Memória Regional do Judiciário (CMRJU).

Thiesen (2013) destaca que para compreendermos as relações entre memória e instituição é necessária uma articulação com a noção de sociedade/socialização. Esse processo envolve experiências que formam/conformam a identidade política e social dos indivíduos. O IMHC, por sua descrição, contempla a função de socializar com a sociedade elementos que formaram a identidade e a história da cultura italiana, predominante na região de Caxias do Sul, e de uma instituição que resulta do trabalho dessa comunidade, que é a UCS.

O Programa ECIRS é considerado o guardião da cultura construída na região de imigração italiana das antigas colônias da Serra gaúcha e, por extensão, de toda a cultura de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Desde 1978, o Projeto ECIRS tem se dedicado ao levantamento sistemático dos bens e valores culturais das comunidades rurais da região, para o resgate, preservação e valorização dessa cultura.

Aula no CEDOC/UCS é uma forma de auxiliar professores da universidade a planejar e ministrar suas disciplinas a partir das fontes documentais do acervo, tornando seu conteúdo acessível aos estudantes. Já o programa Visitas Orientadas apresenta à comunidade acadêmica da UCS, das escolas de ensino médio, além de grupos interessados, a oportunidade de conhecer o acervo e sua forma de organização. O arquivo histórico da UCS é composto de documentos e fotografias que relatam a história da universidade desde a sua criação.

O Centro de Documentação da UNISC (CEDOC) cumpre função similar ao da UCS. Ligado ao Departamento de História e Geografia, seu diferencial está em coletar e manter sob sua custódia documentos sobre política eleitoral e partidária; associativismo; movimentos sociais; fomicultura; e histórico institucional da UNISC. O fumo é responsável por grande parte da riqueza do Vale do Rio Pardo e o trabalho de documentação do impacto dessa indústria na região, intermediado pela universidade, contribui para estreitar os laços com a comunidade.

O Centro de Documentação e Memória Feevale “Luci Therezinha Bridi” nasceu da necessidade de preservação da documentação que marca a trajetória da Feevale. Uma parte do acervo é composta por documentação institucional e outra por materiais diversos provenientes da comunidade local, que vê no centro um local de manutenção de seu patrimônio material. Tanto o Museu Nacional do Calçado quanto o Centro de Documentação e Memória constituem-se em lugares para o

fortalecimento da identidade regional e institucional por meio da memória. Lasbeck (2009) sustenta que a identidade de uma organização é formada pelo seu lugar social, pelo modo de atuação e as respostas oferecidas ao meio ambiente. Isso contribui para que se mantenha integrada, atuante e persistente.

Acreditamos que as estruturas apresentadas se constituem em recursos de comunicação por meio da interação com a sociedade. Recuperamos aqui o pensamento de Littlejohn (1982), quando este discorre sobre os fundamentos do interacionismo simbólico, com os conceitos cardeais da teoria de George Mead (1863-1931), que contemplam *sociedade, eu e mente* como categorias que resultam no ato social. Nesse momento, focamos especialmente na ideia de sociedade para analisarmos a macrocategoria *Lugares de Memória Institucional e de promoção da cultura regional*. Os seres humanos – e as organizações, aqui entendidas como as universidades comunitárias – fazem uso de símbolos em sua comunicação. As pessoas, como apresenta o autor, levam a efeito conscientemente um processo de manipulação mental, atribuindo significados aos gestos de outras. O símbolo, por sua vez, é interpretado pelo receptor – aqui entendido como os membros da comunidade da região onde estão as ICES. Nesse caso, os símbolos usados pelas universidades comunitárias na construção e manifestação da Memória Institucional e da cultura regional devem possuir significado compartilhado pelos indivíduos na sociedade, ou seja, as pessoas, cidades, localidades onde estão inseridas. Conforme Littlejohn (1982), na terminologia de George Mead, um gesto com significado compartilhado é um *símbolo significante*. Sendo assim, se a sociedade nasce nos símbolos significantes dos grupos, entendemos que ela também se fortalece nas práticas de memória construídas de forma conjunta e coerente a partir das interações entre as ICES e a comunidade que compõe sua região de abrangência.

5.4.4 Comemoração de cinquentenários e outros aniversários

Esta macrocategoria expõe o que de certa forma podemos inferir empiricamente: as celebrações de aniversários constituem-se na forma mais usual de evocação de memórias. Essa tradição remonta, como o capítulo 2 apresentou, a partir de um traçado histórico de Le Goff (1996), que na Constituição Francesa de

1791 há uma instrução pública que estabelece festas nacionais para conservar a lembrança da Revolução Francesa e manter a fraternidade entre os cidadãos. Sabemos, pelas manifestações contemporâneas, que tal comportamento não se restringiu às efemérides cívicas, chegando às instituições e organizações de segmentos distintos.

“Há 50 anos o conhecimento ilumina o futuro”. O lema do cinquentenário da UCS, a primeira das ICES estudadas a chegar a esse número simbólico de anos transcorridos, retoma a mensagem de que olhar para o passado é uma maneira estratégica de refletir sobre expectativas e projetar o futuro, como menciona Worcman (2004). Ao longo de seus 50 anos, a UCS formou mais de 100 mil pessoas. Compartilhar estas histórias é celebrar cinco décadas de realizações. Honrar a história e reconhecer aqueles que ajudaram a construí-la é próprio das ocasiões celebrativas. A programação do cinquentenário da UCS incluiu iniciativas como o evento de lançamento das celebrações dos 50 anos; o *hotsite* Minha História com a UCS, um espaço em que todos – pessoas e organizações – puderam compartilhar suas histórias e experiências; o lançamento do álbum *UCS: 50 Anos de uma Universidade Comunitária*; a solenidade de entrega do Memorial dos Fundadores; o documentário radiofônico *50 anos da UCS: O conhecimento ilumina o futuro*; um informe especial no Jornal Pioneiro; a entrega das medalhas com os nomes dos fundadores da universidade, Dom Benedito Zorzi – Mérito Educação, Reitor Virvi Ramos – Mérito Científico, e Prefeito Hermes Weber – Mérito Comunitário, a 52 pessoas; entre outros atos. Dois produtos de memória em especial trouxeram a manifestação da comunidade acadêmica na construção dos discursos: o *hotsite* e o álbum comemorativo. No primeiro, os relatos do *Minha História com a UC* são um dos destaques de um ambiente virtual que reúne todo conteúdo relacionado ao cinquentenário da universidade. Na segunda peça, a publicação traz narrativas construídas a partir da memória de professores, egressos e de outros agentes dos primeiros 50 anos da universidade.

A UPF completou 50 anos de história em 2018 adotando ações similares à UCS. A universidade, ao celebrar 45 anos, já havia recorrido à iniciativa de coletar depoimentos da comunidade acadêmica por meio de um *hotsite*, e repetiu a prática cinco anos mais tarde no *hotsite* especial. As notícias no portal e na revista institucional destacaram atividades como exposições, sessões solenes no Legislativo e reconhecimentos concedidos a membros da comunidade e

personalidades que contribuíram com a instituição. A assessoria de imprensa preparou um conteúdo especial com histórias que fizeram e fazem parte da UPF. O *hotsite* do cinquentenário também apresentou a palavra da Reitoria, galeria de fotos, vídeo comemorativo aos 50 anos, notícias relacionadas à data e uma linha do tempo com os principais momentos da trajetória institucional.

“Rumo aos 50 anos”. A proposta de usar o passado como alicerce para mirar novos horizontes se faz presente na mensagem da Feevale, que traz como peculiaridade o planejamento com vistas à data, comemorada em junho de 2019. A instituição promoveu o Concurso Feevale 50 anos – Selo Comemorativo, de 13 de novembro a 13 de dezembro de 2017. O resultado foi divulgado no dia 22 de dezembro de 2017. A premiação e lançamento do selo ocorreu em abril de 2018, no mesmo mês em que a instituição, em 2010, deu um grande passo: tornou-se universidade. Com o pretexto do cinquentenário, a instituição faz um uso oportuno de datas simbólicas, como o reconhecimento como universidade. Inovação, empreendedorismo e internacionalização integram o discurso do aniversário. Entre os produtos de memória, a genuinidade se apresenta no documentário produzido com a participação de representantes da comunidade acadêmica e lideranças do Vale do Rio dos Sinos.

A ação da Unijuí em relação ao sexagésimo aniversário apresenta uma notícia no portal: *Os 60 anos de Ensino Superior da Unijuí contam muitas histórias*. Nestes 60 anos de ensino superior na região Noroeste do Rio Grande do Sul, a Unijuí, dentre os cerca de 40 mil egressos, já formou mais de uma geração da mesma família. Outros recursos, como entrevistas em rádio e websérie no Youtube, também integraram as comemorações, mas não estavam disponíveis na apresentação institucional do portal nem figuraram nas buscas por palavras-chave.

Dois aniversários da Unisc foram contemplados no período de coleta de informações, os 24 e os 25 anos. Ao completar mais um ano de atividades, a reitora da Unisc e presidente da Apesc, Carmen Lúcia de Lima Helfer, falou ao jornal da Unisc sobre os assuntos relacionados à instituição, à gestão e ao atual momento da educação superior no país. A Universidade de Santa Cruz do Sul completou 25 anos no dia 25 de junho de 2017.

A celebração de cinquentenários – fato comum à UCS, à UPF e à Feevale – e de outros aniversários serve de motivação para ações de comunicação da Memória Institucional. Essa comunicação, porém, depende de diversos fatores. Entre eles

está o planejamento e uma cultura de Memória Institucional. Não por acaso, as três ICES cinquentenárias dentre as seis pesquisadas contam com recursos como centro de documentação, museu e/ou memorial. Essas estruturas repercutiram as celebrações em produtos de Memória Institucional numerosos e elaborados. Tal feito nos remete à reflexão de que “a sistematização da memória de uma empresa é um dos melhores instrumentos à disposição da comunicação empresarial e corporativa. Isto porque as histórias não são narrativas que acumulam, sem sentido, tudo o que vivemos” (WORCMAN, 2004, p. 23). A autora assevera que a história de uma empresa – e, neste caso, de uma instituição – não deve ser pensada apenas como um resgate do passado, mas como uma forma de as pessoas redescobrirem valores, reforçarem vínculos e criarem empatia com a trajetória da organização.

5.4.5 Relacionamento e valorização da comunidade acadêmica

O fator humano, a subjetividade e as relações estabelecidas são elementos indispensáveis à comunicação no ponto de vista de Kunsch (2016), ao falar da dimensão humana, uma das quatro dimensões elaboradas pela autora para tratar das dinâmicas inerentes à comunicação organizacional. Conforme abordado no capítulo 3, de acordo com a transmissão de mensagens por parte das organizações, podemos compreender se esta valoriza o relacionamento com seus públicos, se lhes dá espaço para expressar o que pensam e sentem. Em relação aos projetos de Memória Institucional, a categoria inicial *Minha História na Universidade* contém fragmentos das cinquentenárias UCS, UPF e Feevale. As três contemplam manifestações da comunidade em produtos de memória, como *hotsites* e vídeo.

Por acreditar que a história da UCS é a história das pessoas, a universidade criou o ambiente virtual “Minha História com a UCS – Compartilhe sua história e celebre os 50 anos da Universidade”. No *hotsite*, ao longo das celebrações do cinquentenário, pessoas e organizações puderam compartilhar suas histórias e experiências, enviando textos e fotos. Ao todo, houve 46 publicações. Outra ação, com organização do Instituto Memória Histórica e Cultura, criou uma exposição online com os quadros de formatura de diversos anos de cursos superiores. A universidade, então, comemorou a trajetória das pessoas que levam a marca da UCS no seu currículo, ampliando a visibilidade de itens que normalmente ficam

restritos aos corredores das faculdades e auxiliando a trazer as melhores lembranças do período vivido na instituição. Também no intuito de registrar e partilhar momentos decisivos para a história da universidade, foi criado o álbum *UCS: 50 anos de uma universidade comunitária*, com narrativas construídas a partir da memória de professores, egressos e de outros agentes.

Nos seus primeiros 45 anos de história, a Universidade de Passo Fundo convidou as pessoas a dividirem um pouco de sua experiência na instituição por meio de depoimentos e fotos no *hotsite* comemorativo. A ação repetiu-se em 2018, na celebração dos 50 anos.

Com o objetivo de promover a participação dos acadêmicos nas ações de comemoração aos 50 anos da Universidade Feevale, a instituição promoveu um concurso para a elaboração do selo comemorativo. O resultado contemplou um estudante de Design. Também foi criada uma área no site com testemunhos de egressos. Um documentário, com a participação de professores, reitores, alunos, egressos e prefeitos, entre outros membros da comunidade universitária e da região do Vale dos Sinos, integra o conteúdo do *hotsite* do cinquentenário.

As homenagens públicas a pessoas que contribuíram para a construção das instituições também configuram uma forma de valorização do relacionamento. Em sessão solene dos 50 anos da UPF, o Conselho Universitário reconheceu 50 profissionais, como o senhor Aristides de Campos Medeiros, de 80 anos. “Atuei como pedreiro, motorista, chefe de obra e fui encarregado da jardinagem. Criei todos os meus filhos trabalhando aqui e foi um prazer ser funcionário da universidade”, relatou o ex-funcionário. Além dele, também foi reconhecido o ex-reitor Rui Getúlio Soares pela sua atuação por dois mandatos. Na UCS, houve a construção de um memorial no campus sede em honra aos três fundadores e a entrega das medalhas Dom Benedito Zorzi – Mérito Educação, Reitor Virvi Ramos – Mérito Científico, e Prefeito Hermes Weber – Mérito Comunitário a 52 pessoas e uma entidade, integrando a programação do cinquentenário. No evento comemorativo principal, a “Condecoração Brasão da Universidade de Caxias do Sul” foi concedida aos oito ex-reitores – alguns *in memoriam* – e às instituições fundadoras da UCS.

Ao abordamos a história ligada à identidade, no capítulo 2, Candau (2012), considera que na ausência da memória, há um esvaziamento do sujeito, incapacitando-o de reconhecer-se ao perder suas capacidades conceituais e

cognitivas. Sendo assim, memória é identidade, tanto pessoal quanto em relação à organização ou instituição da qual se faz parte.

Trabalhar, em datas comemorativas ou em ações permanentes, com recursos que aproximem a comunidade acadêmica por meio da valorização de fatos históricos e estímulo à manifestação espontânea, pode constituir-se em uma prática de Memória Institucional comunicada, uma memória que, embora seja veiculada pelos canais da instituição, com olhar dos gestores, traz as vozes e manifestações das pessoas que a integram ou integraram. Nesse sentido, Worcman (2004) considera que a história de uma empresa é também a história das pessoas que participaram de sua trajetória, e que transcende a preservação física de documentos e monumentos. As narrativas, as fotos e os vídeos disponíveis nos portais das ICES representam a voz de quem as constitui e constituiu, legitimando esse discurso.

Para Nassar (2008), existem inúmeras formas de as organizações serem lembradas, em especial, por meio dos indivíduos. O autor sinaliza que

Uma das formas mais importantes é definida pela história e pelas diferentes formas de memória dessa história que os protagonistas sociais têm das organizações como um todo e também em suas expressões individuais. As organizações, como os indivíduos, não existem fora da sociedade e, assim, são participantes, mesmo na omissão, dos acontecimentos sociais (NASSAR, 2008, p. 117).

Abrir espaço às expressões individuais de pessoas que compõem as universidades comunitárias, promover ações nas quais estas se sintam valorizadas, no nosso entendimento, aproxima estes indivíduos da instituição e reconhece o valor de cada um deles para a instituição e para a sociedade.

5.4.6 Identidade comunitária e associativismo

As características do modelo comunitário, regional e filantrópico de universidade consistem e uma forma de identidade pública assumida por todas as ICES, algumas de forma mais explícita que outras. De acordo com Almeida (2008), a identidade organizacional é formada por atributos vistos como específicos em uma organização pelos seus membros, sendo mantidos por grupos específicos, que definem papéis, símbolos, políticas, regras e procedimentos. Mais que um discurso,

essa identidade precisa se consolidar nas práticas de interação com a comunidade, no caso das ICES.

A UPF apresenta que ser comunitária tem um significado histórico e carrega a noção de identidade, de responsabilidade coletiva e de cooperação com a comunidade em que está inserida. Conforme a então vice-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários, Bernadete Maria Dalmolin⁴⁵, em evento dos 50 anos no Clube Comercial de Passo Fundo, “é sempre importante fortalecer esses laços e reafirmar nossa característica comunitária”. Em grande expediente na Assembleia Legislativa, o prefeito de Passo Fundo, Luciano Azevedo, mencionou: “A nossa cidade constituiu uma instituição comunitária em seu DNA, uma universidade enraizada na vida da comunidade”. Essas duas lideranças compõem grupos que definem regras, políticas e procedimentos da universidade. Ambos discursos remontam ao pensamento de lasbeck (2009), quando este reflete que a identidade de uma organização – neste caso instituição – se forma a partir de seu lugar social, de sua missão e modo de atuação e, também, pelas respostas oferecidas ao meio ambiente e aos insumos que recebe deste.

A Universidade de Caxias do Sul apresenta-se como uma Instituição Comunitária de Educação Superior com atuação direta na região Nordeste do Rio Grande do Sul, mantendo permanente diálogo com a sociedade. Nas celebrações do cinquentenário da universidade, o reitor Evaldo Kuiava destacou, em homenagem concedida a pessoas que contribuíram nessa trajetória: “A UCS nasceu comunitária e reconhece que sua trajetória está marcada pela presença de cada um de vocês”.

Originada de demandas das regiões da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, a Urcamp também é uma instituição que propõe atividades alicerçadas de maneira regional, comunitária e filantrópica. O uso do termo comunitário, pela UNISC, envolve as noções de identidade regional, de responsabilidade coletiva com o desenvolvimento, de cooperação e de participação. A reitora Carmen Lúcia de Lima Helfer, em entrevista sobre os 24 anos da universidade, questionada sobre o reinvestimento dos recursos da instituição no próprio campus e em atividades em prol da comunidade, respondeu que, se a Unisc é comunitária, ela é para a comunidade, mesmo com o pagamento de

⁴⁵ Cargo ocupado à época da veiculação da notícia. Em julho de 2018, a professora Bernadete Maria Dalmolin tomou posse como reitora da UPF, após vencer no processo eleitoral ocorrido no primeiro semestre daquele ano.

mensalidades. “A universidade comunitária não objetiva lucro. Tudo o que ela arrecada volta para o próprio projeto”, esclareceu.

A Unijuí apresenta em sua visão a consolidação como universidade comunitária, pública não estatal, integrada ao processo de desenvolvimento da região. Já a Feevale acrescenta à natureza comunitária e regional a característica de inovadora.

A avaliação institucional é outro elemento aglutinador dessas instituições, que contam com um modelo próprio, fruto da integração dessas por meio da afiliação às entidades representativas COMUNG e ABRUC. O Programa de Avaliação das Universidades Comunitárias Gaúchas (PAIUNG) constitui-se em um fórum de discussão e troca de experiências sobre avaliação institucional integrada com o COMUNG.

No ano de 1937, Herbert Blumer criou o termo Interacionismo Simbólico, de acordo com Littlejohn (1982). Alicerçado no pensamento do precursor da teoria (George Mead), Blumer apresentou três premissas sobre interação simbólica, que citamos anteriormente no capítulo 3 e, agora, recuperamos para refletir sobre a macrocategoria *Identidade comunitária e associativismo*. A primeira menciona que os seres humanos agem em relação às coisas na base dos significados que as coisas têm para eles. Trazendo para nossa pesquisa, interpretamos que as pessoas agem em relação às universidades comunitárias na base dos significados que essas têm para elas. A segunda premissa apresenta que o significado de tais coisas deriva da interação social de um indivíduo com seus semelhantes. Nesse ponto, inferimos que perceber o significado de uma universidade comunitária dependerá das pessoas que nela convivem ou ali se relacionam, e não apenas no que as ICES dizem ser. A premissa final destaca que esses significados são manipulados através de um processo interpretativo usado pela pessoa no trato com as coisas com que se depara. Ou seja, o discurso proposto pelas ICES sobre atuação e identidade comunitária somente se efetivará se os interagentes assim o interpretarem, se houver nas práticas de memória, aqui estudadas, elementos que permitam um olhar que gere a interpretação desejada.

Recuperando as ideias de Blumer, o significado tem importância vital no Interacionismo Simbólico. Para ele, conforme apresenta Littlejohn (1982), “o objeto passa a ter significado para a pessoa no momento em que o indivíduo considera conscientemente, reflete e pensa sobre o objeto, ou o interpreta”. Assim sendo, a

identidade comunitária somente será compreendida pelas pessoas a partir desse mesmo processo, dependendo das formas como as instituições se relacionam com a comunidade, inclusive na comunicação e na construção da Memória Institucional e das regiões das quais fazem parte. Neste caso, podemos recuperar, adaptando ao universo das instituições, uma das três concepções de identidade apresentadas por Hall (2006): a do sujeito sociológico, que forma sua identidade baseado na interação com outras pessoas, estabilizando os sujeitos e os mundos culturais onde habitam. Nesse caso, as ICES formam sua identidade não só a partir de suas realizações, mas pela interação com a comunidade da região onde estão inseridas, valendo-se dos elementos culturais de onde estão localizadas.

6 PARA ALÉM DOS PORTAIS INSTITUCIONAIS

Desde a leitura inicial do conteúdo, partindo para a fragmentação, a produção das unidades de análise e as categorias emergentes, confirmou-se, em números e densidade do conteúdo, a percepção de que lugares de memória (NORA, 1993) têm grande importância e impacto no relacionamento estabelecido com as comunidades e regiões onde as universidades se inserem e com a história e a Memória Institucional. Esse dado emergente, percebido a partir da navegação pelos portais institucionais, foi considerado relevante de tal forma que resolvemos, entre os meses de novembro de 2018 e janeiro de 2019, exceder o ambiente de análise na web e realizar visitas presenciais a cada uma das ICES e às respectivas localidades vinculadas diretamente às universidades ou às suas mantenedoras. Ao todo, foram percorridos 2.367km pelo interior do Rio Grande do Sul, somando seis cidades em um tempo aproximado de 32h de deslocamento em automóvel.

Durante as visitas, foram preenchidos formulários (Apêndice C) com informações básicas a respeito da gestão e do funcionamento dos locais, aspectos históricos e, ao final, foram incluídas percepções sobre a passagem pelos lugares de memória. Os respondentes foram professores, gestores, profissionais de comunicação, estagiários, arquivistas e técnicos administrativos vinculados às universidades ou diretamente às mantenedoras. Uma das questões comuns a todos foi sobre as ações de comunicação e de relacionamento desenvolvidas com o público. Nestes lugares de memória, também observamos os produtos de memória expostos, com registros fotográficos disponíveis nos Apêndice D.

6.1 VISITAS AOS LUGARES DE MEMÓRIAS DAS UNIVERSIDADES

No dia 26 de novembro de 2018, ocorreu a primeira visita, tendo como destino a Universidade de Passo Fundo. No campus principal, tivemos contato com profissionais da Agência de Comunicação e Marketing (Agecom), do Gabinete da Reitoria, do Memorial UPF e do Arquivo Histórico Regional. Na oportunidade, nos foram apresentadas publicações, estruturas, documentos e outros produtos de memória gerados pela instituição, por seus professores e egressos. O destaque, em relação à pesquisa que ora desenvolvemos, foi o Memorial UPF, criado no ano de

2010. A localização é privilegiada, na avenida principal de acesso ao campus, a poucos metros do pórtico, defronte à biblioteca e próximo ao centro de convivência, com vagas de estacionamento gratuito ao lado e um ponto de ônibus a apenas 50 metros de distância. Isso difere muito do espaço que lhe é reservado no portal institucional da UPF. Para quem acessa o endereço online da universidade, existem duas cronologias: a dos 45 e a dos 50 anos. O Memorial UPF está presente apenas na cronologia dos 45 anos. Não há citação ou link para o Memorial no *hotsite* dos 50 anos, completados em 2018. Para localizá-lo, é necessário percorrer o seguinte caminho: a) www.upf.br; b) A Universidade; c) Histórico; d) Cronologia 45 anos; e) História; f) Memorial UPF. São seis passos. Essa primeira constatação nos alerta para uma dissonância de visibilidade de um mesmo lugar de memória entre o ambiente na rede mundial de computadores e o meio físico.

Ao acessarmos, percebemos um local planejado, agradável e interessante para visita e conhecimento da evolução da universidade. A funcionária, vinculada à Reitoria – que gere o Memorial –, atua como guia. Diferentemente de um museu, o Memorial não tem arquivos ou espaços de consulta para pesquisadores (esse tipo de acervo está em locais como o Arquivo Histórico Regional e o Museu Histórico Regional, ambos também em Passo Fundo). É um lugar de visita e contemplação. A visita guiada teve início como a passagem pela galeria de fotos dos ex-reitores. Ainda não houve a inclusão da foto do reitor José Carlos Carles de Souza, que esteve à frente da UPF por dois mandatos, entre 2010 e 2018. Em seguida, um expositor horizontal com tampo de vidro contém publicações históricas, brindes institucionais, peças publicitárias e documentos que datam do princípio da universidade. Outro expositor, em formato de vitrine vertical, reúne presentes e homenagens recebidas pela instituição, bem como sua primeira bandeira. Adiante, painéis relatam passo a passo, por décadas, a história da instituição até 2010, ano de inauguração do espaço. Para compreender a atual década, foi instalado um monitor de 14 polegadas, com tela sensível ao toque, incluindo a cronologia. Ainda há um grande painel com mapas demonstrando o alcance da universidade na região Norte do Rio Grande do Sul, com seus outros campi nos municípios de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões e Sarandi. Ao final da exposição, está outro painel com nomes dos homenageados com o título de *Honoris Causa* (categorias professor e doutor), além de um monitor de tela plana exibindo o vídeo da campanha dos 50 anos da UPF. O local dispõe de assentos para visitantes

assistirem ao audiovisual. A conclusão se dá com a passagem por uma sala reservada onde se encontram as cinzas do primeiro reitor, Murilo Coutinho Annes, cedidas pela sua família.

O Memorial UPF está aberto ao público de segunda a sexta-feira, em horário comercial, com entrada gratuita. A principal ação de comunicação é a área no site dos 45 anos, que mencionamos. O local recebe visitas de alunos e professores, especialmente no início dos semestres letivos, mas não há relatos ou informações sobre eventos ou outras iniciativas que fomentem o relacionamento com o público.

A Universidade de Passo Fundo conta, além do Memorial UPF, com outros espaços dedicados à guarda e exposição de documentos, como o Arquivo Histórico Regional e o Museu Histórico Regional. A visita ao Arquivo Histórico Regional (AHR) ocorreu no dia 26 de novembro de 2018. Está situado na Av. Brasil Oeste, 743, centro de Passo Fundo, no complexo chamado atualmente de Campus III, onde foi a primeira sede da história da UPF, com as então faculdades de Direito e de Odontologia, nos anos 1950, antes do reconhecimento como universidade. No conjunto de edificações, são oferecidos vários serviços de extensão comunitária e a escola de idiomas. Algumas áreas no prédio dos fundos, incluindo o porão e salas do andar superior, são reservadas ao AHR. No local, é mantido um volumoso acervo regional, com arquivos de comunicação social (jornais brasileiros e estrangeiros), arquivos públicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), arquivos sociais (Fundação UPF, Cruz Vermelha, sindicatos etc.) arquivo pessoais (livros, mobílias e outros itens de personalidades marcantes na história regional) e biblioteca. O AHR está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF e ao curso de graduação em História. No local, além da guarda, é feita a conservação e restauro de obras, e, também, há um espaço com mesas para consulta local. Serve especialmente como laboratório para pesquisadores, vetor para a produção do conhecimento (UPF, 2018). Para investigadores que desejam acessar os acervos especiais ou para grupos, é necessário o agendamento das visitas, que são gratuitas e abertas ao público. O local está aberto de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

Apesar de sua importância para a preservação da memória regional, aspecto que emergiu das pesquisas sobre as ICES, há pouca documentação referente à universidade e à FUPF. No que diz respeito à estrutura física à época da visita, vimos salas com climatização e controle de umidade, mas também prateleiras com

documentos catalogados em um cômodo, próximo à entrada do AHR, com paredes mofadas e úmidas. Parte do catálogo do acervo está disponível na internet por meio do site <https://www.upf.br/ahr/>. Como ação de comunicação e relacionamento, o AHR dispõe de uma *Fanpage* no Facebook, atualizada com frequência, especialmente com fotos do acervo, os projetos Concurso de Quadrinhos, Semana Nacional de Arquivos, Museu a Céu Aberto, coluna Memórias do AHR – publicação quinzenal no jornal O Nacional –, além da recepção a visitantes.

Devido ao fato de a passagem por Passo Fundo ter ocorrido no dia 26 de novembro, uma segunda-feira, não foi possível visitar o Museu Histórico Regional. Esse é outro espaço que, pela sua apresentação disponível no site da instituição⁴⁶, reforça o compromisso social da universidade da região Norte do RS com a população local, preservando e expondo sua memória e história.

Em 27 de novembro de 2018, ocorreu a visita à Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), com foco específico no Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP). O contato inicial foi estabelecido com a coordenadoria de marketing e, posteriormente, com a direção do museu. De acordo com o site institucional, o MADP, mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE) – mesma mantenedora da universidade –, foi criado em 25 de maio de 1961, junto ao Centro de Estudos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), com o objetivo de resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura, a educação e o lazer. Em 2018, o local completou 57 anos de atividade.

O MADP é um referencial de alto nível, situado no Noroeste gaúcho. Em sua área de exposição, estão expostos alguns fragmentos da trajetória da Unijuí, como fotos, bonés e um quadro de formatura da década de 1950. No entanto, o objetivo principal não está na Memória Institucional, mas na compreensão do desenvolvimento desta região do Estado. Mesmo em uma visita rápida, guiada, foi possível entender com muita clareza a proposta do local, de levar à comunidade a consciência sobre suas raízes.

A exposição permanente tem início com artefatos indígenas datados de 12 mil anos. O guia explica as diferenças e peculiaridades dos povos originários que habitaram o local até a chegada dos homens brancos, colonizadores. Imagens de

⁴⁶ Disponível em: <https://www.upf.br/extensao/visitacao-aos-museus/museu-historico-regional-mhr>.

arte sacra talhadas por indígenas mostram, em parte, o resultado do trabalho forçado no período de submissão desses povos à ordem jesuítica, no século XVII. A exposição traz também arte dos indígenas gaúchos contemporâneos e objetos que revelam seus costumes. O percurso histórico apresenta a contribuição de outras etnias para o crescimento da região: negros, caboclos, imigrantes de origem polonesa, lituana, alemã, italiana e austríaca, entre outros. Vestimentas, trabalho rural, e desenvolvimento econômico, do transporte, da imprensa, do ensino e das relações sociais e profissionais permeiam a área de exposição do museu, até chegar à reprodução de uma casa de família no século XX. O desfecho se dá em um espaço de exposição temporária, na qual, à época da visita, o tema era a evolução das embalagens ao longo da história, com ênfase na empresa local que imprimia embalagens de mercadorias e os jornais da cidade. No subsolo, há outra área dedicada a exposições temporárias.

Após a visita, foi possível conhecer um vasto espaço dedicado aos documentos históricos guardados nas diversas salas, com climatização e rígido controle de umidade. Documentos dos poderes públicos, jornais, todo acervo da FIDENE e da Unijuí, e mídias raras – como negativos de vidro de fotos do princípio do século XX, vinis e outros materiais – completam o acervo. O museu conta com pesquisadores que também contribuem com produções científicas em eventos e publicações acadêmicas. O MADP, de acordo com os funcionários, atrai pessoas de diversos países, desde a América Latina até a Europa.

O que observamos, pela ótica de comunicação da Memória Institucional com foco nas universidades comunitárias, é uma vasta documentação – física e digitalizada – sobre Ijuí, região e trajetória da Unijuí. No entanto, não há um campo específico voltado à memória da universidade – nem no portal da Unijuí e tampouco no site do museu. Não consideramos um demérito, mas não podemos deixar de registrar. Podemos interpretar que, para os responsáveis pela FIDENE e pelo MADP, importa um olhar macro sobre a região, e não somente à universidade.

O funcionamento do Museu Antropológico Diretor Pestana ocorre de segunda-feira à tarde a sexta-feira pela manhã. Por demanda ou em ocasiões especiais, pode abrir aos sábados ou domingos. O local é aberto ao público e as visitas são pagas, com custo de R\$ 8,00 por pessoa e direito a meia-entrada para estudantes e gratuidade para idosos. Grupos de escolares com mais de dez pessoas pagam R\$ 3,00 por aluno, e há acesso gratuito a todos na última terça-feira

de cada mês. Como ações e comunicação e relacionamento, além do site, há uma *Fanpage* no Facebook, folder impresso e exposições temporárias com atividades complementares como exibição de filmes, de forma gratuita, uma vez por mês, com acesso aberto à comunidade. Também ocorrem saraus literários, recitais, abertura em alguns finais de semana, atividades de apoio a professores de escolas, exposições itinerantes, acolhimento de exposições da comunidade, entre outras.

A terceira visita foi à Universidade Feevale, em 19 de dezembro de 2018. A partir do contato inicial com a assessoria de imprensa, chegamos ao Museu Nacional do Calçado (MNC) e ao Centro de Documentação e Memória Luci Terezinha Bridi (CEDOC).

O Museu Nacional do Calçado (MNC) tem uma trajetória marcante para a comunidade da região do Vale do Rio dos Sinos. Um trabalho de resgate junto a protagonistas do ramo foi reunido na publicação *Memória do Setor Coureiro-Calçadista: Primeiros Empreendedores do Vale do Rio dos Sinos*, organizada por pesquisadores da Feevale. Grande parte dessas narrativas é trazida verbalmente pela coordenadora do MNC aos visitantes que adentram o local.

A primeira iniciativa de criação do MNC surgiu nos anos 1970, por meio do empresário Oscar Kunz Filho. Por um tempo, o acervo esteve sob a guarda da Prefeitura de Novo Hamburgo, mas o órgão público não conseguiu atender de forma satisfatória à demanda. Nos anos 1990, o professor universitário Ivar Hartmann fez uma incursão pela Europa, conhecendo museus, especialmente na França, onde aprendeu técnicas que serviram para profissionalizar o trabalho desenvolvido no MNC. A ação, que envolveu a universidade (à época centro universitário), a Prefeitura de Novo Hamburgo e a Câmara de Vereadores, repercutiu, em 1998, na inauguração do Museu. Desde então, o local é gerido pela Feevale e está sediado no Campus I da instituição, na avenida Dr. Maurício Cardoso, Bairro Hamburgo Velho, em Novo Hamburgo.

O acervo permanente do MNC guarda mais de 25 mil peças catalogadas, provenientes de diferentes lugares do mundo. Periodicamente o conteúdo integra exposições temporárias e temáticas na área de exposições ou mostras itinerantes.

A área de exposição, aberta à visitação pública de forma gratuita, conta com itens históricos e curiosidades (calçados, bolsas, camisetas, roupas e outras peças), provenientes de famílias de artistas, desportistas, escritores, músicos etc. O espaço, muito bem organizado, apresenta desde a evolução histórica do calçado até

coleções de itens recentes, passando por nomes de personalidades importantes que ajudaram a fazer de Novo Hamburgo a capital nacional do calçado e, também, por itens doados por atletas e artistas contemporâneos.

Em relação a ações e comunicação e relacionamento, à época da visita o site do MNC não estava no ar. O endereço www.mncalçado.br, disponível no portal da Feevale, remetia a uma página em branco. Na página dedicada ao museu no portal da Feevale, as informações a respeito do local são extremamente resumidas, havendo apenas uma foto para ilustrar. Não há dados sobre descrição histórica, acervo, norteadores estratégicos, vinculação com sistemas de museus, equipe de trabalho ou outras informações além das expostas abaixo:

O Museu Nacional do Calçado (MNC) conserva a memória da atividade coureiro-calçadista do país. Ele reuni (*sic*) um vasto acervo, com calçados desde o século XII, além de sandálias gregas antigas. O espaço também se propõe a promover exposições, cursos, seminários, palestras, encontros, concursos, lançamentos de moda e visitas dirigidas (FEEVALE, [201-]a).

O outro lugar de memória visitado, o CEDOC, está localizado no Campus II da Feevale, na ERS 239, n. 2.755, Bairro Vila Nova, em Novo Hamburgo, Prédio Laranja, no primeiro pavimento da Biblioteca Paulo Sérgio Gusmão. O espaço é um dos mais bem descritos entre os visitados, por meio do portal da Universidade Feevale, em relação ao trabalho de Memória Institucional, ao objetivo e ao seu histórico, com referência à professora Luci Therezinha Bridi, já falecida, idealizadora do Centro.

O Centro de Documentação e Memória Feevale “Luci Therezinha Bridi” nasceu da necessidade de preservação da documentação que marca a trajetória da Feevale, ainda como Federação de Ensino Superior de Novo Hamburgo. [...] A inauguração [...] ocorreu em 10 de maio de 2007, contando com a presença de autoridades da instituição, do município, membros da comunidade acadêmica e externa. [...] Na composição do acervo institucional, encontram-se, entre outros documentos, certidões, atas, requerimentos, relatórios, projetos, correspondências, fotos, plantas, recortes jornalísticos, clippings e documentos de outras naturezas (FEEVALE, [201-]b).

A área física consiste em uma sala com aproximadamente 50 metros quadrados. Não há uma estrutura especial para exposição, como vitrines ou outros tipos de mobília. Parte dos itens, especialmente fotos, está exposta nas paredes. Há

mesa para receber pesquisadores e membros da comunidade – acadêmica ou externa. Estes últimos costumam contribuir por meio de doações de fotos, jornais e outros itens documentais, tendo no CEDOC um repositório de confiança. Esse traço, por sinal, é comum a outros locais visitados. O Centro de Documentação e Memória Feevale está vinculado a projetos de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Cultura e Memória da Comunidade, do curso de História, diferentemente das ICES anteriores, em que a Memória Institucional estava ligada à Reitoria (UPF) ou à mantenedora (Unijuí).

Como ações de comunicação e relacionamento, o CEDOC recebe a visita de novos funcionários, turmas de alunos do ensino médio da região, universitários com projetos de Iniciação Científica e de pesquisadores graduados, entre outros. Seu funcionamento, gratuito e aberto ao público, é de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h.

A Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) foi a quarta instituição visitada, em 10 de janeiro de 2019. O contato inicial foi estabelecido com a assessoria de comunicação e marketing, que intermediou a aproximação com o Centro de Documentação. Situado no campus sede da Unisc – avenida Independência, nº 2.293, Bloco 45, Bairro Universitário –, o centro tem sua gestão vinculada ao Departamento de História e Geografia e à Pró-Reitoria de Extensão. No livro *Centros de Documentação e Arquivos: acervos experiências e formação*, é descrita sua trajetória iniciada em 1996 e que, apesar de passar por oscilações e desativações temporárias, mantém, desde 2006, atividades ininterruptas.

Mesmo com todas as precariedades, limitações, intermitência de funcionamento que apresentou no transcurso desses 20 anos de existência, hoje o CEDOC da UNISC é responsável pela guarda e conservação de um respeitável conjunto de acervos documentais. É, indiscutivelmente, guardião de um dos mais importantes acervos documentais existentes no Vale do Rio Pardo (VOGT; NASCIMENTO, 2016, p. 48).

No local, são realizados o registro, a higienização, a identificação e o acondicionamento de documentos que servem de base para pesquisadores e atração à visitação pública gratuita. O acervo originou-se “com a documentação reunida pelos professores João Pedro Schmidt e César Hamilton Brito Góes ao desenvolverem o projeto de pesquisa ‘Associativismo e cooperativismo no Vale do

Rio Pardo” (VOGT; NASCIMENTO, 2016, p. 46), e a partir de doações de diferentes fontes documentais cedidas pela comunidade do Vale do Rio Pardo: escolas, famílias, pesquisadores, poder público, integrantes da universidade, entre outros.

O espaço físico do CEDOC conta com três ambientes: uma área híbrida com exposição temporária (de fotos, mapas, cédulas, cartazes e quadros) e mesa para reuniões e/ou atendimento a pesquisadores visitantes; uma sala de trabalhos, com itens de consumo, computadores, scanner e outros equipamentos para lidar com os itens documentais; e a área de acervo, onde estão depositados fundos de diferentes doadores, em distintas condições de conservação. Alguns destes passaram por processos de tratamento e conservação com o suporte de verbas de projetos de editais públicos; outros ainda carecem de recursos para um melhor acondicionamento e conservação, como alguns periódicos centenários que circulavam em Santa Cruz do Sul. Embora haja um condicionador de ar split no local, ele não fica permanentemente ligado. Também não há climatização na área de acervo. Grande parte dos documentos está catalogada. Esse trabalho foi desenvolvido pelos pesquisadores, bolsistas e por profissionais da Biblioteca da Unisc. Fotos históricas da universidade passaram recentemente por um processo de digitalização e há planos de torná-las disponíveis na internet em breve.

O CEDOC abriga uma série de documentos de importância histórica para a região. Há um trabalho permanente por parte da coordenação para manter o local e o serviço, que não dispõe de funcionários, sendo dependente de bolsistas que atuam durante o período letivo. Como ações de comunicação e relacionamento são apontadas a página no portal da Unisc e a recepção a estudantes do ensino fundamental e médio trazidos por professores, muitos deles formados na universidade. Eventos de captação de alunos, como o Viva Unisc, também geram visitas ao espaço. O CEDOC abre, pela manhã, nas segundas, terças, quartas e sextas-feiras e, à tarde, de segunda a sexta-feira, havendo expediente noturno conforme demanda e agendamento.

Nas cercanias da fronteira com o Uruguai, na cidade de Bagé, houve a quinta visita, em 18 de janeiro de 2019, desta vez ao Museu Dom Diogo de Souza, mantido pela Fundação Attila Taborda e vinculado às atividades acadêmicas da Universidade da Região da Campanha (Urcamp). A exemplo das demais ICES, estabelecemos contato inicial por meio da assessoria de comunicação e marketing.

O Museu Dom Diogo de Souza, cujo nome homenageia o fundador de Bagé, é o mais longo espaço de memória visitado, tendo sido criado em 20 de setembro de 1956. Sua sede atual é um prédio histórico, do século XIX, cedido pela Sociedade Portuguesa de Beneficência, onde o acervo está abrigado desde 1974. A visitação é aberta ao público, com entrada gratuita para estudantes, grupos escolares, docentes e idosos, e contribuição sugerida de R\$ 5,00 para os demais perfis. O foco, como vimos anteriormente no caso do Museu Antropológico Diretor Pestana, é direcionado à história da região, mas contempla grande acervo sobre a Memória Institucional da Urcamp.

O Museu Dom Diogo de Souza, mantido pela Fundação Attila Taborda, permeando a história da Universidade em Bagé da FAT/FUNBA à URCAMP; desde 1955 construiu uma história, um acervo – patrimônio cultural compreendido como unidade de valor político e estratégico nos diferentes processos identitários, que dialogam entre os tempos, como espaço de memória, pesquisa e conhecimento os quais possibilitam exercer sua função social (BARROS; PÉGAS, 2013, p. 7).

Bagé teve participação marcante em diversos momentos da história do Brasil e Rio Grande do Sul, como destaca o livro *Primazias de Bagé: um guia completo*, no qual Lemieszek e Garcia (2013) apresentam, com base em jornais, documentos do Museu Dom Diogo de Souza e pesquisa bibliográfica, episódios que evidenciam o pioneirismo do município e arredores, antes mesmo de sua fundação.

[...] foi em terras onde se situa Bagé que foi construído o Posto de Santa Tecla, local onde os portugueses e espanhóis sofreram o revés imposto pelos índios sob a liderança de Sepé Tiaraju, ocasião em que teria pronunciado a tão importante e discutida frase: “essa terra tem dono” (LEMIESZEK; GARCIA, 2013, p. 127).

Esse é o grande mote desse museu, que tem sob sua guarda e na área de exposições – entre outras tantas riquezas – diversos objetos relacionados à Revolução Farroupilha. Embora a Memória Institucional da universidade não represente sua principal vocação, há uma sala reservada, com mobília, biblioteca, vestimentas e outros itens pessoais de dois personagens históricos da criação da Urcamp e do próprio Museu: o médico Francisco Attila Taborda e seu filho, o historiador Tarcísio Antônio da Costa Taborda. Em relação à memória da Urcamp, pela nossa percepção, o museu cumpre um papel de centro de documentação.

Como ações de comunicação e relacionamento, a gestão do Museu Dom Diogo de Souza lista a promoção de exposições temporárias, lançamento de livros, seminários, palestras e uma *Fanpage* no Facebook (embora não tenhamos localizado postagens com frequência). Também existem atividades como *Entre o dito e o não dito: Narradores de Bagé* – Projeto de Memória Oral; *Musicoterapia para pacientes com câncer em espaços culturais* (ambas desde 2016); *Museu vai à Rua*, voltado a escolas de ensino fundamental e médio e associações e Centros de Tradição Gaúcha (CTGs); *Estação da Memória*, sobre tempos dos trens; entre outras. O museu também é depositário da confiança dos bajeenses, de acordo com a administração, pois uma das características da composição do acervo, desde itens documentais até o mobiliário de uso nas áreas de exposição e administrativa, é a doação por parte de moradores e familiares.

A Serra gaúcha foi o último destino de nossas visitas aos lugares de Memória Institucional, no campus sede da Universidade de Caxias do Sul (UCS). A ICES conta com o Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC), que reúne uma série de iniciativas de suporte à Memória Institucional e das tradições e costumes dos povos que habitam a região. O IMCH, em 29 de janeiro de 2019, ainda estava situado à Rua Francisco Getúlio Vargas, nº 1130, Campus Universitário, Bloco 46, sala 105. Porém, já passava por mudança, e seu acervo seria deslocado para outro prédio da instituição.

O IMHC foi criado no ano de 1991 em substituição ao Instituto Superior Brasileiro Italiano de Estudos e Pesquisas, conforme Tessari (2017). Está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e oferece suporte ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, todos no nível de mestrado. Em sua estrutura está abrigado o Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC/UCS), o Laboratório de Estudo de Arqueologia, o Programa Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS), o Programa Investigação e Resgate de Imagem e Som (IRIS), além do Centro de Memória Regional do Judiciário. Sua atuação contempla, entre outras responsabilidades, a “coleta, organização, processamento e preservação do acervo histórico da Instituição, da Cultura Regional e outros considerados de importância histórica e cultural” (TESSARI, 2017, p. 203).

Além de atuar com foco na Memória Institucional e da cultura da região, a expertise da equipe do instituto possibilita que seja prestada consultoria, assessoria e outros serviços (criação de museus e memoriais, organização e gestão de acervos, pesquisa e publicações institucionais, entre outros) – contratados por organizações externas à UCS, de caráter público e privado.

O local, no momento da visita, não contava com espaços de exposição devido à situação de mudança. Porém, foi possível conhecer as salas com acervos em diferentes mídias, técnicas de armazenamento e de manipulação dos itens, com controle de temperatura e de umidade em todos os ambientes.

O rico acervo apresentado pela equipe fortalece a percepção de que a organização, o planejamento e o investimento em profissionais, formação de estudantes e a composição e preservação de acervos repercute em produtos de memória bem elaborados, como o álbum e o *hotsite* dos 50 anos da UCS, e o recém-lançado livro sobre os 25 anos de regionalização da universidade. Grande parte dos itens está disponível para consulta online, facilitando o acesso por parte de pesquisadores.

As ações de comunicação e relacionamento incluem, além do site institucional e de uma *Fanpage* com conteúdo mediado via assessoria de comunicação e marketing, visitas acompanhadas ao IMHC, oficinas de conservação e de escavação arqueológica simulada, o projeto Educando para o Patrimônio – ação de extensão com oficinas para estudantes do ensino fundamental e ensino médio –, e a participação nas agendas nacionais do Instituto Brasileiro de Museus, como a Semana Nacional de Museus e Primavera de Museus. Ao final das visitas, como forma de integrar os dados coletados, elaboramos uma tabela com o *benchmarking*, (apêndice E).

Ainda na proposta de ir além dos portais das ICES, fizemos uma breve pesquisa na área de notícias do site do COMUNG, compreendendo o mesmo recorte temporal adotado em nossa investigação sobre as ICES, de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018. O resultado do levantamento – observando exclusivamente os títulos – pode ser visto em *Análise da área de notícias do site do COMUNG* (apêndice F). De um total de 53 notícias publicadas no intervalo, UCS e Unisc, com seis citações nos títulos cada uma, e UPF, com cinco citações, figuraram entre as mais representativas. As três instituições tiveram ou têm seus reitores nas posições de presidência e ou vice-presidência do consórcio. No grupo das cinco

ICES mais citadas, também se fizeram presentes Univates e Feevale, ambas universidades regionais. Com isso, concluímos que as ICES regionais assumem o discurso comunitário, repercutindo na comunicação da Memória Institucional.

6.2 PRODUTOS DE MEMÓRIA DAS UNIVERSIDADES

Após acessarmos os portais das seis universidades selecionadas, percebemos que as práticas de memória e história institucional existentes estão dispersas em áreas distintas. A dispersão do conteúdo histórico nos permite interpretar que, na constituição dos mapas dos portais, é usada a referência da estrutura administrativa das universidades. Porém, se formos pensar na experiência do usuário, a menos que se trate de um pesquisador do tema, ele não irá percorrer diversas abas ou links em busca de dados sobre a Memória Institucional. Possivelmente limitar-se-á à aba Institucional ou equivalente, considerando que ali estão todas as informações que procura.

Localizamos uma série de ações, especialmente motivadas por aniversários, tanto das instituições quanto das suas mantenedoras. No entanto, também verificamos ações permanentes de valorização da memória e da história institucional e, principalmente, um elemento que se destacou ao longo da pesquisa: a relação das ICES com ações de valorização, preservação e promoção da cultura das localidades onde estão inseridas por meio de arquivos, centros de documentação e museus regionais, como apresentado no início do tópico anterior.

Outra percepção foi a de que ICES com profissionais ou projetos de pesquisa de Memória Institucional permanentes são capazes de produzir peças de comunicação ou produtos de Memória Empresarial, como denominam Totini e Gagete (2004), com qualidade e profundidade. Nesse sentido, elencamos, por meio de quadros, os produtos de memória existentes nos portais institucionais da UCS, UPF, Unijuí, Urcamp, Unisc e Feevale. É importante destacar que o conteúdo dos quadros a seguir não se restringe aos campos dos portais utilizados para a Análise Textual Discursiva, mas é fruto de pesquisas intensivas e conexões entre os textos inicialmente localizados e alvo da ATD, além do cruzamento de informações, das lacunas percebidas e das visitas presenciais aos espaços de Memória Institucional.

O conteúdo, como referimos, diz respeito ao que está disponível online, não sendo considerados materiais unicamente físicos.

Na sequência dos quadros (9 a 14), para cada uma das instituições, consolidamos os produtos de memória, seguidos de uma análise a respeito das pesquisas nos portais institucionais.

6.2.1 Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Quadro 9 – Produtos de Memória relacionados à UCS

Livro histórico-institucional	<ul style="list-style-type: none"> UCS: 25 anos de regionalização (https://issuu.com/591181/docs/regionaliza_o_ucs/6)
Outras publicações institucionais, vídeos e cd-rom	<ul style="list-style-type: none"> Sessão Minha História com a UCS, no <i>hotsite</i> dos 50 anos, com depoimentos de alunos, ex-alunos, professores, técnicos e comunidade; Duas publicações, em PDF, no <i>hotsite</i> dos 50 anos: <i>Informe Especial no Jornal Pioneiro</i> – 10 de fevereiro de 2017; Revista UCS (nº 26) – Edição Especial fevereiro/março – 2018; Mostra fotográfica UCS 50 nos, no <i>hotsite</i> dos 50 anos; Linha do tempo ilustrada, com fotos, legendas e animação; Galeria de ex-reitores; Fotos dos quadros de formatura dos cursos ministrados no campus sede; Uma área de vídeos no <i>hotsite</i> dos 50 anos (os vídeos não estavam disponíveis ao longo do mês de outubro de 2018, período de coleta dos dados); Documentário Radiofônico <i>50 anos da UCS – O conhecimento ilumina o futuro</i>.
Relatórios internos / Estudos de caso	<ul style="list-style-type: none"> Não disponível.
Conteúdos para internet / intranet	<ul style="list-style-type: none"> <i>Hotsite</i> temático dos 50 anos da UCS; (https://www.ucs.br/site/ucs-50-anos/);
Show room histórico / Museu empresarial	<ul style="list-style-type: none"> Memorial dos Fundadores UCS e Casa Amarela
Exposições e produtos de suporte	<ul style="list-style-type: none"> Mostra fotográfica dos 50 anos (período do aniversário)
Centros de Documentação e Memória	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Memória Histórica e Cultural (https://www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Produtos de Memória Empresarial (TOTINI; GAGETE, 2004).

Durante a navegação no portal UCS é nítida a concentração de informações de cunho histórico na aba Institucional, especialmente quando o visitante é direcionado ao *hotsite* dos 50 anos. Também existem outros elementos de relato da trajetória da instituição na aba Responsabilidade Social/FUCS. Ali, há um link que remete diretamente para o site da mantenedora, a Fundação Universidade de Caxias do Sul (FUCS). Na aba Institucional do site da FUCS – com link de acesso a

partir do portal UCS –, um texto expõe o histórico da mantenedora e menciona o princípio da educação superior em Caxias do Sul.

De forma permanente, como prática de Memória Institucional, podemos considerar o trabalho do Instituto Memória e História Cultural (IMHC), “um órgão interno responsável pela preservação e o estudo da memória, individual e coletiva, pessoal e institucional, nos diversos campos da cultura” (UCS, 2018). As informações sobre o IMHC, no entanto, não estão disponíveis na aba Institucional do portal, junto às demais informações sobre a história e a memória. O link para o site do instituto somente foi localizado após a navegação pelo portal, por meio de acesso à aba intitulada Pesquisa e Inovação, no menu de links Institutos. Consideramos que essa informação relevante é de difícil acesso no que diz respeito à comunicação da Memória Institucional.

A UCS completou 50 anos em 10 de fevereiro de 2017, sendo que as celebrações se estenderam do final de 2016 ao princípio de 2018. Essa data representou uma motivação determinante para fortalecer a promoção da Memória Institucional. Ponderamos, no entanto, que a existência do IMHC permite-nos inferir que as circunstâncias nas quais são desencadeadas iniciativas de promoção da memória não se restringem ao caráter meramente de celebração ou instrumental, tendo um viés de permanência. Esse foi um dos pontos que emergiu da pesquisa, demonstrando o potencial de interação com a comunidade na construção da memória.

Outro elemento observado no decorrer do acesso ao portal é a forte presença da identificação como ICES, tanto na apresentação institucional quanto nos textos referentes ao histórico. Como forma de evidenciar essa postura, reproduzimos o primeiro parágrafo da apresentação institucional (UCS, 2018):

A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Em 22 de fevereiro de 2017, a título de exemplo, houve a publicação de um encarte comemorativo no jornal *Pioneiro* com o título: *UCS: 50 anos de uma*

Universidade Comunitária. O mesmo está disponível para leitura e download no *hotsite* dos 50 anos. Além disso, ações como Minha História na UCS⁴⁷, na qual a comunidade contava com um espaço para manifestação e envio de fotos relacionadas à instituição, serviu com um canal para acréscimos do público à trajetória da universidade.

6.2.2 Universidade de Passo Fundo (UPF)

Quadro 10 – Produtos de Memória relacionados à UPF

Livro histórico-institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Livro de 50 anos da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF)
Outras publicações institucionais, vídeos e cd-rom	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo UPF 50 anos (https://youtu.be/vlvCkjX3Wpl); • Vídeo Institucional (https://youtu.be/JYjcHyEA_Wk); • Galeria de vídeos históricos, com depoimentos, nos 45 anos (http://45anos.upf.br/galeria-videos.php); • Galeria de fotos históricas dos 45 anos (http://45anos.upf.br/galeria-fotos.php); • Revista Universo UPF – Edição Especial 50 anos.
Relatórios internos / Estudos de caso	<ul style="list-style-type: none"> • Livro Política de Responsabilidade Social 2013/2016 (https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/a-universidade/politica_responsabilidade_social_pdf.pdf)
Conteúdos para internet / intranet	<ul style="list-style-type: none"> • Cronologia 45 anos – <i>hotsite</i> (http://45anos.upf.br/); • Cronologia 50 anos – <i>hotsite</i> (http://50anos.upf.br/).
Show room histórico / Museu empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Memorial UPF – Campus sede, em Passo Fundo (http://45anos.upf.br/memorial.php); • Arquivo Histórico Regional.
Exposições e produtos de suporte	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição Memória UPF no saguão da reitoria
Centros de Documentação e Memória	<ul style="list-style-type: none"> • Arquivo Histórico Regional (AHR)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Produtos de Memória Empresarial (TOTINI; GAGETE, 2004).

Na aba A Universidade, há um breve histórico no texto inicial de apresentação. Na primeira tela está publicado o vídeo em celebração aos 50 anos. Porém, é o link Histórico que concentra o maior volume de informações. Nele estão a trajetória da universidade, o contexto sócio-histórico de sua criação e o histórico da mantenedora, a Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF). No menu do link

⁴⁷ A respeito dessa ação, consultar o artigo *A comunicação organizacional e a memória das universidades comunitárias: o cinquentenário da Universidade de Caxias do Sul*, publicado nos anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/trabalhos.htm>.

Histórico estão dois hiperlinks para os *hotsites* dos 45 anos e dos 50 anos. Ambos concentram informações históricas, sendo o site do cinquentenário um repositório de conteúdos atualizados.

A universidade conta com o Memorial UPF. Encontrado, nessa pesquisa, por meio do acesso a uma das áreas do *hotsite* dos 45 anos. Não há página ou site específico que faça referência ao local, e tampouco sua existência é comunicada junto à aba Histórico do portal. Além disso, a universidade gere o Arquivo Histórico Regional e o Museu Histórico Regional.

A UPF mantém dois *hotsites* que remetem a datas históricas, os 45 e os 50 anos, como citado acima. A preocupação ocasional com a história e a Memória Institucional parece estar evidente se for considerado unicamente o portal, no qual parece ser cultivado o hábito de reservar aos aniversários o pretexto para promover tais iniciativas. No entanto, a existência de estruturas como o Memorial UPF – ligado à Reitoria, o Arquivo Histórico Regional (AHR) – vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF e ao curso de graduação em História, e o Museu Histórico Regional (MHR) denotam, assim como o IMHC da UCS, o caráter de permanência de ações voltadas à valorização da memória, dissociando de ações unicamente destinadas à celebração de aniversários.

A identificação como universidade comunitária, no caso da UPF, está presente de forma mais evidente no link de Responsabilidade Social, dentro da aba A Universidade.

A vinculação com a comunidade e o compromisso com o desenvolvimento regional foram incorporados à natureza da Instituição para além de seu compromisso social e político. Para a UPF, portanto, ser comunitária tem um significado histórico e carrega a noção de identidade, de responsabilidade coletiva e de cooperação, tanto com a comunidade em que está inserida quanto com as instituições coirmãs que integram o Consórcio de Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) e a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC), que expressam a mesma finalidade social (UPF, 2018).

No decorrer das celebrações dos 50 anos da UPF, a programação incluiu o *Seminário Internacional das Universidades Comunitárias*, promovendo um debate sobre identidade, história, formas de financiamento, situação atual e perspectivas de futuro para o modelo comunitário de educação superior.

A relação entre memória e identidade comunitária também está contida nesse espaço – Responsabilidade Social –, especialmente por meio do livro *Política de Responsabilidade Social 2013/2016*, disponível para download no formato PDF. Na publicação estão os princípios e as diretrizes norteadoras da Política Institucional de Cultura, Memória e Patrimônio da UPF, citando ações desenvolvidas por espaços de referência como o MHR e o AHR, entre outros, não apenas físicos, de preservação histórica.

6.2.3 Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)

Quadro 11 – Produtos de Memória relacionados à Unijuí

Livro histórico-institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Não disponível
Outras publicações institucionais, vídeos e cdrom	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo Especial Unijuí 30 anos (https://www.unijui.edu.br/comunica/institucional/436-conteudo-editores/sinergia/institucional/21304-memoria-unijui-30-anos-de-seu-reconhecimento-como-universidade#)
Relatórios internos / Estudos de caso	<ul style="list-style-type: none"> • Não disponível
Conteúdos para internet / intranet	<ul style="list-style-type: none"> • Unijuí FM – “Unijuí : 60 anos de Ensino Superior” (https://www.unijui.edu.br/comunica/institucional/28526-entrevista-com-reitora-da-unijui-encerra-especial-de-60-anos-na-unijui-fm-entrevista-com-reitora-da-unijui-encerra-especial-de-60-anos-na-unijui-fm) ; • Vídeo Especial Unijuí 30 anos (https://www.unijui.edu.br/comunica/institucional/436-conteudo-editores/sinergia/institucional/21304-memoria-unijui-30-anos-de-seu-reconhecimento-como-universidade#); • Vídeo Unijuí 60 anos: O Milagre da Criação (https://www.youtube.com/watch?v=aRqjFTZ2i8I); • Websérie no Youtube “FIDENE/Unijuí – 60 anos de ensino superior”: Episódio 1 (https://www.youtube.com/watch?v=H-3Y0HldR20), Episódio 2 (https://www.youtube.com/watch?v=3rStndyBKV0), Episódio 3 (https://www.youtube.com/watch?v=CBMM7njhir4), Episódio 4 (https://www.youtube.com/watch?v=tKxBeclekB4), Episódio 5 (https://www.youtube.com/watch?v=mhrqz8HgPmg&t=33s), Episódio 6 (https://www.youtube.com/watch?v=0Rd151SZCy0).
Show room histórico / Museu empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Museu Antropológico Diretor Pestana
Exposições e produtos de suporte	<ul style="list-style-type: none"> • Não disponível
Centros de Documentação e Memória	<ul style="list-style-type: none"> • Museu Antropológico Diretor Pestana

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Produtos de Memória Empresarial (TOTINI; GAGETE, 2004).

Existem poucas práticas de memória evidenciadas na área institucional do portal da Unijuí. A principal está na apresentação disponível na aba Institucional, no link Sobre a Unijuí, onde há um breve histórico, três fotos em preto e branco – sem identificação ou créditos – e uma lista de datas importantes.

Na parte inferior da página principal do portal, na área Mais que uma Universidade, estão links para os sites da mantenedora da Unijuí – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE), e do Museu Antropológico Diretor Pestana. O museu, também mantido pela FIDENE, traz em seu site informações detalhadas sobre projetos desenvolvidos, exposições, visitação pública, acervo e abertura à atividade de pesquisadores.

A partir de buscas no Google, com o uso das unidades de análise propostas por nossa pesquisa, associadas ao nome da universidade, foi localizado um vídeo em comemoração aos 30 anos de reconhecimento como universidade, celebrados em 2015. O audiovisual apresenta depoimentos de reitores e diretores de gestões da Unijuí e FIDENE. Um conteúdo especial em comemoração aos 60 anos da mantenedora Fidene/Unijuí também foi localizado via buscas no Google. Inclui websérie no Youtube, com seis episódios, um vídeo dirigido a professores e técnicos administrativos em fevereiro de 2017 – ano do aniversário, e oito programas de rádio veiculados na Unijuí FM no mesmo ano.

A partir das informações na área institucional do portal, não há como detectar a existência de circunstâncias que motivem a promoção da memória. Na análise da área de notícias, é possível fazer inferências a respeito, sendo o aniversário de 60 anos a evidência mais latente no conjunto de dados coletados e analisados. O Museu Antropológico Diretor Pestana abriga documentos e itens históricos sobre a trajetória histórica da FIDENE e da Unijuí em seu acervo, mas não há, também, como analisar as situações de promoção da Memória Institucional da Unijuí via portal.

A identificação como instituição comunitária é manifestada uma vez na área de apresentação institucional, na qual a Visão apresenta a seguinte frase: “Consolidar-se como universidade comunitária, pública não estatal, referenciada pela excelência e organicidade de suas ações e integrada ao processo de desenvolvimento da região” (UNIJUÍ, 2018).

Também, o vídeo comemorativo aos 30 anos de reconhecimento como universidade traz, ao final, a mensagem sobre o fato de a Unijuí ser uma universidade comunitária, pública não estatal. Não foram localizadas mais informações no campo institucional além dessas manifestações.

6.2.4 Universidade da Região da Campanha (Urcamp)

Quadro 12 – Produtos de Memória relacionados à Urcamp

Livro histórico-institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Não disponível
Outras publicações institucionais, vídeos e cd-rom	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo Institucional “Recredenciamento e Mudança”; • Histórico da mantenedora Fundação Attila Taborda.
Relatórios internos / Estudos de caso	<ul style="list-style-type: none"> • Documento Cultura, memória e patrimônio cultural e ambiental.pdf
Conteúdos para internet / intranet	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo Institucional “Recredenciamento e Mudança”
Show room histórico / Museu empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Museu Dom Diogo de Souza
Exposições e produtos de suporte	<ul style="list-style-type: none"> • Não disponível
Centros de Documentação e Memória	<ul style="list-style-type: none"> • Não disponível

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Produtos de Memória Empresarial (TOTINI; GAGETE, 2004).

Apesar das informações disponibilizadas, não fica claro a quem acessa o portal as práticas de Memória Institucional. A universidade narra sua evolução, desde as primeiras faculdades isoladas, de forma detalhada no texto que consta na área *Histórico da Urcamp*. Seis fotos antigas ilustram a página, mas sem descrição ou créditos. Os temas ligados à história ficam dispersos em três áreas do portal: A Urcamp, Ação Comunitária e Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

O Museu Dom Diogo de Souza traz, em sua apresentação, dados voltados à memória e cultura regional, mas não faz menção a questões da própria Urcamp ou à Fundação Attila Taborda (FAT), mantenedora de ambas. O Museu da Gravura Brasileira, outra estrutura vinculada à FAT, igualmente não traz em sua apresentação elementos de Memória Institucional.

Se não é clara a comunicação da Memória Institucional, as circunstâncias seguem o mesmo caminho. Não são encontrados elementos que permitam a quem acessa o portal verificar iniciativas ou motivações. O Museu Dom Diogo de Souza

promove diversas ações de comunicação e relacionamento com a comunidade, mas essa informação somente ficou evidente quando fizemos a visita presencial.

A capa do portal da Urcamp apresenta, no rodapé da página inicial, os logotipos do COMUNG e da ABRUC, com hiperlink para os respectivos sites. A condição de comunitária é explicitada, também, nas abas de Apresentação Institucional, de Avaliação Institucional, de Histórico, de Missão, Visão e Valores e de Responsabilidade Social.

6.2.5 Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc)

Quadro 13 – Produtos de Memória relacionados à Unisc

Livro histórico-institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Não disponível
Outras publicações institucionais, vídeos e cd-rom	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Hotsite</i> dos 20 anos, com linha do tempo; • <i>Hotsite</i> com música tema, clipe dos 25 anos de reconhecimento como universidade e programas de rádio.
Relatórios internos / Estudos de caso	<ul style="list-style-type: none"> • Não disponível
Conteúdos para internet / intranet	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Hotsite</i> dos 20 anos (http://www.unisc.br/site/20anos/index.html); • <i>Hotsite</i> dos 25 anos (http://www.unisc.br/25anos/); • Histórico no site institucional.
Show room histórico / Museu empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Documentação (área de exposição)
Exposições e produtos de suporte	<ul style="list-style-type: none"> • Não disponível
Centros de Documentação e Memória	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Documentação (CEDOC)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Produtos de Memória Empresarial (TOTINI; GAGETE, 2004).

Ao acessar o portal, as áreas mais evidentes sobre a trajetória da instituição estão nas abas Histórico e Avaliação Institucional. Ambas trazem textos de apresentação histórica da universidade, da mantenedora – Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul (APESC) – e da evolução da avaliação institucional. O Centro de Documentação (CEDOC), para além dos textos institucionais, demonstra ser o espaço permanente de promoção da memória.

A Unisc mantém no ar, também, dois *hotsites* em comemoração aos 20 e aos 25 anos. No entanto, não há qualquer relação ou formas de conexão entre os dois. O *hotsite* dos 20 anos traz uma rica documentação digitalizada, com fotos históricas, reprodução de documentos e notícias de jornais. Nos 25 anos, as memórias orais

foram documentadas por meio de entrevistas concedidas por personagens da trajetória da universidade à reitora da Unisc, Carmen Lúcia de Lima Helfer, e ao apresentador da Rádio Gazeta, Pedro Ortiz. Professores, ex-alunos, funcionários e membros da comunidade relataram suas vivências, e o conteúdo está disponível online.

Pelo que indicam os *hotsites* dos 20 e dos 25 anos, as datas comemorativas correspondem às principais motivações de memória. Assim como outras ICES, o olhar para a história e a Memória Institucional fica evidente, no portal, por meio dos aniversários. Um ponto que chama atenção é o fato de nenhum dos *hotsites* comemorativos terem links ou chamadas na aba Histórico, da apresentação institucional, o que demonstra uma desconexão entre essas práticas de comunicação da história e da memória, que normalmente requerem grande trabalho de pesquisa. Ambas iniciativas foram localizadas por meios alternativos de busca, excedendo as unidades de análise. Do contrário, teriam sido ignoradas nessa pesquisa.

A Unisc é uma das universidades com forte manifestação da identidade como ICES. Assim como a Urcamp, a página inicial do portal traz os logotipos e hiperlinks que encaminham para os sites da ABRUC e do COMUNG. A informação sobre a condição comunitária, em forma de texto, também se faz presente na aba Missão e Visão, na aba Valores Institucionais, na aba da Avaliação Institucional e na aba Histórico. Em relatos orais, está documentada nos programas do *hotsite* dos 25 anos.

6.2.6 Universidade Feevale

Quadro 14 – Produtos de Memória relacionados à Universidade Feevale

Livro histórico-institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Não disponível
Outras publicações institucionais, vídeos e cd-rom	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Hotsite</i> Rumo aos 50 anos (https://50anos.feevale.br/); • Documentário em homenagem aos 50 anos (https://www.youtube.com/watch?v=tKaYsxApd0U); • Selo comemorativo aos 50 anos.
Relatórios internos / Estudos de caso	<ul style="list-style-type: none"> • Não disponível
Conteúdos para internet / intranet	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Hotsite</i> Rumo aos 50 anos (https://50anos.feevale.br/); • Documentário em vídeo em homenagem aos 50 anos.
<i>Show room</i> histórico / Museu empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Museu Nacional do Calçado

Quadro 14 – Produtos de Memória relacionados à Universidade Feevale (continuação)

Exposições e produtos de suporte	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de Responsabilidade Social de 2011 a 2017
Centros de Documentação e Memória	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Documentação e Memória Feevale “Luci Therezinha Bridi”

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Produtos de Memória Empresarial (TOTINI; GAGETE, 2004).

Ao abrir o portal da Feevale, desde 2018 nota-se a presença de uma animação junto à marca da universidade, referente ao selo dos 50 anos. Ao clicar, somos remetidos ao *hotsite* do cinquentenário. O conteúdo traz contagem regressiva, o concurso sobre o selo comemorativo, números sobre a instituição, uma linha do tempo e um documentário com duração de 14 minutos. No audiovisual, ex-prefeitos, professores, dirigentes da Aspeur, alunos e lideranças regionais tiveram seus depoimentos e memórias registrados.

O Centro de Documentação e Memória Feevale “Luci Therezinha Bridi”, também apresentado no portal, na aba referente à Biblioteca, é outro diferencial da Feevale no que se refere à Memória Institucional. Em sua apresentação, diz que “nasceu da necessidade de preservação da documentação que marca a trajetória da Feevale, ainda como Federação de Ensino Superior de Novo Hamburgo” (FEEVALE, [201-]b).

Como tem sido apresentado, o aniversário é a principal motivação para desencadear ações de promoção da memória. Porém, a partir da relação estabelecida com a comunidade, a Feevale, além de contar com o CEDOC “Luci Therezinha Bridi”, também abriga o Museu Nacional do Calçado, no Campus I, com o objetivo de conservar a memória da atividade coureiro-calçadista do país.

A condição de instituição comunitária de educação superior está presente na aba de Avaliação Institucional e nos textos do *hotsite Rumo aos 50 anos*.

6.3 A CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COMUNICADA

Com o objetivo de agrupar os resultados das pesquisas nas seis ICES, também elaboramos um quadro com o *benchmarking* dos portais (apêndice G). A partir desse recurso, foi possível cruzar informações e localizar uma série de pontos em comum, bem como peculiaridades na forma de exposição de alguns dados.

A apresentação gráfica reforça alguns dos aspectos detectados durante a Análise Textual Discursiva em relação aos elementos comuns ao tratar da Memória Institucional. A linha do tempo, por exemplo, é uma forma de representação histórica adotada por todas as ICES. A diferença é como e onde esse dado é exibido. Nos casos da UCS, UPF e Feevale, está presente em *hotsites* comemorativos aos cinquentenários e, especificamente para a Unisc, referente aos 20 anos. Ainda na UPF, o *hotsite* dos 45 anos também traz essa informação. No caso da Unijuí, consta em sua apresentação institucional e, para a Urcamp, está inserida no vídeo institucional *Recredenciamento e Mudança*, mencionado no quadro 12.

As fotos históricas das instituições constituem outro elemento frequente, variando em quantidade e forma de exibição. As ICES com *hotsite* são ricas nesse tipo de conteúdo. Já Unijuí e Urcamp têm apenas três e seis imagens, respectivamente, todas carecendo de identificação e créditos.

O audiovisual é outro recurso que foi encontrado em cinco das seis ICES, todos de cunho celebrativo, mas com diferentes formatos e abordagens. A UPF e a Unisc têm vídeos que tratam especificamente do aniversário de 50 e 25 anos, respectivamente. A instituição santa-cruzense optou por um clipe e uma música-tema. Ambas universidades se utilizam apenas de imagens contemporâneas. Os 30 anos da Unijuí contam com um vídeo exibindo as memórias em depoimentos de reitores e diretores de gestões anteriores da Fidene/Unijuí. Um viés histórico é encontrado no vídeo *Recredenciamento e Mudança*, da Urcamp, embora seu foco principal seja institucional. A Feevale, por sua vez, disponibiliza um documentário que reúne história e memória, desde a reprodução de documentos até a coleta de depoimentos de alunos, docentes, lideranças universitárias e dos municípios da região. O cinquentenário serve como fio condutor. A UCS, embora mencione em seu *hotsite* a existência de vídeos, não dispunha de nenhum acessível nas oportunidades em que tentamos acessar, à época da coleta de dados.

Outros traços importantes, evidenciados de alguma forma em todos os portais acessados, foram a presença de depoimentos da comunidade acadêmica e a existência de centros de documentação ou estrutura similar, como pontuado no início deste capítulo.

O acesso a essas informações revela, em boa parte, uma característica de construção da memória institucional que destacamos ainda no segundo capítulo. Meihy (2013) dizia que entidades materiais e instituições físicas – e aqui

enquadramos as universidades comunitárias – têm história, mas não memória. O autor reforça seu argumento de que história é feita de documentos preexistentes, escritos e guardados. “Memória é feita de narrações ‘presentificadas’, matéria colhida no campo, com características próprias” (MEIHY, 2013, p. 38). Porém, no caso de diversas instituições comunitárias de educação superior, verificamos que a construção da memória institucional se dá, além da gravação de depoimentos, de homenagens, da abertura à participação de narrativas por meio de *hotsites* comemorativos, também pelo relacionamento estabelecido com a comunidade de suas regiões. Muitos dos documentos e itens que constam, por exemplo, nos museus e centros de documentação são resultados de doações de ex-alunos, professores, empresários e moradores das cercanias dessas instituições. Ou seja: reforça-se, aqui, o pensamento de Lowenthal (1998), de que memória e história compreendem um movimento de introspecção, com fronteiras tênues entre uma e outra. Sim, reconhecemos que a história está alicerçada em contingente empiricamente verificável e que a memória é atravessada pela desordem da paixão, das emoções e dos afetos, como destaca Candau (2012), mas a construção de ambas pode se dar de forma complementar, conforme a natureza da organização que se propõe a servir de construtora e guardiã das memórias.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos o desfecho de um trabalho de dois anos de pesquisa. É uma conclusão no sentido de encerramento de um ciclo de atividades, mas não um fim absoluto. Este é um trabalho parcial em duas formas de interpretação: de algo incompleto, aberto a contribuições, críticas, diálogos e debates; e de um projeto construído sob o ponto de vista dos referenciais e das limitações de quem o escreve. Nada aqui é absoluto, mas, sim, proposto. Defendemos que o valor desse estudo está na iniciativa de reunir projetos, produtos, práticas de memória institucional e, especialmente, de conhecer pessoas que se engajam, à sua maneira e conforme as condições que lhes são permitidas, nesse movimento de preservar elementos históricos relevantes e torná-los públicos com o objetivo de interagir, de produzir novos significados, de gerar e de fortalecer vínculos por meio da história e da memória das universidades comunitárias.

E por que memória das universidades comunitárias? Pela inquietação que nos causa ver instituições longevas abdicarem, negligenciarem, omitirem, desvalorizarem ou negarem acontecimentos inerentes ao seu processo evolutivo. O mergulho no tema e nas iniciativas de memória institucional possibilitado por esse estudo mostrou-nos a riqueza de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores, técnicos e estudantes, bem como as possibilidades existentes dentro das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) do Rio Grande do Sul.

Após vermos particularmente cada uma das ICES, conseguimos reunir traços comuns para a consolidação da proposta de memória institucional comunicada no contexto das universidades comunitárias. Os portais institucionais na web, *corpus* de nossa pesquisa e canal de acesso frequente a essas instituições, contam com diversificadas práticas de memória. O primeiro objetivo que propusemos foi evidenciá-las. Ficou claro que estes ambientes online, com seus múltiplos recursos disponíveis, ainda não proporcionam a visibilidade adequada a muitos trabalhos que só podem ser conhecidos presencialmente. Os portais, mesmo de ICES bem estruturadas em termos de projetos e produtos de memória institucional, também carecem de melhor organização das informações. A navegação, por reiteradas vezes, torna nítido que seus mapas respeitam mais os organogramas e estruturas administrativas internas das universidades em detrimento da experiência do usuário. Nesse sentido, cabe às universidades, por meio de seus agentes de comunicação –

profissionais ou não da área, à luz do que propõe o interacionismo simbólico, imaginar o que é ser receptor das suas mensagens, empatizar com o usuário/interagente, assumir seu papel, completar suas respostas.

Encontrar a trajetória histórica, relatos de memória, centros e institutos de pesquisa requer paciência e dedicação de quem procura informações, até porque, muitas vezes, esses dados estão fora dos portais, como apresentamos no capítulo anterior, com os quadros expondo os produtos de memória, que explicita a desarticulação entre projetos com viés histórico. Muitas informações ali dispostas foram localizadas por motores de busca, pois com a navegação pelos ambientes nos quais se pressupõe encontrar conteúdos dessa natureza não houve sucesso. Quando iniciamos essa pesquisa, em 2017, almejávamos analisar exclusivamente o conteúdo de memória institucional disponível na aba ou link institucional ou equivalente. Com o desenvolvimento do estudo, ampliou-se o espectro e, ainda assim, houve necessidade de adotar mais recursos de busca.

Estamos cientes de que as condições de trabalho oferecidas para construir projetos e lidar com o tema da memória institucional impactam tanto setores quanto profissionais de comunicação e marketing, história, e de outras áreas que se ocupam desses projetos. Empreender iniciativas nesse sentido exige equipe, dedicação, recursos, planejamento de longo prazo, alinhamento com valores institucionais e a sensibilização e apoio da alta gestão quanto à importância dessas ações. Vencidas essas etapas, cria-se uma prioridade institucional, possibilitando fazer da memória um alicerce para o futuro da história.

O segundo objetivo de nossa investigação – analisar em que circunstâncias são desencadeadas ações de promoção da memória nas ICES – mostrou-nos, à exceção de universidades com trabalhos permanentes de valorização da memória, que a prática corrente é recorrer às chamadas datas cheias. Entre as principais práticas, é possível destacar os *hotsites* para aniversários – solução adotada por quatro (UCS, UPF, Unisc e Feevale) das seis ICES pesquisadas. O aniversário como fator motivador não é um demérito, mas uma limitação, em nosso entendimento. A história não é construída a cada 25, 50 ou 75 anos. Ela acontece diariamente, a partir de acontecimentos que marcam a vida das pessoas. Não se pode, a cada quarto de século, lançar pessoas – em especial na área da comunicação – em uma busca desesperada por fotos históricas, documentos relegados há anos em depósitos ou fragmentos dispersos, dentro e fora das

instituições. Tampouco se deve negligenciar os guardiões da memória, homens e mulheres que carregam em si todo conteúdo de uma vida dedicada a uma organização. Um trabalho de qualidade exige mobilização permanente, criatividade, relacionamento e escuta para que se comunique a memória de forma adequada.

Em resposta ao nosso terceiro objetivo, de destacar de quais formas a identificação de Instituição Comunitária de Ensino Superior se faz presente na comunicação (da memória) das universidades, tal condição tornou-se evidente nas apresentações institucionais e, no caso dos aniversários, nas estratégias de comunicação. Algumas ICES deixam claro não só essa identidade como, também, os vínculos mantidos com entidades representativas como o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) e a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC). No entanto, entendemos que a assimilação da identidade de universidade comunitária pela comunidade resulte da afinidade entre as intenções do discurso nos portais e as impressões das pessoas que o leem/recebem, destaca lasbeck (2007). Tal afinidade resulta das congruências e diferenças geradas e esperadas de parte a parte. Pelo que apresentamos até o momento, foi possível ver que a identidade das ICES vai além dos seus campi. Ela se traduz nas interações com os diversos segmentos de onde está presente, na clareza de sua missão, no impacto social, econômico e cultural junto à comunidade das cidades-sede e seus campi na região de abrangência.

A Análise Textual Discursiva, opção metodológica que adotamos para essa pesquisa, mostrou-se intensa e desafiadora, capaz de gerar muito aprendizado. Desde a etapa da seleção do *corpus*, passando pelas fases de fragmentação, categorização e elaboração dos metatextos, a ATD exige extrema atenção e grau de responsabilidade com cada unidade da análise coletada. A subjetividade está presente o tempo todo, fruto da relação estabelecida entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Como bem argumentam Moraes e Galiazzi (2007), o pesquisador se reconstrói como investigador e sujeito durante as análises. E essa, com humildade e reconhecimento da necessidade de aprimoramento permanente, foi apenas nossa primeira experiência com a ATD.

As visitas realizadas aos seis campi foram uma oportunidade de aprendizado, esclarecimento e vislumbre de possibilidades. O primeiro contato, estabelecido via assessorias/diretorias de comunicação e/ou de marketing, permitiu-nos um momento de escuta e diálogo com os gestores destas áreas. Os encontros revelaram dados e

impressões importantes destes profissionais quando informávamos nossas questões de pesquisa e respectivas motivações. Sobre as práticas de memória institucional promovidas a partir de conteúdo dos portais, a maior parte dos comunicadores revelou a necessidade e o desafio de uma atualização regular dos dados. Quanto à elaboração de projetos relacionados a datas de aniversário, por exemplo, ouvimos que por vezes são criadas comissões multidisciplinares com baixa efetividade, recaindo sobre o setor de comunicação e marketing a responsabilidade de soluções emergenciais para que as datas sejam comemoradas. Também foram apontadas questões como as diferentes versões da memória institucional com base na administração superior vigente. No capítulo 3, ao citar Ravasi (2014), havíamos destacado que a história é contada por quem está no comando. Srour (2012) aborda a política como uma das dimensões da cultura organizacional, por traçar o espaço em que se articulam as relações de poder.

Para os assessores/gerentes de comunicação e marketing, a identidade comunitária, na maior parte das vezes, é considerada mal compreendida por parte dos públicos de relacionamento. É quase unânime o relato de que diversos setores da sociedade interpretam a expressão universidade comunitária como de acesso gratuito, quando não é confundida com instituição pública. Como vimos no capítulo referente ao panorama das universidades, o primeiro reconhecimento de que as ICES teriam acesso a recursos públicos foi obtido por meio do artigo 213 da Constituição Federal de 1988, e o marco legal das ICES passou a existir somente a partir da Lei nº 12.881/2013, que é muito recente. A esse respeito, João Pedro Schmidt, docente da Unisc, referência científica no tema das ICES e participante ativo da criação da lei citada acima, reflete, em seu recente livro *Universidades Comunitárias e Terceiro Setor: fundamentos comunitaristas da cooperação em políticas públicas*, que as leis servem como elementos de luta política para a transformação social, mas não têm o poder de mudar uma situação. Ele acredita que há uma cultura forte de divisão entre público e privado, dificultando a sensibilização para o segmento de atuação das universidades comunitárias. O diálogo com os gestores de comunicação evidenciou esse aspecto. Esse caso enquadra-se na abordagem de Baldissera (2014) sobre organização comunicada e comunicante. O autor considera que se a organização comunicada se distancia do que ela é por meio da representação por linguagem, pode não ser percebida como deseja pelos

seus públicos. O risco, então, é um distanciamento entre o que ela diz ser e o que é assimilado.

Como solução, uma ação cooperada entre as áreas de comunicação e marketing das ICES, possivelmente com medição pelo COMUNG, possa resultar em um projeto de médio e longo prazo visando à familiarização e absorção do conceito de universidade comunitária. Tal iniciativa partiria das próprias ICES, com alunos, professores, técnicos, pesquisadores e terceirizados até os demais públicos de relacionamento.

Outro elemento comum detectado nos diálogos com os gestores de comunicação e/ou marketing foi a ausência de uma ação capaz de aproximar os profissionais da área. A criação de um fórum, rede ou grupo de trabalho, possivelmente com encontros periódicos e itinerantes, ou online, contribuiria fortemente para soluções cooperadas em comunicação e marketing. Embora as realidades, as estruturas, os orçamentos e os tamanhos das equipes sejam diferentes, existem muitas questões comuns em pauta.

Essa necessidade também é latente em relação aos museus, memoriais e centros de documentação visitados. Encontramos, como já foi descrito, desde espaços de memória com número de profissionais e infraestrutura impecável em termos de preservação dos itens documentais armazenados até locais que podem e devem ter suas condições de guarda aprimoradas. Mesmo respeitando as condições de cada universidade, as diferentes áreas a que esses centros estão vinculados e a necessidade de recursos para a manutenção, a integração desses locais poderia resultar em projetos conjuntos, intercâmbio de informações sobre editais públicos, encontros de professores e estudantes, desde a iniciação científica ao pós-doutorado, entre outras ações. Durante nossa pesquisa, o mais próximo que encontramos dessa ideia foi a iniciativa liderada pelo professor José Antonio Moraes do Nascimento, coordenador de Departamento de História e Geografia da Unisc, ao organizar o livro *Centros de Documentação e Arquivos: acervos, experiências e formação*. Na obra, de 2016, entre artigos de outras instituições, estão produções de pesquisadores de quatro ICES gaúchas: Unisc, UCS, UPF e PUCRS. Entendemos que o foco não estava dirigido a arquivos e CEDOCs das universidades comunitárias, mas há essa possibilidade, especialmente frente aos locais visitados.

Ao longo da pesquisa detectamos peculiaridades que consideramos oportuno listar nesta conclusão devido ao fato de terem impactado de alguma forma a

investigação e abrirem margem a inferências. Na primeira etapa a Análise Textual Discursiva, duas universidades despontaram no número de unidades de análise: UPF, com 111 fragmentos, e UCS, com 68 fragmentos. No caso da UCS e da UPF, houve, no período de pesquisa, a celebração de seus cinquentenários, o que justificaria inicialmente um volume maior de informações captadas. Também, essas duas ICES contam com periódicos institucionais – Revista UCS e Universo UPF. Outro fator que acreditamos ser influenciador no número diferenciado de fragmentos é a participação dos dois reitores na diretoria do COMUNG. O professor José Carlos Carles de Souza, reitor da UPF até julho de 2018, acumulava o cargo de presidente do Consórcio, enquanto Evaldo Kuiava, reitor da UCS, era o 2º vice-presidente (UPF, 2019). Nossa inferência é de que o envolvimento dessas lideranças com uma instância representativa com o COMUNG impacta diretamente nos discursos produzidos pelas ICES.

A Urcamp tem como reitora Lia Maria Herzer Quintana. Essa instituição foi a terceira no número geral de unidades de análise, com 49 fragmentos. A universidade da Fronteira Oeste do RS não conta com periódico institucional nem estava celebrando aniversário no período estudado. Seguindo o raciocínio acima, a professora Lia Quintana atuou como tesoureira do COMUNG até julho de 2018, está como 2ª vice-presidente do Consórcio atualmente e, na ABRUC, assume o cargo de 2ª secretária (ABRUC, 2018).

Outro aspecto a ser destacado foi o fato de este trabalho ter proporcionado novas experiências e descobertas. Entre os resultados – além das respostas às questões de pesquisa –, seguindo as ideias do interacionismo simbólico e do pensamento de Baldissera (2014), está a definição de Memória Institucional Comunicada. A organização comunicada (Baldissera, 2014) emite o que deseja sobre si, mas não tem garantia sobre como os significados serão interpretados pelos públicos. A organização comunicante, como apresenta o mesmo autor, é aquela vista, interpretada, significada pelos indivíduos a partir do que estes entendem como comunicação. No caso das universidades comunitárias regionais depreendemos, a partir da análise de seus portais e das visitas *in loco* aos espaços de memória, que os sujeitos (comunidade) atribuem sentido e percebem, na comunicação dessas instituições, um lugar para a valorização das memórias e da identidade da região onde vivem. A Memória Institucional Comunicada configura-se, então, no que as

universidades consideram ideal tornar de conhecimento público para a construção de sua identidade a partir da comunicação com a comunidade.

Vimos, nesse estudo, complementação entre as ideias e teorias de diferentes autores. Partimos de Halbwachs (2006), com a memória coletiva construída pelas experiências e interações com outros indivíduos, passamos por Fentress e Wickham (1994), abordando a memória social, na qual as imagens partilhadas do passado histórico constituem tipos de recordações que têm importância para a constituição de grupos sociais no presente, e interagimos com os pensamentos de George Mead (1863-1931) e Herbert Blumer (1900-1987), a partir dos textos de Littlejohn (1982), que trazem a perspectiva do interacionismo simbólico. Este considera a cooperação como um elemento fundamental às interações, bem como a relação triádica. Se na teoria consiste num gesto inicial de um indivíduo, uma resposta a esse gesto por outro indivíduo e um resultado do ato, percebido ou imaginado pelas duas partes da interação, na prática das ICES vimos a construção da memória seguindo esses passos. As universidades estabelecem práticas de comunicação da memória que abrangem suas regiões de atuação; constituem acervos para os museus, memoriais e centros de documentação por meio das doações da comunidade; em distintos produtos de memória devolvem à própria comunidade o resultado desse ato, fortalecendo, assim, elementos de identidade institucional e regional.

Acreditamos que o tema não se esgota. Em um novo estudo, é possível que se escute a voz dos indivíduos que compõem os públicos das regiões mencionadas, aferindo se estes se sentem realmente representados nos discursos institucionais das ICES, como percebem a comunicação da memória institucional e o que representa uma universidade comunitária para eles.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. O poder da memória. Livro X. Item VIII. In: AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. 2.ed. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

ALMEIDA, Ana Luisa de Castro. A construção de sentido sobre “quem somos” e “como somos vistos”. In: MARCHIORI, Marlene. **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008. p. 31-50.

ANDREONI, Renata. **Interface memória e comunicação - da práxis ao ontológico**: um (re)dimensionar da memória na comunicação a partir do contexto organizacional. 2018. 260. f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (ABRUC). **Institucional**. 2018. Disponível em: <http://www.abruc.org.br/abruc>. Acesso em: 31 maio 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (ABRUC). **Quem somos**. 2018. <http://www.abruc.org.br/abruc>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL (ABERJE). **Aberje completa 50 anos**. 2015. Disponível em: <http://www.aberje.com.br/aberje-completa-50-anos/>. Acesso em: 18 maio 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS (ABRAPCORP). **Abrapcorp sempre de portas abertas à pesquisa e aos pesquisadores**. 2018. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/site/int.php?pagina=mensagem-da-diretoria>; Acesso em: 1 jul. 2018.

AUDY, Jorge. PIQUÉ, Josep. **Dos parques científicos e tecnológicos aos ecossistemas de inovação**: Desenvolvimento social e econômico na sociedade do conhecimento. Brasília, DF: Anprotec, 2016.

BALDISSERA, Rudimar. A complexidade dos processos comunicacionais e a interação nas organizações. In: MARCHIORI, Marlene (Org.) **Cultura e interação**. Rio de Janeiro, RJ: Difusão Editora, 2014. p. 113-123.

BALDISSERA, Rudimar. **Imagem-conceito**: anterior à comunicação, um lugar de significação. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, PUCRS, Porto Alegre, 2004.

BALDISSERA, Rudimar. Organizações como complexus de diálogos, subjetividades e significação. *In*: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **A comunicação como fator de humanização nas organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010, p. 61-75.

BALDISSERA, Rudimar e SILVA, Magno Vieira da. Organizações Comunicadas e Ethos Discursivo: Imagens de Si Ofertadas em Sites Institucionais. *In*: CONGRESSO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS, 5, 2011, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: ABRAPCORP, 2011. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2012>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha **Comunicação e comunidade do saber**. Santa Maria: Palotti, 2001.

BARROS, Carmen. PÊGAS, Maria Luiza. Museu Dom Diogo de Souza – Universidade da Região da Campanha – Fundação Áttila Taborda. *In*: LEMIESZEK, Cláudio de Leão. GARCIA, Elida Hernandez. **Guia completo das primazias de Bagé**. Bagé: Ediurcamp, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERNARDES, Cyro. **Teoria Geral da Administração**: a análise integrada das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

BLUMER, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. *In*: MORTENSEN, Charles. **Teoria da comunicação**: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980.

BITTAR, Mariluce. Unijuí: Expressão do segmento comunitário. *In*: MORISINI, Marília (Org.) **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília: INEP, 2006. p. 217-228.

BITTENCOURT, Hélio Radke; *et al.* Instituições de ensino superior comunitárias: questões atuais. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 3, p. 248-269, set./dez. 2014.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. *In*: BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. São Paulo: Cia. Das Letras. 2007. p. 99–108.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **A CNV**. [201-]. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. 2006.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5773-9-maio-2006-542125-norma-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 68.908, de 13 de julho de 1971**. Dispõe sobre Concurso Vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68908.htm. Acesso em: 26 iun. 2018

BRASIL. **Decreto-lei n. 8.681, de 15 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre a congregação, em universidade livre, das Faculdades Católicas de Direito e de Filosofia e da Escola de Serviço Social. 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8681-15-janeiro-1946-416552-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. **Denominações das Instituições de Ensino Superior (IES)**. 2018. Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html. Acesso em: 31 mai. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil**. 2018. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1. Acesso em 18 out. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Século XX**. 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm>. Acesso em: 6 jul. 2017.

BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 jun. 2018

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. **Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12881-12-novembro-2013-777421-norma-pl.html>. Acesso em: 13 out. 2016.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARRIERI, Alexandre de Pádua. SILVA, Alfredo Rodrigues Leite. Cultura organizacional *versus* cultura nas organizações: conceitos contraditórios entre o controle e a compreensão. In: MARCHIORI, Marlene. **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. v.1. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008. p. 51-75.

CARRIERI, Alexandre de Pádua. SILVA, Alfredo Rodrigues Leite. O entendimento das organizações como culturas: uma alternativa teórico-metodológica. In: MARCHIORI, Marlene (Org.). **Cultura e interação**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2014. p. 57-72.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGA (CPDOC/FGV). **Revolução de 1930**. 2017a. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30>. Acesso em: 23 jun. 2018.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGA (CPDOC/FGV). **Anos de Incerteza**. 2017b. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>. Acesso em: 23 jun. 2018.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGA (CPDOC/FGV). **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. 2017c. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>. Acesso em: 23 jun. 2018.

CERQUEIRA, Ana Lúcia Silveira. LYRA, Maria Therezinha Arêas. Hesíodo. In: **Teogonia**. Hesíodo. 2. ed. Niterói: EDUFF, 1986.

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

CHARLE, Christophe. VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta, 1993.

CONSÓRCIO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS GAÚCHAS (COMUNG). **Sobre o COMUNG**. 2018. Disponível em: <http://www.COMUNG.org.br/sobre/exibir/COMUNG>. Acesso em: 12 de out. de 2018.

CRUZ, Lucia Santa. Estado da arte da pesquisa brasileira em comunicação sobre Memória Organizacional. **Comunicologia**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 113-144, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/issue/view/330/showToc>. Acesso em: 21 jun. 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. Reforma universitária em crise: gestão, estrutura e território. *In*: TRINDADE, Héglio (org.) **Universidade em ruínas**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 125-148.

FENTRESS, James. WICKHAM, Chris. **Memória social**: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1994.

FICHER, Marcelo. MACHADO NETO, Manoel Marcondes. **História das Relações Públicas no Brasil**. *E-book*. Conferp, 2018. Disponível em: http://conferp.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/pdf_ebook_historia_rp.pdf. Acesso em: 09 mar. 2019.

FOLLMANN, José Ivo SJ. As universidades confessionais e a sua natureza comunitária e pública não-estatal. *In*: SCHMIDT, João Pedro (Org.) **Instituições Comunitárias**: instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. p. 108-115.

FREITAS, Maria Ester de. A questão do imaginário e a fronteira entre a cultura organizacional e a psicanálise. *In*: MOTTA, Fernando C. Prestes e FREITAS, Maria Ester de (Org.) **Vida psíquica e organização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOMES, Laurentino. **1808**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOODENOUGH, Ward H. Cultural Anthropology and Linguistics. *In*: GARVIN, Paul L. (Org.) **Report of the seventh annual round table meeting on linguistics and language study**. Georgetown University Press: Washington, D.C., 1957. p. 167-173. Disponível em: https://repository.library.georgetown.edu/bitstream/handle/10822/555451/GURT_1956.pdf;sequence=1 Acesso em: 20 maio 2018.

GUARESCHI, Elydo Alcides. **Universidade Comunitária**: uma experiência inovadora. Passo Fundo: Berthier; Aldeia Sul, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HESÍODO. **Teogonia**: a origem dos deuses. 3.ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IASBECK, Luis Carlos Assis. Imagem e reputação na gestão da identidade organizacional. **Organicom**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 84-97, dec. 2007. ISSN 2238-2593. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138945/134293>. Acesso em: 04 jun. 2018.

IASBECK, Luis Carlos Assis. Identidade organizacional e a construção dos discursos institucionais. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling Kunsch (Org.). **Comunicação Organizacional**: linguagem, gestão e perspectivas. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2009.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**: notas estatísticas 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.

IZQUIERDO, Iván Antonio; MYSKIW, Jociane de Carvalho; BENETTI, Fernando; FURINI, Cristiane Regina Guerino. Memória: tipos e mecanismos – achados recentes. **Revista USP**, n. 98, p. 9-16, 28 ago. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/69221/71685>. Acesso em: 12 ago. 2018.

JENKINS, Henry. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

KIPPER, Maria Hoppe. RIZZATO, Elizabeth Pires. VOGT, Olgário Paulo. **Unisc**: a construção de uma universidade comunitária. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. A comunicação nas organizações: dos fluxos lineares às dimensões humana e estratégica. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (org.) **Comunicação organizacional estratégica**: aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016. p. 37-58.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Comunicação Organizacional**: linguagem gestão e perspectivas. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, v.2.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 4.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. GARCIA, Elida Hernandes. **Guia completo das primazias de Bagé**. Bagé: Ediurcamp, 2013.

LITTLEJOHN, Stephen W. **Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, 1998. p. 63-201. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11110/8154>. Acesso em: 26 jun. 2017

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. 12. ed. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 2002.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? *In*: HOHFEDLT, Antonio. MARTINO, Luiz C. FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação: conceitos escolas e tendências**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 11-26.

MEIHY, João Carlos Sebe Bom. Memória? Isso é outra história. *In*: MARCHIORI, Marlene (Org.) **História e memória**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2013.

MENDONÇA, Sonia. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 1995.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, n.14, p. 131-150, 2000.

MORAES, Roque. GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MOURA, Laércio Dias. Prefácio. *In*: TRAMONTIN, Raulino. BRAGA, Ronald (Orgs.). **As universidades comunitárias: um modelo alternativo**. São Paulo: Edições Loyola, 1988. p. 9-10.

MUMBY, Dennis R. Cultura, organização e poder. *In*: MARCHIORI, Marlene (Org.) **Perspectivas metateóricas da cultura e da comunicação**. v. 3. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2013. p. 83-103.

MUSEU DA PESSOA. **Entenda**. [20-]. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/o-museu-da-pessoa>. Acesso em: 13 maio 2018.

NASSAR, Paulo. A Aberje e a comunicação organizacional no Brasil. *In*: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Comunicação Organizacional: Histórico, fundamentos e processos**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 29-44.

NASSAR, Paulo (org.) **Memória de empresa: história, e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004.

NASSAR, Paulo; COGO, Rodrigo Silveira. Memória e narrativa organizacional como expressões da cultura organizacional: o poder do storytelling. *In*: MARCHIORI, Marlene (Org.) **História e memória**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2013.

NASSAR, Paulo. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. 2.ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-29, 1993.

ONG, Walter J. **Oralidade e Cultura Escrita**: a tecnologização da palavra. São Paulo: Papyrus, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A ONU e a população mundial**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/%20acao/populacao-mundial/>. Acesso em: 6 jul. 2018.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling; Marcelo de Oliveira Volpato. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. **Líbero**, v. 12, p. 139-152, 2009.

PIGNIER, Nicole. De L'internet à la memoire humaine. **Revue MEI**, n. 32, p.7-13, 2010.

PINHO, Júlio Afonso. O contexto histórico do nascimento das Relações Públicas. In: MOURA, Cláudia (Org.) **História das relações públicas**: fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-RIO). 2018. **Promulgação do título de Pontifícia Universidade Católica**. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/instrumentos-de-pesquisa/cronologia-por-decadas>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP). **Sobre a universidade**. 2018. Disponível em: <http://www.pucsp.br/universidade/sobre-universidade>. Acesso em: 24 jun. 2018.

POSTMAN, Neil. O Julgamento de Thamus. **Tecnopólio, a rendição da cultura à tecnologia**. São Paulo: Nobel, 1994. p. 13-48

RAVASI, Davide. Identidade organizacional e memória. **Organicon**, São Paulo, v.11, n. 20, p. 39- 49, jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139215>. Acesso em: 2 ago. 2018.

RICHTER, Luiz Egon. LEIDENS, Letícia Virgínia. O marco legal do terceiro setor e sua (in)compatibilidade normativa com as instituições comunitárias. In: SCHMIDT, João Pedro (Org.). **Instituições Comunitárias**: instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. p. 38-55.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIESMAN, David. As tradições oral e escrita. *In*: CARPENTER, Edmund; McLUHAN (Orgs.) **Revolução na comunicação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ROSARIO, Cláudia Cerqueira. O lugar mítico da memória. **Morpheus**, ano 1, n. 1, 2002. ISSN 1676-2924. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/Numero01-2000/claudiarosario.htm>. Acesso em: 02 jun. 2018.

ROVANI, Andressa. Museu de colecionar gente é obra da vida de historiadora. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2005. Empreendedor Social. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/finalistas/2005-karen-worcman-museu-da-pessoa.shtml>. Acesso em: 13 maio 2018.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

RÜEGG, Walter (Org.). **Uma história da universidade na Europa**. v. 1. As universidades na idade média. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.

SANTOS, Larissa Conceição dos. História e legitimação organizacional: reflexões acerca das narrativas histórico-organizacionais. **Organicom**, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 61-72, jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139217>. Acesso em: 2 ago. 2018.

SCHMIDT, João Pedro. O comunitário em tempos de público não estatal. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 9-39, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a02.pdf>. Acesso em: 13 out. de 2018.

SCHMIDT, João Pedro. **Universidades comunitárias e terceiro setor: fundamentos comunitaristas da cooperação em políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017.

SCHMIDT, João Pedro e CAMPIS, Luiz Augusto Costa. As instituições comunitárias e o novo marco jurídico do público não-estatal. *In*: SCHMIDT, João Pedro (Org.). **Instituições Comunitárias**: instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. p. 17-39.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. Comunicação e Cultura Organizacional: a complexidade dos diálogos (in)visíveis. *In*: MARCHIORI, Marlene (Org.). **Cultura e Interação**. v. 5. São Bernardo do Campo: São Paulo: Difusão Editora. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2013. p. 125-135.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio): pioneirismo e mudança. *In*: MOROSINI, Marília (org.) **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. 2.ed. Brasília: INEP, 2006. p. 173-186.

SIRAISI, Nancy. A faculdade de medicina. In: RÜEGG, Walter (Org.). **Uma história da universidade na Europa**. v. 1. As universidades na idade média. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação & Sociedade**, Campinas, São Paulo, v. 1, n. 71, p. 166-193, 2000.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). **A SBPC**. 2018. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/a-sbpc/historico/historia/>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SOUSA, Janara. **Teoria do Meio**: contribuições, limites e desafios. Brasília: Universa, 2009.

SROUR, Robert Henry. O lugar da organização. In: SROUR, Robert Henry. **Poder cultura e ética nas organizações**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

TAVARES, Sergio Marcus Nogueira. Governança em universidades confessionais no Brasil: modelo em construção. **Educação & Linguagem**, v. 1, p. 219-238, 2009.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.

TESSARI, Anthony Beux. Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC). In: RECH, Gerson Leonardo et. al (org.). **UCS 50 anos de uma universidade comunitária**: 1967-2017. Caxias do Sul: Educs, 2017.

THIESEN, Icléia. **Memória Institucional**. João Pessoa: Editora da UFPG, 2013.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TORQUATO, Gaudêncio. Da gênese do jornalismo empresarial e das relações públicas à comunicação organizacional no Brasil. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Comunicação Organizacional**: histórico, fundamentos e processos. São Paulo: Saraiva, 2009. v.1: Comunicação Organizacional.

TORQUATO, Gaudêncio. A voz das empresas e a voz da sociedade. **Revista de Jornalismo ESPM**. São Paulo, ano 6, n. 20, p. 26-33. jul/dez. 2017.

TORQUATO, Gaudêncio. **Cultura, poder, comunicação e imagem**: fundamentos da nova empresa. São Paulo: Pioneira, 2002.

TOTINI, Beth. GAGETE, Élida. Memória empresarial, uma análise de sua evolução. In: NASSAR, Paulo (org.) **Memória de empresa**: história, e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004. p. 113-126.

TRAMONTIN, Raulino. BRAGA, Ronald. **As universidades comunitárias**: um modelo alternativo. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF). **Notícia**. 2019. Disponível em: <https://www.upf.br/noticia/reitor-da-upf-e-eleito-presidente-do-COMUNG>. Acesso em: 23 fev. 2019

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA (URCAMP). **Institucional**. 2018. Disponível em: <https://www.urcamp.tche.br/a-urcamp/institucional>. Acesso em: 9 jul. 2018.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DOS SUL. **Universidade de Caxias do Sul**. 2001-2018. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/institucional/>. Acesso em: 8 jul. 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Declaração de Bolonha – 1999**. 1999. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-n%C3%A3o-Inseridos-nas-Delibera%C3%A7%C3%B5es-da-ONU/declaracao-de-bolonha-1999.html>. Acesso em: 19 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Constituição Francesa de 1791**. [20-?] Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/const91.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEEVALE (FEEVALE). **Cultura**. [201-a]. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/cultura>. Acesso em: 11 nov. 2018

UNIVERSIDADE FEEVALE (FEEVALE). **Biblioteca**. [201-b]. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/biblioteca/centro-de-documentacao>. Acesso em: 22 nov. 2018.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CORDOBA (UNC). **Orígenes**. [20-]. Disponível em: <https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/origenes>. Acesso em: 17 jun. 2018.

UNIVERSIDAD NACIONAL MAYOR DE SAN MARCOS (UNMSM). **Historia**. 2013. Disponível em: <http://www.unmsm.edu.pe/home/inicio/historia>. Acesso em: 17 jun. 2018.

UNIVERSITÀ DI BOLOGNA (UNIBO). **The university from the 12th to the 20th century**. 2018. Disponível em: <https://www.unibo.it/en/university/who-we-are/our-history/university-from-12th-to-20th-century>. Acesso em: 17 jun. 2018.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

VOGT, Olgário Paulo. NASCIMENTO, José Antonio Moraes. O Centro de Documentação da UNISC e seu acervo. *In*: NASCIMENTO, José Antonio Moraes (org.). **Centros de Documentação e arquivos: acervos, experiências e formação**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

XERRI, Eliana **Da Universidade da Serra à Universidade de Caxias do Sul/RS (1950 - 2002)**. 2012. 312. f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-

Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, Paulo (org.) **Memória de empresa**: história, e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004.

APÊNDICE A – Instituições Comunitárias de Educação Superior Brasileiras Vinculadas à ABRUC e ao COMUNG

Quadro 1 – Instituições Comunitárias de Educação Superior Brasileiras vinculadas à ABRUC e ao COMUNG

	ABRUC	Estado	COMUNG
1	Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita)	Pernambuco	
2	Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (CMMG)	Minas Gerais	
3	Centro Universitário Claretiano	Paraná e São Paulo	
4	Faculdade Damas	Pernambuco	
5	Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)	Rio Grande do Sul	
6	FAE Centro Universitário	Paraná e Santa Catarina	
7	Faculdade Frassinetti do Recife (Fafire)	Pernambuco	
8	Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje)	Minas Gerais	
9	Faculdade Palotina de Santa Maria (Fapas)	Rio Grande do Sul	
10	Universidade Feevale	Rio Grande do Sul	
11	Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana “Padre Sabóia de Medeiros” (FEI)	São Paulo	
12	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava (FFCL)	São Paulo	
13	Faculdade Salesiana de Santa Teresa (FSST)	Mato Grosso	
14	Centro Universitário Metodista IPA (Porto Alegre) e Faculdade Metodista de Santa Maria	Rio Grande do Sul	
15	Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix	Minas Gerais	
16	Instituto Superior e Centro Educacional Luterano - Bom Jesus/Ielusc	Santa Catarina	
17	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)	Goiás	
18	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas)	São Paulo	
19	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)	Minas Gerais	
20	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)	Paraná	

	<u>ABRUC</u>	<u>Estado</u>	<u>COMUNG</u>
21	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	Rio de Janeiro	
22	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	Rio Grande do Sul	
23	Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP)	São Paulo	
24	Centro Universitário São Camilo	São Paulo	
25	Universidade Católica de Brasília (UCB)	Distrito Federal	
26	Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	Mato Grosso do Sul	
27	Universidade Católica de Petrópolis (UCP)	Rio de Janeiro	
28	Universidade Católica de Pelotas	Rio Grande do Sul	
29	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Rio Grande do Sul	
30	Universidade Católica do Salvador (UCSAL)	Bahia	
31	Universidade Franciscana (UFN)	Rio Grande do Sul	
32	Universidade Metodista de São Paulo	São Paulo	
33	Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP)	São Paulo	
34	Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc)	Santa Catarina	
35	Universidade Católica de Pernambuco	Pernambuco	
36	Universidade de Cruz Alta (Unicruz)	Rio Grande do Sul	
37	Centro Universitário do Vale do Itajaí (Unidavi)	Santa Catarina	
38	Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica)	Goiás	
39	Centro Universitário de Brusque (Unifebe)	Santa Catarina	
40	Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos (Unifeob)	São Paulo	
41	Centro Universitário de Votuporanga (Unifev)	São Paulo	
42	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)	Rio Grande do Sul	
43	Universidade LaSalle (UniLaSalle)	Rio Grande do Sul	
44	Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)	São Paulo	
45	Universidade Vale do Rio Verde (Unincor)	Minas Gerais	
46	Centro Universitário de João Pessoa (Unipê)	Paraíba	
47	Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac)	Santa Catarina	

	ABRUC	Estado	COMUNG
48	Centro Universitário Salesiano de São Paulo	São Paulo	
49	Centro Universitário Salesiano	São Paulo	
50	Universidade Católica de Santos	São Paulo	
51	Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc)	Rio Grande do Sul	
52	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	Rio Grande do Sul	
53	Universidade de Sorocaba (Uniso)	São Paulo	
54	Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)	Santa Catarina	
55	Universidade Vale do Rio Doce (Univale)	Minas Gerais	
56	Universidade do Vale do Itajaí (Univali)	Santa Catarina	
57	Universidade do Vale do Paraíba (Univap)	São Paulo	
58	Universidade do Vale do Taquari (Univates)	Rio Grande do Sul	
59	Universidade da Região de Joinville (Univille)	Santa Catarina	
60	Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)	Santa Catarina	
61	Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)	Santa Catarina	
62	Universidade de Passo Fundo (UPF)	Rio Grande do Sul	
63	Universidade Presbiteriana Mackenzie	São Paulo	
64	Universidade da Região da Campanha (Urcamp)	Rio Grande do Sul	
65	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)	Rio Grande do Sul	
66	Universidade do Sagrado Coração (USC)	São Paulo	
67	Universidade São Francisco (USF)	São Paulo	
68	Dado não disponível		

Fonte: o autor (2018), com base nas informações dos sites da ABRUC e do COMUNG (2018).

APÊNDICE B – Fragmentos, Unidades de Análise e Categorias

ICES/Fragment	Unidade de análise	Categorias
UCS 1.1.1.1	A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul.	Características do modelo comunitário de universidade
UCS 1.1.1.2	A mantenedora é a Fundação Universidade de Caxias do Sul	Mantenedora da universidade
UCS 1.1.1.3	É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG e à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC	Afiliada ao COMUNG e à ABRUC
UCS 1.1.1.4	Criada em 1967, a UCS foi construída pelo esforço coletivo da comunidade.	História da universidade desde a sua criação , Com o apoio da comunidade
UCS 1.1.1.5	DESCARTADO	
UCS 1.1.1.6	números ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social	Preocupação com o desenvolvimento regional
UCS 1.1.1.7	A UCS faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas	Caráter regional multicampi
UCS 1.1.1.8	Participam, no Conselho Diretor da Fundação mantenedora, representantes do poder público - municipal, estadual e federal - e de entidades da sociedade civil	Com o apoio da comunidade
UCS 1.1.1.9	Como instituição comunitária, a UCS está em permanente diálogo com a sociedade	Características do modelo comunitário de universidade, Com o apoio da comunidade
UCS 1.1.1.10	As demais unidades universitárias estão em Bento Gonçalves, Vacaria, Canela, Farroupilha, Guaporé, Nova Prata e São Sebastião do Caí.	Caráter regional multicampi
UCS 1.1.1.1.1.1	Há 50 anos o conhecimento ilumina o futuro	Ao longo de seus 50 anos
UCS 1.1.1.1.1.2	Minha história com a UCS. Compartilhe sua história e celebre os 50 anos da Universidade.	Ao longo de seus 50 anos, Minha história na universidade
UCS 1.1.1.1.1.3	Ao longo de seus 50 anos, a UCS formou mais de 100 mil pessoas. Compartilhar estas histórias é celebrar cinco décadas de realizações.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos, Universidade formou mais de 25 mil profissionais
UCS 1.1.1.1.1.4	Minha História com a UCS, um espaço onde todos - pessoas e organizações, para compartilhar suas histórias e experiências	Minha história na universidade, Com o apoio da comunidade
UCS 1.1.1.1.1.5	DESCARTADO	
UCS 1.1.1.1.1.6	Programação das atividades comemorativas aos 50 anos	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos
UCS 1.1.1.1.1.7	Eventos de comemoração dos 50 anos da UCS	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos
UCS 1.1.1.1.1.8	Lançamento do álbum UCS: 50 Anos de uma Universidade Comunitária	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos, Características do modelo comunitário de universidade
UCS 1.1.1.1.1.9	Solenidade de Entrega do Memorial dos Fundadores	Homenagem a pessoas, empresas e entidades
UCS 1.1.1.1.1.10	Lançamento das celebrações dos 50 Anos e do Hino da UCS	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos

UCS 1.1.1.1.1.1.1	UCS: 50 anos de uma Universidade Comunitária. Informe especial no Jornal Pioneiro.	Ao longo de seus 50 anos, Características do modelo comunitário de universidade, Notícias relacionadas à data
UCS 1.1.1.1.1.1.2	Instituição Comunitária de Educação Superior, que nasceu por meio da união de esforços de lideranças da comunidade, presta homenagem aos ex-reitores.	Características do modelo comunitário de universidade, Com o apoio da comunidade, Homenagem a pessoas, empresas e entidades
UCS 1.1.1.1.1.1.3	Com os Quadros de Formatura em um ambiente virtual pretende-se comemorar a trajetória das pessoas que levam a marca da UCS no seu currículo	A trajetória das pessoas que levam a Relacionamento com a comunidade acadêmica
UCS 1.1.1.1.1.1.4	Desejamos a cada um que irá reencontrar-se no quadro de formatura que esse momento traga as melhores lembranças do período vivido na Universidade de Caxias do Sul	A trajetória das pessoas que levam a Relacionamento com a comunidade acadêmica
UCS 1.1.1.1.1.1.5	DESCARTADO	
UCS 1.1.1.1.1.1.6	DESCARTADO	
UCS 1.1.1.1.1.1.7	Documentário Radiofônico "50 anos da UCS: O conhecimento ilumina o futuro".	Ao longo de seus 50 anos, Notícias relacionadas à data
UCS 1.1.2.1	A UCS participa do Programa de Avaliação das Universidades Comunitárias Gaúchas - PAIUNG desde sua fundação em 1994. O PAIUNG é uma iniciativa do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG.	Avaliação Institucional, Características do modelo comunitário de universidade
UCS 1.1.3.1	A UCS é afiliada à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC; Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG	Afiliada ao COMUNG e à ABRUC, Características do modelo comunitário de universidade
UCS 1.1.4.1	A UCS mantém unidades em oito cidades. Seu Campus-Sede está localizado em Caxias do Sul. As demais unidades universitárias estão localizadas nas cidades de Bento Gonçalves, Vacaria, Canela, Farroupilha, Guaporé, Nova Prata e São Sebastião do Caí.	Caráter regional multicampi
UCS 1.1.6.1	A Fundação Universidade de Caxias do Sul (FUCS), foi constituída em outubro de 1973, em substituição à Associação Universidade de Caxias do Sul, criada em 1966 pelos idealizadores da Universidade de Caxias do Sul: o Bispo Diocesano de Caxias do Sul, Dom Benedito Zorzi; o Prefeito Municipal Hermes João Webber; e o médico Viri Ramos, Presidente da Associação Cultural e Científica Nossa Senhora de Fátima. Essas instituições eram as mantenedoras dos primeiros cursos de educação superior instalados em Caxias do Sul	Igreja católica no histórico da criação das universidades, Mantenedora da universidade, Com o apoio da comunidade
UCS 1.1.6.2	Em 1974, passou a ter um Conselho Diretor formado por representantes do Ministério da Educação, das prefeituras da região, da Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, da Mitra Diocesana, e da Associação Cultural e Científica Nossa Senhora de Fátima.	Igreja católica no histórico da criação das universidades, Mantenedora da universidade, Com o apoio da comunidade
UCS 1.1.6.3	A Fundação tem como mantidas a Universidade de Caxias do Sul (UCS), uma universidade comunitária; o Centro Tecnológico Universidade de Caxias do Sul (CETEC); o Centro de Teledifusão Educativa de Caxias do Sul (CETEL) e o Hospital Geral de Caxias do Sul (HGCS).	Mantenedora da universidade
UCS 1.1.7.1	A Universidade de Caxias do Sul, Instituição Comunitária de Educação Superior que nasceu por meio da união de esforços de lideranças da comunidade, presta homenagem aos ex-reitores	Características do modelo comunitário de universidade, Com o apoio da comunidade

UCS 1.2.1.1.1	O Instituto Memória Histórica e Cultural, da Universidade de Caxias do Sul, atua em cinco áreas relacionadas com a preservação e o estudo da memória, individual e coletiva, pessoal e institucional, nos diversos campos da cultura.	História da universidade desde a sua criação , Memória como forma de valorização da comunidade
UCS 1.2.1.1.2	A atuação do IMHC contempla: a coleta, organização, processamento e preservação do acervo histórico da Instituição, da Cultura Regional e outros considerados de importância histórica e cultural;	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, História da universidade desde a sua criação , Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura, Com o apoio da comunidade
UCS 1.2.1.1.3	O IMHC compõem-se da seguinte estrutura: o Laboratório de Estudo de Arqueologia - LEPAR, o Programa ECIRS, Programa IRIS, Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul - CEDOC/ UCS, e o Centro de Memória Regional do Judiciário - CMRJU.	Centro de documentação e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UCS 1.2.1.1.1.1	O Programa ECIRS pode reivindicar para o título de ter sido uma espécie de guardião da cultura construída na região de imigração italiana das antigas colônias da Serra gaúcha e, por extensão, de toda a cultura de imigração italiana no Rio Grande do Sul.	Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UCS 1.2.1.1.1.3	DESCARTADO	
UCS 1.2.1.1.1.4	Essa dimensão regional do Ecirs é especialmente significativa no contexto da UCS, uma universidade comunitária com vocação regional.	Características do modelo comunitário de universidade, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UCS 1.2.1.1.1.5	Desde 1978, o Projeto Ecirs tem se dedicado ao levantamento sistemático dos bens e valores culturais das comunidades rurais da região, para o resgate, a preservação e a valorização dessa cultura.	Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UCS 1.2.1.1.1.6	DESCARTADO	
UCS 1.2.1.1.2.1	O Programa IRIS compõe um cruzamento de atividades com o Programa Projeto ECIRS, na organização e resgate dos acervos de imagem e som gerados pelo ECIRS para interpretação de culturas regionais.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UCS 1.2.1.1.3.1	O Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul - CEDOC/UCS tem como finalidade preservar o acervo histórico documental da Instituição e da Cultura Regional.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Centro de documentação e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UCS 1.2.1.1.3.2	Aula no CEDOC permite aos professores da Universidade planejar e ministrar suas aulas a partir das fontes documentais do acervo.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Centro de documentação e memória
UCS 1.2.1.1.3.3	Visitas Orientadas: Apresenta à comunidade acadêmica da Universidade, das escolas de Ensino Médio além de grupos interessados a oportunidade de conhecer o acervo e sua forma de organização.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Relacionamento com a Comunidade Acadêmica
UCS 1.2.1.1.3.4	A Oficina: História, Arquivos e Restauração de Documentos tem como principal objetivo proporcionar ao aluno uma visão mais ampla do trabalho de organização e tratamento do acervo de um centro de documentação.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Centro de documentação e memória
UCS 1.2.1.1.3.5	Arquivo Histórico da UCS: Composto de documentos e fotografias que relatam a história da UCS desde sua criação.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Centro de documentação e memória, História da universidade desde a sua criação

UCS 1.2.1.1.4.1	O Centro de Memória Regional do Judiciário - Caxias do Sul - CMRJU/UCS foi criado em 2001 com um termo entre o Tribunal de Justiça do Estado do RS e a Universidade de Caxias do Sul. Busca contribuir nas atividades de conservação, pesquisa e divulgação do acervo documental histórico, a memória e a identidade do Poder Judiciário.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Centro de documentação e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UCS 1.2.1.1.5.1	Documenta Costumes UCS é um espaço histórico cultural que mostra peças de vestuário, objetos de uso familiar, arte têxtil e obras de arte relativas aos costumes do gaúcho e aos da colônia italiana no Rio Grande do Sul.	Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UCS 2.1.1.1	UCS 50 anos: seminário discute momentos decisivos para a história da Universidade	Ao longo de seus 50 anos, História da universidade desde a sua criação
UCS 2.1.2.1	Comunidade acadêmica reúne-se para discutir e aprofundar a história dos 50 anos da UCS.	Ao longo de seus 50 anos, História da universidade desde a sua criação , Relacionamento com a Comunidade Acadêmica
UCS 2.1.3.1	Mérito Comunitário: UCS homenageia pessoas, empresas e entidades com Medalha Prefeito Hermes Webber	Homenagem a pessoas, empresas e entidades
UCS 2.1.4.1	DESCARTADO	
UCS 2.1.5.1	Praça dos Fundadores: memorial homenageia responsáveis pela criação da UCS	História da universidade desde a sua criação , Homenagem a pessoas, empresas e entidades
UCS 2.1.6.1	Universidade inaugura memorial em homenagem aos seus fundadores	Homenagem a pessoas, empresas e entidades
UCS 2.2.1.1.1	A entrega das medalhas Dom Benedito Zorzi – Mérito Educação, Reitor Viri Ramos – Mérito Científico e Prefeito Hermes Weber – Mérito Comunitário a 52 pessoas e uma entidade integrou as comemorações do cinquentenário da UCS.	Ao longo de seus 50 anos, Homenagem a pessoas, empresas e entidades
UCS 2.2.1.1.2	“A UCS nasceu comunitária e reconhece que sua trajetória está marcada pela presença de cada um de vocês”.	Características do modelo comunitário de universidade, História da universidade desde a sua criação
UCS 2.2.1.2.1	No dia 24 de agosto, a Câmara dos Deputados promoveu sessão solene em homenagem ao cinquentenário da UCS,	Ao longo de seus 50 anos, Instituição é homenageada durante sessão solene
UCS 2.2.1.2.2	o destaque ao caráter comunitário marcou as referências à trajetória da instituição.	Características do modelo comunitário de universidade, História da universidade desde a sua criação
UCS 2.2.1.2.3	[...] o reitor Evaldo Kuaiva apontou o aspecto comunitário como princípio na constituição da Universidade e ao longo de sua atuação.	Características do modelo comunitário de universidade, História da universidade desde a sua criação
UCS 2.2.1.2.5	“Celebrar os 50 anos da Universidade de Caxias do Sul é olhar para o acesso dos jovens do interior do Brasil à educação comunitária”	Ao longo de seus 50 anos, Características do modelo comunitário de universidade
UCS 2.2.2.1.1	O fechamento das comemorações do cinquentenário da UCS marca o lançamento de uma obra criada para registrar a história da instituição: o álbum UCS: 50 anos de uma Universidade Comunitária.	Ao longo de seus 50 anos, Características do modelo comunitário de universidade, História da universidade desde a sua criação
UCS 2.2.2.2.1	Um marco físico da celebração do cinquentenário da UCS, a Praça dos Fundadores, no campus-sede, é um memorial em honra aos responsáveis pela mobilização comunitária que resultou na criação da Universidade	Ao longo de seus 50 anos, História da universidade desde a sua criação , Homenagem a pessoas, empresas e entidades

UCS 2.2.2.2.2	Já em 1956, Dom Benedito defendia a ideia de uma 'Universidade Comunitária do Nordeste do Rio Grande do Sul'.	Características do modelo comunitário de universidade, Igreja católica no histórico da criação das universidades
UCS 2.2.3.1.1	A história da UCS é a história das pessoas. Sobre esse princípio, a Universidade criou o ambiente virtual 'Minha História com a UCS'.	Minha história na universidade, História da universidade desde a sua criação
UCS 2.2.3.1.2	Os relatos do 'Minha História com a UCS' são um dos destaques de um ambiente virtual que reúne todo conteúdo relacionado ao cinquentenário da Universidade.	Ao longo de seus 50 anos, Minha história na universidade, Notícias relacionadas à data
UCS 2.2.3.1.3	[...] a publicação traz narrativas construídas a partir da memória de professores, egressos e de outros agentes dos primeiros 50 anos da Universidade.	Ao longo de seus 50 anos, Minha história na universidade, Com o apoio da comunidade
UCS 2.2.3.2.1	Honrar a história e reconhecer aqueles que ajudaram a construí-la é próprio das ocasiões celebrativas.	História da universidade desde a sua criação, Homenagem a pessoas, empresas e entidades
UCS 2.2.3.2.2	Em seus 50 anos, a UCS voltou o olhar ao passado dignificando as inúmeras contribuições que a levaram a figurar entre as melhores universidades comunitárias do país	Características do modelo comunitário de universidade, História da universidade desde a sua criação
UCS 2.2.3.2.3	No evento principal da programação comemorativa ao cinquentenário, a 'Condecoração Brasão da Universidade de Caxias do Sul' foi concedida aos oito ex-reitores e às instituições fundadoras da UCS.	Ao longo de seus 50 anos, Homenagem a pessoas, empresas e entidades
UCS 2.2.3.3.1	A atividade reuniu professores pesquisadores com ampla atuação na história da UCS para debater a repercussão social da Universidade e seu papel no desenvolvimento regional	Preocupação com o desenvolvimento regional, História da universidade desde a sua criação
UCS 2.2.3.3.3	DESCARTADO	
UCS 2.2.3.3.5	[...]a Casa Amarela, revitalizada, passou a contar com área interna de exposição e acesso interativo multimídia voltado ao resgate da história da Universidade	História da universidade desde a sua criação
UCS 2.2.3.4.1	Tendo o cinquentenário como marco referencial, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e seis câmaras de vereadores da região realizaram sessões solenes em reconhecimento à UCS como Universidade Comunitária	Ao longo de seus 50 anos, Características do modelo comunitário de universidade, Instituição é homenageada durante sessão solene
UPF 1.1.1.1	A UPF completa 50 anos de história em 2018. Nessas cinco décadas, formou mais de 75 mil profissionais.	Ao longo de seus 50 anos, Universidade formou mais de 25 mil profissionais
UPF 1.1.2.1	A Política de Responsabilidade Social Universitária (PRSU) oficializa e orienta o compromisso da UPF com o desenvolvimento social da região.	Preocupação com o desenvolvimento regional, Responsabilidade Social diante de sua comunidade
UPF 1.1.2.2	A vinculação com a comunidade e o compromisso com o desenvolvimento regional foram incorporados à natureza da Instituição.	Preocupação com o desenvolvimento regional, Com o apoio da comunidade
UPF 1.1.2.3	Ser comunitária tem um significado histórico e carrega a noção de identidade, de responsabilidade coletiva e de cooperação com a comunidade em que está inserida	Características do modelo comunitário de universidade, História da universidade desde a sua criação, Com o apoio da comunidade, Responsabilidade Social diante de sua comunidade
UPF 1.1.2.4	[...] com as instituições coirmãs que integram o Consórcio de Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung) e a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc).	Características do modelo comunitário de universidade

UPF 1.1.2.5	[...] as iniciativas da PRSU da UPF serão orientadas pelas seguintes áreas: inclusão social, desenvolvimento econômico e social, meio ambiente, preservação da memória e patrimônio cultural.	Preocupação com o desenvolvimento regional, Memória como forma de valorização da comunidade, Responsabilidade Social diante de sua comunidade
UPF 1.1.3.1	Na década de 1950, foram dados os primeiros passos rumo à consolidação de uma das mais importantes instituições do norte do Rio Grande do Sul: a Universidade de Passo Fundo.	Transformação das Faculdades em Universidade
UPF 1.1.3.2	No livro Universidade comunitária – Uma experiência inovadora, o ex-reitor Elydo Guareschi, resume: “A UPF não foi ato da generosidade de algum governante. Nasceu do sonho e da vontade de visionários”.	Características do modelo comunitário de universidade, História da universidade desde a sua criação
UPF 1.1.3.3	A criação da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), em 1950, e do Consórcio Universitário Católico (CUC), em 1956, permitiu à região iniciar a caminhada rumo ao ensino superior.	História da universidade desde a sua criação , Igreja católica no histórico da criação das universidades, Mantenedora da universidade, Com o apoio da comunidade
UPF 1.1.3.4	Quando o Consórcio foi criado, o idealizador, Dom Claudio Colling, anunciou ao conselho da SPU o surgimento da entidade e da Faculdade de Filosofia. Já se discutia a possibilidade de integração à Universidade de Passo Fundo, cuja fundação já estava sendo pensada.	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação , Igreja católica no histórico da criação das universidades
UPF 1.1.3.5	A integração entre o SPU e o CUC deu origem à Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), no ano de 1967. A criação da FUPF foi um passo determinante para o surgimento da UPF, o que efetivamente ocorreu no ano de 1968.	História da universidade desde a sua criação , Igreja católica no histórico da criação das universidades, Mantenedora da universidade
UPF 1.1.3.6	O decreto de reconhecimento da UPF foi assinado pelo presidente Arthur Costa e Silva e pelo ministro da Educação Tarsos Dutra, no dia 2 de abril de 1968. No ato, no Palácio Piratini, Dom Cláudio Colling falou em nome da comunidade regional.	História da universidade desde a sua criação , Igreja católica no histórico da criação das universidades
UPF 1.1.3.7	O decreto foi publicado no Diário Oficial da União no dia 6 de junho de 1968, data em que se comemora o aniversário da Instituição.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição
UPF 1.1.3.1.1	Em seus depoimentos, os ex-reitores da instituição destacam algumas impressões sobre o tempo em que estiveram à frente da representação da Universidade.	Minha história na universidade, Na condição de professor e de gestor
UPF 1.1.3.1.2	Um ambiente onde a história e a atualidade da Universidade de Passo Fundo se encontram. Esse é o Memorial UPF.	História da universidade desde a sua criação , O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
UPF 1.1.3.1.3	Aberto à visitação da comunidade acadêmica e regional desde 2010, o espaço foi criado com o objetivo de difundir os principais acontecimentos da história da instituição e de preservar objetos e documentos do acervo da Universidade.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, História da universidade desde a sua criação , Relacionamento com a Comunidade Acadêmica, Com o apoio da comunidade
UPF 1.1.3.1.5	DESCARTADO	
UPF 1.1.3.1.6	Reitor: José Carlos Carles de Souza. Ao comemorar 45 anos, a Universidade de Passo Fundo celebra muitas conquistas e avanços.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Na condição de professor e de gestor
UPF 1.1.3.1.7	O processo ascendente de qualificação conquistado pela UPF, com a inserção comunitária, continua nos impulsionando para o desenvolvimento da região norte do estado do Rio Grande do Sul.	Preocupação com o desenvolvimento regional, Na condição de professor e de gestor

UPF 1.1.3.1.8	Vice-reitora de Graduação: Neusa Maria Henriques Rocha. Estar à frente da Vice-Reitoria de Graduação da UPF, no ano em que celebramos os 45 anos da instituição, representa para mim um grande privilégio e uma enorme responsabilidade. Iniciei minha trajetória na UPF como acadêmica do curso de Letras, no ano de 1970, e de lá para cá, fui estocando sonhos e esperanças.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Minha história na universidade, Na condição de professor e de gestor
UPF 1.1.3.1.9	Vice-reitora de Graduação: Neusa Maria Henriques Rocha. No cotidiano da UPF fui me construindo, me refazendo e aprendendo com meus alunos e com meus pares.	Minha história na universidade, Na condição de professor e de gestor
UPF 1.1.3.1.10	A história do desenvolvimento da Universidade de Passo Fundo também é contada pela UPFTV, que realizou uma produção especial para a comemoração dos 45 anos. Confira nos vídeos	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, História da universidade desde a sua criação
UPF 1.1.3.1.11	Nestes 45 anos de história, a Universidade de Passo Fundo já formou mais de 63 mil profissionais. Você, que fez parte dessa história, está convidado a dividir conosco um pouco de sua experiência na UPF. Cadastre seu depoimento e envie suas fotos!	Minha história na universidade, História da universidade desde a sua criação, Universidade formou mais de 25 mil profissionais
UPF 1.1.3.1.12	[...] a UPF investe nos campi universitários, uma forma de estar mais próxima da comunidade. Os cursos foram planejados para atender especialmente às demandas regionais.	Caráter regional multicampi, Com o apoio da comunidade, Preocupação com o desenvolvimento regional
UPF 1.1.3.2.1	A maior instituição de ensino superior do norte do Rio Grande do Sul comemora, em 6 de junho de 2018, cinco décadas formando profissionais qualificados.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos
UPF 1.1.3.2.2	Conheça a história de uma instituição marcada pelo compromisso com a educação e a difusão de conhecimentos.	História da universidade desde a sua criação
UPF 1.1.3.2.3	DESCARTADO	
UPF 1.1.3.2.4	A Assessoria de Imprensa preparou um conteúdo especial. Veja, leia, ouça e assista algumas das histórias que fizeram e fazem parte dessa grande Universidade.	Notícias relacionadas à data, Minha história na universidade
UPF 1.1.3.2.5	Acompanhe o desenvolvimento da Universidade em imagens.	História da universidade desde a sua criação
UPF 1.1.3.2.6	Você, que fez parte dessa história, está convidado a dividir conosco um pouco de sua experiência na UPF. Cadastre seu depoimento e envie sua foto!	Minha história na universidade
UPF 1.1.3.2.7	O meu sentimento é composto por um misto de orgulho e gratidão. Orgulho por frequentar os espaços da UPF desde o ano de 1977, na condição de estudante, de professor e de gestor. Realizei a minha formação em Direito e iniciei, em 1981, a minha carreira docente.	Minha história na universidade, Na condição de professor e de gestor
UPF 1.1.3.2.8	Gratidão por ver, na história da minha família, a marca UPF. Além disso, sou grato à Instituição e, de modo especial, aos colegas da UPF, que me proporcionaram essa notável e inesquecível experiência.	Minha história na universidade, Na condição de professor e de gestor
UPF 1.1.3.2.9	Vice-reitora de Graduação. Nos idos de 1980, o vento da vida me trouxe à UPF. Éramos centenas de sementes caídas em solo fértil.	Minha história na universidade, Na condição de professor e de gestor
UPF 1.1.3.2.10	Leonardo José Gil Barcellos. Vice-reitor de pesquisa e pós-graduação. Meu conhecimento da UPF remonta ao ano de 1994, quando entrei pela primeira vez em seu lindo campus. Em 1998, comecei experimentos em parceria com o laboratório de piscicultura, e, em 2001, fui definitivamente contratado.	Minha história na universidade, Na condição de professor e de gestor

UPF 1.1.3.2.11	Bernadete Maria Dalmolin. Vice-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários. Minha história profissional se funde com a história da UPF. Trabalho aqui há 26 anos. Vi e vivi o crescimento da Instituição e o meu próprio crescimento pessoal e profissional.	Minha história na universidade, Na condição de professor e de gestor
UPF 1.1.3.2.12	A UPF foi determinante para a interiorização de profissionais e dos serviços de saúde em toda a região Norte do estado.	Preocupação com o desenvolvimento regional
UPF 1.1.3.2.13	Na Extensão e Assuntos Comunitários, tive a tarefa de seguir caminhos já abertos por precursores da Universidade e de qualificá-los na relação com a comunidade, com canais de diálogo e de reciprocidades entre a Universidade e a comunidade.	Com o apoio da comunidade, Minha história na universidade
UPF 1.1.3.2.14	A UPF foi criada com o objetivo de prover o ensino superior no norte do estado do Rio Grande do Sul. Esse objetivo e o caráter comunitário ficam evidenciados por meio dos benefícios concedidos aos alunos.	Características do modelo comunitário de universidade, Preocupação com o desenvolvimento regional
UPF 1.1.3.2.15	Evidencia o caráter comunitário da UPF nesses 50 anos a formação de professores. A Instituição já formou 30 mil professores, a grande maioria da sua região de abrangência.	Características do modelo comunitário de universidade, Preocupação com o desenvolvimento regional, Universidade formou mais de 25 mil profissionais
UPF 1.1.3.2.16	Acompanhe o desenvolvimento da UPF na linha do tempo.	História da universidade desde a sua criação
UPF 1.1.4.1	Visão. Consolidar-se como universidade comunitária regional, pública não estatal, de excelência.	Características do modelo comunitário de universidade
UPF 1.1.4.2	Valores. Compromisso com o desenvolvimento regional.	Preocupação com o desenvolvimento regional
UPF 1.1.5.1	A UPF investe nos campi universitários, uma forma de estar mais próxima da comunidade. Atualmente, além de Passo Fundo, existem outros seis campi, localizados nos municípios de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Soledade e Sarandi.	Preocupação com o desenvolvimento regional, Caráter regional multicampi, Com o apoio da comunidade
UPF 1.1.6.1	A trajetória da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) tem sua origem em 28 de junho de 1967, quando ocorreu a fusão da Sociedade Pró-Universidade, que mantinha a Faculdade de Direito, com o Consórcio Universitário Católico, que havia instituído a Faculdade de Filosofia.	Mantenedora da universidade
UPF 1.1.6.2	A Fundação Universidade de Passo Fundo é mantenedora da Universidade de Passo Fundo, do Centro de Ensino Médio Integrado e do Centro de Línguas da FUPF, também denominado UPF Idiomas.	Mantenedora da universidade
UPF 1.1.6.3	A integração com a sociedade se dá com o compromisso de proporcionar desenvolvimento socioeconômico, cultural, tecnológico e científico de nossa região.	Preocupação com o desenvolvimento regional
UPF 1.1.6.4	O livro 50 anos da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) foi produzido a partir de um questionamento inicial sobre a identidade e o papel da FUPF. Para seu desenvolvimento, seguiu uma trajetória por livros, arquivos, museus, atas e pessoas que contaram de diferentes formas uma parcela dos 50 anos de história da Fundação.	Minha história na universidade, Mantenedora da universidade
UPF 1.2.1	Na UPF, são mais de 80 projetos e programas de extensão, além de museus Histórico, de Artes Visuais e Zootômico e fomento a grupos artísticos.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
UPF 1.2.1.1	A UPF demonstra sua dedicação com a valorização dos patrimônios de Passo Fundo e da região por meio da manutenção do Arquivo Histórico Regional (AHR), o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS), o Museu Histórico Regional (MHR) e o Museu Zootômico Augusto Ruschi (Muzar).	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura

UPF 1.2.1.2	Abertos a toda a comunidade, proporcionam um momento rico e intenso de aprendizagem e oportunizam a integração entre a Universidade e a comunidade.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Com o apoio da comunidade
UPF 1.2.1.1.1	O Arquivo Histórico Regional (AHR) iniciou suas atividades com a denominação de Museu e Arquivo Histórico Regional, no Campus I, em 1984.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Centro de documentação e memória
UPF 1.2.1.1.2	O AHR está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF e ao curso de graduação em História	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Centro de documentação e memória
UPF 1.2.1.1.3	[...] local de guarda, conservação e restauro e, sobretudo, de laboratório para pesquisadores da cidade e região.	Centro de documentação e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UPF 1.2.1.1.4	DESCARTADO	
UPF 1.2.1.2.1	O Museu de Artes Visuais Ruth Schneider foi criado em 25 de abril de 1996, caracterizando-se pelo compromisso com a democratização do acesso à arte e à cultura.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
UPF 1.2.1.2.2	A formação original do acervo teve início com aproximadamente duzentas doações feitas pela artista plástica passo-fundense Ruth Schneider.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Com o apoio da comunidade
UPF 1.2.1.3.1	O Museu Histórico Regional foi criado por meio do Decreto Municipal nº 52/77, pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo, com o nome de Museu Histórico-Cultural. Em 1996, foi reestruturado, passando a ser administrado pela Universidade de Passo Fundo e assumindo a sua designação atual.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UPF 1.2.1.3.2	[...] o Museu busca promover a interação da sociedade com o patrimônio cultural, com ênfase na sua história e memória, por meio da salvaguarda, pesquisa e comunicação dos bens culturais sob sua guarda.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Com o apoio da comunidade, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UPF 1.2.1.3.2	Tem como propósito, socializar conhecimentos, buscando o fortalecimento da identidade local e regional.	Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UPF 1.2.1.3.3	Seu acervo constitui-se de doações da comunidade, envolvendo múltiplas memórias correspondentes à cidade e à região.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura, Com o apoio da comunidade
UPF 2.1.1.1	DESCARTADO	
UPF 2.1.1.2	A passagem é histórica e ainda mais especial para um grupo de professores nascido em 1968, mesmo ano de fundação da UPF.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos, Relacionamento com a Comunidade Acadêmica
UPF 2.1.2.1	DESCARTADO	
UPF 2.1.3.1	A história das Instituições Comunitárias de Ensino Superior é tema de mesa de abertura de Seminário Internacional	Características do modelo comunitário de universidade
UPF 2.1.3.2	As Instituições Comunitárias de Ensino Superior (Ices), expressivas no sul do Brasil, configuram um modelo institucional público não-estatal.	Características do modelo comunitário de universidade
UPF 2.1.3.3	Surgiram na segunda metade do século passado, como resultado da mobilização de suas comunidades, que se organizaram em torno da interiorização da educação superior .	Com o apoio da comunidade

UPF 2.1.4.1	Exposição retrata cinco décadas de história da UPF.	Ao longo de seus 50 anos, História da universidade desde a sua criação
UPF 2.1.5.1	Para marcar essa história de sucesso, inaugura a Exposição Memória UPF 50 Anos, no Centro Administrativo, na Universidade.	Ao longo de seus 50 anos, História da universidade desde a sua criação
UPF 2.1.5.2	A exposição é composta por peças de acervo pessoal, do MHR e de arquivos fotográficos da UPF.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
UPF 2.1.5.3	A exposição será itinerante, sendo encaminhada, posteriormente, para os Campi da UPF.	Caráter regional multicampi, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UPF 2.1.6.1	Calouros do curso de História visitam o Arquivo Histórico Regional, o Museu Histórico Regional e o Instituto Histórico de Passo Fundo	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Relacionamento com a Comunidade Acadêmica
UPF 2.1.6.2	Equipes do Museu Histórico Regional (MHR), do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e do Arquivo Histórico Regional (AHR) receberam os estudantes e apresentaram as formas diversas de se trabalhar história em espaços de memória.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Relacionamento com a Comunidade Acadêmica
UPF 2.1.7.1	DESCARTADO	
UPF 2.1.7.2	Fundada em 1999, a Associação de Amigos dos Museus de Artes Visuais Ruth Schneider e Histórico Regional (AAMAVRS-MHR) foi criada com o intuito de apoiar as atividades dos museus e angariar recursos financeiros para as instituições.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UPF 2.1.7.3	O Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS) e o Museu Histórico Regional (MHR) são vinculados à Universidade de Passo Fundo	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
UPF 2.2.1.1.1	UPF Casca: 25 anos de compromisso com o desenvolvimento da comunidade	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Preocupação com o desenvolvimento regional, Caráter regional multicampi
UPF 2.2.1.1.2	Uma história institucional permeada pelos sonhos e pelo trabalho de pessoas que fizeram com que a UPF comemorasse, no dia 17 de junho, os 25 anos do Campus Casca.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, História da universidade desde a sua criação, Caráter regional multicampi, Com o apoio da comunidade
UPF 2.2.1.2.1	MHR: há quatro décadas preservando o patrimônio histórico e cultural de Passo Fundo e região	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UPF 2.2.1.2.2	Mais de 200 exposições, 190 mil visitantes e um acervo de 13 mil itens.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
UPF 2.2.1.2.3	Esses números representam um pouco da importância do Museu Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, mantido em parceria com a Prefeitura de Passo Fundo	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Com o apoio da comunidade, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UPF 2.2.1.2.4	O acervo do MHR é composto por 13,1 mil itens, tendo a maioria sido doada pela comunidade.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Com o apoio da comunidade

UPF 2.2.2.1.1	DESCARTADO	
UPF 2.2.2.1.1	FUPF é homenageada na Assembleia Legislativa	Mantenedora da universidade, Instituição é homenageada durante sessão solene
UPF 2.2.2.1.2	Honraria foi concedida pela passagem dos 50 anos da Fundação, celebrados em 2017	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos, Mantenedora da universidade
UPF 2.2.2.1.3	Propositor da homenagem, o deputado Juliano Roso destacou, em sua fala, a importância da Universidade para o desenvolvimento local, regional e do estado.	Preocupação com o desenvolvimento regional, Instituição é homenageada durante sessão solene
UPF 2.2.2.1.4	Parabenizo a Fundação e desejo que essa instituição possa continuar desempenhando seu papel social junto a uma universidade comunitária que cumpre um papel fundamental	Características do modelo comunitário de universidade, Mantenedora da universidade, Instituição é homenageada durante sessão solene
UPF 2.2.3.1.1	A Universidade de Passo Fundo comemora, no dia 6 de junho, os 50 anos de sua criação.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos, História da universidade desde a sua criação
UPF 2.2.3.1.2	No livro Universidade Comunitária: uma experiência inovadora, o ex-reitor, professor Elydo Alcides Guareschi resume: “A UPF foi e continua sendo uma experiência fascinante [...]”	Características do modelo comunitário de universidade, Na condição de professor e de gestor
UPF 2.2.4.1.1	Site comemorativo ao cinquentenário	Ao longo de seus 50 anos
UPF 2.2.4.1.2	Página apresenta a história da Instituição e disponibiliza espaço para que as pessoas enviem suas próprias histórias com a UPF	Minha história na universidade, História da universidade desde a sua criação
UPF 2.2.4.1.3	O site também apresenta a palavra da Reitoria, uma galeria de fotos, o vídeo comemorativo aos 50 anos, notícias relacionadas à data e uma linha do tempo com os principais momentos do cinquentenário.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos, Na condição de professor e de gestor, Notícias relacionadas à data
UPF 2.2.4.2.1	50 anos da UPF são homenageados em Soledade	Ao longo de seus 50 anos, Instituição é homenageada durante sessão solene
UPF 2.2.4.2.2	Câmara de Vereadores realizou sessão solene em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Universidade de Passo Fundo	Instituição é homenageada durante sessão solene
UPF 2.2.4.3.1	Números institucionais foram apresentados em março, durante reunião-almoço no Clube Comercial	Universidade formou mais de 25 mil profissionais, Com o apoio da comunidade
UPF 2.2.4.3.2	O tema abordado foi a “Influência da UPF no desenvolvimento regional”.	Preocupação com o desenvolvimento regional
UPF 2.2.4.3.3	A atividade foi uma iniciativa da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL); da Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócios (Acisa); do Sindicato das Indústrias da Construção (Sinduscon); do Sindicato do Comércio Varejista (Sindilojas) e do Sindicato Rural.	Com o apoio da comunidade
UPF 2.2.4.3.4	“É sempre importante fortalecer esses laços e reafirmar nossa característica comunitária”	Características do modelo comunitário de universidade, Com o apoio da comunidade

UPF 2.2.4.4.1	Câmara de vereadores de Passo Fundo reconhece trajetória da Universidade	Instituição é homenageada durante sessão solene
UPF 2.2.4.4.2	Sessão Solene de homenagem à UPF pelos 50 anos ocorreu março, com a entrega de uma placa em honra ao mérito pelo trabalho em favor da comunidade de Passo Fundo e região	Ao longo de seus 50 anos, Instituição é homenageada durante sessão solene, A preocupação com o desenvolvimento da região
UPF 2.2.4.5.1	Para marcar essa história de sucesso, foi inaugurada, no dia 7 de maio, a Exposição Memória UPF 50 anos, no hall de entrada do Centro Administrativo	Ao longo de seus 50 anos, História da universidade desde a sua criação
UPF 2.2.4.6.1	Cinquentenário da UPF recebe homenagem na Assembleia Legislativa do RS	Ao longo de seus 50 anos, Instituição é homenageada durante sessão solene
UPF 2.2.4.6.2	Grande Expediente foi realizado em 6 de junho, data que marca os 50 anos da Instituição	Ao longo de seus 50 anos, Instituição é homenageada durante sessão solene
UPF 2.2.4.6.4	“A nossa cidade constituiu uma instituição comunitária em seu DNA, uma universidade enraizada na vida da comunidade”	Características do modelo comunitário de universidade, Com o apoio da comunidade
UPF 2.2.4.7.1	Sessão solene do Conselho Universitário celebra os 50 anos da UPF	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos, Instituição é homenageada durante sessão solene
UPF 2.2.4.7.2	Ato homenageou cerca de 50 pessoas que fizeram ou fazem parte da trajetória da instituição nestas cinco décadas	Ao longo de seus 50 anos, Homenagem a pessoas, empresas e entidades
UPF 2.2.4.7.4	[...]Homenageado na categoria “Gestão”, o ex-reitor Rui Getúlio Soares foi reconhecido pela sua atuação na Universidade por dois mandatos	Homenagem a pessoas, empresas e entidades
UPF 2.2.4.7.5	Rui Getúlio Soares: “Comecei como estudante em 1963 e iniciei como docente em 1967”	Minha história na universidade
UPF 2.2.4.7.6	O Sr. Aristides de Campos Medeiros, de 80 anos, foi um dos homenageados. “Atuei como pedreiro, motorista, chefe de obra e fui encarregado da jardinagem. Criei todos os meus filhos trabalhando aqui e foi um prazer ser funcionário da Universidade”.	Minha história na universidade, Homenagem a pessoas, empresas e entidades
UPF 2.2.4.8.1	50 anos da UPF são celebrados na Câmara de Vereadores de Sarandi	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos, Instituição é homenageada durante sessão solene
UPF 2.2.4.8.2	Criado em 2003, o Campus Sarandi é o mais novo da estrutura multicampi.	História da universidade desde a sua criação , Caráter regional multicampi
UPF 2.2.4.8.3	“A Universidade é um marco na história de Sarandi e nós devemos muito do nosso progresso à sua instalação no município”	Preocupação com o desenvolvimento regional, Caráter regional multicampi
UPF 2.2.4.9.1	Momento Ecumênico celebra os 50 anos da UPF	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos
UPF 2.2.4.9.2	O evento reuniu diferentes religiões e crenças para celebrar o momento festivo.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Com o apoio da comunidade
UPF 2.2.4.10.1	UPF recebe homenagem na Câmara de Vereadores de Lagoa Vermelha	Instituição é homenageada durante sessão solene

UPF 2.2.4.10.2	Quando celebra suas cinco décadas, Instituição é homenageada durante sessão solene	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos, Instituição é homenageada durante sessão solene
UPF 2.2.4.10.3	Os diretores que estiveram à frente do campus Lagoa Vermelha ao longo dos seus 28 anos de história também foram homenageados com uma placa.	Homenagem a pessoas, empresas e entidades
Unijuí 1.1.1.1	A Instituição deu os seus primeiros passos há cerca de 60 anos em Ijuí, mas logo conquistou novos espaços em Santa Rosa, Panambi e Três Passos.	História da universidade desde a sua criação , Caráter regional multicampi
Unijuí 1.1.1.2	A área de atuação da Fidene/Unijuí abrange 55 municípios do Estado, que integram os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Noroeste Colonial, Celeiro e Fronteira Noroeste, compreendendo uma população de aproximadamente 656 mil pessoas.	Mantenedora da universidade, Caráter regional multicampi, Preocupação com o desenvolvimento regional
Unijuí 1.1.1.4	Visão. Consolidar-se como universidade comunitária, pública não-estatal, integrada ao processo de desenvolvimento da região.	Características do modelo comunitário de universidade, Preocupação com o desenvolvimento regional
Unijuí 1.1.1.5	Missão: Formar e qualificar profissionais com excelência técnica e consciência social crítica, capazes de contribuir para a integração e o desenvolvimento da região.	Preocupação com o desenvolvimento regional
Unijuí 1.1.1.7	A história da Unijuí remete aos anos 50	História da universidade desde a sua criação
Unijuí 1.1.1.8	[...] a Ordem dos Frades Franciscanos (Capuchinos) do Rio Grande do Sul, e a comunidade de Ijuí e região, iniciaram uma mobilização em prol da implantação do ensino superior.	História da universidade desde a sua criação , Igreja católica no histórico da criação das universidades, Com o apoio da comunidade
Unijuí 1.1.1.9	Desse movimento constitui-se, em 1956, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da região noroeste do estado.	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação
Unijuí 1.1.1.10	Em 1969, o patrimônio da Fafi passa à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Fidene), hoje mantenedora da Unijuí, do Museu Antropológico Diretor Pestana, do Centro de Educação Básica Francisco de Assis e Rádio Educativa Unijuí.	História da universidade desde a sua criação , Mantenedora da universidade
Unijuí 1.1.1.11	Em 1993, após a formalização do caráter regional e multicampi, transforma-se na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, ampliando posteriormente seu reconhecimento regional com os campi de Ijuí, Panambi, Santa Rosa e Três Passos, e por meio dos Núcleos Universitários de Santo Augusto e Tenente Portela.	História da universidade desde a sua criação , Caráter regional multicampi
Unijuí 1.1.2.1	A Unijuí participa do PAIUNG - Programa de Avaliação das Universidades Comunitárias Gaúchas que, desde sua fundação em 1994	Afiliada ao COMUNG e à ABRUC, Avaliação Institucional, Características do modelo comunitário de universidade
Unijuí 1.1.2.2	[...] constitui-se em um fórum de discussão e troca de experiências sobre avaliação institucional integrada com o COMUNG - Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas.	Afiliada ao COMUNG e à ABRUC, Avaliação Institucional, Características do modelo comunitário de universidade
Unijuí 1.2.1.1	Missão: Oportunizar conhecimento e reflexão por meio da pesquisa, comunicação, difusão e preservação do acervo, contribuindo no processo educacional, identitário e cultural, visando o desenvolvimento do Noroeste do RS.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Preocupação com o desenvolvimento regional

Unijuí 1.2.1.2	O Museu Antropológico Diretor Pestana, mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – Fidene, foi criado em 25 de maio de 1961 com o objetivo de resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura, a educação e o lazer.	Mantenedora da universidade, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Unijuí 1.2.1.3	O acervo documental é disponibilizado para pesquisa in loco. Possui hoje sede própria, com área de 1.618 m ² , climatizada, oferecendo as condições ideais para conservação do acervo constituído por mais de 29 mil peças museais.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Unijuí 2.1.1.1	Os 60 anos de Ensino Superior da Unijuí contam muitas histórias	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, História da universidade desde a sua criação
Unijuí 2.1.1.2	Nestes 60 anos de ensino superior na região Noroeste do Rio Grande do Sul, a Unijuí, dentre os cerca de 40 mil egressos, já formou mais de uma geração da mesma família.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Universidade formou mais de 25 mil profissionais, Relacionamento com a Comunidade Acadêmica
Unijuí 2.1.1.3	Em seus quatro Campi - Ijuí, Santa Rosa, Panambi e Três Passos - a Universidade acolhe, todos os anos, milhares de pessoas	Caráter regional multicampi
Unijuí 2.1.1.4	Caso da família de Solange Koltermann, que, após fazer o magistério, cursou Pedagogia na Unijuí, em 1982	Relacionamento com a Comunidade Acadêmica
Unijuí 2.1.1.5	No total, 11 pessoas da família estudam ou já passaram pela Unijuí	Relacionamento com a Comunidade Acadêmica
Unijuí 2.1.1.6	“A Unijuí faz parte das nossas vidas, podemos contar permanentemente com a Instituição, que está sempre aberta para a comunidade”	Minha história na universidade, Com o apoio da comunidade
Unijuí 2.1.2.1	Museu lança campanha “Essa História Também é Sua”	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Unijuí 2.1.2.2	O evento teve por objetivo o lançamento da campanha "Essa História Também é Sua!", parceria do Museu com o Departamento Municipal de Energia de Ijuí (Demei).	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Unijuí 2.1.2.3	Com 57 anos de história, o MADP é um guardião de memórias da região noroeste do Rio Grande do Sul	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Unijuí 2.1.2.4	O Museu também contribui no processo educacional, identitário e cultural, visando o desenvolvimento da região	Preocupação com o desenvolvimento regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Unijuí 2.1.3.1	Museu Antropológico Diretor Pestana comemora o 57º aniversário	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Unijuí 2.1.3.2	DESCARTADO	

Urcamp 1.1.1.1	A avaliação na URCAMP possui uma trajetória de mais de trinta anos, marcada por diferentes momentos e que se fortaleceu, sobretudo, a partir do início dos anos 1990, com o foco da avaliação na melhoria da qualidade do ensino de graduação.	Avaliação Institucional, História da universidade desde a sua criação
Urcamp 1.1.1.2	A partir de 1994, observa-se a vinculação da proposta interna às propostas de avaliação externas à Instituição, primeiramente com a adesão ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), seguida pela sua incorporação no Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung).	Avaliação Institucional, Características do modelo comunitário de universidade, História da universidade desde a sua criação , Afilhada ao COMUNG e à ABRUC
Urcamp 1.1.1.3	Este, por sua vez, implementou um programa próprio de autoavaliação, adotando os princípios, objetivos e metodologia do Paiub, com a inclusão de novos indicadores, adequados às especificidades das universidades comunitárias pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades do Comung (Paiung).	Avaliação Institucional, Características do modelo comunitário de universidade
Urcamp 1.1.2.1	A Fundação Attila Taborda (FAT), teve como embrião a criação da Fundação Universidade de Bagé (FUB), ocorrida no dia 13 de janeiro de 1969.	História da universidade desde a sua criação , Mantenedora da universidade
Urcamp 1.1.2.2	os cursos superiores existentes foram estruturados na forma de Faculdades reunidas em uma só instituição, agora denominada Faculdades Unidas de Bagé, mantida pela Fundação Attila Taborda (FAT/ FUnBa).	História da universidade desde a sua criação , Mantenedora da universidade
Urcamp 1.1.2.3	O projeto de transformação das Faculdades Unidas de Bagé em universidade iniciou-se em 1986, quando o Conselho Federal de Educação aprovou a carta consulta encaminhada pela instituição. O resultado do processo reconhecia a Universidade da Região da Campanha (Urcamp), o que foi oficializado pela Portaria ministerial nº 052, de 16 de fevereiro de 1989.	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação
Urcamp 1.1.2.4	A FAT possui como órgão diretivo um Conselho Diretor que atua com representantes dos professores, funcionários, alunos, e representantes da comunidade regional.	Mantenedora da universidade, Com o apoio da comunidade
Urcamp 1.1.2.5	Atualmente, a FAT é mantenedora da Universidade da Região da Campanha (Urcamp), Hospital de Clínicas Dr. Mário Araújo, Casa da Menina, Museu Dom Diogo de Souza e Museu da Gravura e Jornal Minuano.	Mantenedora da universidade
Urcamp 1.1.3.1	Originada de demandas das regiões da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, a Urcamp é uma Instituição de Ensino Superior que propõe atividades alicerçadas de maneira regional, comunitária e filantrópica. Estes pilares configuram a responsabilidade social diante de sua comunidade.	Características do modelo comunitário de universidade, Com o apoio da comunidade, Responsabilidade Social diante de sua comunidade
Urcamp 1.1.3.2	Projeta sua ação partindo do campus central, em Bagé, e se estende por municípios como Alegrete, Dom Pedrito, Santana do Livramento e São Gabriel.	Caráter regional multicampi
Urcamp 1.1.3.1.1	A Urcamp começou sua jornada na mesma fase em que diversas universidades federais, estaduais e particulares se organizavam. Naquele período (décadas de 50 a 70), a antiga FAT/Funba agregou novos cursos no que consolidou-se com a criação das faculdades e a constituição da Universidade da Região da Campanha.	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação
Urcamp 1.1.3.1.2	Em 19 de novembro de 1953, a Associação de Cultura Técnica e Econômica (ABCTE) criou a Faculdade de Ciências Econômicas, localizada em Bagé. Em 1955, surgiu a Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé, criada como extensão da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), com o apoio do Bispo Dom Antônio Záttera, que também era o Reitor dessa Universidade.	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação , Igreja católica no histórico da criação das universidades

Urcamp 1.1.3.1.3	Em 13 de janeiro 1969, foi registrada a Fundação Universidade de Bagé – FunBa, posteriormente transformada em Fundação Attila Taborda (FAT), enquanto instituição mantenedora da instituição de ensino denominada de Faculdades Unidas de Bagé (FunBa).	História da universidade desde a sua criação , Mantenedora da universidade
Urcamp 1.1.3.1.4	Em 1989, a qualificação do corpo docente e os fatores de maturidade acadêmica renderam à instituição o reconhecimento como Universidade.	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação
Urcamp 1.1.3.1.5	Em 15 de fevereiro de 1989, foram incorporados os campi de Dom Pedrito e Caçapava do Sul.	História da universidade desde a sua criação , Caráter regional multicampi
Urcamp 1.1.3.1.6	Em 1990, foi criado novo campus na cidade de São Gabriel.	História da universidade desde a sua criação , Caráter regional multicampi
Urcamp 1.1.3.1.7	Em 14 de julho de 1992, soma-se à URCAMP o campus de Sant’Ana do Livramento.	História da universidade desde a sua criação , Caráter regional multicampi
Urcamp 1.1.3.1.8	Em 7 de novembro de 1996, os Cursos Superiores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Borja foram incorporados .	História da universidade desde a sua criação , Caráter regional multicampi
Urcamp 1.1.3.1.9	Em 6 de dezembro de 1996, o Campus Universitário de Alegrete, foi instalado	História da universidade desde a sua criação , Caráter regional multicampi
Urcamp 1.1.3.1.10	Em 23 de fevereiro de 2001, foi autorizado o campus universitário de Itaqui	História da universidade desde a sua criação , Caráter regional multicampi
Urcamp 1.1.3.1.11	[...] ao transformar-se em universidade a Urcamp tornou-se o marco responsável pela formação da população destas regiões, desassistida de uma política de ensino público em nível de graduação, extensão, pesquisa e pós-graduação. A medida acarretou em uma necessidade de recursos, muitas vezes superior a sua capacidade financeira.	Transformação das Faculdades em Universidade. Preocupação com o desenvolvimento regional, História da universidade desde a sua criação
Urcamp 1.1.3.1.11	DESCARTADO	
Urcamp 1.1.3.1.12	No ano de 2005, em decorrência da crise financeira, a gestão da universidade e políticos representantes dos poderes executivo e legislativo de diferentes escalas, iniciaram um processo de tentativa de federalização da URCAMP, que não foi aprovado. Em seu lugar, foi criada a Universidade Federal do Pampa (Unipampa).	História da universidade desde a sua criação
Urcamp 1.1.3.1.13	Em dezembro de 2010, a URCAMP, elegeu a nova administração. O propósito foi o de implantar mudanças que levassem a equalizar os problemas de natureza administrativa, financeira e acadêmica.	História da universidade desde a sua criação
Urcamp 1.1.3.1.14	Entre as estratégias de reorganização ocorreram adequações como: o fechamento de campi: Itaqui (2014), São Borja (2016) e Caçapava do Sul (2016); encerramento de cursos deficitários; manutenção de programas como PROUNI, PROESC; e adesão ao programa PROIES (2012).	História da universidade desde a sua criação
Urcamp 1.1.3.1.15	[...] a IES decide, em um processo de amadurecimento de sua comunidade acadêmica solicitar o recredenciamento na organização acadêmica de Universidade para Centro Universitário, em 2013.	História da universidade desde a sua criação
Urcamp 1.1.3.2.1	A Urcamp é fruto das demandas de uma comunidade regional que se organizou em torno da Fundação Attila Taborda na busca de um ensino superior de qualidade e que respondesse pelas suas aspirações de um futuro melhor. E isso vem acontecendo há mais de 60 anos .	História da universidade desde a sua criação , Mantenedora da universidade, Preocupação com o desenvolvimento regional
Urcamp 1.1.3.2.2	Trabalhamos na meta de tornar regiões, organizações e pessoas mais autônomas; buscamos auxiliar descobertas e construir respostas a questionamentos social e economicamente. E, sobretudo, porque, no nosso caso, como regional, comunitária e filantrópica, nos dedicamos a fazer tudo isso juntos com a comunidade.	Características do modelo comunitário de universidade, Preocupação com o desenvolvimento regional, Na condição de professor e de gestor, Com o apoio da comunidade

Urcamp 1.1.3.2.3	[...] a comunidade de nossa região reconhece na Urcamp uma identidade e um compromisso que se solidificaram na história.	Na condição de professor e de gestor, Com o apoio da comunidade
Urcamp 1.1.3.2.4	[...] a atuação da Urcamp é e sempre será uma das bases do desenvolvimento social, do progresso econômico e da sustentabilidade dos processos produtivos que aqui se arranjam.	Preocupação com o desenvolvimento regional, Na condição de professor e de gestor
Urcamp 1.1.3.3.1	Visão. Ser uma Instituição de referência para a comunidade interna e externa, pela participação nas ações dirigidas ao desenvolvimento regional sustentável e seus reflexos na sociedade.	Preocupação com o desenvolvimento regional
Urcamp 1.1.3.4.1	A URCAMP define-se como uma instituição cuja atuação é sustentada pelos seguintes pilares: ser regional, ser comunitária e ser filantrópica que, associados, configuram e materializam a sua responsabilidade social.	Características do modelo comunitário de universidade, Com o apoio da comunidade, Responsabilidade Social diante de sua comunidade
Urcamp 1.1.3.4.3	Esse compromisso é materializado, anualmente, por ações que resultaram na conquista do selo de Responsabilidade Social 2017/2018, conferido pela Associação Nacional das Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES).	Responsabilidade Social diante de sua comunidade
Urcamp 1.1.3.4.4	[...] a URCAMP parte da premissa da valorização das particularidades regionais, do território, enquanto fatores de diferenciação. Desta forma, assume seu papel de agente de interlocução e de liderança para a constituição dos territórios da Campanha e da Fronteira Oeste.	Preocupação com o desenvolvimento regional, Com o apoio da comunidade
Urcamp 1.1.3.4.6	A FAT/URCAMP é auditada pela Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Educação (CEBAS). Interagindo em sua grande parte com os cursos ou de maneira independente, há as ações desenvolvidas pelo Hospital Universitário (HU), no âmbito da saúde; pelos museus, enquanto memória e patrimônio cultural da região; e pelo projeto da Casa da Menina, de caráter assistencial.	Mantenedora da universidade
Urcamp 1.1.3.4.6	DESCARTADO	
Urcamp 1.2.1.1	O Museu Dom Diogo de Souza é parte de mais uma das extensões da Urcamp. Seu vasto acervo fotográfico, que resgata parte da história, da identidade e da memória cultural de Bagé, da região e do Rio Grande do Sul.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Urcamp 1.2.1.2	[...] serve como guardião de objetos, utensílios, peças únicas e raras, máquinas antigas, registros históricos, livros e fotos.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Urcamp 1.2.1.3	Seu prédio imponente, de corredores e peças amplas guarda uma hemeroteca com mais de 30 mil volumes, uma Fototeca com mais de 12 mil fotos tombadas e outras 20 mil pré-tombadas.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Urcamp 1.2.1.1.1	A 20 de setembro de 1956, o Museu Dom Diogo de Souza foi inaugurado com sede em duas salas da Vila Vicentina inicialmente, onde permaneceu até 1974.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Data em que se comemora o aniversário da Instituição
Urcamp 1.2.1.1.2	Em 1969, o museu em celebração de convênio, passa a ser mantido e a fazer parte da Fundação Attila Taborda/Urcamp, até os dias atuais.	Mantenedora da universidade, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Urcamp 1.2.1.1.3	Possui um acervo histórico e diversificado oriundo de doações da comunidade;	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Com o apoio da comunidade

Urcamp 1.1.3.2.3	[...] a comunidade de nossa região reconhece na Urcamp uma identidade e um compromisso que se solidificaram na história.	Na condição de professor e de gestor, Com o apoio da comunidade
Urcamp 1.1.3.2.4	[...] a atuação da Urcamp é e sempre será uma das bases do desenvolvimento social, do progresso econômico e da sustentabilidade dos processos produtivos que aqui se arranjam.	Preocupação com o desenvolvimento regional, Na condição de professor e de gestor
Urcamp 1.1.3.3.1	Visão. Ser uma Instituição de referência para a comunidade interna e externa, pela participação nas ações dirigidas ao desenvolvimento regional sustentável e seus reflexos na sociedade.	Preocupação com o desenvolvimento regional
Urcamp 1.1.3.4.1	A URCAMP define-se como uma instituição cuja atuação é sustentada pelos seguintes pilares: ser regional, ser comunitária e ser filantrópica que, associados, configuram e materializam a sua responsabilidade social.	Características do modelo comunitário de universidade, Com o apoio da comunidade, Responsabilidade Social diante de sua comunidade
Urcamp 1.1.3.4.3	Esse compromisso é materializado, anualmente, por ações que resultaram na conquista do selo de Responsabilidade Social 2017/2018, conferido pela Associação Nacional das Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES).	Responsabilidade Social diante de sua comunidade
Urcamp 1.1.3.4.4	[...] a URCAMP parte da premissa da valorização das particularidades regionais, do território, enquanto fatores de diferenciação. Desta forma, assume seu papel de agente de interlocução e de liderança para a constituição dos territórios da Campanha e da Fronteira Oeste.	Preocupação com o desenvolvimento regional, Com o apoio da comunidade
Urcamp 1.1.3.4.6	A FAT/URCAMP é auditada pela Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Educação (CEBAS). Interagindo em sua grande parte com os cursos ou de maneira independente, há as ações desenvolvidas pelo Hospital Universitário (HU), no âmbito da saúde; pelos museus, enquanto memória e patrimônio cultural da região; e pelo projeto da Casa da Menina, de caráter assistencial.	Mantenedora da universidade
Urcamp 1.1.3.4.6	DESCARTADO	
Urcamp 1.2.1.1	O Museu Dom Diogo de Souza é parte de mais uma das extensões da Urcamp. Seu vasto acervo fotográfico, que resgata parte da história, da identidade e da memória cultural de Bagé, da região e do Rio Grande do Sul.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Urcamp 1.2.1.2	[...] serve como guardião de objetos, utensílios, peças únicas e raras, máquinas antigas, registros históricos, livros e fotos.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Urcamp 1.2.1.3	Seu prédio imponente, de corredores e peças amplas guarda uma hemeroteca com mais de 30 mil volumes, uma Fototeca com mais de 12 mil fotos tombadas e outras 20 mil pré-tombadas.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Urcamp 1.2.1.1.1	A 20 de setembro de 1956, o Museu Dom Diogo de Souza foi inaugurado com sede em duas salas da Vila Vicentina inicialmente, onde permaneceu até 1974.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Data em que se comemora o aniversário da Instituição
Urcamp 1.2.1.1.2	Em 1969, o museu em celebração de convênio, passa a ser mantido e a fazer parte da Fundação Attila Taborda/Urcamp, até os dias atuais.	Mantenedora da universidade, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Urcamp 1.2.1.1.3	Possui um acervo histórico e diversificado oriundo de doações da comunidade;	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Com o apoio da comunidade

Urcamp 1.2.1.1.4	[...] na Hemeroteca Isidoro Paulo de Oliveira (coleção de periódicos e revistas de Bagé e RS), objetos do cotidiano, imagens sacras, objetos das revoluções, vestuário, coleção de numismática (cédulas e moedas), documentos, biblioteca de Autores Bageenses, e Biblioteca de Tarcísio Antônio da Costa Taborda. Ainda a Fototeca Túlio Lopes, com acervo de aproximadamente cem mil fotos.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
UUrcamp 1.2.1.2.2	[...] é mantido pela Fundação Áttila Taborda e tem por finalidade recolher, adquirir, estudar, conservar, comunicar/expôr, para fins de estudo, educação, cultura e lazer, obras de Artes Visuais com ênfase na gravura.	Mantenedora da universidade, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Urcamp 1.2.1.2.3	Dispõe em seu acervo mais de quatrocentas obras do Clube da Gravura de Bagé e de Porto Alegre.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Urcamp 1.2.1.2.4	A missão do Museu é promover a interação da sociedade com o patrimônio artístico cultural, contemplando educação, comunicação, memória e identidades, fazendo parte da política cultural desta universidade, primando pela responsabilidade sócio cultural e o desenvolvimento regional.	Preocupação com o desenvolvimento regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Urcamp 2.1.1.1	Museu Dom Diogo de Souza marca mês da mulher com exposição	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Urcamp 2.1.1.2	O Museu Dom Diogo de Souza é um dos braços da nossa Urcamp, onde a Instituição resguarda parte da história e da cultura de Bagé e região.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Urcamp 2.1.2.1	A Exposição - Tempo de Mulher está em evidência no Museu Dom Diogo de Souza FAT/Urcamp.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Urcamp 2.1.2.2	A fototeca é de Túlio Lopes.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional
Urcamp 2.1.2.3	Esta coleção rara, é datada de mais de um século	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Unisc 1.1.1.1.1	Estamos comprometidos com a justiça social e abertos à realidade dinâmica da sociedade, pois o humanismo, a democracia e o ideal comunitário são marcas da nossa Instituição.	Características do modelo comunitário de universidade
Unisc 1.1.1.2.1	Compromisso com a comunidade e realidade regional, que se traduz em um perfil institucional definido a partir das características do modelo comunitário de universidade e das demandas e necessidades da região, em políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, bem como na participação do poder público e da sociedade civil organizada nos órgãos colegiados da Universidade.	Características do modelo comunitário de universidade, Com o apoio da comunidade
Unisc 1.1.1.3.1	A História da UNISC se confunde com a história da Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, sua mantenedora, fundada em 1962.	História da universidade desde a sua criação, Mantenedora da universidade
Unisc 1.1.1.3.2	Os esforços da Associação começaram a ser recompensados em 1964, quando foi criada a Faculdade de Ciências Contábeis. Em 1967 tiveram início os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1968, foi a vez da Faculdade de Direito e, dois anos depois, da Escola Superior de Educação Física.	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação

Unisc 1.1.1.3.3	Em 1980 a mantenedora obteve a aprovação do MEC para criar as Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, a FISC, unindo as quatro faculdades por ela mantidas.	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação , Mantenedora da universidade
Unisc 1.1.1.3.4	A APESC, com o apoio da comunidade, procurava também a ampliação do acervo da biblioteca, a instalação de um Centro de Processamento de Dados e a obtenção de financiamento federal para viabilizar a construção do Campus Universitário.	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação , Mantenedora da universidade, Com o apoio da comunidade
Unisc 1.1.1.3.6	O projeto que deu origem à UNISC foi construído, assim, com intensa participação da comunidade acadêmica e regional. A Carta-Consulta com vistas à criação da Universidade, foi aprovada em 1991, pelo então Conselho Federal de Educação – CFE.	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação , Com o apoio da comunidade
Unisc 1.1.1.3.7	Em 1993 o processo de criação da Universidade chegou ao fim com pleno êxito, passando a entidade a denominar-se Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC.	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação
Unisc 1.1.1.3.9	Atendendo às propostas de parceria de alguns municípios gaúchos, a Universidade estabeleceu Campi fora de sede em Sobradinho, em 1998; em Capão da Canoa, em 2001; em Venâncio Aires, em 2004; e em Montenegro, no ano de 2011.	História da universidade desde a sua criação , Caráter regional multicampi, Com o apoio da comunidade
Unisc 1.1.1.3.10	O caráter comunitário da UNISC faz com que ela cresça.	Características do modelo comunitário de universidade
Unisc 1.1.1.3.11	A APESC, além de atuar na área da educação superior, através da UNISC, a partir de 1984 passou a ser também mantenedora da Escola de Ensino Básico Educar-se e, em 1999, do Centro de Educação Profissional da Unisc - CEPRU. A diversificação de atividades prosseguiu em 2003, com a aquisição pela APESC do Hospital Santa Cruz.	Mantenedora da universidade
Unisc 1.1.1.3.12	Os muitos projetos voltados à saúde, à educação, ao esporte, ao meio ambiente, à comunicação e ao desenvolvimento tecnológico reforçam os vínculos de uma Instituição comprometida com princípios éticos e com o desenvolvimento sustentável das comunidades onde está inserida.	Preocupação com o desenvolvimento regional
Unisc 1.1.1.4.1	Visão. Ser uma universidade comunitária e democrática, reconhecida por relevantes contribuições ao desenvolvimento, capaz de responder de forma criativa e dinâmica às transformações do contexto social.	Características do modelo comunitário de universidade, Preocupação com o desenvolvimento regional
Unisc 1.1.1.5.1	Como Universidade comunitária, a UNISC mantém uma importante interação com a comunidade regional, nas diversas regiões em que está presente.	Características do modelo comunitário de universidade, Com o apoio da comunidade
Unisc 1.1.1.5.2	O compromisso com a realidade regional expressa-se na participação ativa no processo de desenvolvimento social, cultural e econômico, traduzida em ações institucionais definidas a partir das demandas e necessidades comunitárias.	Preocupação com o desenvolvimento regional, Com o apoio da comunidade
Unisc 1.1.1.5.3	O uso do termo comunitário, pela UNISC, envolve as noções de identidade regional, de responsabilidade coletiva com o desenvolvimento, de cooperação e de participação.	Características do modelo comunitário de universidade, Preocupação com o desenvolvimento regional, Com o apoio da comunidade
Unisc 1.1.1.7.1	A avaliação institucional na UNISC é um processo incorporado às suas práticas diárias. Faz parte da rotina da Instituição e acontece de maneira sistemática desde o ano de 1986.	Avaliação Institucional, História da universidade desde a sua criação
Unisc 1.1.1.7.2	O documento que norteia as práticas avaliação da Instituição é o PAIUNISC – Programa de Avaliação Institucional da UNISC, cuja primeira fase se deu no ano de 1994.	Avaliação Institucional, História da universidade desde a sua criação

Unisc 1.1.1.7.3	Foi também na década de 1990 que, motivadas pela criação do PAIUB, a UNISC e as demais Instituições que constituíam o COMUNG – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas –, encaminharam à SESu/MEC o PAIUNG – Programa de Avaliação Institucional das Universidades do COMUNG.	Afiliada ao COMUNG e à ABRUC, Avaliação Institucional, Características do modelo comunitário de universidade, História da universidade desde a sua criação
Unisc 1.1.1.8.1.1.1	O CEDOC (Centro de Documentação da UNISC), ligado ao Departamento de História e Geografia, visa reunir, classificar, preservar e colocar à disposição de especialistas e público em geral o acesso a importantes fontes documentais que fazem referência a cultura, a economia, a política, enfim, ao comportamento dos diferentes grupos sociais que formam a sociedade do Vale do Rio Pardo.	Centro de documentação e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Unisc 1.1.1.8.1.1.2	O Centro de Documentação da UNISC tem como objetivo reunir, classificar, preservar e colocar à disposição fontes documentais de origem pública e privada; possibilitar o intercâmbio de experiência de pesquisas entre professores e pesquisadores dos Departamentos da UNISC; oferecer aos alunos graduandos e pós-graduandos a possibilidade de melhoria de sua formação acadêmica; propiciar o aperfeiçoamento de professores e alunos pela participação em cursos, palestras, oficinas e seminários promovidos pelo CEDOC; estimular a parceria entre as prefeituras municipais e iniciativa privada e outras instituições na realização de projetos e eventos; preparar pesquisadores para a elaboração de histórias municipais.	Centro de documentação e memória, Preocupação com o desenvolvimento regional, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura, Relacionamento com a Comunidade Acadêmica
Unisc 1.1.1.8.1.1.3	O CEDOC propõem-se a coletar e manter sob sua custódia documentos das seguintes áreas temáticas: Política eleitoral e partidária; Associativismo; Movimentos Sociais; Fumicultura; Histórico Institucional da UNISC, a partir da documentação que não faz mais parte dos Arquivos Correntes e Intermediários da Instituição.	Centro de documentação e memória, História da universidade desde a sua criação
Unisc 2.2.1.1.1	DESCARTADO	
Unisc 2.2.1.1.1	Unisc 24 anos: comprometida com o desenvolvimento	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Preocupação com o desenvolvimento regional
Unisc 2.2.1.1.2	Ao completar mais um ano de atividades, a reitora da Unisc e presidente da Apesc, Carmen Lúcia de Lima Helfer, falou sobre os assuntos relacionados à Instituição, à gestão e ao atual momento da educação superior no país.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Mantenedora da universidade, Na condição de professor e de gestor
Unisc 2.2.1.1.3	Como universidade comunitária, a Unisc reinveste seus recursos no próprio Campus e também em atividades em prol da comunidade. Qual é a importância das pessoas compreenderem esse conceito?	Características do modelo comunitário de universidade, Preocupação com o desenvolvimento regional
Unisc 2.2.1.1.4	[...] se ela é comunitária ela é para a nossa comunidade, mas os alunos pagam mensalidade	Características do modelo comunitário de universidade, Na condição de professor e de gestor
Unisc 2.2.1.1.5	A universidade comunitária não objetiva lucro. Tudo o que ela arrecada volta para o próprio projeto.	Características do modelo comunitário de universidade, Na condição de professor e de gestor
Unisc 2.2.2.1.1	A Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul (Apesc) completou, no dia 17 de março, 56 anos de atividades.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Mantenedora da universidade
Unisc 2.2.2.1.2	No início da década de 60, a comunidade santa-cruzense se mobilizou e uniu esforços para implantar o ensino superior na região.	História da universidade desde a sua criação, Com o apoio da comunidade

Unisc 2.2.2.1.3	Assim, em março de 1962, era fundada a Apesc, Instituição sem fins lucrativos, integrada por representações da comunidade: entidades escolares e religiosas, associações empresariais e profissionais, sindicatos, empresas de comunicação e clubes de serviço.	Igreja católica no histórico da criação das universidades, Mantenedora da universidade, Com o apoio da comunidade
Unisc 2.2.3.1.1	A Universidade de Santa Cruz do Sul completa 25 anos no dia 25 de junho.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, História da universidade desde a sua criação
Unisc 2.2.3.1.2	Mantida pela Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul (Apesc), figura entre as melhores instituições de ensino superior do país	Mantenedora da universidade
Unisc 2.2.3.2.1	A trajetória da Unisc está diretamente ligada à história da Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul (Apesc)	História da universidade desde a sua criação , Mantenedora da universidade
Unisc 2.2.3.2.2	Em 1993, o processo de criação da Universidade chegou ao fim com pleno êxito, passando a entidade a denominar-se Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc)	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação
Unisc 2.2.3.2.3	Atendendo às propostas de parceria de alguns municípios gaúchos, a Universidade implantou o primeiro campus fora da sede na cidade de Sobradinho.	História da universidade desde a sua criação , Caráter regional multicampi, Com o apoio da comunidade
Unisc 2.2.3.2.4	O processo de expansão fora de sede prosseguiu com a criação do campus de Capão da Canoa, inaugurado em 2001; de Venâncio Aires, inaugurado em 2004; e de Montenegro, inaugurado em 2010.	História da universidade desde a sua criação , Caráter regional multicampi
Unisc 2.2.3.3.1	DESCARTADO	
Feevale 1.1.1.1	A Feevale integra, em conjunto com mais nove Instituições gaúchas, o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG. Em 1993, esse consórcio articulou e produziu o Programa de Avaliação das Universidades do COMUNG – PAIUNG.	Avaliação Institucional, Características do modelo comunitário de universidade
Feevale 1.1.1.2	Identificado com o PAIUNG, a Feevale criou e institucionalizou o seu Programa de Avaliação Institucional - PROIN	Avaliação Institucional
Feevale 1.1.1.3	3 [...] o Programa de Avaliação Institucional - PROIN da Feevale, desenvolvido desde 1995, passou por uma (re) construção necessária do seu processo de avaliação, com intuito de aproximar-se das orientações e diretrizes emanadas pelo SINAES e CONAES.	Avaliação Institucional, História da universidade desde a sua criação
Feevale 1.1.2.1	O Museu Nacional do Calçado (MNC) conserva a memória da atividade coureiro-calçadista do país. Ele reúne um vasto acervo, com calçados desde o século XII, além de sandálias gregas antigas.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Práticas de memória regional
Feevale 1.1.2.2	O espaço também se propõe a promover exposições, cursos, seminários, palestras, encontros, concursos, lançamentos de moda e visitas dirigidas.	Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Feevale 1.1.3.1	Rumo aos 50 anos	Ao longo de seus 50 anos
Feevale 1.1.3.2	De natureza comunitária, regional e inovadora, a Universidade Feevale tem como finalidade atender, de forma qualificada, às demandas educacionais, culturais, sociais, econômicas, científicas e tecnológicas da região do Vale do Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul.	Características do modelo comunitário de universidade, Preocupação com o desenvolvimento regional

Feevale 1.1.3.3	Aliando a tradição de quase 50 anos à vanguarda, especialmente na criação de cursos, processos e serviços, a Feevale vem se projetando internacionalmente em função das parcerias com instituições estrangeiras, distribuídas em diversos países.	Ao longo de seus 50 anos
Feevale 1.1.3.1.1	A Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo é uma entidade sem fins lucrativos reconhecida de utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, mantenedora da Feevale.	Mantenedora da universidade, Memória como forma de valorização da comunidade
Feevale 1.1.3.2.1	Em seus quase 50 anos de história, a Feevale estabeleceu importantes parcerias nacionais e internacionais na busca de atender, de forma qualificada, às demandas educacionais, culturais, sociais, econômicas, científicas e tecnológicas da região na qual está inserida.	Ao longo de seus 50 anos, Preocupação com o desenvolvimento regional
Feevale 1.1.3.2.2	DESCARTADO	
Feevale 1.1.3.2.3	Com o objetivo de promover a participação dos acadêmicos nas ações de comemoração aos 50 anos da Universidade Feevale, a Instituição promoveu o Concurso Feevale 50 anos – Selo Comemorativo, de 13 de novembro a 13 de dezembro de 2017. O resultado foi divulgado no dia 22 de dezembro de 2017.	Data em que se comemora o aniversário da Instituição, Ao longo de seus 50 anos, Relacionamento com a Comunidade Acadêmica
Feevale 1.1.3.2.4	A premiação e lançamento do selo ocorreu em abril de 2018, no mesmo mês em que a Instituição, em 2010, deu um grande passo: tornou-se universidade.	História da universidade desde a sua criação, Transformação das Faculdades em Universidade
Feevale 1.1.3.2.5	Ao longo dessas cinco décadas, reforçamos o compromisso de desenvolvimento social e difusão do conhecimento na região e demonstramos avanços significativos nos quesitos: inovação, empreendedorismo e internacionalização.	Ao longo de seus 50 anos, Preocupação com o desenvolvimento regional, História da universidade desde a sua criação
Feevale 1.1.3.2.7	Em 1999 a Feevale foi credenciada, pelo Ministério da Educação, como centro universitário. Em 2010 tornou-se universidade, uma importante conquista para a comunidade acadêmica.	Transformação das Faculdades em Universidade, História da universidade desde a sua criação
Feevale 1.1.3.2.8	Em 2011, foi inaugurado o Teatro Feevale, que colocou a região no mapa cultural do Estado e do País e, em 2015, o Parque Tecnológico do Vale do Sinos passou a chamar-se Feevale Techpark, assumindo um novo posicionamento e ficando mais conectado à Universidade Feevale e ao sistema produtivo regional.	Preocupação com o desenvolvimento regional, História da universidade desde a sua criação
Feevale 1.1.3.2.9	Em toda a história da instituição, percebe-se o envolvimento da comunidade, a preocupação com o desenvolvimento regional.	Preocupação com o desenvolvimento regional, História da universidade desde a sua criação, Com o apoio da comunidade
Feevale 1.1.3.2.10	Assista ao documentário e confira alguns depoimentos em homenagem aos 50 anos da Instituição.	Ao longo de seus 50 anos, Minha história na universidade, História da universidade desde a sua criação
Feevale 1.1.3.2.11	Durante seus 50 anos de existência, a Instituição já formou 27.620 estudantes na graduação. Confira alguns depoimentos de quem constrói sua história conosco!	Ao longo de seus 50 anos, Minha história na universidade, Universidade formou mais de 25 mil profissionais
Feevale 1.1.4.1	DESCARTADO	
Feevale 1.1.4.2	A Política de Responsabilidade Social oficializa e orienta o compromisso da Universidade Feevale com o desenvolvimento social da região e do país em que está inserida.	Preocupação com o desenvolvimento regional, Responsabilidade Social diante de sua comunidade

Feevale 1.1.5.1.1	O Centro de Documentação e Memória Feevale "Luci Therezinha Bridi" nasceu da necessidade de preservação da documentação que marca a trajetória da Feevale, ainda como Federação de Ensino Superior de Novo Hamburgo.	Centro de documentação e memória, História da universidade desde a sua criação
Feevale 1.1.5.1.2	Em meados de 2005, estimulado pela professora Luci Therezinha Bridi, projetado e executado por pesquisadores e bolsistas do Grupo de Pesquisa em Cultura e Memória da Comunidade, tiveram início os trabalhos de limpeza e organização de documentos, que estavam armazenados de maneira inapropriada e seriam destinados ao descarte.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Centro de documentação e memória
Feevale 1.1.5.1.3	Uma parte do acervo é composto por documentação institucional e, outra, por materiais diversos provenientes da comunidade local, que vê no Centro de Documentação e Memória Feevale um local de manutenção de seu patrimônio material.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Centro de documentação e memória, Com o apoio da comunidade
Feevale 1.1.5.1.4	A inauguração do Centro de Documentação e Memória Feevale, em homenagem à sua idealizadora Luci Therezinha Bridi, ocorreu em 10 de maio de 2007.	Centro de documentação e memória
Feevale 1.1.5.1.5	Na composição do acervo institucional, encontram-se, entre outros documentos, certidões, atas, requerimentos, relatórios, projetos, correspondências, fotos, plantas, recortes jornalísticos, clippings e documentos de outras naturezas.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Centro de documentação e memória
Feevale 1.1.5.1.6	A criação de um centro de preservação da memória da Feevale em Novo Hamburgo tornou-se necessário para zelar pela preservação do acervo documental produzido pela Instituição ao longo de sua trajetória e possibilitar o acesso de pesquisadores, acadêmicos e da comunidade local.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Centro de documentação e memória, História da universidade desde a sua criação
Feevale 1.1.5.1.7	Além da relevância desses projetos investigativos que se propõem a contribuir para a construção da história da Feevale vinculada às comunidades locais, esses estudos inserem-se numa demanda institucional.	História da universidade desde a sua criação, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Feevale 1.1.5.1.8	Natural do município de Sobradinho (RS), Luci Therezinha Bridi formou-se em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo (Unisinus) e pela Feevale.	Relacionamento com a Comunidade Acadêmica
Feevale 1.1.5.1.9	Na Feevale lecionou no Ensino Superior desde o ano de fundação da mantenedora, em 1969, quando esta ainda se chamava Federação dos Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo.	Relacionamento com a Comunidade Acadêmica
Feevale 1.1.5.1.11	DESCARTADO	
Feevale 1.2.1.1.1	O objetivo do Grupo de Pesquisa em Cultura e Memória da Comunidade é estudar a identidade, a cultura e o trabalho, nas inter-relações entre o contexto global e regional.	Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Feevale 1.2.1.1.2	O Grupo iniciou as atividades em 1999, época em que também foi criado o Museu Nacional do Calçado - MNC, e que tem entre seus objetivos a conservação da memória da atividade coureiro-calçadista do país, especialmente no Rio Grande do Sul.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Feevale 1.2.1.1.3	A partir do acervo constituído, se orientou o estudo, voltado à memória do setor produtivo e das comunidades regionais envolvidas.	Acervo histórico documental da Instituição e da cultura regional, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Feevale 2.1.1.1	Até o final do mês de junho, o Museu Nacional do Calçado, localizado no Câmpus I da Universidade Feevale recebe 12 peças publicitárias que formam a exposição Janelas do Tempo – Publicidade Coureiro-calçadista em Novo Hamburgo.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura

Feevale 2.1.2.1	A moda dos anos 20 é temática de mostra no Museu Nacional do Calçado	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória
Feevale 2.1.3.1	Valorização do setor calçadista é temática de mostra no Museu Nacional do Calçado	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Feevale 2.1.3.2	Até o fim do mês de março, o Museu Nacional do Calçado, juntamente com o Lar da Menina de Novo Hamburgo, promove a exposição Traços de Valor.	O Museu busca promover a interação da sociedade com sua história e memória, Com o apoio da comunidade
Feevale 2.2.1.1.1	A exposição tem como objetivo reforçar o design brasileiro perante o mundo e, principalmente, valorizar a história de empreendedorismo do setor calçadista	Resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura
Feevale 1.1.3.3.1	A união entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade regional possibilitou a criação, em 28 de junho de 1969, da Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (Aspeur), mantenedora da Feevale. No prédio da primeira sede da Instituição - hoje Câmpus I - funcionava a Escola São Jacó, então pertencente à ordem dos Irmãos Maristas.	História da universidade desde a sua criação, Com o apoio da comunidade, Mantenedora da universidade, Igreja católica no histórico da criação das universidades
Feevale 1.1.3.3.2	Em 1999 a Feevale foi credenciada, pelo Ministério da Educação, como centro universitário. Em 2010 tornou-se universidade, uma importante conquista para a comunidade acadêmica.	História da universidade desde a sua criação, Transformação das Faculdades em Universidade

APÊNDICE C – Formulário de Visita aos espaços de Memória Institucional das Universidades Comunitárias

DADOS GERAIS

Universidade:

Data da visita:

Nome do Local:

Endereço:

Telefone:

Site:

E-mail:

Dias e horários de atendimento:

Aberto ao público? () sim () não

Forma de ingresso: () gratuita () paga

Valores:

ADMINISTRAÇÃO

Nome do(a) Gestor(a):

Cargo:

Formação:

Área da Universidade responsável pelo Espaço:

Equipe: () sim () não

Descrição:

O local promove ou recebe eventos: () sim () não

Ações de comunicação e relacionamento com o público:

DADOS SOBRE O ESPAÇO

Existe guia? () sim () não

Livro de visitas? () sim () não

Folder/Materiais institucionais impressos? () sim () não

Climatização? () sim () não

Acervos raros/especiais? () sim () não

Área restrita para guarda/pesquisa dos acervos () sim () não

Acervo digitalizado? () sim () não () total () parcialmente

Ainda não disponível online. Projeto em desenvolvimento.

DESCRIÇÕES DO PESQUISADOR:

Histórico, Espaço, ambientação, expositores, materiais expostos.

APÊNDICE D – Lugares de Memória e produtos de memória expostos

Museu Dom Diogo de Souza - Urcamp



Memorial – Galeria do Reitores - UPF



Memorial - UPF



Memorial - UPF



Exposição Cedoc – Unisc



Museu Antropológico Diretor Pestana – Unijuí



Museu Antropológico Diretor Pestana - Unijuí



Casa Amarela – Espaço UCS



Memória dos Fundadores – UCS



Museu Nacional do Calçado - Feevale



Museu Nacional do Calçado - Feevale



Cedoc - Feevale



APÊNDICE E - Benchmarking dos espaços de memória ligados às universidades comunitárias

Benchmarking dos espaços de memória ligados às universidades comunitárias								
	UCS	UPF	UPF	Unijuí	Urcamp	Unisc	Feevale	Feevale
Data da visita	29/01/2019	26/11/2018	26/11/2018	27/11/2018	18/01/2019	10/01/2019	19/12/2018	19/12/2018
Local visitado	Instituto de Memória Histórica e Cultural	Memorial UPF	Arquivo Histórico Regional	Museu Antropológico Diretor Pestana	Museu Dom Diogo de Souza	Centro de Documentação	Museu Nacional do Calçado	Centro de Documentação e Memória Luci Terezinha Bridi
Início das atividades	1991	2010	1984	1961	1955	1996	1998	2007
Horários de atendimento	De 2ª a 6ª, das 8h às 19h	De 2ª a 6ª, das 7h45min às 11h45min, e das 13h30min às 17h30min	De 2ª a 6ª, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min	2ª, das 13h às 17h; de 3ª a 5ª, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h; 6ª, das 8h às 11h30min	De 3ª a 6ª, das 8h30min às 11h30min e das 14h às 18h. Sábados e domingos, das 14h às 18h	2ª, 3ª, 4ª e 6ª, das 9h às 12h, e de 2ª a 6ª, 14h às 17h	De 2ª a 6ª, das 14h às 18h e das 19h às 22h. 3ª, sextas e sábados, das 9h15min às 12h.	De 2ª a 6ª, das 13h às 19h
Aberto ao público	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Entrada gratuita	Sim	Sim	Sim	Na última terça-feira de cada mês	Escolas públicas, docentes e idosos	Sim	Sim	Sim
Entrada com pagamento/valor	N/A	N/A	N/A	R\$ 8,00, 1/2 entrada p/ estudantes e gratuidade p/ idosos, ou R\$ 3,00 p/ grupos escolares	Parcial: visitantes em geral, R\$ 5,00 (contribuição). Escolas privadas: R\$ 2,00 (idem)	N/A	N/A	N/A
Formação do(a) gestor(a)	História	Administração de Empresas	História	Ciências Contábeis	Artes Plásticas	História	História	História
Área(s) de vínculo na ICES	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Reitoria	Programa de Pós-Graduação em História da UPF e curso de graduação em História	Direto com a mantenedora, Fidene	Direto com a mantenedora, FAT/Urcamp	Departamento de História e Geografia e Pró-Reitoria de Extensão	Instituto de Ciências Humanas e Sociais	Curso de História - Grupo de Pesquisa em Cultura e Memória da Comunidade
Equipe de trabalho	10 profissionais e 5 estagiários	1 profissional (guia)	3 profissionais e 1 estagiário	9 profissionais e 1 jovem aprendiz	10 profissionais	1 gestor e bolsistas (nº conforme o semestre)	3 profissionais e 1 estagiário	1 profissional e 1 estagiário
Conta com guia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Livro de visitas	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Ações de comunicação e relacionametro	Fan page, site institucional, visitas mediadas ao IMHC, oficinas, e agendas nacionais de museus.	Página no site dos 45 anos e recepção a visitantes	Fan page, Concurso de Quadrinhos, Semana Nacional de Arquivos, Museu a Céu Aberto, a coluna quinzenal no jornal O Nacional, recepção a visitantes.	Fan page, exposições temporárias, exibição de filmes, saraus literários, recitais, apoio a professores de escolas, exposições itinerantes, exposições da comunidade, entre outras.	Fan page, Exposições temporárias, lançamento de livros, seminários, palestras; musicoterapia, Museu vai à Rua, Estação da Memória, sobre tempos dos trens, entre outras.	Página no portal da Unisc e a recepção a estudantes	Site www.mnccalcao.br (fora do ar durante a pesquisa)	Recepção a novos funcionários, estudantes do Ensino Médio, universitários e pesquisadores
Folder ou material impresso	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Acervos raros	Sim	N/A	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Acervos digitalizados	Sim, parcialmente	N/A	Não (somente catálogos para consulta)	Sim, parcialmente	Sim, parcialmente, por demanda	Não	Sim, parcialmente (aguarda site)	Sim, parcialmente (não disponível online)
N/A: Não se Aplica								

APÊNDICE F - Análise da área de notícias do site do COMUNG

Análise da área de notícias do site do Comung - 1º/07/2017 - 30/06/2018				
Amostra total: 53 notícias - Notícias com/sobre as ICES nos títulos: 34				
	Instituições vinculadas ao Comung	Instituições nos títulos das notícias	Número de Aparições	Classificação por número de citações
1	PUCRS	PUCRS	1	7º
2	UCPEL	-	0	-
3	UCS	UCS	6	1º
4	UPF	UPF	5	3º
5	UNISINOS	UNISINOS	2	6º
6	UNIJUÍ	-	0	-
7	UNICRUZ	UNICRUZ	3	5º
8	URCAMP	-	0	-
9	URI	-	0	-
10	UNISC	UNISC	6	1º
11	FEEVALE	FEEVALE	6	2º
12	UNILASSALE	-	0	-
13	UNIVATES	UNIVATES	5	4º
14	UFN	-	0	-
15	IPA	-	0	-
Total			34	

APÊNDICE G - Benchmarking dos portais das universidades comunitárias

Benchmarking dos sites das universidades comunitárias gaúchas selecionadas						
	UCS	UPF	Unijuí	Urcamp	Unisc	Feevale
HISTÓRIA E MEMÓRIA						
Linha do Tempo	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Linha do Tempo com imagens e/ou arte gráfica	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Fotos históricas	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Vídeo sobre a história ou memória institucional	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Menção à memória/história na capa	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Aba Memória/História/Histórico	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Site/Hot site sobre memória/história	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Depoimentos da comunidade acadêmica	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Depoimentos da comunidade externa	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Publicação institucional com memória/história	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
História da mantenedora	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Centro de Documentação/Arquivo ou similar	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Apresentação/Galeria de Ex-reitores	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Museu e/ou Memorial sobre a instituição	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Museu/memorial sobre a região	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
IDENTIDADE COMUNITÁRIA						
Divulgação da Missão	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Divulgação da Visão	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Divulgação dos Valores/Princípios	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Informação sobre Associação ao COMUNG	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Informação sobre Associação à ABRUC	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO

ANEXO A – Aba Institucional (UCS)



MANUTENEDORA
EX-ALUNOS
FUTUROS ALUNOS
BIBLIOTECA
UCS VIRTUAL
CAMPUS

PORTUGUÊS
Facebook
Twitter
Instagram
LinkedIn
YouTube

Institucional
Ensino
Pesquisa e Inovação
TecnóUCS
Extensão
Serviços
Estude na UCS

Universidade de Caxias do Sul

Uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES).

Institucional
#Missão e Princípios
Estrutura Organizacional
Avaliação Institucional
Afiliações
Unidades Universitárias



A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Criada em 1967, a UCS é a mais antiga Instituição de Ensino Superior da região e foi construída pelo esforço coletivo da comunidade. [\[Saiba mais\]](#)

Uma história de tradição.

Em meio século de atividades, a UCS marcou a vida de mais de 100 mil pessoas, que contribuem com o seu conhecimento para o progresso da região e do país.

[\[Saiba mais\]](#)

A Universidade hoje.

A atuação da Universidade na atualidade também pode ser traduzida em números que ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social.

[\[Saiba mais\]](#)

Uma instituição multicampi.

Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas.

[\[Saiba mais\]](#)



Hoje, a UCS continua sendo mantida pelo compromisso de diferentes segmentos da sociedade que acreditam na educação superior como fonte de desenvolvimento social. Participam, no Conselho Diretor da Fundação mantenedora representantes do poder público - municipal, estadual e federal - e de entidades da sociedade civil, através da Câmara de Indústria Comércio e Serviços, Mitra Diocesana e Associação Cultural e Científica Virvi Ramos.

Como Instituição comunitária, a UCS está em permanente diálogo com a sociedade. Seus interesses são os da coletividade e o resultado de suas ações é totalmente reinvestido na qualificação institucional.

Com atuação no campo do ensino, pesquisa, inovação e extensão, a UCS mantém unidades em oito cidades, atingindo diretamente uma população de mais de 1 milhão de habitantes. Seu Campus Sede está localizado na cidade de Caxias do Sul, um polo de desenvolvimento industrial com reconhecimento nacional. As demais unidades universitárias estão localizadas nas cidades de Bento Gonçalves, Vacaria, Camela, Farroupilha, Guaporé, Nova Prata e São Sebastião do Cai.

» Versão para Download - Português
» Versão em Língua Brasileira de Sinais

» Versão para Download - Inglês

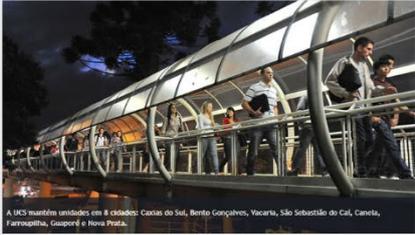


Campanha Institucional
2018



Com ênfase no ensino de graduação e pós-graduação, a UCS responde pela formação de milhares de profissionais, que têm a possibilidade de aperfeiçoar sua formação nos programas de pós-graduação - Especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados oferecidos pela Instituição nas diferentes áreas do conhecimento.

Comprometida com excelência acadêmica, a UCS é uma Instituição sintonizada com o seu tempo e projetada para além dele. Como agente de promoção do desenvolvimento, procura fomentar a cultura da inovação científica e tecnológica e do empreendedorismo, articulando as ações entre a academia e a sociedade. Em seus laboratórios, centenas de professores e acadêmicos estão envolvidos em projetos de pesquisa e de inovação voltados para a produção de novos conhecimentos e ideias que serão transformados em produtos, processos e tecnologias, bens culturais e práticas inovadoras que contribuem para o avanço científico, social e cultural da sociedade.



A UCS mantém unidades em 8 cidades: Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Vacaria, São Sebastião do Cai, Camela, Farroupilha, Guaporé e Nova Prata.

Central de Atendimento
Ouvridoria
Trabalhe na UCS
Tour Virtual
Mapa do Site





Campus-Sede
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130
CEP 95070-960 - Caxias do Sul
Fone: +55 54 3218-2100

ENDEREÇOS
Todos os direitos reservados © 2001-2018

ANEXO B – Aba A Universidade (UPF)

Parte 1 - Apresentação

The screenshot shows the top navigation bar of the UPF website. On the left is the UPF 50th anniversary logo. The main navigation menu includes: ESTUDE NA UPF, UNIDADES ACADÊMICAS, BIBLIOTECAS, INTERCÂMBIOS, and COMUNICAÇÃO. A secondary red navigation bar contains: A UNIVERSIDADE, ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÃO, EXTENSÃO, UPF SERVIÇOS, SOU UPF, INGRESSO, and INTRANET. Below the navigation bar, there is a breadcrumb trail: Portal Institucional > A Universidade > Apresentação, and a footer note: Por: Portal UPF, Última modificação: 23/07/2018 14:34.

A Universidade

Apresentação ▼	Apresentação
RESPONSABILIDADE SOCIAL	
Histórico ▼	
Missão, visão e valores	
Reitoria ▼	
Vice-Reitoria de Graduação ▼	
Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação ▼	
Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários ▼	
Vice-Reitoria Administrativa ▼	
Eleição Reitoria 2018	

A UPF completa 50 anos de história em 2018 e tem suas ações norteadas e sustentadas por quatro pilares: ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Nessas cinco décadas, formou mais de 75 mil profissionais.

The video player thumbnail features the UPF 50th anniversary logo, a play button, and the text 'UPF 50 Anos' and 'Conhecimento é a nossa natureza'. It also includes icons for 'Assistir mais tarde' and 'Compartilhar'.

A tradição da UPF e a qualidade do ensino oferecido tornam a Instituição referência em educação superior no Rio Grande do Sul e na região Sul do Brasil.

Esse reconhecimento é resultado das boas avaliações recebidas tanto do Ministério da Educação (MEC) quanto de órgãos que promovem avaliações não oficiais, como o jornal Folha de São Paulo e a Editora Abril.

Os indicadores listados abaixo são resultantes do trabalho sério e comprometido desempenhado por toda a comunidade acadêmica desde 1968.

Parte 2 - Histórico


[ESTUDE NA UPF](#)
[UNIDADES ACADÊMICAS](#)
[BIBLIOTECAS](#)
[INTERCÂMBIOS](#)
[COMUNICAÇÃO](#)
[A UNIVERSIDADE](#)
[ENSINO](#)
[PESQUISA E INOVAÇÃO](#)
[EXTENSÃO](#)
[UPF SERVIÇOS](#)
[SOU UPF](#)
[INGRESSO](#)
[→ INTRANET](#)
[Portal Institucional](#) > [A Universidade](#) > [Histórico](#)

 Por: Portal UPF
 Última modificação: 03/01/2018 15:59

A Universidade

Apresentação	▼
Histórico	▼
CRONOLOGIA - 45 ANOS	
CRONOLOGIA - 50 ANOS	
Missão, visão e valores	
Reitoria	▼
Vice-Reitoria de Graduação	▼
Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação	▼
Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários	▼
Vice-Reitoria Administrativa	▼
Eleição Reitoria 2018	
Conselho Universitário	
Unidades Acadêmicas	
Estrutura Multicampi	
Mantenedora FUPF	
Trabalhe com a UPF	
Como chegar	

Histórico

Como tudo começou

O ensino superior foi uma realidade distante, porém muito sonhada, dos moradores do interior do estado durante um longo período. Enquanto na capital, ainda no final do século XIX, foram criadas as escolas de Farmácia, Química e Engenharia, apenas na década de 1930 os primeiros cursos chegaram ao interior do Rio Grande do Sul, tendo como pioneiras as cidades de Pelotas e Santa Maria.

Em Passo Fundo, o processo ocorreu um pouco mais tarde, mas nem por isso de forma menos exitosa. Na metade do século XX, o município passava por um intenso processo de migração das comunidades rurais para a cidade, movimento que era acompanhado pelo aumento dos cursos ginasiais, que se preocupavam com a formação de professores para atender à expansão do ensino. Foi nesse período que a comunidade começou a se mobilizar em busca de alternativas que possibilitassem que os jovens dessem continuidade a seus estudos e contribuíssem de forma determinante no desenvolvimento da região. Na década de 1950, foram dados os primeiros passos rumo à consolidação de uma das mais importantes instituições do norte do Rio Grande do Sul: a Universidade de Passo Fundo.

A ousadia desses pioneiros rendeu frutos. No livro *Universidade comunitária - Uma experiência inovadora*, o ex-reitor, professor Elydo Alcides Guareschi, resume: "A UPF foi e continua sendo uma experiência fascinante. Ela não foi ato da generosidade de algum governante. Não caiu de paraquedas num determinado lugar. Ela foi pensada e desejada. Nasceu do sonho e da vontade de visionários". Ao longo de sua trajetória, mais de 70 mil profissionais foram formados.

Pioneiras

A criação da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), em 1950, e do Consórcio Universitário Católico (CUC), em 1956, permitiu à região iniciar a caminhada rumo ao ensino superior. A SPU teve como primeiro presidente César Santos e foi a responsável, ainda em 1953, pela compra do prédio então pertencente à família Barbieux, onde foi instalada a Faculdade de Direito. A SPU também criou as faculdades de Odontologia, Agronomia, Ciências Políticas e Economia e o Instituto de Belas Artes. Ainda em 1960, a SPU comprou uma área de terra de Antônio Bittencourt de Azambuja para a construção da Cidade Universitária, onde hoje está instalado o Campus I.

Dentre os objetivos do CUC, estava o de auxiliar na formação dos professores que atuariam na região. Quando o Consórcio foi criado, o idealizador Dom Cláudio Colling anunciou ao conselho da SPU o surgimento da entidade e da Faculdade de Filosofia. Na oportunidade, já se discutia a possibilidade de integração à Universidade de Passo Fundo, cuja fundação já estava sendo pensada. A Faculdade de Filosofia oferecia três cursos: Filosofia, Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas.

FUPF

A integração entre o SPU e o CUC deu origem à Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), no ano de 1967. A criação da FUPF foi um passo determinante para o surgimento da UPF, o que efetivamente ocorreu no ano de 1968. O ex-reitor da UPF e um dos articuladores desse processo, professor Elydo Alcides Guareschi, destaca, em sua coleção *O Processo de Construção da Universidade de Passo Fundo*, que "a Fundação foi vista como um novo impulso para a expansão e a melhoria do ensino superior e para o progresso de Passo Fundo". Nesse período, foi decidido que a Fundação seria administrada pelos próprios professores, independente das pressões e interferências político-partidárias.

UPF

O decreto de reconhecimento da UPF foi assinado pelo presidente Arthur Costa e Silva e pelo ministro da Educação Tarso Dutra, no dia 2 de abril de 1968. O ato aconteceu no Palácio Piratini em Porto Alegre, onde Dom Cláudio Colling falou em nome da comunidade regional. Em seu discurso, destacou: "talvez nenhum outro ato tenha repercussão maior e tão histórica do que este de assinatura do decreto de criação da Universidade de Passo Fundo", fazendo referência aos outros atos realizados na oportunidade. O decreto foi publicado no Diário Oficial da União no dia 6 de junho de 1968, data em que se comemora o aniversário da Instituição.

ANEXO C – Aba Institucional (Unijuí)

Parte 1 - Sobre a Unijuí

ESTUDE NA UNIJUÍ
INSTITUCIONAL
PESQUISA
EXTENSÃO
BIBLIOTECA
VESTIBULAR

Unijuí > Institucional > Sobre a Unijuí

Sobre a Unijuí

O lar da Fidene é o noroeste gaúcho, um lugar culturalmente rico e com alto potencial de desenvolvimento. A Instituição deu os seus primeiros passos há cerca de 60 anos em Ijuí, mas logo conquistou novos espaços em Santa Rosa, Panambi e Três Passos.

A área de atuação da Fidene/UNIJUÍ abrange 55 municípios do Estado, que integram os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Noroeste Colonial, Ceileiro e Fronteira Noroeste, compreendendo uma população de aproximadamente 656 mil pessoas. A UNIJUÍ, por sua vez, como uma universidade regional, possui Câmpus nas cidades de Ijuí, Santa Rosa, Panambi e Três Passos. Na Educação a Distância, atuamos com o Polo Ijuí.

Dessa forma, A Unijuí oferece aos seus mais de 10 mil alunos, cursos de [graduação](#), presenciais e à distância, programas de [Pós-graduação Lato e Stricto Sensu](#).

INSTITUCIONAL

- [Sobre a Unijuí](#)
- [Dirigentes](#)
- [Estrutura administrativa](#)
- [Localização](#)
- [Identidade visual](#)
- [Meio Ambiente](#)
- [Avaliação institucional](#)
- [Informes oficiais](#)

Parte 2 – Continuação Sobre a Unijuí

A Instituição deu os seus primeiros passos há cerca de 60 anos em Ijuí, mas logo conquistou novos espaços em Santa Rosa, Panambi e Três Passos.



Dirigentes



Estrutura administrativa

Localização

Identidade visual

Meio Ambiente

Avaliação institucional

Informes oficiais

Ouvidoria

Trabalhe conosco

Programa Egresso

Informações Acadêmicas

Relações internacionais

A área de atuação da Fidene/UNIJUÍ abrange 55 municípios do Estado, que integram os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Noroeste Colonial, Celeiro e Fronteira Noroeste, compreendendo uma população de aproximadamente 656 mil pessoas. A UNIJUÍ, por sua vez, como uma universidade regional, possui Câmpus nas cidades de Ijuí, Santa Rosa, Panambi e Três Passos. Na Educação a Distância, atuamos com o Polo Ijuí.

Dessa forma, A Unijuí oferece aos seus mais de 10 mil alunos, cursos de **graduação**, presenciais e à distância, programas de **Pós-graduação Lato e Stricto Sensu**.

Bem-vindo à Unijuí, uma universidade completa!

Visão

Consolidar-se como universidade comunitária, pública não-estatal, referenciada pela excelência e organicidade de suas ações e integrada ao processo de desenvolvimento da região.

Missão

Formar e qualificar profissionais com excelência técnica e consciência social crítica, capazes de contribuir para a integração e o desenvolvimento da região.

Propósito

Participar do processo de desenvolvimento da região pela educação superior.

História

A história da Unijuí remete aos anos 50 quando, na busca pela qualificação e habilitação legal para o trabalho pedagógico e a atuação no ensino secundário, a Ordem dos Frades Franciscanos (Capuchinos) do Rio Grande do Sul, e a comunidade de Ijuí e região, iniciaram uma mobilização em prol da implantação do ensino superior. Desse movimento constitui-se, em 1956, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da região noroeste do estado.



Em 1969, o patrimônio da FAFI passa à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE), hoje mantenedora da UNIJUÍ, do Museu Antropológico Diretor Pestana, do Centro de Educação Básica Francisco de Assis e Rádio Educativa UNIJUÍ.

Em 1993, após a formalização do caráter regional e multicampi, transforma-se na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, ampliando posteriormente seu reconhecimento regional com os campi de Ijuí, Panambi, Santa Rosa e Três Passos, e por meio dos Núcleos Universitários de Santo Augusto e Tenente Portela.

Datas importantes

26/03/1956 – Criação da FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí.

16/03/1957 – Instalação da FAFI.

25/05/1961 – Criação do Museu Antropológico Diretor Pestana.

15/07/1968 – Criação do Instituto Psicopedagógico Infantil (IPPI), que desde 2007 tem como denominação Centro de Educação Básica Francisco de Assis (EFA).

07/07/1969 – Instalação da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do RS (FIDENE), hoje mantenedora.

28/06/1985 – Reconhecimento da UNIJUÍ como Universidade pelo Ministério da Educação, com o primeiro Câmpus, em Ijuí.

06/06/1990 – Criação do Câmpus Santa Rosa, da UNIJUÍ.

05/03/1992 – Criação do Câmpus Panambi, da UNIJUÍ.

24/06/1992 – Criação do Câmpus Três Passos, da UNIJUÍ.

10/11/1993 – Regionalização da UNIJUÍ com a estrutura multicâmpus em Ijuí, Panambi, Santa Rosa e Três Passos.

20/07/2001 – Instalação e primeira transmissão da Rádio Educativa UNIJUÍ FM.

ANEXO D – Aba Institucional Urcamp (Urcamp)



VEM SER URCAMP
FINANCIAMENTOS, BOLSAS, INCENTIVOS E DESCONTOS
ENSINO
PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
EVENTOS
AÇÃO COMUNITÁRIA
A URCAMP
SOU URCAMP

[Página Inicial](#) > [A Urcamp](#) > [Institucional](#)

INSTITUCIONAL



Posse festiva da gestão 2018-2022 aconteceu em 07 de dezembro de 2018, no Complexo cultural do Museu Dom Diogo

Originada de demandas das regiões da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, a Urcamp é uma Instituição de Ensino Superior que propõe atividades alicerçadas de maneira regional, comunitária e filantrópica. Estes pilares configuram a responsabilidade social diante de sua comunidade.

Prioriza interesses coletivos e comunitários a partir de uma educação transformadora das pessoas e da realidade na oferta de cursos de graduação, pós-graduação, ensino médio e técnico, além de educação básica. Projeta sua ação partindo do campus central, em Bagé, e se estende pelos municípios de Alegrete, Dom Pedrito, Santana do Livramento e São Gabriel.

- [Histórico da Urcamp](#)
- [Mensagem da reitora](#)
- [Missão, Visão e Valores](#)
- [Reitoria](#)
- [Responsabilidade Social](#)
- [Corpo Docente](#)
- [Editais](#)
- [Galeria de fotos](#)
- [Campus](#)
- [Fale conosco](#)
- [Regiões da Campanha e da Fronteira-Oeste](#)

CAMPUS	NAVEGAÇÃO	SERVIÇOS	CONTEÚDO	CONTATO
Alegrete	Ingresso	Ouvidoria	Cursos	Av. Tupy Silveira, 2099 / CEP 96400-110
Bagé	Ensino	Fale Conosco	Documentos	urcamp@urcamp.edu.br
Dom Pedrito	Pesquisa e Extensão	Trabalhe Conosco	Notícias	(53) 3242.8244
Santana do Livramento	Institucional	Biblioteca Virtual	Eventos	(53) 3242.8898
São Gabriel		Biblioteca		

© 2018 URCAMP










ANEXO E – Aba A Unisc (Unisc)

The screenshot displays the UNISC website interface. At the top, there is a navigation bar with the UNISC logo and menu items: A Unisc, Ensino, Pesquisa, Extensão, Processo Seletivo, Serviços Online, Serviços Comunitários, Esporte, Cultura, Eventos, and Notícias. Below this is a sub-menu for 'A Unisc' with options like A Universidade, Área Ambiental, Avaliação Institucional, Concursos e Editais, and Editora. The main content area features a large aerial photograph of the UNISC campus. Below the photo, there is a section titled 'A Unisc' with a sub-header 'O humanismo, a democracia e o ideal comunitário são marcas da UNISC'. This section includes a small image of a building and a text block discussing the university's commitment to humanism, democracy, and community ideals. At the bottom of the page, there is a 'Notícias sobre' section with three news items, each accompanied by a small image and a brief headline. The footer contains a detailed navigation menu, contact information, and logos of various institutional partners.

ANEXO F – Aba A Feevale

MENU PRINCIPAL | BUSCA | CONTEÚDO CENTRAL | ALTO CONTRASTE | ACESSIBILIDADE | > SOS FEEVALE
FEEVALE INTERNACIONAL

[Webmail](#)
[Educação a Distância](#)
[Biblioteca](#)

ESPAÇO FEEVALE

Esqueceu sua senha?

A FEEVALE
Escola Feevale
Graduação
Pós-Graduação
Pesquisa e Extensão
Inovação
Cursos e Eventos
Oportunidades
Serviços

HOME > A FEEVALE > INSTITUCIONAL > HISTÓRICO

Histórico

INSTITUCIONAL

DIRIGENTES

ASPEUR

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

A união entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade regional possibilitou a criação, em 28 de junho de 1969, da Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (Aspeur), mantenedora da Feevale. No prédio da primeira sede da Instituição – hoje Câmpus I – funcionava a Escola São Jacó, então pertencente à ordem dos Irmãos Maristas. Em 1989, foi implantada a escola de Ensino Médio e, em 1994, passou a ser oferecida educação para todas as faixas etárias, a partir dos cinco anos de idade. Hoje, a Escola de Educação Básica Feevale - Escola de Aplicação oferece educação básica e profissionalizante.

Em 1999 a Feevale foi credenciada, pelo Ministério da Educação, como centro universitário. Em 2010 tornou-se universidade, uma importante conquista para a comunidade acadêmica. Em 2011, foi inaugurado o Teatro Feevale, que colocou a região no mapa cultural do Estado e do País e, em 2015, o Parque Tecnológico do Vale do Sinos passou a chamar-se Feevale Techpark, assumindo um novo posicionamento e ficando mais conectado à Universidade Feevale e ao sistema produtivo regional. Em toda a história da Instituição, percebe-se o envolvimento da comunidade, a preocupação com o desenvolvimento regional e o empenho na construção e efetivação de uma política que ratifique o sentido de uma universidade.

1969
Fundação da Aspeur/Feevale

1989
Implantação da escola de Ensino Médio

1994
Educação para todas as faixas etárias, a partir dos cinco anos de idade

1999
Transformação da Instituição em centro universitário

2010
Credenciamento da Feevale como universidade

2011
Inauguração do Teatro Feevale

2015
Parque Tecnológico do Vale do Sinos passa a chamar-se Feevale Techpark

Receba as novidades da Feevale por e-mail!

Acadêmico Comunidade

Assinar Cancelar

Informe a imagem ao lado:

ENVIAR

Notícias

Universidade Feevale premia projetos de inovação

19/12/2018

Estudantes de Pedagogia participaram de exposição em Passo Fundo

19/12/2018

Workshop aborda novas tecnologias para a saúde

19/12/2018

Pesquisa avança função pulmonar de trabalhadores de carvoarias ao longo de oito anos

19/12/2018

▶ VEJA MAIS